



**Prognóstico
Região Centro-Sul**

79|80

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola



CORPO TÉCNICO DO IEA
em exercício

Diretor: Rubens Valentini

Assistência Técnica de Acompanhamento e Controle

Natanael Miranda dos Anjos
Antonio Ambrosio Amaro
Constantino Carneiro Fraga
Fernando Sebastião Gomes Junior
Oscar José Thomazini Etori
Persio de Carvalho Junqueira

Divisão de Comercialização

Diretor: Mauro de Souza Barros
Adalberto de Oliveira Rodrigues
Afonso Negri Neto
Alfredo Tsunehiro
Ana Maria Futino
Antonio José Braga do Carmo
Célia Regina Roncato Penteado
Clotilde Cantos
Domingos Desgualdo Neto
Eduardo Pires Castanho Filho
Eloisa Elena Bortoleto
Everton Ramos de Lins
Flávio Condé de Carvalho (1)
Flávio Loureiro Paes Junior
Gilberto Correia Godoy
José Roberto da Silva
Lidia Hatue Ueno
Marina Brasil Rocha
Maria de Lourdes do Canto Arruda
Nelma Lucia Heffig Villela
Nelson Giulietti
Paulo Augusto Wiesel
Paulo David Criscuolo
Roxana Maria Moraru Topel
Sebastião Nogueira Junior
Sylvia Regina Hellmeister
Waldemar Pires de Camargo Filho (1)
Yuly Ivete Mizaki de Toledo

Divisão de Política e Desenvolvimento

Diretor: Nelson Batista Martin
Alceu de Arruda Veiga Filho
Ana Elisa Brito Garcia
Elcio Umberto Gatti
Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva
Ismar Florencio Pereira
José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira
José Sebastião de Lima
Leonia Gadelha de Lima Furtado
Luiz Carlos Asséf
Luiz Flávio Barbosa Cancegliero
Malimíria Norico Otani
Maria Auxiliadora de Carvalho
Maria Tanajura Cruz Gimenes
Nelson Kazaki Toyama
Regina Junko Yoshii (1)
Sergio Gomes Vassimon
Sonia Martins Giordano

Divisão de Economia da Produção

Diretor: Minoru Matsunaga
Alfredo de Almeida Bessa Junior
Arthur Antonio Ghilardi
Cesar Roberto Leite da Silva
Danilo de Albuquerque
Denyse Chabaribery
Fernando Villela
Hiroshige Okawa (1)
Ikuyo Kiyuna
José Edson Rosolen
José Roberto Viana de Camargo
Jovelino de Souza Barbosa Filho
Nilda Tereza Cardoso de Mello
Paul Frans Bemelmans
Paulo Edgard Nascimento de Toledo
Ramon Moreira Garcia
Richard Domingues Dulley (1)
Roberto de Assumpção
Selma de Ataíde do Paço
Sílvia Toledo Arruda
Zuleima Alleoni Pires de Souza Santos

Divisão de Levantamento e Análises Estatísticas

Diretor: Salomão Schattan
Abel Ciro Minniti Igreja
Ana Maria Montragio Pires de Camargo (1)
Denise Navas Viani
Elizabeth Alves
Fernando Antonio de Almeida Séver
Francisco Alberto Pino
José Carlos Gomes dos Reis Filho
José Roberto Vicente
Julio Humberto Jimenez Ossio
Laura Olitta de Souza Barros
Luiz Henrique de Oliveira Piva
Manuel Joaquim Martins Falcão
Maria Angélica Ferraz de Toledo Machado (1)
Maria Carlota Meloni
Maria de Fátima Packer
Maria de Lourdes Barros Camargo (1)
Maria de Lourdes Sumiko Sueyoshi
Maristela Simões do Carmo (1)
Maura Maria Demetrio Santiago
Milton Nogueira de Camargo
Rosa Maria Pescarin Pellegrini

Divisão de Apoio à Pesquisa

Diretor: Devancyr Aparecido Romão
Antonio Augusto Botelho Junqueira
Antonio Roger Mazzei
Celuta Moreira Cesar Machado
Luiz Carlos Miranda
Maria Elisa Benetton Junqueira

Serviço de Biblioteca e Documentação

Diretor: Maria Rodrigues
Aguri Sawatani (1)
Alice May R. X. de Mendonça
Gabiella Menni Ferreri
Maria Luiza Alexandre Peão
Tita Norma Miki

(1) Realizando programa de pós-graduação ou de aperfeiçoamento.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola

Prognóstico
Região Centro-Sul

79|80

AGRADECIMENTOS

O Instituto de Economia Agrícola, ao publicar seu 6º Prognóstico da Região Centro-Sul, agradece a participação de elevado número de Instituições, cujas contribuições, além de estreitarem o intercâmbio técnico entre seus pesquisadores, propiciam a realização de um trabalho de abrangência regional, em curto período.

Nesta oportunidade, cabe destacar a contribuição recebida, em forma de relatório ou através de entrevistas diretas, das Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais; das Secretarias de Agricultura do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás; da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo; das Empresas de Assistência Técnica do Sistema EMBRATER, dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Goiás e Rio de Janeiro; da Coordenadoria Regional II da EMBRATER em Mato Grosso do Sul, da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural em Mato Grosso do Sul (EMPAER); das Empresas de Pesquisa Agropecuária dos Estados de Minas Gerais (EPAMIG), Rio de Janeiro (PESAGRO-RJ) e Santa Catarina (EMPASC); das Agências Regionais da Comissão de Financiamento da Produção nos Estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais; da Fundação Getúlio Vargas (FGV); do Instituto Brasileiro do Café (IBC); do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA); e da Carteira do Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil.

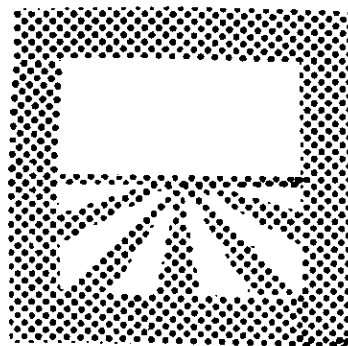
Vale assinalar, finalmente, a colaboração do Ministério da Fazenda, através de sua Assessoria Econômica, cujo apoio ao IEA tem permitido a realização deste trabalho desde sua primeira edição.

São Paulo, outubro de 1979.

Índice

1 - INTRODUÇÃO	9
2 - CUSTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO	15
3 - MERCADOS DE FATORES	35
Fertilizantes	35
Defensivos	48
Sementes	57
Terra	75
Trabalho	83
Tratores	95
4 - MERCADOS DE PRODUTOS	103
Algodão	103
Arroz	108
Café	117
Cana-de-açúcar	123
Feijão	130
Mandioca	138
Milho	142
Oleaginosas: Soja e Amendoim	147
Tomate	157
Trigo	161
Avicultura	165
Pecuária de Corte	177
Pecuária de Leite	181
Suinocultura	187
Frutas	192
5 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA	217
6 - POLÍTICA AGRÍCOLA	235

1



Introdução

1 - INTRODUÇÃO

A agricultura da Região Centro-Sul do Brasil não apresentou, no ano agrícola 1978/79, o desempenho que dela se esperava, apesar da ligeira recuperação nos níveis de produtividade comparativamente aos obtidos no ano anterior, 1977/78. Isto ocorreu em função do im pacto negativo das variações climáticas, no período de desenvolvimento das culturas anuais do Sul do País, e das fortes chuvas nas regiões Leste e Centro-Oeste, ao lado das geadas ocorridas em maio/junho/julho de 1979, com efeitos drásticos na cafeicultura de Minas Gerais e qualitativos na de São Paulo e, em todo o Centro-Sul, nas pastagens e culturas de inverno, tais como trigo, tomate industrial, tomate de mesa, etc. A agricultura da região Centro-Sul, que teve em 1977/78 o seu pior desempenho relativamente à média dos últimos anos, com decréscimo de produção de 6,17%, apresentou em 1978/79 uma recuperação parcial das perdas ocorridas no ano anterior, tendo o valor da produção crescido 14,18% e a produção física, 8,45%. É evidente que os níveis de produção seriam substancialmente superiores se as produtividades das culturas de milho, arroz e soja, principalmente, não tivessem sido fortemente afetadas pelas condições desfavoráveis de clima.

Em consequência deste comportamento pouco favorável da oferta agrícola e diante dos baixos estoques remanescentes do período anterior, o mercado interno vem se defrontando com escassez generalizada, afetando os níveis de preços aos consumidores e exigindo a atuação do Governo Federal no sentido de conter a alta dos preços dos alimentos, quer via tabelamento em várias etapas da comercialização, não obstante a maior parte dos tabelamentos vir sendo gradualmente eliminados a partir de meados do ano, quer via importação de inúmeros produtos, tais como milho, arroz, soja e carne. O Brasil, "País essencialmente agrícola", tornou-se, em consequência, grande importador de produtos agrícolas, cujo montante corresponderá a um dispêndio de divisas superior a US\$1,5 bilhão no final do corrente ano.

É sobre esse quadro geral que se delinea o prognóstico da safra 1979/80. O plantio das principais culturas anuais da região, realizado basicamente de setembro a novembro, e os tratamentos culturais das culturas perenes são decididos pelos agricultores com base em sua avaliação pessoal dos períodos anteriores e de sua antecipação crítica da efetividade das medidas de política agrícola propostas. É objetivo deste trabalho integrar os dois aspectos sob uma perspectiva regional. Mais do que fazer uma primeira estimativa da safra vindoura, tenciona o Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo fornecer aos agentes econômicos da agricultura brasileira, uma síntese dos elementos históricos e conjunturais que condicionam os grandes rumos do ano agrícola 1979/80. Espera-se, assim, contribuir para a definição das ações do governo e da iniciativa privada, ao longo do desenvolvimento das culturas e de sua comercialização.

Respondendo por cerca de 75% do valor da produção agrícola nacional, a agricultura da Região Centro-Sul constitui o ponto de concentração da atuação do Governo Federal, no sentido de se obter uma maior contribuição do setor na produção de alimentos, no aumento dos níveis de exportação de produtos agrícolas, e no desenvolvimento da agricultura para produção de energia alternativa às fontes convencionais.

Assim, a fim de expandir a oferta de produtos agrícolas na safra 1979/80, o Governo Federal tem implementado várias alterações na política agrícola que se caracterizam, basicamente, pela reorientação da política de crédito rural para custeio e investimento, onde foram efetuadas modificações quanto à classificação dos mutuários, aos níveis de recursos, às taxas de juros e à assistência técnica, desvinculando-se o financiamento de custeio da política de preços mínimos, e ainda à reorganização do PROAGRO. Foram criados os Valores Básicos de Custeio (VBC), objetivando maior adequação dos financiamentos às necessidades dos empresários e permitindo variar o nível de financiamento de acordo com as faixas de produtividade, estimulando-se a adoção de inovações tecnológicas e a produtividade das culturas.

Outra importante medida foi a não limitação do crédito de custeio nos limites globais do orçamento monetário nacional.

Ao lado dessas medidas, adotou-se uma correção mais realista dos níveis de preços de garantia, acionando-se, ao mesmo tempo, uma série de medidas visando a comercialização das safras futuras, com o objetivo de atingir a meta governamental de que o "governo comprará tudo que for produzido".

Por outro lado, existem outras medidas de política econômica em discussão nos últimos meses, propondo alterações nos níveis de subsídio concedidos via crédito rural e diretamente aos produtos agrícolas; de política tributária, com taxação da terra (ITR), de heranças, e na taxação implícita às exportações agrícolas, que poderão ter efeitos sobre o comportamento do setor no curto prazo. Medidas mais realistas, como a política de aceleração das mini desvalorizações cambiais, objetivando aumentar a competitividade dos produtos agrícolas nacionais nos mercados internacionais, constituem objetivo de suma importância a ser perseguido, para se conseguir aumento de US\$5,0 bilhões no total das exportações em 1980, uma vez que se espera que o setor agrícola contribua com a maior parte deste acréscimo.

Mas, ao lado das medidas tomadas no sentido de se expandir a oferta agrícola para a próxima safra, existem alguns fatores tendentes a frustrar as metas perseguidas. Dentre estes destacam-se, em primeiro lugar, aqueles relativos à operacionalização das mudanças na política de crédito de custeio, no curto prazo. A política de crédito não tem apresentado a capilaridade necessária que se tencionava conseguir no primeiro ano de implantação das alterações. Problemas burocráticos, de um lado, têm sido responsáveis por essa ineficiência. Por outro, o fato de os organismos financeiros terem determinado que os financiamentos de custeio fossem efetuados através do VBC para o rendimento médio observado nos últimos anos, para dada cultura numa determinada região, reduziu drasticamente a potência da política proposta, uma vez que, independentemente do nível de uso de insumos, o valor financiado tem sido o mesmo para a maioria dos agricultores. Em segundo lugar, indefinições nas aplicações das resoluções relativas ao PROAGRO têm comprometido uma maior fluidez na liberação dos financiamentos, chegando-se a uma situação tal que produtores estão sendo obrigados a pagar Seguro Rural e PROAGRO, como tem acontecido no caso do algodão em São Paulo, ocasionando inúmeros problemas na área.

Por outro lado, parte do impacto positivo causado pelos níveis fixados para os Preços Mínimos foi neutralizado por reajustes acima dos níveis previamente concebidos, nos preços nominais de certos insumos no início do ano agrícola, tal como aconteceu com os combustíveis

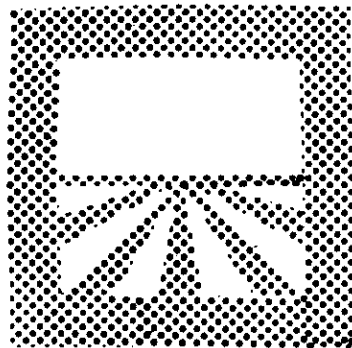
veis (da ordem de 40%) e os fertilizantes. Para estes últimos, tem-se que os nutrientes (NPK, foram aumentando, respectivamente, em 62,5%, 73,6% e 104,5% para cada elemento; para o formulado (04-14-08), o reajuste foi de 67,6% e para os adubos simples, variou de 74,6% a 81,3%, em termos nominais no período de janeiro a setembro de 1979. A elevação nos preços de fertilizantes, determinada pelo CIP em 13/09/79, levou as indústrias a suspenderem os pedidos de fertilizantes já efetuados, o que, além dos acréscimos nos custos sofridos pelos produtores, provocou uma defasagem nos plantios, correlacionada ao atraso na entrega dos insumos.

Somando-se a estes fatores os acréscimos reais nos preços das máquinas, equipamentos e defensivos observados nos últimos anos, e a expectativa quanto à elevação das taxas de inflação para os próximos 8 a 10 meses, poderão ocorrer frustrações das metas preconizadas para o setor agrícola.

As alterações propostas para a política agrícola, no sentido de aumentar a rentabilidade do setor, ao mesmo tempo em que propiciam redução nas expectativas de risco, carecem de contínua revisão ao nível de sua implementação prática. Ademais, a elevação do setor agrícola à categoria de prioridade nacional requer tempo para sua consolidação. Respeitadas as particularidades da produção de cada um dos produtos da agropecuária, as políticas e ações do governo deverão ser encaradas de forma integrada nos segmentos produção/consumo. E para que a agricultura possa, efetivamente, desempenhar o papel que a ela se atribui na economia brasileira, faz-se necessário que a lógica que presidiu a formulação das alterações da política agrícola em 1979 seja mantida e reforçada nos próximos anos, para que os produtores possam consolidar sua confiança na orientação que vem sendo dada ao setor.

Especial atenção deve ser dada aos ganhos possíveis de serem obtidos via diminuição dos desperdícios e abusos ainda prevalentes no sistema global de comercialização dos produtos agrícolas, especialmente daqueles que compõem a cesta básica de alimentação da grande maioria da população. Assim, através da decisiva ação governamental quanto à melhoria do processo de abastecimento, os produtores poderão obter aumentos significativos em suas remunerações, estimulando diretamente os volumes das produções futuras, ao mesmo tempo em que os consumidores beneficiar-se-ão diretamente da grande prioridade agrícola pela diminuição relativa dos preços dos produtos agrícolas consumidos.

2



Custo operacional de produção

2 - CUSTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO

As estimativas de custo de produção para safra a 1979/80 foram obtidas junto aos orgãos locais de pesquisa e extensão dos respectivos estados. Como as metodologias utilizadas são diferentes para cada estado, reorientaram-se os dados, segundo o conceito de custo operacional ⁽¹⁾ onde figuram os seguintes itens: mão-de-obra, operação de máquinas, empreitas, gastos com fertilizantes, defensivos, sementes e mudas, depreciação e juros.

O objetivo desse procedimento é possibilitar a comparação do peso relativo dos componentes principais de custo nos estados analisados. As variações no custo dos produtos comuns às diferentes regiões devem evidenciar os diferentes graus na eficiência alocativa dos fatores de produção bem como as vocações regionais.

Nos estados em que não havia estimativas disponíveis, foram usados os índices da FGV e IEA, em matriz de coeficientes técnicos obtida em anos anteriores. Na projeção do custo para a safra vindoura, consideraram-se os preços para julho de 1979, com os seguintes reajustes: mão-de-obra, adicionou-se de 10% a 15%; corretivo, 5%, exclusive transporte; para os defensivos, tomaram-se os preços dos estados segundo registros da FGV, acrescentando-lhes 20%; empreita, 30% sobre o valor atual; e para a semente adotou-se o valor presente. No caso de máquinas e implementos, os custos diários e depreciação foram calculados considerando-se o preço atual da maquinaria nova e sua respectiva vida útil; para reparos, combustível e lubrificantes adicionou-se 15%, para garagem 10%, e para seguro 0,75%. O juro bancário foi calcula do à taxa de 15% sobre a metade do valor de custeio (exceto adubo), considerado o período de permanência da cultura no solo.

Quando as estimativas provenientes dos estados já se referiam à safra 1979/80, os da dos foram somente reagrupados.

Em relação ao custo operacional do algodão, destacam-se Goiás e Mato Grosso, apresentando os menores valores: Cr\$117,00 e Cr\$107,00 por arroba, respectivamente, quando utilizados os coeficientes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). O Paraná tem custo de Cr\$135,00 por arroba, valor este que está na média dos custos estimados das regiões produtoras. Os demais estados apresentam valores superiores em relação à média, sendo que São Paulo e Minas Gerais têm custos por unidade produzida 13% e 24% maiores, respectivamente. Minas Ge rais tem o menor rendimento com 60 arrobas e Goiás o maior, com 127 arrobas por hectare.

Outro produto cuja existência de dados permite algumas comparações é o arroz, com estimativas para todos os estados da Região Centro-Sul, nos vários processos alternativos de produção. Quanto ao rendimento, o destaque é para o arroz irrigado nos Estados do Rio de Janei ro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. As estimativas de custo por saca produzida apresentam extensa gama de valores, com amplitude total de Cr\$156,00 a Cr\$338,00, embora os valores

⁽¹⁾ Maiores detalhes vide metodologia apresentada no "Prognóstico de São Paulo, 1979/80".

mais baixos, do Rio de Janeiro, sejam provenientes de rendimentos esperados através da utilização do sistema de produção recomendado pela EMBRAPA.

A estimativa de custo do feijão para o Estado de Goiás está bem abaixo do valor estimado nos demais estados, por utilizar os coeficientes técnicos da EMBRAPA. A produtividade no Estado de São Paulo é baixa, porém seu custo é competitivo. Paraná apresenta o segundo menor custo por hectare, valor este de Cr\$372,00 por hectare, enquanto o maior custo é o do Espírito Santo, com Cr\$623,00 por hectare.

O cultivo do milho mostra-se com algumas peculiaridades. Santa Catarina, no sistema de cultivo em pequenas propriedades familiares no oeste do estado, obtém elevada produtividade (70sc./ha) a custo baixíssimo (Cr\$5.328,00/ha). Apesar de suplantada em produtividade pelo Rio Grande do Sul (80sc./ha), este tem, contra si, o dobro do custo daquele Estado (Cr\$11.858,00/ha), o que eleva seu custo unitário, colocando-o duas vezes superior ao de Santa Catarina. Os demais estados, Goiás, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, têm custos crescentes, variando de Cr\$124,00 por saca no primeiro estado, até Cr\$226,00 para o último estado, sendo que Minas Gerais tem o maior custo devido à baixa produtividade (30sc./ha). A média está ao redor das 42 sacas por hectare.

No Rio Grande do Sul, a cultura da soja apresenta rendimento de 26,5sc./ha e quando cultivada em sucessão com o trigo, 22,0sc./ha. O nível de produtividade da soja em Goiás, 40,0sc./ha, é baseado no nível tecnológico indicado pelo "pacote" da EMBRAPA.

Para a cultura da cana-de-açúcar, o custo de plantio em São Paulo (Cr\$33.504,00/ha) é bem mais elevado que o do Estado do Rio de Janeiro (Cr\$22.353,00/ha) para um rendimento levemente superior. Contudo, a eficiência do processo produtivo, em São Paulo, pode ser notada comparando-se os rendimentos e custos unitários para os cortes subsequentes (São Paulo com rendimentos de 74t e 60t e custos unitários de Cr\$181,00 e Cr\$207,00; Rio de Janeiro com rendimentos de 70t e 60t e custos de Cr\$234,00 e Cr\$249,00 por tonelada, respectivamente para soca e ressoca).

Com relação aos custos apresentados, duas observações são relevantes para a correta análise dos mesmos. Admite-se que aqueles custos provenientes dos estados, como safra 1979/80, já têm imbutido os prováveis acréscimos, principalmente para fertilizantes e combustível. Com relação aos estados dos quais se possuíam somente os coeficientes de produção, as estimativas seguem a metodologia apresentada.

Em 23/08/79 foi baixada nova circular CIP nº 122, com alterações nos preços de fertilizantes, ressaltando que essa elevação é máxima para 31/12/79, com descontos de 2,5% por mês para vendas antecipadas. Essa alteração nos preços não foi considerada, na medida em que a uniformização dos preços dos insumos tem como base o mês de julho do corrente ano (exceto São Paulo, que é de maio). Enfatiza-se, ainda, que os cálculos de custo são estimativas antecipadas, pois a safra agrícola desenvolve-se de agosto em diante. Portanto, regra geral a aquisição de insumos é antecipada, por decisão do empresário, não se podendo agregar a estas estimativas a elevação acima, a não ser em novas atualizações.

- Espírito Santo

Segundo informações de crédito rural (Proposta Grupal de Crédito Rural), visando atender aos mini e pequenos produtores, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo (EMATER-ES) apresenta orçamento padrão para grupos de produtores com características homogêneas para as culturas de arroz, feijão e milho levando-se em consideração as

faixas de produtividade e os VBC's (Valor Básico de Custeio) em Cr\$/ha (quadro 1).

QUADRO 1. - Propostas Grupais para Valor Básico de Custeio de Arroz, Feijão e Milho, Conforme Produtividade, Espírito Santo, 1979/80

Produto e classe	Produtividade (kg/ha)	VBC (Cr\$/ha)
Arroz		
Única de várzea	atê 2.800	7.343,00
A irrigado	3.100	9.243,00
B irrigado	3.101-4.600	12.163,00
C irrigado	+ 4.600	12.669,00
Feijão		
A	atê 900	4.328,00
B	901-1.000	4.614,00
C	+ 1.000	5.526,00
Milho		
A	atê 1.500	2.801,00
B	1.501-2.500	4.075,00
C	+ 2.500	5.070,00

Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo (EMATER-ES)

O custo estimado para o arroz varia de Cr\$10.219,00 a Cr\$14.006,00/ha segundo o sistema de produção (várzea ou irrigado) e nível de tecnologia considerados. O mais elevado nível de dispêndio, correspondendo ao maior nível de produtividade, não se traduz em menor custo, como é o caso do arroz classe C, com produtividade acima de 4.600kg/ha e custo de Cr\$182,00/sc.60kg; o arroz classe B, com faixa de produtividade de 3.101 a 4.600/ha, apresenta o custo por sc.60kg oscilando de um máximo de Cr\$265,00 a um mínimo de Cr\$179,00.

As mesmas pressuposições ocorrem para feijão e milho, dado que para a primeira cultura o custo na faixa de produtividade até 900kg/ha, é de Cr\$324,00/sc.60kg, enquanto que na produtividade de mais de 1.000kg o custo estimado por hectare é de Cr\$10.591,00. No caso do milho, o custo estimado é de Cr\$190,00/sc.60kg para produtividade de até 1.500kg/ha e de Cr\$201,00/sc.60kg para níveis acima de 2.500kg/ha.

Regra geral, a participação da mão-de-obra é o item mais elevado, e esta tem relação direta com os níveis mais baixos de tecnologia, explicados pelo uso mais intensivo da força de trabalho familiar. No cultivo de arroz classe única (várzea) e classe A (irrigado), a mão-de-obra participa com 75% e 67%, respectivamente. Também no milho e feijão classe A, a participação atinge os 70%.

Nos cultivos de tecnologia mais avançada a força manual é substituída pela mecânica; por exemplo, no arroz classe C a operação de máquinas alcança 35% enquanto a participação da mão-de-obra é de 6%. No arroz e feijão classe C, de nível tecnológico mais elevado, a participação do item adubo é relevante - 30% para o arroz e 44% para o feijão (quadro 2).

QUADRO 2. - Estimativa de Custo Operacional de Algumas Culturas, Estado do Espírito Santo, 1979/80

Produto e classe	Rendimento (sc.60kg)	Mão-de-obra		Semente		Adubo e corretivo		Defensivo		Operação de mão./animal		Outros (1)		Debulhador empreita		Custo operacional (Cr\$)	
		Cr\$/ha	%	Cr\$/ha	%	Cr\$/ha	%	Cr\$/ha	%	Cr\$/ha	%	Cr\$/ha	%	Cr\$/ha	%	Por ha	Por sc.60kg
Arroz (2)																	
Única	47	7.840	75	700	7	800	8	152	1	-	-	933	9	-	-	10.425	222
A	52	6.880	67	350	3	1.128	11	94	1	720	7	1.049	11	-	-	10.219	196
B	52 a 77	5.360	39	350	3	2.623	19	1.918	14	2.100	15	1.425	10	-	-	13.776	265 a 179
C	acima de 77	800	6	560	4	4.221	30	1.918	14	4.950	35	1.557	11	-	-	14.006	182
Feijão																	
A	15	3.440	71	1.000	21	-	-	117	2	-	-	203	4	100	2	4.860	324
B	15 a 17	3.520	43	1.200	15	1.428	17	117	1	1.440	18	300	4	160	2	8.165	544 a 480
C	acima de 17	2.560	25	1.200	11	4.692	44	117	1	1.200	11	552	5	300	3	10.591	623
Milho																	
A	25	3.320	70	240	5	454	9	91	2	-	-	411	9	250	5	4.766	190
B	25 a 42	2.960	44	255	4	1.406	21	111	2	900	13	668	10	410	6	6.710	268 a 160
C	acima de 42	3.000	35	255	3	2.585	31	130	2	900	11	966	11	600	7	8.436	201

(1) Outro incluem sacaria, assistência técnica e seguro referente ao PROAGRO.

(2) Classe única, cultivado em várzea úmida; classes A, B e C, irrigado.

Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo (EMATER-ES).

É de se esperar que níveis mais elevados de tecnologia, com uso mais intensivo de insumos, resultem em menores custos por unidade do produto. No caso do arroz classe C isto ocorre, pois os itens operação de máquinas (35%), adubo e corretivo (30%) e defensivo (14%) somam juntos 79% do custo total, porém no feijão, apesar do fertilizante representar o maior percentual de uso (44%), isto não ocorre.

Os dados para o Espírito Santo são indicativos de níveis de custo segundo produtividade que não é representativa da realidade do Estado, pois os rendimentos observados segundo os dados de área e produção estadual são os seguintes: arroz de sequeiro, 24 sacas/hectare; arroz de várzea, 30 sacas/hectare; arroz irrigado, 37 sacas/hectare; feijão, 9 sacas/hectare, e milho, 19 sacas/hectare.

- Rio de Janeiro

As estimativas de custo operacional para os produtos selecionados do Estado do Rio de Janeiro foram calculadas pelo IEA. No caso de arroz irrigado e citros tomaram-se por base os coeficientes técnicos de produção elaborados pela EMBRAPA. Os preços dos insumos utilizados são, em sua maioria, publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), porém, para algumas operações e insumos, específicos da cana-de-açúcar, utilizaram-se dados coletados pela Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool Ltda. (COPERFLU), a exemplo das estimativas de custo operacional. Para a laranja, os preços de defensivos e de alguns equipamentos são "posto São Paulo", dada a dificuldade em obtê-los na região em estudo.

O item que mais onera o custo da produção do arroz neste Estado é a mão-de-obra, com participação de 74% e 67%, respectivamente, para os sistemas de cultivo animal e motomecanizado animal (quadro 3).

Vale ressaltar que a produtividade de 80 sacas por hectare é a estimada pela EMBRAPA para os dois sistemas de produção. No entanto, o que se verificou no Estado do Rio de Janeiro para a safra 1978/79 foi um rendimento de 51,7 sacas/ha, bem inferior àquela considerada.

Para a cultura da cana, os itens que mais oneram os produtores são, notadamente, a colheita e o transporte, operações normalmente realizadas por empreita.

As estimativas de custo para a cana-de-açúcar são representativas de lavouras de usinas, cujas produtividades de 90, 70 e 60 toneladas por hectare, para o 1º corte, soca e ressoca, estão acima não só dos fornecedores autônomos, como também da média daquela região. Dados do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) referentes à média dos cortes de cana colhida nos anos 1972-78 comprovam que os usineiros colheram, neste período, na área de "baixada", em torno de 65 toneladas por hectare, e no chamado "tabuleiro", 52 toneladas por hectare, enquanto os fornecedores autônomos colheram 57 e 56 toneladas por hectare na "baixada" e "tabuleiro", respectivamente.

Na formação da citricultura, o primeiro ano é o que apresenta maior custo, sendo a muda e mão-de-obra os itens que mais oneram o custo operacional. Nos anos seguintes de formação, o custo operacional se reduz bastante, para aumentar novamente a partir do 5º ano, que se constitui na manutenção, quando os gastos com mão-de-obra (Cr\$4.505,00) voltam a ser relevantes, devido aos dias de trabalho dispendidos na colheita dos frutos. Gastos com adubos e corretivos na manutenção (Cr\$3.649,00) aparecem com maior destaque que nos anos de formação. O valor e a participação do item depreciação é bem mais significativo que nos anos de formação, devido à inclusão da depreciação do pomar.

QUADRO 3. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare de Culturas Seleccionadas, Estado do Rio de Janeiro, 1979/80

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra		Semente ou muda		Adubo ou corretivo		Defensivo		Operação de maq. animal		Outros ⁽¹⁾		Empreita ⁽²⁾		Depreciação ⁽³⁾		Custo operacional (Cr\$)	
	Por ha	Unidade	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Por ha	Por unid.
Arroz irrigado TA	80	sc.50kg	9.270	74	676	5	-	-	-	-	493	4	1.815	15	-	-	245	2	12.499	156
Arroz irrigado TMA	80	sc.50kg	8.757	67	676	5	-	-	-	-	1.423	11	1.857	14	-	-	389	3	13.102	164
Cana-de-açúcar plantio TMA	90	t	954	4	1.556	7	2.197	10	313	1	1.783	8	2.828	13	12.285	55	437	2	22.353	248
Cana-de-açúcar 1ª soca TM	70	t	266	2	-	-	3.593	22	-	-	476	3	2.333	14	9.555	58	122	1	16.345	234
Cana-de-açúcar 2ª soca TM	60	t	266	2	-	-	3.593	24	-	-	526	4	2.235	15	8.190	54	122	1	14.932	249
Citros 1ª ano TM (408 pés)	-	-	7.202	13	9.288	42	1.646	8	319	2	1.637	7	1.412	6	-	-	402	2	21.906	-
Citros 2ª ano TM (408 pés)	-	-	1.302	34	-	-	927	25	342	9	801	21	212	6	-	-	176	5	3.760	-
Citros 3ª ano TM (408 pés)	20	cx.27kg	1.647	33	-	-	1.117	22	342	7	1.267	26	273	6	-	-	280	6	4.926	-
Citros 4ª ano TM (408 pés)	204	cx.27kg	2.325	30	-	-	1.561	20	1.180	15	1.860	24	431	6	-	-	425	5	7.782	-
Citros manutenção TM (408 pés)	612	cx.27kg	4.505	31	-	-	3.649	25	1.475	10	1.983	13	626	4	-	-	2.376	17	14.714	24

⁽¹⁾ Foram incluídos: embalagem, juros bancários. No caso da cana, inclui-se a capina química, que é feita por empreita.

⁽²⁾ Incluso, também, o transporte da cana que é feito por empreita.

⁽³⁾ No caso da laranja (manutenção), inclui-se, também, a depreciação do pomar.

Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool Ltda (COPERFLU).

A produtividade esperada de laranja no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1979, está em torno de 15,6 toneladas por hectare, não muito distante da produtividade da EMBRAPA (16,5 toneladas).

- Minas Gerais

As estimativas de custo operacional para as principais culturas do Estado de Minas Gerais basearam-se em coeficientes técnicos fornecidos pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) (quadro 4). Dada a dificuldade em se obter os preços dos fatores e insumos em tempo hábil, os custos para esse Estado foram obtidos com a utilização de índices do IEA e da FGV, tomando-se como base os custos estimativos do ano anterior.

O item de maior peso relativo no custo é a mão-de-obra. Entre as culturas analisadas, a mão-de-obra representa 50% dos custos do feijão, vindo a seguir o algodão e o arroz, com 47%. Caracteristicamente, o algodão é uma cultura que absorve intensivamente mão-de-obra, pois o processo de colheita ainda não apresenta alternativa de mecanização economicamente favorável. Por outro lado, feijão e arroz são dois cultivos tradicionais que têm níveis razoáveis de produtividade no Estado, porém, dado o processo de cultivo, o uso da mecanização ainda é bastante baixo. Assim, no arroz a mão-de-obra participa com 28% e a operação de máquinas, com 20%.

O uso de adubo na cultura do algodão é relativamente baixo, quando se considera que este item representa somente 9% do custo, enquanto que defensivo, com 22%, é o único insumo, dentre os analisados, com participação significativa no custo. Adubos e corretivos apresentam índices de participação relativa girando ao redor de 20% a 30% do custo, sendo o arroz de sequeiro, tração mecanizada, aquele com maior participação relativa (33%); com produtividade de 30 sacas por hectare, apresenta um custo de Cr\$241,20/sc.50kg, contra Cr\$226,50 no cultivo à tração animal.

A cana-de-açúcar tem no item "outros" uma participação elevada (26%), porém, isto se deve aos gastos efetuados com transporte em empreita, a Cr\$64,00/tonelada. Além deste, também estão englobados aí os juros bancários.

A cultura do milho, junto com o arroz de sequeiro, ambas mecanizadas, tem uma distribuição relativamente uniforme dos itens na composição dos custos. A mão-de-obra participa com 22%, adubo e corretivos com 30%, uso de máquinas e equipamentos com 29% e depreciação, 10%.

Dentre as estimativas apresentadas, a de arroz de sequeiro, no processo por mecanização animal e com menor uso de insumos (adubos e defensivos), permite a obtenção do custo unitário menor (Cr\$226,50/sc.50kg), apesar da produtividade média esperada de 20sc./ha ser 2/3 da produtividade esperada no sistema com maior grau tecnológico.

- Goiás

Baseado em dados preliminares da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-GO), obtiveram-se as estimativas de custo operacional de algumas culturas (quadro 5).

O uso de máquinas, em média, é significativo em termos percentuais entre as seis culturas em estudo excedido somente pela depreciação. O milho é a cultura em que o custo das máquinas participa com maior proporção (31%), seguido pelo arroz (29%), feijão (29%), soja (24%), algodão (17%) e, finalmente, mandioca (6%).

A mão-de-obra destaca-se como o fator de maior participação no custo operacional

QUADRO 4. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare de Culturas Seleccionadas, Estado de Minas Gerais, 1979/80

Produto	Produtividade		Mão-de-obra		Semente		Adubo e corretivo		Defensivo		Operação máquina ⁽¹⁾		Outros ⁽²⁾		Depreciação ⁽³⁾		Custo operacional (Cr\$)	
	Por ha	Unidade	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Por ha	Por unid.
Algodão TM	60	15kg	4.734	47	294	3	903	9	2.172	22	1.016	10	514	5	444	4	10.077	167,95
Amendoim TM	60	sc.25kg	2.256	25	2.691	30	1.257	14	513	6	1.485	16	304	3	555	6	9.061	151,02
Arroz de sequeiro TMA	30	sc.50kg	2.034	28	359	5	2.387	33	272	4	1.431	20	227	3	526	7	7.236	241,20
Arroz de sequeiro TA	20	sc.50kg	2.125	47	359	8	1.505	33	20	0	243	5	137	3	141	3	4.530	226,50
Cana-de-açúcar TM (plantio)	80	t	9.423	33	2.912	10	4.512	16	242	1	2.825	10	7.478	26	1.152	4	28.544	356,80
Cana-de-açúcar TM (soca e ressoca)	40	t	2.311	23	-	-	3.105	31	216	2	1.052	10	3.053	30	355	4	10.092	252,30
Feijão TA	15	sc.60kg	3.740	50	889	12	1.802	24	458	6	327	4	169	2	177	2	7.562	504,13
Mandioca TMA	15	t	4.087	43	1.820	19	903	9	513	5	1.295	13	578	6	515	5	9.711	647,40
Milho TM	30	sc.60kg	1.492	22	225	3	2.012	30	125	2	1.986	29	267	4	686	10	6.793	226,43

⁽¹⁾ Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificante.

⁽²⁾ Foram incluídos juros bancários e empreitas.

⁽³⁾ Somente capital em máquinas e animais de trabalho.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EPAMIG.

QUADRO 5. - Estimativa de Custo Operacional de Culturas Seleccionadas, Estado de Goiás, 1979/80

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra		Máquinas e implementos		Semente		Defensivo		Fertilizante		Outros (1)		Custo operacional (Cr\$)	
	Por hectare	Unidade	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Por ha	Por unid.
Algodão herbáceo TM	127	15kg	3.753	25	2.500	17	360	02	4.260	29	2.722	18	1.299	09	14.894	117,28
Arroz de sequeiro TM	26	sc.60kg	382	07	1.480	29	594	12	150	03	1.864	37	596	12	5.066	194,85
Feijão solteiro TM	20	sc.60kg	612	11	1.610	29	800	14	200	04	1.800	33	492	09	5.514	275,70
Mandioca TMA	15	t	4.812	54	540	06	500	06	300	03	2.300	26	461	05	8.913	594,20
Milho solteiro TM	50	sc.60kg	454	07	1.904	31	300	05	210	03	2.790	45	567	09	6.225	124,50
Soja TM	40	sc.60kg	632	09	1.626	24	1.050	15	910	13	2.027	30	582	09	6.827	170,68

(1) Outros: inclui transporte (exceto mandioca) mais juros bancários e depreciação.

Fonte: Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Goiás (CEPA-GO).

da mandioca (54%), seguindo-se o algodão (25%); para o restante das culturas, gira em torno de 9%.

Defensivos foi o item que mais onerou o custo operacional do algodão (29%), e da soja (13%).

O item "outros" é o de distribuição mais uniforme, quanto à proporção, dentre as atividades consideradas. Compõe-se de transporte (exceto na mandioca) e de juros bancários. Seus percentuais estão ao redor de 12% para o arroz, 9% para algodão, feijão, milho e soja e 5% para a mandioca.

- Mato Grosso

Os coeficientes técnicos utilizados para efeito de cálculo de custos originam-se de estudos realizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso (EMATER-MT) ⁽²⁾ para as culturas do algodão, arroz de sequeiro e trigo. Os preços dos fatores utilizados para máquinas, defensivos, fertilizantes e semente de arroz foram colätados junto à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (EMPAER-MS). Os da mão-de-obra e de sementes de algodão e trigo foram atualizados com base em Índices da FGV. Os custos diários de máquinas e equipamentos adotados são os de São Paulo.

Para o algodão, cultura de uso intensivo do fator mão-de-obra, devido à colheita ser totalmente manual, este item representa 75% do custo. Em igualdade de uso, tanto da mão-de-obra como nas condições propícias de mecanização, certamente o preço relativo do primeiro fator é preponderante. Para uma produtividade de 80 arrobas por hectare, corresponde um custo de Cr\$106,00 por arroba produzida (quadro 6).

O arroz de sequeiro e o trigo apresentam nas operações de cultivo e colheita alto grau de mecanização, conforme mostram as participações relativas no custo. No arroz, a mão-de-obra participa com 11% e maquinaria com 29%, enquanto que para o trigo representam, respectivamente, 6% e 18%.

Defensivos apresentam baixos índices de utilização nas três culturas analisadas, em quanto fertilizante tem, relativamente, elevado nível de utilização, representando para o arroz 30% do custo, e para o trigo, 43%.

- São Paulo

O custo para o Estado de São Paulo segue a metodologia básica de custo operacional ⁽³⁾. As estimativas ora apresentadas têm seu cálculo definido pouco antes do início de cada ano agrícola, a partir das matrizes de coeficientes físicos dos diferentes produtos de maior representatividade na agricultura paulista. Dado que os custos de insumos e fatores variam com o tempo, são feitas projeções de elevação dos itens que são agregados aos respectivos custos e devem representar, com razoável segurança, a efetivação do mesmo no ano agrícola seguinte.

O valor da mão-de-obra, no Estado, é ponderado segundo as diferentes categorias de trabalhadores existentes, respeitadas as variações regionais que ocorrem. Com base em acrés

⁽²⁾ Estes estudos são anteriores à divisão do antigo Estado de Mato Grosso em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em 1978

⁽³⁾ Maiores detalhes vide "Prognóstico São Paulo, 1979/80".

QUADRO 6. - Estimativa de Custo Operacional de Culturas Seleccionadas, Estado de Mato Grosso do Sul, 1979/80

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra		Maquinaria		Defensivos		Fertilizantes		Sementes		Outros ⁽¹⁾		Custo operacional (Cr\$)	
	Por hectare	Unidade	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Por ha	Por unid.
Algodão TA	80	15kg	6.435	75	503	06	639	08	-	-	104	01	855	10	8.537	106
Arroz de sequeiro TM ⁽²⁾	27	sc.60kg	937	11	2.414	29	621	07	2.512	30	612	07	1.302	16	8.398	311
Trigo TM ⁽²⁾	20	sc.60kg	471	06	1.218	18	412	06	2.971	43	1.360	20	464	07	6.896	344

⁽¹⁾ Outros: sacaria, depreciação de máquinas e juros bancários compõem o custo de algodão e arroz; no caso do trigo, apenas depreciação de máquinas e os juros bancários.

⁽²⁾ No item mão-de-obra estão incluídos a empreita, transporte e secagem.

Fonte: Calculado pelo IEA com base nos coeficientes técnicos da EMATER-MT e segundo preços da EMPAER-MS.

cidos observados nos anos agrícolas anteriores e corrigidos segundo a elevação do salário mínimo, tem-se uma projeção da elevação média estadual estimada em torno de 40%. Para máquinas e equipamentos, seus custos diários agregam estimativas de aumento de 10% em reparos, e 30% para combustível e lubrificantes. O preço de sementes ou mudas são aqueles constantes para venda no ano anterior pela Secretaria da Agricultura acrescidos de 30%.

Para os fertilizantes, seus preços foram definidos, segundo os valores tabelados pelo CIP em maio de 1979, adicionados do custo do processo de mistura, sobre os quais projetou-se mais 12%, além do frete de transporte na base de Cr\$313,00/tonelada; para os defensivos utilizaram-se as tabelas fornecidas pelas firmas nos meses de maio/junho acrescidas de 20%. Os juros foram calculados na base de 15% ao ano sobre valores de custeio, exceto adubo.

Para outros itens, como empreita, embalagens e calcário, projetaram-se acréscimos de 20%, 30% e 12% sobre os valores de maio/junho do corrente ano (4).

Em relação ao peso dos diversos itens componentes do custo, a mão-de-obra se mostra mais importante nas culturas do feijão (45%), mamona (53%) e laranja (26%). Na cultura do algodão o peso menor da mão-de-obra se deve à colheita ser englobada no item "outros" por ser considerada na forma de empreita. Adubos e corretivos têm peso significativo em trigo, soja e feijão, enquanto o defensivo, somente para cultura da laranja mostra-se mais significativo. Como regra geral, para culturas mecanizadas, a participação do item máquina é elevado nas culturas de arroz de sequeiro (33%), arroz irrigado (23%), milho (34%) e cana-de-açúcar (24%) (quadro 7).

- Paraná

O Departamento de Economia Rural (DERAL) e a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-PR) estimaram os custos de produção de sete culturas, que são apresentados no quadro 8.

Seus itens foram reagrupados segundo o conceito de custo operacional, para possibilitar uma análise interestadual.

A mão-de-obra é bastante significativa na composição dos custos da mamona, algodão e feijão, representando, respectivamente, 81%, 33% e 33%.

O item defensivo contribuiu com aproximadamente a mesma percentagem nas diversas culturas, com exceção do milho, com 3% e da mamona, onde este insumo não é utilizado.

Com relação a fertilizante e corretivos, cabe ressaltar que o amendoim e a mamona não os utilizam, enquanto que, para os demais produtos, o peso destes, em termos de despesa, é significativo, variando de 16% para o algodão e 32% para o arroz.

O item utilização de animais é inexpressivo no Estado, figurando apenas na composição dos custos do feijão e da mamona, em ambos com somente 2%.

No amendoim se destaca o item semente, responsável por 46% do custo, seguido pelo feijão e soja, culturas nas quais este item representa apenas 13% e 12%, respectivamente, de seus custos operacionais.

Na cultura do algodão a mão-de-obra representa 33% do custo, perdendo apenas para a mamona, enquanto o custo da soja é onerado em apenas 8% com este item. A maior participação da mão-de-obra no algodão se deve ao fato da colheita ser ainda uma operação manual, enquanto que na soja esta é inteiramente mecanizada. As máquinas e implementos contribuem com 20% no caso do algodão e 31%, na soja. O produto em que este item mais pesa, em termos relativos, é o arroz, com 37%, e cuja produção é voltada exclusivamente para o mercado interno.

(4) Maiores detalhes vide "Prognóstico São Paulo, 1979/80".

QUADRO 7. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare de Culturas Seleccionadas, Estado de São Paulo, 1979/80

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra		Semente ou muda		Adubo e corretivo		Defensivo		Operação de maq. animal		Outros ⁽¹⁾		Depreciação ⁽²⁾		Custo operacional (Cr\$)	
	Por ha	Unidade	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Por ha	Por unid.
Algodão TM (sub-região Orlândia)	118	15kg	2.280	13	229	1	3.591	20	3.301	18	2.402	13	5.723	31	701	4	18.227	154
Amendoim águas TM (Pompéia)	86	sc.25kg	1.324	8	5.262	31	1.560	10	2.060	13	3.085	19	2.234	14	816	5	16.341	190
Arroz sequeiro TM (Barretos)	20	sc.60kg	812	13	289	5	882	14	45	1	2.123	33	1.570	25	578	9	6.299	315
Arroz irrigado TM (Vale do Paraíba)	39	sc.60kg	1.521	14	1.053	9	1.689	15	1.780	16	2.578	23	1.890	17	722	6	11.233	288
Feijão águas TA (Itapeva)	10	sc.60kg	2.039	45	541	12	820	18	268	6	149	3	599	13	142	3	4.558	456
Feijão águas TM (Itapeva)	16	sc.60kg	2.181	23	537	6	2.593	27	1.558	17	1.639	18	391	4	443	5	9.342	584
Mamona TMA (Presidente Wenceslau)	20	sc.60kg	4.111	53	37	1	1.200	16	49	1	1.414	18	491	6	412	5	7.714	386
Milho TM (Estado)	41	sc.60kg	1.269	16	165	2	2.202	28	-	-	2.635	34	821	11	719	9	7.811	190
Soja TM (Ribeirão Preto)	35	sc.60kg	487	7	749	11	2.372	34	1.022	15	1.608	23	197	3	479	7	6.914	198
Trigo TM (Assis)	30	sc.60kg	218	4	1.263	20	2.355	37	530	9	1.217	20	315	5	325	5	6.223	207
Cana-de-açúcar-plantio TM (Rib. Preto)	96	t	2.875	9	5.158	15	6.612	20	1.654	5	8.176	24	6.813	20	2.216	7	33.504	349
Cana-de-açúcar-soca TM	74	t	1.757	13	-	-	2.104	16	1.021	8	3.510	26	3.947	29	1.064	8	13.403	181
Cana-de-açúcar-ressoca TM	60	t	1.481	12	-	-	2.250	18	1.095	9	3.363	27	3.263	26	967	8	12.419	207
Laranja formação (19 ao 49 ano) 200 pés-TM	200	cx.	11.144	26	4.875	12	5.940	14	5.455	13	9.727	23	2.395	6	2.435	6	41.971	-
Laranja produção 200 pés TM	400	cx.	3.741	22	-	-	3.555	21	4.558	27	2.809	16	886	5	1.614	9	17.163	43

⁽¹⁾ Sacaria, beneficiamento, juros bancários e seguros.

⁽²⁾ Capital em máquinas e animais de trabalho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 8. - Estimativas de Custo Operacional por Hectare de Culturas Seleccionadas, Estado do Paraná, 1979/80

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra		Máquinas e implementos		Defensivos		Fertilizante e corretivo		Semente		Animais		Outros		Custo operacional (Cr\$)	
	Por hectare	Unidade	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Por ha	Por unid.
Algodão (TM)	110	15kg	4.893	33	2.966	20	2.114	14	2.385	16	660	5	22	-	1.756	12	14.756	135
Amendoim (TA)	60	sc.60kg	1.915	26	443	6	999	14	-	-	3.374	46	138	-	453	6	7.322	122
Arroz (TM)	30	sc.60kg	72	-	2.569	37	1.040	15	2.142	31	450	7	-	-	699	10	6.972	232
Feijão (TA)	16	sc.60kg	1.970	33	575	10	781	13	1.372	23	800	13	100	2	354	6	5.952	372
Mamona (TA)	20	sc.60kg	2.651	81	36	-	-	-	-	-	225	7	60	2	300	9	3.272	164
Milho (TM)	45	sc.60kg	1.604	25	1.756	27	160	3	1.958	30	234	4	22	-	738	11	6.472	144
Soja (TM)	35	sc.60kg	597	8	2.371	31	1.297	17	1.914	25	900	12	-	-	511	7	7.590	217

(¹) Tração motomecanizada.

(²) Tração animal.

Fonte: Departamento de Economia Rural (DERAL) e Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-PR).

- Santa Catarina

A estrutura fundiária de Santa Catarina caracteriza-se pela presença de propriedades de tamanho familiar, com o maior número delas situado na classe de 10 a 25 hectares (37%) e outros 31% nas classes inferiores. Desta forma, a predominância da tecnologia utilizada pelos "colonos" é a tração animal, obtendo altas produtividades. Foram calculados custos operacionais para arroz, feijão, mandioca, milho e soja, através de preços dos fatores utilizados do próprio estado (quadro 9).

Para as condições de Santa Catarina, com alta participação das pequenas propriedades, existe, caracteristicamente, uma uniformidade na participação nos custos, dos itens da mão-de-obra e utilização da adubação em todas as culturas, exceto para mandioca, onde o peso maior incide na mão-de-obra. Entre as culturas analisadas, arroz irrigado e soja com tração mecanizada têm a participação do item máquinas, na composição do custo, bastante significativa com, respectivamente, 35% e 31%.

Milho e soja são culturas onde adubação tem o maior peso, respondendo por 43% e 41%, respectivamente, dos custos apresentados.

Comparando-se o custo operacional por unidade produzida, com os preços mínimos 1979/80, observa-se que estes últimos são mais elevados que os custos, chegando a um diferencial de apenas 2,3% na soja TM a 164,1% no milho TA. Os demais produtos têm o preço mínimo superior em: arroz, 26,4%; feijão, 28,6%; mandioca, 62,2%; milho TMA, 143,6%, e soja TA, 38,5%.

No agregado das culturas houve um acréscimo de 51% em relação aos custos operacionais do ano anterior.

- Rio Grande do Sul

Calcado em dados do IRGA (arroz irrigado), Comissão Estadual de Planejamento Agropecuário do Rio Grande do Sul (CEPA-RS) (milho com tecnologia recomendada) e Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul (FECOTRIGO) (soja em e sem sucessão e trigo) foram realizadas as estimativas dos custos operacionais (quadro 10).

As culturas estudadas apresentam características comuns por serem mecanizadas e por utilizarem insumos modernos como corretivos, fertilizantes e defensivos, dado o estágio em que se encontra a agricultura gaúcha.

Para o arroz irrigado com produtividade de 3.750kg/ha, são necessários Cr\$338,00 para se produzir uma saca de 60kg; para milho com tecnologia recomendada, com produtividade de 4.800kg/ha, o custo estimado por saca de 60kg ficou em Cr\$148,23. A soja em sucessão tem uma produtividade de 1.350kg/ha, a um custo de Cr\$285,47 por saca. Para a mesma cultura, sem sucessão (produtividade de 1.590kg/ha), o custo é de Cr\$300,00 por saca. Finalmente, o trigo em sucessão, com 1.200kg por hectare, tem um custo de Cr\$285,30 por saca.

No arroz irrigado, cujos valores são os de maio de 1979, a participação do item "outros" é alta e perfaz 38% do custo operacional, pois como se sabe esta cultura necessita de operações específicas, as quais não se enquadram nos itens de custos especificados no quadro 10; máquinas e equipamentos participam com 35%. Estes consistem nos itens de maior despesa. Para o milho, cujos preços são os de junho de 1979, soja em sucessão e trigo, os itens mais onerosos do custo operacional são maquinaria e fertilizantes, da ordem de 30%, cada um deles. Para a soja sem sucessão, a participação do item adubos e defensivos é de 34%, porém, o de máquinas é de somente 7%, elevando-se a da mão-de-obra para 19%. Regra geral estes percentuais

QUADRO 9. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare de Culturas Selecionadas, Estado de Santa Catarina, 1979/80

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra		Semente e muda		Adubo e corretivo		Defensivo e herbicida		Operação de máquina		Outros (1)		Colheita por empreita		Depreciação de máquina		Custo operacional (Cr\$)	
	Por ha	Unidade	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Por ha	Por unid.
Arroz irrigado TMA	73	sc.50kg	2.314	13	1.080	6	2.220	12	2.296	12	6.410	35	684	4	1.586	8	1.883	10	18.473	253,05
Feijão das águas TA	21	sc.60kg	3.360	34	640	6	3.570	36	316	3	693	7	798	8	357	3	266	3	10.000	476,19
Mandioca TMA	30	t	8.660	61	595	4	2.778	19	378	3	855	6	787	5	-	-	293	2	14.346	478,20
Milho TMA	70	sc.60kg	979	18	252	5	2.282	43	59	1	1.242	23	201	4	-	-	313	6	5.328	76,11
Milho TA	80	sc.60kg	2.210	39	252	4	2.282	41	59	1	422	8	226	4	-	-	169	3	5.620	70,25
Soja TM	31	sc.60kg	587	6	1.138	12	1.985	21	1.454	15	2.955	31	323	3	-	-	1.112	12	9.554	308,19
Soja TA	36	sc.60kg	3.250	40	858	10	2.472	30	310	4	378	5	259	3	421	5	244	3	8.192	227,56

(1) Juro bancário, beneficiamento e embalagem.

Fonte: Coeficientes técnicos da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina (EMATER-SC).

QUADRO 10. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare de Culturas Seleccionadas, Estado do Rio Grande do Sul, 1979/80

Produto	Produtividade		Mão-de-obra		Máquinas e implementos		Semente		Defensivo		Fertilizante e corretivo		Outros		Custo operacional (Cr\$)	
	Por ha	Unidade	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr%	%	Cr%	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Por ha	Por unid.
Arroz irrigado TM ⁽¹⁾	75,0	sc.50kg	849	4	7.412	35	1.888	9	1.175	6	1.802	8	7.988	38	21.114	281
Milho com tecnologia recomendada TM ⁽²⁾	80,0	sc.60kg	676	6	4.378	37	368	3	1.170	10	4.615	39	652	5	11.859	148
Soja em sucessão TM	22,5	sc.60kg	627	10	1.652	26	683	10	815	13	1.934	30	712	11	6.423	285
Soja sem sucessão TM	26,5	sc.60kg	1.131	19	423	7	683	11	815	14	2.011	34	887	15	5.950	225
Trigo em sucessão TM	20,0	sc.60kg	611	11	1.658	29	682	12	236	4	1.958	34	560	10	5.705	285

⁽¹⁾ Valor em cruzeiro corrente de maio de 1979.

⁽²⁾ Valor em cruzeiro corrente de junho de 1979.

Fonte: arroz, Instituto Rio-grandense de Arroz (IRGA); milho, Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA); soja e trigo, Federação das Cooperativas Brasileira de Trigo e Soja Ltda (FECOTRIGO).

indicam a elevada utilização de insumos modernos nas culturas.

A mão-de-obra tem uma participação média, no conjunto das culturas, de 9%; o extremo inferior de 4%, para o arroz irrigado, pode ser explicado pela agregação da mão-de-obra em outros itens, como máquinas e equipamento, por exemplo; extremo superior, tem-se 14% para soja em sucessão.

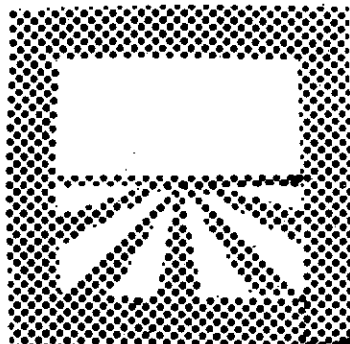
No item máquinas e equipamentos, a participação percentual média ficou em torno de 31%, e no de sementes, em torno dos 9%.

Para defensivos, a média está ao redor dos 8%; as mais baixas participações foram para o trigo (4%), e o arroz (6%).

No item fertilizante e corretivo a participação média foi de 27% dos custos.

(IEA, 04/10/79)

3



Mercados de
fatores

preço (47,7%), seguido do sulfato de amônia (42,3%), uréia (38,6%), superfosfato triplo (32,6%) e superfosfato simples (31,4%).

Por sua vez, ao se confrontar a amplitude de variação de preços de fertilizantes nos estados verifica-se aumento nesta amplitude para o sulfato de amônia e superfosfato triplo, ao passo que, para cloreto de potássio, uréia e superfosfato simples houve diminuição. O sulfato de amônia apresentou nos anos agrícolas de 1977/78 e 1978/79, entre estados, aumento de amplitude nos preços correntes de 19,9% para 24,8%; o superfosfato triplo passou de 10,1% para 18,5%; o cloreto de potássio, de 18,6% diminuiu para 15,4%; a uréia, de 12,5%, passou para 12,0%; e o superfosfato simples, de 33,1% para 31,1%.

Quanto aos preços médios de fertilizantes pagos pelos agricultores, em termos reais, verificou-se que no ano agrícola de 1978/79, em todos os estados da Região Centro-Sul, os preços de superfosfato simples, superfosfato triplo e uréia (exceto Mato Grosso), foram inferiores aos do ano agrícola 1977/78. O mesmo ocorrendo com o sulfato de amônia, com exceção dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo, em que houve acréscimo nos preços reais, respectivamente de 3,0%, 2,2% e 0,5%. Por sua vez, com exceção dos Estados do Rio de Janeiro e Santa Catarina, o cloreto de potássio apresentou aumento no preço real, sendo que o maior aumento ocorreu no Estado de Mato Grosso (5,6%).

No que se refere aos preços de calcário, pagos pelos agricultores, nos nove estados da Região Centro-Sul, verificaram-se no ano agrícola de 1978/79 valores correntes superiores aos do ano agrícola anterior, em média 21,4% a mais. No entanto, em valores reais houve um decrêscimo médio de 15,5%.

O Conselho Interministerial de Preços, em 23/09/79, estabeleceu novos preços máximos para venda de fertilizantes ensacados, aos consumidores finais, em todo território nacional, com a resolução do CIP nº 122/79, publicada no D.O.U de 31/08/79. Segundo esta Portaria os preços de venda foram considerados para pagamento em dezembro de 1979; às vendas com pagamento antecipado à data de referência, deverá ser concedido desconto mínimo de 2,5% ao mês.

Os preços máximos de venda de elementos simples ensacados na última portaria do CIP tiveram aumentos, em termos correntes, que variaram de 24,6% a 91,3%, quando se compara com a resolução CIP nº 87 de 30/01/79, enquanto que os nutrientes N, P, K sofreram aumentos, respectivamente, de 72,5%, 83,6% e 114,5%, e a fórmula 04-14-08 teve acréscimo de 77,6% (quadro 16). Neste período, de março a setembro, os preços máximos de venda de fertilizantes, em termos reais, apresentaram acréscimos que, para os elementos simples, se situaram entre 0,4% e 22,5%, com exceção do termofosfato, salitre do Chile, potássico, sulfato de potássio e fosfato granulado (26/12), os quais apresentaram decréscimos no preço real, respectivamente, de 14,41%, 1,5%, 1,2% e 1,1%. Por sua vez, para os nutrientes N, P, K os acréscimos se situaram entre 18,6% a 47,4% e para a fórmula 04-14-08 em cerca de 22,1% em termos reais.

Os substanciais aumentos nos preços de fertilizantes, principalmente nas misturas de NPK, que ocorreram nos últimos sete meses, serviram para compatibilizar os preços com a evolução de custos ao nível de indústria de fertilizantes. Porém, a elevação dos preços pagos pelos agricultores refletem-se diretamente no custo de produção, reduzindo o seu poder de compra. Esse fato, aliado ao retardamento da entrega do adubo para a sua utilização na época correta resultou num valor de financiamento agrícola inferior às necessidades do agricultor. Assim, observa-se que os aumentos reais ocorridos nos preços dos fertilizantes terão efeito no sentido de elevar os custos de produção agrícola e de redução na demanda desse insumo. Este fato pode reduzir os efeitos esperados pelo governo através da política de preços mínimos para o ano agrícola 1979/80.

Analisando-se as relações de preço de produto agrícola e de nitrogênio em 1978, ob-

serva-se que em todos os estados estas mostraram-se mais favoráveis para as culturas de arroz e milho, e menos favoráveis para as de soja, algodão e feijão, em relação ao ano de 1977, ou seja, em 1978, o arroz e milho apresentaram ganho de poder aquisitivo, em relação a 1977, para aquisição do nutriente nitrogênio; por sua vez, as culturas de soja, algodão e feijão, sofreram perda do poder aquisitivo (quadro 17).

Em 1978, o preço do quilograma de nitrogênio na Região Centro-Sul foi, em média, duas vezes maior que o preço do quilograma de algodão em caroço e feijão, quatro vezes maior que o preço de arroz, soja e trigo e sete vezes maior que o do milho. O Estado de São Paulo foi o que apresentou melhor relação de preço no referido ano, para as culturas de algodão, arroz, feijão e soja, enquanto que para as de milho e trigo isto ocorreu, respectivamente, nos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Para os sete primeiros meses de 1979, as relações de preço para o algodão permaneceram as mesmas de 1978, exceto quanto ao Estado do Paraná, que apresentou relação de preço um pouco mais favorável que a do ano anterior para aquisição de nitrogênio. De modo geral, para outras culturas nesses sete primeiros meses, os preços do nutriente nitrogênio, em relação ao preço do produto agrícola, foram inferiores ao verificado em 1978, com algumas exceções. No entanto, em todo o período de 1977/79, o preço do nitrogênio foi sempre superior ao preço do produto agrícola (quadro 17).

As relações de preço de produto agrícola e de fósforo, em 1978, foram mais favoráveis para o arroz, milho e trigo, em relação ao ano anterior, nos estados analisados e menos favoráveis para o feijão e soja (exceto Paraná e Santa Catarina). Por sua vez, as relações de preços entre algodão em caroço e P_2O_5 , em 1978, permaneceram as mesmas de 1977, sendo o preço do quilograma de P_2O_5 , em média, 1,7 vezes maior que o do quilograma de algodão. Já nos sete primeiros meses de 1979, a relação média entre os preços do arroz em casca e do P_2O_5 , na Região Centro-Sul, foi de um para três, isto é, o preço de P_2O_5 foi em média 3 vezes maior que o preço de arroz em casca, enquanto que as relações médias de preço de 1: 1,5 para algodão em caroço, de 1: 1,6 para feijão, de 1: 5,3 para milho, em soja 1: 3,4 e trigo 1: 3,1 (quadro 18).

Para o ano de 1979, a estimativa da produção nacional de nitrogênio é de 450,9 mil toneladas, participando a Região Centro com 49,5% do total (223,0 mil t) e a Região Sul com 24,6% (110,8 mil t), contribuindo com o restante a Região Norte/Nordeste. Cabe salientar que para o ano de 1980 é esperado um aumento de aproximadamente 27,2% na produção nacional de nitrogênio, em relação a 1979. Por sua vez, a estimativa de produção de fósforo em P_2O_5 para 1979, é de 881,0 mil toneladas na Região Centro, 667,0 mil toneladas na Região Sul e 9,6 mil toneladas na Região Norte/Nordeste, perfazendo para o Brasil 1,56 milhão de toneladas de P_2O_5 . Para 1980 espera-se que haja aumento na produção nacional, em torno de 24,6% em relação ao ano de 1979.

A estimativa de demanda no Brasil, em termos de nutrientes NPK, para 1979, seria da ordem de 3,7 milhões de toneladas, participando a Região Centro com 62% e a Região Sul, com 29,1%.

(IEA, 10/10/1979)

3 - MERCADOS DE FATORES

- Fertilizantes

- Panorama internacional

O excedente mundial da capacidade de suprimento de nitrogênio deverá continuar crescendo até 1981/82, chegando a quase 4,4 milhões de toneladas de nutriente, antes de começar a declinar para 3,6 milhões de toneladas em 1982/83.

Entre 1976/77 e 1982/83, a oferta excedente da Europa Oriental, incluindo a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), deverá aumentar aproximadamente 87%. A capacidade adicional da Europa Oriental orientou-se, especificamente, para suprir o mercado de exportação. O gás natural, abundante, a preços abaixo do nível do mercado internacional, contribuiu para que os preços dos fertilizantes nitrogenados da Rússia e Europa Oriental sejam altamente competitivos no mercado mundial. O Japão e a África do Sul, em conjunto, deverão manter um excedente na capacidade de produção mais ou menos constante em torno de 750 mil toneladas de nitrogênio.

Em 1982/83, os países de economia planejada passarão de uma auto-suficiência, em 1976/77, para a necessidade de 1,5 milhão de toneladas de nutriente fosfatados importados, principalmente, da Europa Ocidental. Durante o mesmo período, os países em desenvolvimento deverão mudar da necessidade de, aproximadamente, 1,5 milhão de toneladas de fosfatos importados para a autosuficiência, com uma modesta capacidade excedente.

Nas nações desenvolvidas, como um todo, é esperado que as importações de potássio dupliquem no período entre 1976/77 e 1982/83, ou seja, passarão para cerca de 3,6 milhões de toneladas de nutriente, cujo crescimento está previsto, predominantemente, na América Latina e no Extremo Oriente; espera-se que haja grande aumento de consumo no Brasil, México, Índia, Coreia e Malásia. A capacidade de produção excedente da América do Norte e Europa Oriental continuará adequada para suprir a crescente necessidade dos déficits regionais; mas a capacidade de produção do potássio deverá, necessariamente, se expandir, sem o que a demanda mundial superará o suprimento logo após 1982/83. A nível mundial, a produção excedente de potássio deverá passar de cerca de 2 milhões de toneladas em 1977/78 para apenas 400 mil toneladas em 1982/83.

Estimativas preliminares do consumo mundial de fertilizantes em 1977/78 indicam a cifra de 47,9 milhões de toneladas de N; 27,6 milhões de toneladas de P_2O_5 , e 24,0 milhões de toneladas de K_2O , perfazendo um total de 99,5 milhões de toneladas métricas para o agregado (NPK).

Em 1978, os preços internacionais dos principais fertilizantes fosfatados e potás-

sicos se elevaram. Nos últimos meses desse ano, foram sustentados por uma demanda mundial bastante elevada. Por sua vez, os preços dos nitrogenados permaneceram estáveis, resultados de contínuos incrementos na capacidade de produção. Os preços de uréia e fosfato de amônio nos principais portos exportadores, em novembro de 1978, estiveram entre US\$150,00 e US\$155,00/t-FOB, e os de superfosfato triplo e cloreto de potássio entre US\$99 e US\$103/t-FOB e US\$61 e US\$65/t-FOB, respectivamente.

Em 1979/80, a oferta mundial de fertilizantes deverá ser superior à demanda, estimando-se que os saldos para o fósforo serão de 2,77 milhões de toneladas de P_2O_5 , enquanto que para o nitrogênio, serão de aproximadamente 2,28 milhões de toneladas de N, e para o potássio, 1,60 milhão de toneladas de K_2O (quadro 11). Conforme estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em 1978/79 a capacidade total mundial de produção de nitrogênio, fósforo e potássio, expresso em nutriente, foi da ordem de 153,7 milhões de toneladas. Espera-se aumento de 6,1% atingindo 163,1 milhões de toneladas em 1979/80. Para 1981/82, prevê-se que a capacidade mundial de fertilizantes chegará a 177,7 milhões de toneladas; as 24 milhões de toneladas de aumento esperado na capacidade de produção, entre 1978/79 e 1981/82, serão distribuídas assim: 62% de nitrogênio, 24,9% de fosfatos e 13,1% de potássio. Por sua vez, em 1981/82, para o nitrogênio, as regiões em desenvolvimento deverão ampliar sua capacidade produtiva em 5,1 milhões de toneladas em relação a 1978/79, as de economia planejada aumentarão suas instalações de produção em 8,3 milhões de toneladas e os de economia desenvolvida, em 1,5 milhão de toneladas de N. O aumento da capacidade de produção de fósforo deverá ser maior entre as regiões de economia em desenvolvimento, as quais adicionarão 4,1 milhões de toneladas de P_2O_5 no período. Para o potássio, a estimativa é de aumentar 3.140 mil toneladas de K_2O , em que a região de economia planejada responderá com cerca de 82,5% e as regiões de economia desenvolvida e em desenvolvimento com apenas 15,9% e 1,6% respectivamente (quadro 12).

Caso sejam concretizadas essas previsões, a relação da produção de NPK, que já era favorável aos nitrogenados em 1978/79 (1: 0,30: 0,35), passarã em 1981/82 para 1: 0,31: 0,34, com ligeira alteração na participação dos fosfatados e dos potássicos, mas ainda permanecendo favorável aos nitrogenados.

- Situação interna

Em 1954, o Brasil consumia 18,3 mil toneladas de nitrogênio, enquanto em 1977 este consumo foi de 688,0 mil toneladas, significando aumento aproximado de 3.660%. No entanto, este consumo não se distribui uniformemente entre as regiões, observando-se que a Região Centro (São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina e Rio de Janeiro) absorve, em média, 74%, seguida da Região Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), com aproximadamente 15,5%; o restante foi consumido na Região Norte/Nordeste. Em alguns anos, a participação da Região Norte/Nordeste superou a do Sul, como ocorreu em 1955 e 1966.

Relativamente ao fósforo, o consumo aparente no Brasil em 1954 era de 50,1 mil toneladas de P_2O_5 , atingindo 1,53 milhões em 1977, equivalendo a um aumento de 2.960%; também neste caso observou-se distribuição desigual entre as três regiões em que é dividido o Brasil, para efeito de estudo de fertilizantes; assim, a Região Centro teve ao longo do período 1954-77 participação média de 63,3% do consumo de P_2O_5 , seguida da Região Sul, com 29% aproximadamente. Cumpre ressaltar que a Região Sul tem oscilado a sua participação no consumo aparente de fósforo, que variou entre 16,7% em 1962 e 46,4% em 1972, único ano em que a Região Sul consumiu quantidade superior à verificada para a Região Centro (405.285t).

O consumo de potássio no Brasil em 1954 atingiu 30,4 mil toneladas. Ao longo do tempo também respondeu por uma elevação bastante grande, atingindo em 1977 aproximadamente 927,2 mil toneladas, vale dizer um crescimento da ordem de 2.952%. Da mesma forma que para outros nutrientes, a Região Centro ficou com a maior parte, em média 72,5% do total consumido de K_2O no Brasil. Com exceção de 1962, a participação da Região Sul foi superior à da Região Norte/Nordeste, com participação média de 18,2% no período 1954/77.

No que se refere ao consumo de fertilizantes de forma agregada (NPK), verifica-se também que o mesmo evoluiu a taxas elevadas no Brasil; assim, em 1954 foram consumidas 99,3 mil toneladas de NPK, enquanto em 1977 o total ascendia à casa de 3,15 milhões de toneladas. Em termos de participação, a Região Centro contribuiu com 68,5%, secundada pela Região Sul com 22,6%. Já em 1978, o consumo de fertilizantes no Brasil foi da ordem de 3,22 milhões de toneladas, sendo que a Região Centro consumiu cerca de 1,95 milhão de toneladas e a Região Sul 0,9 milhão de toneladas, respectivamente, 60,6% e 29,5% do total consumido no País.

A relação de consumo de nutrientes (N:P:K) ao longo do período 1954-77, na Região Centro, maior consumidora de fertilizantes, assumiu os valores extremos de 1,00: 2,86: 2,27 verificada em 1955, e de 1,00: 1,21: 1,06 observada em 1970. De um modo geral, ao longo do período 1954-77, o consumo de fósforo superou o de potássio, com exceção de 1960. O consumo de ambos foi sempre superior ao de nitrogênio. A relação de consumo em 1978 foi de 1: 1,66: 1,25.

A Região Sul tem características próprias de consumo. Prepondera nesta Região o consumo de P_2O_5 ; dado o tipo de agricultura aí praticado, a relação de consumo assume valores extremos de 1,00: 5,96: 2,00 ocorrida em 1960, e de 1,00: 2,66: 1,54 observada em 1966. Relativamente à importância do potássio, sobressaem-se as relações: 1,00: 5,86: 2,34 em 1955, e 1,00: 3,70: 1,19, verificada em 1972. A relação de consumo ocorrida em 1978 nessa região foi 1,00: 4,74: 2,26. Nas relações de consumo no Brasil os valores extremos foram 1,00: 3,05: 2,12, observada em 1955, e 1,00: 1,50: 1,11, em 1970. A Região Centro, sendo a mais importante no consumo de fertilizantes, faz com que a relação de consumo nacional se aproxime da relação de consumo desta.

A taxa anual de crescimento do consumo aparente de fertilizantes na Região Centro no período 1954-77 foi de 15,4% ao ano. No entanto, se se subdivide o período em dois, ou seja, aquele depois das mudanças da política de crédito, 1966-77, e outro antes dessas mudanças, em que havia pouco volume de crédito, 1954-65, observa-se alterações nas taxas de crescimento do consumo de fertilizantes; assim, em 1954-65 o consumo de NPK evoluiu à taxa de 10,9% a.a., enquanto em 1966-77 alcançou a de 22,3% ao ano; o fósforo (P_2O_5) parece ter sido o nutriente mais afetado pela modificação dessa política, passando de 8,2% ao ano no período 1954-65 para 23,6% no período 1966-77. Para a Região Sul, a taxa de crescimento de NPK no período total 1954-77 foi de 19,2% ao ano, sendo que, na primeira parte, 1954-65, foi de 9,8%, e em 1966-77, de 33,1%.

Já que a Região Centro sempre foi a que mais consumiu fertilizantes ao longo do período 1954-77, é importante observar como evoluiu a sua participação no total do Brasil. Verifica-se que a participação média desta Região no consumo de nitrogênio esteve próxima de 74%, enquanto a sua participação no consumo de fósforo (P_2O_5) e potássio (K_2O) foi, respectivamente, 63% e 72%. No entanto, a participação desta Região no total do Brasil caiu, quando se consideram os períodos 1954-66 e 1967-77 separadamente, o que significa que o consumo das demais regiões tem crescido a taxas superiores à da Região sob análise.

O levantamento efetuado em 1975/76, no Brasil, pela Divisão de Corretivos e Fertilizantes (DICO), do Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, classifica as empresas de fertilizantes segundo as atividades em: produtoras, manipuladoras, importadoras, e combinações dessas três. São consideradas produtoras, as que se dedicam à produção

de fertilizantes e corretivos; manipuladoras, as que se dedicam a mistura, reembalagem e comercialização de fertilizantes e corretivos; importadoras, as que adquirem no mercado externo fertilizantes.

A Região Sul apresenta 32 empresas de fertilizante, sendo 2 produtoras, 8 manipuladoras, 18 manipuladoras-importadoras, e 4 produtoras-manipuladoras-importadoras.

A Região Centro é a mais desenvolvida, tendo maior número de estados com atividades agropecuárias que usam tecnologia mais desenvolvida, grandes jazidas de rocha fosfática já em exploração e apresentando parque industrial com 211 empresas de fertilizantes, sendo 39 produtoras, 55 manipuladoras, 22 importadoras e o restante de atividades combinadas.

Nos sete primeiros meses de 1979, a importação de fertilizantes e matérias-primas pelos portos brasileiros foi da ordem de 2,7 milhões de toneladas de produtos, com os fertilizantes representando 59,5% do total e as matérias-primas, 40,5%. O desembarque por portos localizados na Região Centro-Sul foi o seguinte: Santos com 1,37 milhão de toneladas de produto; Paranaguá com 168,0 mil toneladas; Porto Alegre com 162,6 mil toneladas, e Rio Grande com 778,8 mil toneladas.

No início desse segundo semestre de 1979, registrou-se demora nas operações de descarga de fertilizantes no Porto de Santos, o que poderá ocasionar atrasos nas entregas do produto aos agricultores. A principal causa apontada foi a redução de alguns pontos de desembarque para reparos nas instalações, agravada pela falta de equipamentos e pessoal, além do grande volume de importação de trigo, feita na mesma época. Estima-se que as importações de fertilizantes e matérias-primas através do Porto de Santos nos meses de agosto e setembro sejam superiores a 1 milhão de toneladas de produto. A abertura de outros portos de atracação e a contratação de mais pessoal para os pontos em operação, seriam algumas alternativas provisórias para resolução do problema desse período de grande concentração nos portos. Por sua vez, a companhia que explora o Porto de Santos está com o contrato no fim, não se interessando em novos investimentos.

No Estado do Rio Grande do Sul, a paralisação dos motoristas de carga poderá influir de forma acentuada no desempenho das entregas de fertilizantes neste Estado.

As culturas que mais demandam fertilizantes no Estado de Espírito Santo são: milho, café e cana-de-açúcar. Para 1979, a estimativa da demanda de calcário no Estado é de aproximadamente 198,9 mil toneladas, empregado principalmente nas culturas de milho, feijão e cana-de-açúcar.

A utilização de fertilizantes no Estado do Rio de Janeiro restringe-se às culturas de cana-de-açúcar, tomate, arroz, laranja, café e uma pequena parcela empregada nas culturas de batata e banana.

Verifica-se que a utilização de fertilizantes, nas culturas de arroz, café e soja, é bastante significativa no Estado de Goiás, enquanto que para as culturas de milho e feijão, normalmente consorciadas, o emprego de insumos ditos modernos é ainda insignificante.

Em 1978, o consumo de fertilizantes, em Santa Catarina, foi de cerca de 140 mil toneladas, com aumento de 24% em relação ao ano anterior; e o de calcário girou em torno de 350 mil a 400 mil toneladas. O consumo de fertilizante por unidade de área foi estimado em 70kg/ha. Presume-se que haja aumento de 5 a 10%, no máximo, no uso de fertilizantes e corretivos no Estado de Santa Catarina, nesta safra.

No ano agrícola de 1978/79, os cinco fertilizantes selecionados para análise apresentaram acentuados aumentos no preço corrente, em relação ao ano agrícola 1977/78 (quadros 13, 14 e 15). Os maiores aumentos verificados foram para o cloreto de potássio no Estado de Mato Grosso (51,7%) e Estado de São Paulo (51,6%), e também uréia no Estado de Mato Grosso (51,3%). Ainda, observa-se que o cloreto de potássio apresentou a maior média de aumento de

QUADRO 11. - Estimativa da Produção e Consumo Mundial de Fertilizantes em Termos de Nutrientes, 1979/80
(em milhão de toneladas métricas)

Item	Nitrogênio (N)	Fósforo (P ₂ O ₅)	Potássio (K ₂ O)	Total
Oferta	56,47	34,25	28,25	118,97
Consumo	54,19	31,48	26,65	112,32
Saldo	2,28	2,77	1,60	6,65

Fonte: Fertilizer Situation (USDA), Dez/78.

Quadro 12. - Estimativa da Capacidade Produtiva Mundial de Fertilizantes, 1978/79 a 1981/82
(em milhão de toneladas métricas)

Fertilizante período	Região			Total
	Desenvolvida	Em desenvolvimento	De economia planejada	
Nitrogênio (N)				
1978/79	41,42	16,45	35,22	93,09
1979/80	42,25	18,96	38,18	93,39
1980/81	42,62	21,28	39,80	103,70
1981/82	42,95	21,53	43,50	107,98
Fósforo (P₂O₅)				
1978/79	17,49	4,98	5,06	27,53
1979/80	17,79	6,53	5,20	29,52
1980/81	18,02	8,74	6,19	32,95
1981/82	17,91	9,07	6,52	33,50
Potássio (K₂O)				
1978/79	18,25	0,33	14,46	33,04
1979/80	18,52	0,33	15,38	34,23
1980/81	18,61	0,33	16,40	35,34
1981/82	18,75	0,38	17,05	36,18

Fonte: World Agricultural Situation, Out/77.

QUADRO 13. - Preços Médios Correntes de Fertilizantes e Calcário, Região Centro-Sul, Brasil, 1977/78 e 1978/79

(em Cr\$/t)

Estado	Cloreto de potássio		Sulfato de amônia		Urêia		Superfosfato simples		Superfosfato triplo		Calcário moído	
	1977/78	1978/79	1977/78	1978/79	1977/78	1978/79	1977/78	1978/79	1977/78	1978/79	1977/78	1978/79
Minas Gerais ⁽¹⁾	2.450,00	3.665,57 ⁽¹⁾	2.440,00	3.486,55 ⁽¹⁾	4.220,00 ⁽²⁾	5.580,60 ⁽⁴⁾	1.910,00	2.488,44 ⁽³⁾	4.480,00	6.068,70 ⁽⁴⁾	204,00	216,50 ⁽²⁾
Espírito Santo	2.490,00	3.690,00	2.480,00	3.580,00	4.130,00	5.890,00	1.980,00	2.640,00	4.500,00	6.100,00	417,50	557,61
Rio de Janeiro	2.740,00	3.800,00	2.710,00	3.630,00	4.600,00	5.800,00	1.990,00	2.460,00	4.280,00	5.310,00	383,17	489,66
São Paulo	2.383,53	3.613,67	2.341,91	3.356,67	4.123,83	5.816,92	1.765,12	2.357,33	4.561,23	6.114,08	118,33	161,67
Paraná	2.460,00	3.640,00	2.490,00	3.570,00	4.320,00	5.870,00	2.050,00	2.630,00	4.460,00	5.860,00	342,58	425,44
Santa Catarina	2.440,00	3.500,00	2.420,00	3.360,00	4.190,00	5.730,00	2.350,00	3.090,00	4.450,00	5.820,00	332,17	414,22
Rio Grande do Sul	2.310,00	3.440,00	2.260,00	3.140,00	4.090,00	5.650,00	1.980,00	2.570,00	4.420,00	5.890,00	349,08	388,68
Mato Grosso	2.590,00	3.930,00	2.480,00	3.640,00	4.130,00	6.250,00	2.020,00	2.720,00	4.710,00	6.290,00 ⁽⁴⁾	328,08	361,78
Goiás	2.670,00	3.970,00	2.650,00	3.920,00	4.170,00	5.990,00	2.210,00	2.990,00	4.440,00	6.010,00	176,25	207,20

⁽¹⁾ Média de onze meses.

⁽²⁾ Média de oito meses.

⁽³⁾ Média de dez meses.

⁽⁴⁾ Média de nove meses.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 14. - Preços Médios Reais ⁽¹⁾ de Fertilizantes e Calcário, Região Centro-Sul, Brasil, 1977/78 e 1978/79
(em Cr\$/kg)

Estado	Cloreto de potássio		Sulfato de amônia		Urêia		Superfosfato simples		Superfosfato triplo		Calcário moído	
	1977/78	1978/79	1977/78	1978/79	1977/78	1978/79	1977/78	1978/79	1977/78	1978/79	1977/78	1978/79
Minas Gerais ⁽²⁾	2.827,34	2.944,59	2.815,80	2.800,78	4.869,94	4.482,96	2.204,17	1.998,99	5.169,98	4.875,05	235,42	173,92
Espírito Santo	2.875,58	2.964,22	2.861,96	2.875,85	4.766,08	4.731,50	2.284,95	2.120,74	5.193,07	4.900,20	481,80	447,93
Rio de Janeiro	3.162,00	3.052,58	3.127,38	2.916,02	5.308,47	4.659,20	2.296,49	1.976,14	4.939,18	4.265,58	442,18	393,35
São Paulo	2.750,63	2.902,90	2.702,60	2.696,45	4.758,96	4.672,79	2.036,97	1.893,67	5.263,73	4.911,51	136,55	129,87
Paraná	2.838,88	2.924,05	2.873,50	2.867,82	4.985,34	4.715,43	2.365,73	2.152,87	5.146,90	4.707,40	395,34	341,76
Santa Catarina	2.815,80	2.811,59	2.792,72	2.699,12	4.835,52	4.602,97	2.711,93	2.482,23	5.135,36	4.675,27	383,33	332,75
Rio Grande do Sul	2.665,77	2.763,39	2.608,07	2.522,40	4.719,92	4.538,71	2.284,95	2.064,51	5.100,74	4.731,50	402,84	312,23
Mato Grosso	2.988,90	3.157,01	2.861,96	2.924,05	4.766,08	5.020,69	2.331,11	2.185,01	5.435,41	5.052,82	378,61	290,62
Goiás	3.081,22	3.189,14	3.058,14	3.148,98	4.812,24	4.811,83	2.550,37	2.401,90	5.123,82	4.827,90	203,40	166,45

⁽¹⁾ Em cruzeiro de 1978, corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas.

⁽²⁾ Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola. Dados Elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 15. - Variação Percentual dos Preços Médios, Valores Corrente e Real, de Fertilizantes e Calcário, Região Centro-Sul do Brasil, Ano Agrícola 1978/79 em Relação ao Ano Agrícola 1977/78
(em porcentagem)

Estado	Cloreto de potássio		Sulfato de amônia		Uréia		Superfosfato simples		Superfosfato triplo		Calcário moído	
	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real
Minas Gerais	49,62	4,15	42,89	- 0,53	32,24	- 7,95	30,28	- 9,31	35,46	- 5,70	6,13	- 26,12
Espírito Santo	48,19	3,08	44,35	0,49	42,62	- 0,73	33,33	- 7,19	35,56	- 5,64	33,56	- 7,03
Rio de Janeiro	38,69	- 3,46	33,95	- 6,76	26,09	-12,23	23,62	-13,95	24,07	-13,64	27,79	-11,04
São Paulo	51,61	5,54	43,33	- 0,23	41,06	- 1,81	33,55	- 7,03	34,04	- 6,69	36,63	- 4,89
Paraná	47,97	3,00	43,37	- 0,20	35,88	- 5,41	30,73	- 9,00	31,39	- 8,54	24,19	-13,55
Santa Catarina	43,44	- 0,15	38,84	- 3,35	36,75	- 4,81	31,49	- 8,47	30,97	- 8,96	24,70	-13,19
Rio Grande do Sul	48,92	3,66	38,94	- 3,28	38,14	- 3,84	29,80	- 9,65	33,26	- 7,24	11,34	-22,49
Mato Grosso	51,74	5,62	46,77	2,17	51,33	5,34	34,65	- 6,27	33,55	- 7,04	10,27	-23,24
Goiás	48,69	3,50	47,92	2,97	43,65	- 0,01	35,29	- 5,82	35,36	- 5,78	17,56	-18,17

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Economia Agrícola e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais. Dados Elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 16 . - Preços Máximos de Vendas de Fertilizantes Ensacados e de Nitrogênio, Fósforo (P₂O₅) e Potássio (K₂O), Brasil, 1979
(em Cr\$/t)

Produto	Resolução			Variação percentual (c/a)
	CIP nº 87 (1) (a)	CIP nº 113-A (2) (b)	CIP nº 122 (3) (c)	
Salitre do chile sódico	3.847,35	5.149,00	6.105,00	58,7
Salitre do chile potássico	5.723,88	7.600,00	8.201,00	43,3
Sulfato de amônio	3.462,74	4.546,00	5.421,00	56,6
Nitrocálcio	4.301,18	5.765,00	6.674,00	55,2
Sulfonitrato de amônio	4.726,97	6.501,00	7.498,00	58,6
Nitrato de amônio	5.294,05	7.091,00	8.256,00	55,9
Uréia	6.049,00	7.854,00	9.827,00	62,5
Super simples pó	2.428,70	3.498,00	4.248,00	74,9
Super simples granulado	2.788,00	4.094,00	4.969,00	78,2
Super concentrado	3.802,93	5.128,00	6.199,00	63,0
Super triplo granulado	6.237,15	8.387,00	10.211,00	63,7
Fosfato de di-amônio (D.A.P.)	7.666,76	10.271,00	12.760,00	66,4
Fosfato de mono-amônio (M.A.P.)	8.344,44	11.174,00	13.795,00	65,3
Fosfato moído (30/6) P ₂ O ₅	2.537,85	3.266,00	3.709,00	46,1
Fosfato moído (30/12) P ₂ O ₅	2.686,51	3.486,00	3.947,00	46,9
Fosfato granulado (26/12)	3.067,84	3.954,00	4.414,00	43,9
Cloreto de potássio	3.655,13	5.085,00	6.992,00	91,3
Sulfato de potássio	5.764,57	7.153,00	8.289,00	43,8
Sulfato de potássio e magnésio	3.649,70	5.042,00	6.003,00	64,5
Termofosfato	3.388,21	4.081,00	4.221,00	24,6
Nutrientes				
Nitrogênio (N)	14.200,00	19.500,00	24.500,00	72,5
Fósforo (P ₂ O ₅)	13.400,00	19.100,00	24.600,00	83,6
Potássio (K ₂ O)	5.500,00	8.100,00	11.800,00	114,5
Acréscimo p/ tonelada de mistura	519,00	658,00	676,00	30,2
Fórmula 04-14-08	3.403,00	4.760,00	6.044,00	77,6

(1) Resolução de 30.01.79, para pagamento em 30.03.79.

(2) Resolução de 07.07.79, para pagamento em 30.11.79.

(3) Resolução de 23.08.79, para pagamento em 31.12.79.

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo.

QUADRO 17. - Relações de Preço entre Produto Agri-

região Centro-Sul do Brasil, 197

(em kg de produto agrícola/kg de N)

Estado	Algodão em caroço			Arroz em casca			Feijão			Milho			Soja			Trigo		
	1977	1978	1979 ⁽²⁾	1977	1978	1979 ⁽²⁾	1977	1978	1979 ⁽²⁾	1977	1978	1979 ⁽²⁾	1977	1978	1979 ⁽²⁾	1977	1978	1979 ⁽²⁾
Minas Gerais	1:1,8	1:2,0	1:2,0	1:4,1	1:3,5	1:3,1	1:1,2	1:1,9	1:1,8	1:7,6	1:6,8	1:5,7	1:3,6	1:4,2	1:4,0	-	-	-
Espírito Santo	-	-	-	1:5,0	1:3,8	1:3,1	1:1,4	1:2,1	1:1,8	1:7,1	1:6,5	1:5,7	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	1:2,2 ⁽³⁾	1:2,6	1:2,6	1:5,2	1:3,9	1:3,0	1:1,5	1:2,0	1:1,8	1:7,2	1:5,8	1:5,1	-	-	-	-	-	-
São Paulo	1:1,5	1:1,7	1:1,7	1:3,8	1:3,0	1:3,2	1:1,2	1:1,6	1:1,8	1:8,3	1:5,4	1:6,6	1:3,4	1:3,8	1:3,7	-	-	-
Paraná	1:1,9	1:2,1	1:2,0	1:4,9	1:3,5	1:3,4	1:1,7	1:2,5	1:2,4	1:10,5	1:7,7	1:8,1	1:4,0	1:4,2	1:3,8	1:3,8	1:3,9	1:3,8
Santa Catarina	-	-	-	1:5,7	1:4,3	1:3,9	1:2,0	1:2,5	1:2,7	1:9,7	1:6,7	1:6,4	1:4,2	1:4,3	1:3,8	1:4,2	1:4,3	1:4,2
Rio Grande do Sul	-	-	-	1:4,8	1:4,1	1:3,6	1:1,5	1:2,1	1:2,2	1:7,5	1:6,1	1:5,2	1:3,6	1:4,0	1:3,7	1:3,8	1:3,6	1:3,8
Mato Grosso	1:1,8	1:2,0	1:2,0	1:5,4	1:4,7	1:4,4	1:1,2	1:2,0	1:1,6	1:9,0	1:7,4	1:6,4	1:4,4	1:4,7	1:4,2	1:3,9	1:3,8	1:4,3
Goiás	1:1,8	1:2,1	1:2,1	1:5,1	1:4,3	1:4,0	1:1,2	1:2,2	1:1,8	1:9,8	1:9,0	1:7,6	1:4,1	1:4,9	1:4,6	-	-	-

(¹) Calculado com base no preço do sulfato de amônia (20% de N).

(²) Preço médio dos sete primeiros meses, exceto Minas Gerais e Rio Grande do Sul, cuja média é de seis meses.

(³) O preço do kg do algodão em caroço foi obtido da média de oito meses.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, Fundação Getúlio Vargas e Empresa Agropecuária de Minas Gerais. Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 18. - Relações de Preço entre Produto Agrícola e $P_{205}^{(1)}$, Região Centro-Sul do Brasil, 1977-79

(em kg de produto agrícola/kg de P_{205})

Estado	Algodão em caroço			Arroz em casca			Feijão			Milho			Soja			Trigo		
	1977	1978	1979 ⁽²⁾	1977	1978	1979 ⁽²⁾	1977	1978	1979 ⁽²⁾	1977	1978	1979 ⁽²⁾	1977	1978	1979 ⁽²⁾	1977	1978	1979 ⁽²⁾
Minas Gerais	1:1,6	1:1,6	1:1,5	1:3,6	2:8	1:2,5	1:1,0	1:1,5	1:1,3	1:6,8	1:5,4	1:4,6	1:3,2	1:3,4	1:3,1	-	-	-
Espírito Santo	-	-	-	1:4,1	2:9	1:2,3	1:1,2	1:1,6	1:1,4	1:5,9	1:5,0	1:4,3	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	1:1,7	1:1,7	1:1,7	1:4,1	2:6	1:2,0	1:1,2	1:1,3	1:1,2	1:5,7	1:3,9	1:3,3	-	-	-	-	-	-
São Paulo	1:1,4	1:1,4	1:1,4	1:3,5	2:5	1:2,6	1:1,1	1:1,3	1:1,5	1:7,6	1:5,1	1:5,4	1:3,1	1:3,2	1:3,0	-	-	-
Paraná	1:1,6	1:1,6	1:1,4	1:4,2	2:6	1:2,5	1:1,5	1:1,9	1:1,8	1:9,0	1:5,9	1:5,9	1:3,4	1:3,2	1:2,8	1:3,2	1:2,9	1:2,8
Santa Catarina	-	-	-	1:4,2	3:4	1:2,9	1:1,7	1:2,0	1:2,0	1:8,7	1:5,4	1:4,0	1:3,5	1:3,4	1:2,8	1:3,6	1:3,5	1:3,2
Rio Grande do Sul	-	-	-	1:4,4	3:5	1:3,0	1:1,4	1:1,8	1:1,8	1:6,9	1:5,2	1:4,4	1:3,3	1:3,4	1:3,1	1:3,5	1:3,1	1:3,2
Mato Grosso	1:1,6	1:1,6	1:1,5	1:4,6	3:4	1:3,3	1:1,0	1:1,6	1:1,2	1:7,7	1:5,9	1:4,2	1:3,7	1:3,8	1:3,2	1:3,4	1:3,0	1:3,3
Goiás	1:1,5	1:1,5	1:1,4	1:4,2	3:0	1:2,7	1:1,0	1:1,6	1:1,2	1:8,2	1:6,3	1:5,1	1:3,4	1:3,5	1:3,1	-	-	-

(¹) Calculado com base no preço do superfosfato triplo (% de P_{205}).

(²) Preço médio dos sete primeiros meses, exceto Minas Gerais e Rio Grande do Sul, cujo preço médio são de quatro e seis meses, respectivamente.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, Fundação Getúlio Vargas e Empresa Agropecuária de Minas Gerais. Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola.

- Defensivos

- Panorama internacional

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), as ofertas de defensivos no mercado internacional, em 1977, foram abundantes para todos os usos e o crescimento da oferta foi estimado em cerca de 14%.

A utilização mundial de defensivos, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), está assim distribuída: inseticidas 55%; herbicidas 30%; e fungicidas 15%. Segundo a mesma fonte, aproximadamente 30% da produção anual de alimentos são perdidos, devido ao ataque de insetos, doenças e ervas daninhas, diminuindo o potencial de alimentação humana. Numa das regiões mais carentes do globo, a América Latina, 33% da colheita potencial são perdidos, sendo os insetos responsáveis por 10%, as doenças por 15% e os restantes 8%, devido às ervas daninhas.

Para os Estados Unidos, as projeções do USDA no período de 1974-85 indicam uma tendência de quase estabilidade no uso de inseticidas e fungicidas e aumento anual de 5% a 6% no uso de herbicidas. Tais projeções são justificadas pelo maior uso de práticas culturais, no caso de herbicidas, e pela maior resistência de novas variedades e/ou cultivares a determinadas moléstias, bem como o maior uso de combinação de defensivos.

- Situação interna

O Brasil situa-se, hoje, entre os maiores consumidores mundiais de defensivos. No período 1970-74, o consumo aumentou 155%, passando de 39.469t para 100.674t. Em 1978, o consumo aparente nacional alcançou 88.528t, superior 13% a 1977. O valor das vendas no período 1976-78 cresceu aproximadamente 224,3% (quadro 19).

A composição do mercado brasileiro, por classe de defensivo e por volume de venda, em 1978, foi a seguinte: inseticidas, 62,0%; herbicidas, 15,3%; fungicidas, 14,2%; outras, 8,5%. Atualmente, existem no mercado cerca de 3.400 produtos formulados, elaborados a partir de 207 produtos técnicos.

Destaque especial deve ser dado aos herbicidas, cuja utilização, nos últimos anos, vem apresentando altas taxas de crescimento, devido principalmente a um aumento de uso nas culturas de maior expressão econômica. Segundo o Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas no Estado de São Paulo (SINDAG), o uso de herbicidas, por cultura, está assim distribuído: soja, 27%; cana-de-açúcar, 20%; pastagens, 11%; café, 9%; trigo, 5%; algodão, 4%; outras, 24%. Desde 1974 têm sido verificadas flutuações na demanda de defensivos, devido às alterações climáticas e disponibilidade de crédito para os agricultores; porém, observa-se uma tendência de crescimento do consumo face à modernização na agricultura brasileira.

Em 1975, o Governo Brasileiro criou o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), que tinha como objetivos principais diminuir a dependência brasileira das importações e atender à demanda interna de defensivos. O PNDA definiu 19 produtos como prioritários e essenciais, dos quais 9 eram inseticidas, 4 fungicidas e 6 herbicidas. Até 1977, haviam sido aprovados 19 projetos industriais do setor, envolvendo 15 empresas, das quais 5 possuíam capital nacional e 10, capital estrangeiro. Além dessas, outras fábricas foram implantadas dispensando os incentivos governamentais.

Dessa maneira, a produção nacional de defensivos tem crescido à taxa que permite afirmar que a meta das 97.610t, preconizadas pelo PNDA para 1980, seja atingida sem maiores dificuldades. Em 1978, do total de 88.529t de consumo aparente, 46% foram de produção nacional, onde 49% corresponderam a inseticidas, 37% a fungicidas e 14% a herbicidas. Apesar dos valores das importações brasileiras estarem se mantendo aos níveis dos valores registrados em 1975 (entre 175 milhões e 180 milhões de dólares), o seu volume físico tem diminuído nesses últimos anos.

No quadro 20, observa-se que a estimativa do valor da produção de defensivos cresceu de 4,6 milhões de dólares para 133,7 milhões de dólares no período 1975-80, sendo que os a crescimentos se deram a taxas maiores para os herbicidas. Com o crescimento da produção interna de defensivos, espera-se conseguir uma economia de divisas cada vez mais significativa, estimando-se para 1980 economia superior a 90 milhões de dólares.

No mesmo quadro, pode-se observar que, através da atuação do PNDA, espera-se incentivar a produção interna de defensivos e manter praticamente constante a relação entre o valor da produção nacional e o valor da importação de matérias-primas (em torno de 1:0,55).

No que se refere à política de importação de defensivos, o governo tem se preocupado em acelerar o processo industrial, a fim de diminuir a dependência externa. Assim sendo, as indústrias, além da isenção das taxas de importação de produtos formulados, matérias-primas e componentes de reação, também estão isentas de depósito compulsório, do ICM e do IPI para compra de produtos, máquinas e equipamentos destinados à construção de novas fábricas e ampliações das já existentes.

Além disso, está atualmente em vigor a Resolução do Conselho de Política Aduaneira (CPA) cobrindo extensa gama de defensivos e outros produtos de fabricação nacional, como o DDT, que tem alíquota de importação de 15%.

Da mesma forma, os defensivos são isentos de IPI, cuja alíquota, se cobrada, seria de 4%. Porém, o ICM incide sobre esses produtos numa taxa que varia entre 11% e 15%, interestadual e intraestadual (Nordeste), respectivamente.

Se, de um lado, há uma preocupação em fortalecer o consumo de defensivos, como prática agrícola na defesa contra as pragas e doenças que afetam a agricultura, por outro, sabe-se que a eficácia da aplicação desse insumo depende não só da qualidade, mas também do modo de utilização, pois além dos danos que podem causar à cultura, o uso inadequado pode causar sérios prejuízos à saúde humana. Dessa forma, a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária mantém constante vigilância sobre o comércio de defensivos agrícolas. Além disso, a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF) e o Ministério da Agricultura mantêm, igualmente, um serviço de orientação aos lavradores para utilização adequada dos defensivos agrícolas, não só em termos de cuidados com a saúde, mas em termos de dosagens corretas e recomendadas economicamente.

- Panorama da Região Centro-Sul

A Região Centro-Sul é responsável pela quase totalidade de defensivos consumidos no Brasil, pois dos estados que a compõem, apenas três - São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul - representam 75% do consumo nacional.

O consumo de defensivos no Estado de São Paulo encontra-se bastante disseminado entre as culturas, principalmente no que se refere ao consumo de inseticidas, no qual o algodão ocupa lugar entre os maiores consumidores. Os herbicidas são consumidos principalmente pela

cana-de-açúcar, em que cerca de 90% da área plantada pode ser considerada como tratada com os mesmos.

A demanda de fungicidas em São Paulo é feita, principalmente, pelas culturas hortícolas e pelo trigo. Nas culturas de algodão e citros, existe grande demanda de inseticidas acaricidas. A demanda de nematicidas no Estado de São Paulo fica praticamente restrita à cultura do fumo, por ser a sua utilização bastante dispendiosa.

Em termos de participação percentual no custo operacional total, as culturas de algodão, banana, laranja e tomate rasteiro irrigado, no Estado de São Paulo, são as que mais dispendem com defensivos.

Os custos operacionais estimados para as diferentes culturas no Estado de São Paulo, no ano agrícola 1978/79, apresentaram elevação média de 33% em relação aos custos verificados na safra de 1977/78, onde o item defensivos apresentou os seguintes acréscimos: para as oleaginosas 29%, para os cereais 34%, para a batata 41%, para o tomate 41%, para o café 40% e para laranja 51%.

O preço real pago pelo Sulfato de Cobre no Estado de São Paulo apresentou um decréscimo de 49,4% no período 1974-78, decréscimo este que vem se verificando ano a ano, sendo que no ano de 1978 em relação a 1977 apresentou queda de 2,6%. Já o Brometo de Metila tem apresentado acréscimo no seu valor real, exceto em 1978, quando houve queda de 13,4% em relação ao ano anterior. O Aldrin 5% vem se apresentando com valor real mais ou menos estável desde 1964, exceto em 1976, quando houve queda de 25,3% em relação a 1975, continuando a decrescer em 1977 (12,2%) e aumentando 23,3% no ano de 1978 (quadro 21).

No Estado do Paraná, 73,4% da demanda total de defensivos correspondem aos inseticidas, 19,3% aos fungicidas e 7,3% aos herbicidas. O café é responsável pelo consumo de mais de 50% dos inseticidas, seguido pela soja, algodão, trigo e amendoim.

Dos fungicidas, são as culturas do café e do trigo responsáveis por aproximadamente 80% do total consumido. A soja aparece como a responsável pelo consumo de 70% do total de herbicidas consumido no Estado.

Em relação aos custos variáveis estimados para o Paraná, para o ano agrícola 1979/80, os gastos com defensivos em algumas culturas distribuem-se da seguinte maneira: arroz, 18,2%; algodão, 15,6%; mandioca, 14,7%; amendoim, 13,7%; feijão, 13,6%; soja, 4,1%, e milho, 3%.

No Estado do Rio Grande do Sul, as culturas de soja, arroz e trigo são as responsáveis pelo consumo de 90% ou até mais do total de defensivos consumidos no Estado.

O consumo de defensivos no Estado de Mato Grosso distribui-se equitativamente entre inseticidas, herbicidas e formicidas, sendo uma pequena parcela do consumo formada pelos fungicidas e acaricidas. A cultura do arroz é a maior consumidora, com cerca de 50%, seguida pelas culturas da soja e do algodão. Em termos de utilização de defensivos por unidade de área, os hortícolas, principalmente tomate, e o algodão são os que mais consomem, devido à grande incidência de pragas e doenças nessas explorações.

Para o Espírito Santo, segundo as estimativas de demanda para 1979, são os fungicidas e os inseticidas os defensivos mais consumidos no Estado, sendo a cultura do café responsável por cerca de 80% do consumo do primeiro e 50% do segundo. Das culturas anuais do Estado, as que mais gastam com defensivos em relação ao custo de produção são as do arroz, da batata, do alho e da cebola.

No Rio de Janeiro, as culturas de cana-de-açúcar e laranja são as que mais demandam fungicidas em termos totais. Por unidade de área, entretanto, nota-se maior consumo de fungicidas nas culturas de banana e cana-de-açúcar. A laranja, a cana-de-açúcar e o arroz, por sua

vez, são as culturas que mais consomem herbicidas.

Os defensivos mais consumidos no Estado de Goiás são os inseticidas. Apesar dos herbicidas apresentarem tendência de crescimento, estes, mais os fungicidas e formicidas, têm consumo pouco expressivo em relação aos inseticidas, cerca de 20%. Do total consumido em inseticidas no Estado de Goiás, cerca de 80% são destinados à cultura do algodão.

Em relação aos preços pagos por defensivos na Região Centro-Sul, transcritos no quadro 22 em valores correntes, observou-se que para o herbicida em pó houve certo acréscimo nos preços reais dos diversos estados no ano de 1979 em relação a 1978 (quadro 23), principalmente em Mato Grosso e Goiás, com 31,3% e 17,5%, respectivamente. Já para o Paraná, o valor real dos herbicidas em pó decresceu cerca de 5,1% no mesmo período.

No caso do Aldrin 40%, houve acréscimo médio de 10% nos preços reais de 1979, exceto para os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, onde ocorreu uma diminuição dos valores reais desse inseticida. O Aldrin 5% registrou decréscimo médio de cerca de 7% entre os estados, apresentando crescimento apenas em Mato Grosso da ordem de 6,3%. O BHC, tanto a 2% como a 3%, apresentou acréscimos em torno de 31% nos preços dos diversos estados, exceção feita apenas para o Rio Grande do Sul. Tanto o BHC a 12%, como os formicidas em pó tiveram decréscimos nos seus preços reais na maioria dos estados.

Os diferentes comportamentos dos preços dos defensivos talvez possam ser explicados pelo mercado em potencial oferecido e pela demanda já existente, ou ainda, pelo interesse da firma produtora em introduzir determinado produto em uma região, problemas de transportes, tipos de culturas e outros.

(IEA, 17/10/1979)

QUADRO 19. - Consumo Aparente de Defensivos Agrícolas, Brasil, 1970-78

(em tonelada)

Defensivo	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
Inseticida									
Importação	15.059	16.264	19.894	21.623	30.793	26.187	20.762	23.794	22.827
Produção nacional	<u>13.247</u>	<u>10.959</u>	<u>14.005</u>	<u>16.271</u>	<u>14.454</u>	<u>15.616</u>	<u>7.738</u>	<u>10.052</u>	<u>19.927</u>
Subtotal	28.306	27.223	33.899	37.894	45.247	41.803	28.500	33.846	42.754
Fungicida									
Importação	6.107	8.574	20.446	30.929	32.929	4.994	7.305	12.682	7.760
Produção nacional	<u>1.640</u>	<u>2.939</u>	<u>4.250</u>	<u>6.150</u>	<u>7.558</u>	<u>9.245</u>	<u>9.328</u>	<u>11.903</u>	<u>15.153</u>
Subtotal	7.747	11.513	24.696	36.942	40.487	14.239	16.633	24.585	22.913
Herbicida									
Importação	3.416	5.037	4.888	9.018	14.114	20.718	22.767	15.595	17.318
Produção nacional	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>450</u>	<u>826</u>	<u>1.700</u>	<u>1.500</u>	<u>4.331</u>	<u>5.541</u>
Subtotal	3.416	5.037	4.888	9.468	14.940	22.418	24.267	19.926	22.859
Total de importação	24.582	29.875	45.228	61.433	77.836	51.899	50.834	52.071	47.905
Total de produção nacional	<u>14.887</u>	<u>13.898</u>	<u>18.255</u>	<u>22.871</u>	<u>22.838</u>	<u>26.561</u>	<u>18.566</u>	<u>26.286</u>	<u>40.621</u>
Total	39.469	43.773	63.483	84.304	100.674	78.460	69.400	78.357	88.528

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG).

QUADRO 20. - Expansão da Oferta Interna de Defensivos, Importações de Matérias-Primas e Economia de Divisas, Brasil, 1975-80

(em US\$1.000 de 1974)

Ano	Valor do acréscimo anual da produção nacional de defensivos (classe)			Total (1)	Importação de matéria-prima (2)	Economia de divisas (1)-(2)	Relação entre a produção nacional e a importada de matéria-prima (1)/(2)
	Inseticida	Fungicida	Herbicida				
1975	2.349	6.409	2.296	11.054	4.611	6.443	1:0,42
1976	11.846	29.984	10.879	52.709	29.879	22.830	1:0,57
1977	48.967	33.347	53.016	135.330	75.232	60.098	1:0,56
1978	56.808	35.966	89.812	182.586	96.733	85.853	1:0,53
1979	63.076	38.136	106.844	208.056	116.367	91.689	1:0,56
1980	65.378	38.611	124.025	228.014	133.711	94.303	1:0,58

Fonte: Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 21. - Preços Reais de Defensivos Pagos pelos Agricultores do Estado de São Paulo ⁽¹⁾

ANO	Sulfato de cobre (Cr\$/kg)	Brometo de metila (Cr\$/lata)	Aldrin 5% (Cr\$/kg)
1964	15,62 ⁽²⁾	37,18 ⁽²⁾	15,24 ⁽²⁾
1965	30,82 ⁽³⁾	42,67 ⁽³⁾	16,59 ⁽³⁾
1966	27,31 ⁽⁴⁾	42,94 ⁽⁴⁾	15,46 ⁽⁴⁾
1967	23,17 ⁽⁵⁾	40,57 ⁽⁵⁾	13,79 ⁽⁵⁾
1968	24,54 ⁽⁶⁾	43,66 ⁽⁶⁾	16,60 ⁽⁶⁾
1969	39,99	47,31	14,64
1970	38,45 ⁽²⁾	52,84 ⁽²⁾	13,86 ⁽²⁾
1971	30,07 ⁽⁶⁾	55,13 ⁽⁶⁾	12,75 ⁽⁶⁾
1972	28,78	49,57	12,01
1973	31,80	49,67	11,86
1974	47,56	78,17	11,03
1975	35,93	86,06	12,16
1976	26,13	101,79	9,08
1977	24,68 ⁽⁶⁾	110,73 ⁽⁶⁾	7,97 ⁽⁶⁾
1978	24,05	95,86	9,83

⁽¹⁾ Em cruzeiros de 1978, corrigidos pelo Índice Geral de Preços da FGV (Coluna 2). Base: 1965/67 = 100

⁽²⁾ Médias de 10 meses.

⁽³⁾ Médias de 6 meses.

⁽⁴⁾ Médias de 7 meses.

⁽⁵⁾ Médias de 9 meses.

⁽⁶⁾ Médias de 11 meses.

Fonte: CFP e IEA.

QUADRO 22. - Preços Médios Correntes Pagos pelos Agricultores por Defensivos na Região Centro-Sul do Brasil, 1978/79 (1)

(em Cr\$/kg)

Estado	Aldrin-40%		Aldrin-5%		BHC-12%		BHC-3%		BHC-2%		Herbicida		Formicida pó	
	1978	1979	1978	1979	1978	1979	1978	1979	1978	1979	1978	1979	1978	1979
MG	7,66	...	10,01	11,19	...
ES	57,64	73,03	9,00	11,99	12,89	15,27	7,69 ⁽²⁾	15,40 ⁽²⁾	7,44	15,07	84,71	136,88	12,26	16,39
RJ	59,62	77,91	12,47	15,02	14,05	22,44	13,67 ⁽³⁾	15,00 ⁽³⁾	8,85	15,76	141,57	194,01	11,68	17,24
SP	8,19 ⁽²⁾	13,20 ⁽²⁾	3,81 ⁽²⁾	6,64 ⁽²⁾
PR	58,43	86,40	12,98	16,67	15,06	20,57	10,27	12,80	5,74	8,34	118,71	166,15	14,15	20,60
SC	62,36 ⁽²⁾	94,64 ⁽²⁾	12,24	18,22	16,50	22,45	9,15	14,67	7,99	14,66	138,86	190,39	12,92	19,76
RS	48,21	71,11	12,73	18,28	7,02	13,21	14,96	20,84
MT	58,88	88,04	11,64	17,20	12,67	19,48	...	14,38 ⁽⁴⁾	8,34	14,32	126,86	218,97	14,24	21,89
GO	53,57	78,90	11,04	15,24	13,28	18,94	7,05 ⁽⁵⁾	17,50 ⁽⁵⁾	7,55	13,37	126,43	203,36	12,98	17,08

(1) As médias são relativas ao período de janeiro a julho dos anos de 1978 e 1979.

(2) Média de 5 meses.

(3) Média de 3 meses.

(4) Média de 4 meses.

(5) Média de 2 meses.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 23. - Preços Reais Pagos pelos Agricultores por Defensivos, nos Meses de Julho de 1978 e Julho de 1979 ⁽¹⁾

(em Cr\$/kg)

Estado	Herbicida em pó		Aldrin-40%		Aldrin-5%		BHC-2%		BHC-3%		BHC-12%		Formicida em pó	
	1978	1979	1978	1979	1978	1979	1978	1979	1978	1979	1978	1979	1978	1979
ES	162,16	176,85	90,33	72,00	13,65	12,63	11,20	14,79	11,79	17,20	17,76	17,67	18,87	18,24
RJ	213,76	224,37	91,83	84,96	20,51	18,01	15,08	17,19	22,38	24,92	19,65	19,11
PR	194,60	184,67	89,47	94,06	20,98	18,51	9,39	9,64	17,20	14,45	23,81	23,01	22,45	24,11
SC	225,56	225,82	97,03	103,75	20,29	20,12	12,93	17,74	14,86	16,61	26,67	24,11	21,73	21,21
RS	70,93	79,40	20,45	20,01	14,57	14,03	24,88	23,76
MT	201,97	265,11	90,38	99,44	17,81	18,93	15,32	20,06	22,75	20,75	24,22	24,79
GO	187,23	220,00	84,25	85,53	18,19	17,58	11,48	15,11	20,82	23,23	20,55	18,77

⁽¹⁾ Em cruzeiro de julho de 1979, corrigido pelo Índice "2" da FGV (base 1965/67 = 100).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA). Dados elaborados pelo IEA.

A despeito da reconhecida importância da boa semente, a taxa de utilização de sementes melhoradas no Brasil tem sido relativamente baixa. Entre os vários fatores que concorrem para a sua utilização, os preços recebidos pelos produtos assumem relativa importância.

A substituição de culturas com baixa taxa de utilização de sementes melhoradas, como ocorreu com o ingresso da cultura da soja, é uma clara evidência de que o agricultor responde aos incentivos econômicos esmerando-se em obter melhores produtividades através da adoção de toda tecnologia disponível. O estoque de pesquisas já existentes para esta cultura foi de extrema importância para propiciar o desenvolvimento da mesma com base em sementes melhoradas.

Por outro lado, a semente de milho híbrido com grande potencialidade genética, existente há mais de 30 anos no País, tem seu uso bastante limitado, com taxa de utilização estimada pelo Ministério da Agricultura em 50%.

No caso do feijão, cuja produção é baseada em um grande número de pequenos produtores, a instabilidade do mercado quanto ao seu preço não tem permitido o uso intensivo dos fatores e nem o uso de técnicas apropriadas para melhorar a sua produtividade.

Segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Sementes (ABRASEM), a produção de sementes de 1974/75 a 1977/78 apresentou expressivo crescimento de 40%, somente para as grandes culturas (soja, trigo, milho e arroz). Para soja e trigo, deu-se um crescimento a um índice médio anual de 14,0% e 14,5%, respectivamente; milho e arroz, 5% e 7% a.a.; enquanto o feijão permanece praticamente com a mesma quantidade de sementes melhoradas produzidas.

Dentro da área coberta pela ABRASEM, a soja e trigo somaram em 1977 mais de 80% do valor total de vendas de sementes oferecidas no mercado.

A Região Sul e Sudeste, com 17% da área do País, demandam mais de 80% das sementes produzidas no Brasil. As concentrações regionais mais relevantes aparecem quando constata-se que a Região Sul consome cerca de 70% das sementes melhoradas de soja e trigo; 52% das de arroz; 88% das de batata, e 42% das de milho. A Sudeste, por sua vez, é responsável pelo uso de 100% das sementes fiscalizadas de amendoim, 60% das de feijão e 39% de milho.

A obrigatoriedade do uso de sementes melhoradas na realização do PROAGRO incrementou a sua procura nesta safra (1979/80), estando a oferta muito abaixo das necessidades. A medida de se elevar a produtividade através de maior uso de sementes melhoradas, via crédito, tem sido considerada antecipada demais, pois não conta com o devido respaldo dos setores produtivos, tanto públicos como privados. Grande número de produtores de sementes e mudas comuns começou a cadastrar-se este ano, na qualidade de comerciantes ou produtores para uso próprio, no Estado de São Paulo.

No Rio Grande do Sul, os agricultores puderam contornar os problemas da escassez de sementes de soja quando o Banco Central do Brasil (BACEN), na primeira semana de setembro, desobrigou-os de apresentar a comprovação do uso de sementes melhoradas (desde que utilizem grãos de qualidade). Para outros estados, tal liberação não vigora, mas segundo informações do BACEN as entidades de crédito estão sendo tolerantes em alguns casos, quando se registra a falta de sementes.

Por outro lado, a falta de sementes, que vinha acarretando uma elevação de seus preços no mercado, e, por decorrência, o fechamento do crédito para uma parcela de lavradores, que volta a utilizar sementes próprias ou de cooperativas (pequenos produtores), parecem ter contribuído para aliviar as pressões sobre o crédito rural.

Segundo as últimas declarações oficiais de Brasília, o anteprojeto de lei de Prote

ção a Cultivares não deverá entrar em discussão no momento, pois foi reconhecido que poderão não ser benéfico à maioria das empresas nacionais de produção de sementes propiciando monopólio no setor.

- São Paulo

O Sistema de Produção de Sementes Melhoradas e/ou Certificadas adotado no Estado de São Paulo é considerado um dos mais organizados da Região Centro-Sul. Atuam, neste sistema, o setor estatal e o setor privado.

A Secretaria da Agricultura conta com aproximadamente 1.400 cooperantes em produção de sementes melhoradas comerciais e básicas. Recebe a colheita em 19 postos espalhados no Estado e, após o processamento e embalagem, faz a distribuição e venda em 400 Casas da Agricultura, 19 Postos e Prefeituras. Relativamente às firmas particulares, o número de produtores de sementes certificadas, na safra 1978/79, foi de 40.

O Estado mantém, também, ao lado do sistema de certificação, uma fiscalização no comércio de sementes não oriundas de material genético comprovado. O número de produtores destas sementes, desagregados por cultura, é significativo: 42 de soja, 15 de trigo, 28 de arroz, 7 de amendoim, 6 de feijão, 31 de milho, 4 de sorgo, 137 de forrageiras e 23 de olerícolas em geral.

Segundo a CFP, o montante financiado pela política de preços mínimos em 1978, para sementes no Estado de São Paulo, foi de Cr\$84.937.268,00, correspondendo a 73,3% em sementes de milho, 24,8%, soja, 1,3%, de amendoim, 0,3% arroz e 0,3% de feijão.

- Produção, oferta e demanda de sementes

As produções de sementes no Estado de São Paulo por firmas particulares e pela Secretaria da Agricultura, de 1977 a 1979, são apresentadas no quadro 24. Em 1976, foram concretizadas as sugestões da Associação Paulista de Produtores de Sementes (APPS), através das diretrizes do PLANASEM para a Secretaria da Agricultura, no sentido de se diminuir gradativamente a produção de sementes comerciais por parte do Estado, o qual atuaria somente em caráter supletivo, e de aprimorar o seu sistema de distribuição de material básico, até que a iniciativa privada possa fazê-lo.

As firmas particulares mantêm há anos um grande fluxo de comercialização com outros estados da Federação. Isto faz com que grande parte do aumento na produção de sementes pelas firmas particulares não se reflita em maior oferta no Estado. Estes fatos, somados ao aumento na demanda, acarretaram alguns problemas quanto à disponibilidade de sementes para o Estado. Para evitar que isto ocorra novamente, a Secretaria da Agricultura conta com maiores recursos para a safra 1979/80, o que levará a aumentar a produção de sementes de amendoim, milho híbrido e soja, e a elevar substancialmente a produção de semente de arroz e feijão.

A quantificação da produção de sementes melhoradas e/ou certificadas, no Estado de São Paulo, as variações percentuais em sua produção, a demanda por sementes melhoradas para cada cultura, bem como outros tópicos, são analisados a seguir.

- Algodão

De acordo com as previsões de decréscimo na área cultivada para esta cultura, o crescimento na produção de sementes foi de 16,2% em 1977/78 em relação ao ano anterior e decrescente em 1978/79 (-28,9%).

Para o ano agrícola 1979/80, a oferta de sementes é de 457.500 sacas de 40kg. Considerando que a área cultivada permaneça a mesma do ano anterior (284 mil ha), a demanda de semente seria da ordem de 225.500 sacas de 40kg, propiciando um excedente a ser destinado a outros estados, especialmente Goiás e Paraná.

A produção de sementes de algodão pela Secretaria da Agricultura para o plantio da safra 1980/81 está estimada em 600 mil sacas de 40kg para sementes comerciais e 60 mil sacas de 40kg para sementes genéticas e básicas.

- Amendoim

A produção total de sementes de amendoim no Estado de São Paulo tem passado por acréscimos consideráveis (23,8% em 1977/78 e 126,0% em 1978/79), devido, em grande parte, ao incremento na produção das firmas particulares (265% em 1978/79). As vendas destas firmas, que usualmente abasteciam a outros estados, em 1978 voltou-se quase que exclusivamente para o mercado interno.

Vale notar que a semente de amendoim sofreu o maior acréscimo em relação ao preço, (256,6%), com a retirada do subsídio da Secretaria da Agricultura em 1978/79.

A oferta total de sementes para o plantio na safra 1979/80 é de 394,5 mil sacas de 40kg, sendo 111,6 mil sacas pela Secretaria da Agricultura e 282,9 mil pelas firmas particulares.

Considerando que esta cultura apresente uma expansão de área cultivada de 10% em relação à anterior, a demanda potencial de semente é estimada em 617 mil sacas de 40kg. A falta de disponibilidade de sementes é notória, e tem acarretado preços elevados, sendo que estes fatores foram limitantes à expansão da cultura nas duas últimas safras.

A produção de sementes de amendoim pela Secretaria da Agricultura, na safra 1979/80, é estimada em 150 mil sacas de 40kg para sementes comerciais e 20 mil sacas de 40kg para as básicas e genéticas.

- Arroz

Apesar do decréscimo na produção total de sementes de arroz em 1977/78 (-25,5%), em 1978/79 elevou-se em 38,5% em relação ao ano anterior.

Além de um crescimento na demanda, a retirada do subsídio para semente melhorada de arroz, em 1978, refletiu num grande impulso na produção pelas firmas particulares (188,6% de aumento em 1978/79).

A oferta total de sementes para o plantio na safra 1979/80 é ao redor de 148 mil unidades de 40kg, sendo 101 mil sacas de 40kg da Secretaria da Agricultura e, aproximadamente, 47 mil sacas de 40kg das firmas particulares.

Em vista dos anunciados incentivos para esta cultura (crédito e preços mínimos), estima-se área cultivada de 355 mil ha, 10% superior ao ano anterior. A demanda potencial é

calculada ao redor de 300 mil sacas de 40kg. Os agricultores que pretendem usar sementes melhoradas dependerão das importações de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul para cobrir o déficit previsto.

A produção de sementes de arroz pela Secretaria da Agricultura, para o plantio na safra de 1980/81, é estimada em 175 mil sacas de 50kg de sementes comerciais e 22 mil sacas de 50kg para sementes genéticas e básicas.

- Feijão

Em 1978/79, a produção total de sementes de feijão cresceu 48,5% em relação ao ano anterior. Apesar do grande aumento registrado em 1977/78 (+828,5%), os níveis atuais da produção das firmas particulares são considerados baixos.

A oferta total de sementes de feijão das águas e secas para o plantio em 1979/80 situa-se ao redor de 82 mil sacas de 40kg, sendo, aproximadamente, 4.300 sacas de 40kg das firmas particulares e 77.371 sacas de 40kg da Secretaria da Agricultura, incluindo a produção estimada de 50 mil sacas de 40kg de feijão das secas.

A obrigatoriedade creditícia no uso de semente, bem como o acréscimo em relação à área e cultivo a nível comercial, aumentaram a demanda em cerca de 550.000 sacas de 40kg.

A falta de sementes é sentida em todo o Estado, com notícias na DIRA de Sorocaba, de ter constituído a razão de abandono desta cultura pelos agricultores, apesar de vastas áreas preparadas.

A produção de sementes de feijão pela Secretaria da Agricultura para a safra 1979/80 é estimada em cerca de 162,5 mil sacas de 50kg de sementes comerciais e 9,4 mil sacas de 40kg de sementes básicas e genéticas.

- Milho híbrido e milho variedade

De modo geral, a produção total em 1978/79 foi crescente, com um grande impulso na produção de milho variedade (131,4%). Em decorrência da programação da Secretaria da Agricultura em reduzir a produção de sementes de milho híbrido a partir de 1976, ocorreu decréscimo na sua produção de 23,9% em 1977/78 e 11,5% em 1978/79.

A participação das firmas particulares no total da produção do Estado é predominante (87,9% e 75,6% em 1978/79, respectivamente para milho híbrido e variedade). Estas mantêm firme fluxo de comercialização interestadual, fazendo do Estado de São Paulo o maior fornecedor de semente de milho. Em 1978, 62,9% e 71,9% do total de sementes vendidas pelas firmas particulares, de milho híbrido e variedade, respectivamente, foram destinados a outros estados.

A demanda potencial no Estado é da ordem de 581 mil sacas de 40kg, considerando a área cultivada do ano anterior. Como a previsão é de aumento nesta área, a demanda deverá ultrapassar 650 mil sacas de 40kg.

Para se evitar que São Paulo sofra com a falta de disponibilidade de sementes de milho, devido às realizadas pelas firmas particulares a outros estados, a Secretaria da Agricultura deverá aumentar a sua produção para a próxima safra.

A produção de sementes de milho híbrido pela Secretaria da Agricultura para a safra 1979/80 é estimada em 250 mil sacas de 40kg para sementes comerciais e 375 mil sacas de 40kg de sementes genéticas e básicas.

Para milho variedade, a produção de sementes comerciais é estimada em 312 mil sacas de 40kg e 2.500 sacas de 40kg de sementes básicas e genéticas.

- Soja

O crescimento na produção total de sementes de soja tem sido significativo. O decréscimo de 38,1% na produção da Secretaria da Agricultura em 1978/79 foi compensado pelo grande incremento de 118,7% das firmas particulares.

A oferta total é calculada em 786 mil sacas de 40kg, sendo aproximadamente 650 mil sacas de 40kg das firmas particulares e 135 mil sacas de 40kg da Secretaria da Agricultura.

A demanda estimada em 1,3 milhão de sacas de 40kg deverá ser satisfeita pela produção dos estados do Sul e Mato Grosso do Sul. Muitos são os problemas enfrentados na busca de sementes de soja; as vendas pela Secretaria da Agricultura têm sido controladas, sendo, geralmente, fornecidas em quantidade inferior à necessidade do produtor. Mercados paralelos de sementes não inspecionadas são praticados, com preços muito elevados. O aumento nas taxas de frete elevaram os preços das sementes originárias do Sul.

A produção de sementes de soja pela Secretaria da Agricultura para 1979/80 é estimada em 212,5 mil sacas de 40kg de sementes comerciais e 50 mil sacas de sementes genéticas e básicas.

- Trigo

A produção de sementes das firmas particulares em 1978/79 (447,5 mil sacas) consolidada a sua entrada no mercado, com um crescimento de 424,7% em relação ao ano anterior. Isto fez com que a produção total aumentasse significativamente (122,4%). A Secretaria da Agricultura manteve, praticamente, a sua produção a níveis anteriores.

A disponibilidade de sementes para a próxima safra é estimada em 686 mil sacas de 40kg, sendo, aproximadamente, 238,7 mil sacas de 40kg da Secretaria da Agricultura e 447 mil sacas de 40kg das firmas particulares. Ao se considerar que a área cultivada permanecerá estável para a próxima safra (189,2 mil ha), a demanda de sementes será da ordem de 639 mil sacas de 40kg, relativamente equilibrada com a oferta.

A produção de sementes de trigo pela Secretaria da Agricultura na safra 1979/80 é estimada em 250 mil sacas de 40kg de sementes comerciais e 62,5 mil sacas de 40kg de sementes genéticas e básicas.

- Preços

Os preços de venda de sementes produzidas em Campos de Cooperação da Secretaria da Agricultura, no Estado de São Paulo, em relação ao ano anterior apresentaram variações conforme consta no quadro 25.

De modo geral os reajustes acompanharam o índice inflacionário, acentuando-se para a semente de algodão, com 60% de aumento em relação ao ano anterior. Os menores reajustes de veram-se a sementes de mamona (18,6%) e amendoim (17,4%).

Para o amendoim, o preço atual ainda é considerado elevado, tendo em 1978/79 parti

cipado com 31,7% do seu custo operacional.

Vale notar que algumas destas sementes já sofreram grande acréscimo em seus preços em 1978/79, com a retirada do subsídio da Secretaria da Agricultura para semente melhorada, no caso do amendoim (256,6%) e arroz (104,5%).

Preços superiores ao tabelado pela Secretaria da Agricultura são praticados em mercados paralelos devido à escassez na oferta. A semente de amendoim atingiu Cr\$37,00/kg, a de arroz, Cr\$18,20/kg, e a de soja, Cr\$800,00/sc.50kg).

- Vendas de sementes melhoradas e/ou certificadas para o plantio

Conforme o quadro 26, as vendas de sementes para o plantio no ano agrícola 1978/79, em relação ao ano anterior, apresentaram variações significativas.

O decréscimo no total de vendas no Estado esteve geralmente relacionado à retração na área cultivada: caso do algodão, arroz, milho variedade e trigo. O feijão foi uma exceção; o aumento na taxa de utilização de sementes refletiu num grande aumento nas vendas de sementes, apesar do decréscimo na área cultivada.

Embora notada a falta de sementes de amendoim, o que levou a uma limitação de maior expansão de área, suas vendas cresceram 50% em relação ao ano anterior.

Dadas as vendas de sementes, a área cultivada, densidade de semeadura e demanda potencial foram estimadas as taxas de utilização de sementes melhoradas e/ou certificadas produzidas em São Paulo, com o seguinte resultado: algodão, 100%; amendoim, 28,8%; arroz, 32,2% ; feijão, 11,1%; milho, 78,6%; soja, 19,3%; e trigo, 30,9%.

A participação percentual da Secretaria da Agricultura no total de vendas tem sido, de modo geral, decrescente, sendo significativo esse decréscimo para o amendoim e soja. A sua predominância é notada nas vendas de sementes de arroz e feijão.

- Mato Grosso do Sul

A deficitária fiscalização e a ação de oportunistas e de produtores não cadastrados têm sido apontadas como causas do fornecimento de sementes de baixíssima qualidade nesse Estado. Os problemas existentes nesta área iniciam-se com a semente básica, agravando-se na fase de comercialização. O alto preço da semente não tem propiciado ganhos compensatórios na produtividade aos agricultores de Mato Grosso do Sul, e sua utilização tem sido, somente, em função da obrigatoriedade do PROAGRO, o que agrava a descrença na semente de alto potencial genético.

Os órgãos envolvidos no sistema de produção de sementes fiscalizadas são: IAGRO, responsável pela inspeção da produção e fiscalização do comércio; Comissão Estadual de Sementes e Mudanças (CESM), responsável pelas normas, padrões e credenciamentos; Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual (UEPAE), pela pesquisa e produção de sementes básicas.

Na safra 1978/79, o Estado contou com 40 firmas produtoras de sementes fiscalizadas cadastradas na CESM que, desagregadas por espécie, estão distribuídas em 35 produtoras de sementes de arroz, 31 de soja, 14 de trigo e 2 de algodão. Para a safra atual, são previstos de 43 a 45 produtores.

A produção de sementes no Estado de Mato Grosso do Sul em 1978/79 é a seguinte: de arroz, 21.212t; de soja, 37.357t; de trigo, 18.723t e de algodão, 1.546t. Esta produção é con-

siderada insuficiente, a qual, acrescida da deficiente fiscalização, tem permitido a entrada de sementes de má qualidade, ocasionando baixo índice de utilização de sementes melhoradas.

A infra-estrutura na produção de sementes no Estado está apoiada em 94.264t/ano de capacidade de armazenamento, 822.780t/ano em beneficiamento e 1.022.500t/ano em secagem, entre o setor privado e cooperativas. Os laboratórios de análises de sementes são quatro: dois oficiais e dois particulares.

Os preços para sementes de soja e arroz na safra de 1979/80 são de Cr\$18,00 a Cr\$20,00 o quilograma.

- Goiás

A produção de sementes e mudas neste Estado é realizada através de produtores particulares registrados, e cooperados da Secretaria da Agricultura, sendo adotado o sistema de fiscalização, com exceção da batata, em que se adota atestado de certificação.

O financiamento concedido pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP) através da política de preços mínimos, em 1978, foi de Cr\$28.574.284,00 (vinte e oito milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e quatro cruzeiros), equivalente a 8.516 toneladas de sementes, sendo 30% em sementes de arroz, 65% em milho e 5% em soja.

A produção de sementes de arroz ocupa posição de destaque no Estado, mobilizando o maior número de produtores (72) e cooperados (154), correspondendo à maior área e produção. É seguida do milho, com 6 produtores e 159 cooperados, e da soja, com 32 produtores e 37 cooperados. A participação de campos de cooperação na produção de sementes acoplados à Secretaria da Agricultura é relevante, com um total de 381 cooperados, em relação a 165 produtores particulares.

Estudos efetuados pela Comissão Estadual de Sementes e Mudas (CESM/GO) (quadro 27), através da área a ser cultivada em 1978/79, estimaram a demanda potencial de sementes, em relação à sua utilização. As taxas de utilização de sementes melhoradas são de: 100% para algodão, soja e trigo; 73% para arroz; 64% para o amendoim, 53% para o milho e 1,1% para o feijão. É expressivo o déficit coberto por sementes de outros estados, como no caso da semente de soja, que chega a 7.900t, e de algodão, 300t, esta última obtida de São Paulo.

Segundo relatórios do setor, a fiscalização do comércio tem sido deficiente. Os agricultores adquirem sementes de qualidade nem sempre satisfatória, sendo que em alguns casos de baixíssimo índice de germinação e grande impureza. O número de laboratórios de análises de sementes totaliza sete, sendo três oficiais e quatro de produtores credenciados; são considerados insuficientes, sendo necessária a instalação de maior número de unidades.

Quanto a outros dados da infra-estrutura de apoio para produção de sementes, o Estado de Goiás apresenta capacidade de armazenamento de 30.920 toneladas de sementes, de beneficiamento de 69.423t/ano e de secagem de 41.500t/ano, que pertencem, em sua grande maioria, ao setor privado.

- Santa Catarina

O sistema de produção de sementes neste Estado pouco difere dos demais da Região Centro-Sul, sendo o corpo executivo da Secretaria da Agricultura, em convênio com o Ministério da Agricultura (MA), e a coordenação efetuada pela CESM-SC, composta pelo colegiado do Instituto de Pesquisa Agropecuário de Santa Catarina (IPASC), Organização das Cooperativas, Em

presa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (EMPASC) e outros.

Segundo a CFP, o financiamento concedido através da política de preços mínimos em 1978 foi de Cr\$49.672.617,00 (quarenta e nove milhões, seiscentos e setenta e dois mil, seiscentos e dezessete cruzeiros), tendo as cooperativas participado em 81,1% e os restantes 18,9% atribuídos aos produtores particulares. Em termos de quantidade de sementes, a grande parcela deste financiamento coube à de soja com 92% do total, seguida de forma pouco expressiva pela de milho, com 5,1%; arroz, 1,8%, e feijão 1,1%. Nota-se a grande participação das organizações de cooperativas de Santa Catarina neste sistema em especial quanto à produção de sementes de soja e feijão; esta última é produzida quase na sua totalidade pelas cooperativas.

Para a safra 1978/79, considerando as cooperativas indistintamente como produtores de sementes, o maior número de produtores incide sobre a de soja (36), com maior produção e área, seguida de arroz (22) e feijão (16). Interessante observar que a produção de sementes de milho neste Estado apresenta-se concentrada em um único produtor, que em 1978/79 produziu 292 toneladas de sementes (quadro 29).

Ao se considerar o plantio no ano agrícola 1979/80, para produção de sementes, nota-se grande impulso na produção de sementes de trigo em relação ao ano anterior, com expansão da área de 373ha para 3.658ha.

Quanto à infra-estrutura de apoio para o sistema de produção de sementes em Santa Catarina, o Estado conta com 40 órgãos inscritos na CESP-SC, que totalizam capacidade de armazenamento de 61.288t de sementes, capacidade de beneficiamento comportando carga de secagem de 205 toneladas e classificação de 71t/hora.

- Rio Grande do Sul

A composição das firmas produtoras de sementes neste Estado, desagregadas por espécie, correspondem a 126 para produção de arroz; 29 para o feijão; 7 para o milho; 317 para a soja; e 122 para o trigo.

Segundo a CFP, em 1978 o montante financiado para sementes através da política de preços mínimos foi de 1.930.963.367,00 (um bilhão novecentos e trinta milhões, novecentos e sessenta e três mil, trezentos e sessenta e sete cruzeiros), equivalente a 648.278 toneladas de sementes, das quais 86% correspondem a sementes de soja, 12,9% a de arroz, 0,9% a de milho e 0,03% a de feijão. Nota-se, também, para este Estado, o grande papel das cooperativas, que retiveram 55,5% do valor do montante total em financiamento para semente de soja.

A quantificação de sementes fiscalizadas pode ser visualizada no quadro 30. Os problemas relacionados e as medidas recentemente adotadas são analisados a seguir, por produto.

- Arroz

Tem sido significativo, ainda que de forma decrescente, o uso da semente comum em relação à fiscalizada. Deve-se tomar em conta que a cultura de arroz em sequeiro neste Estado vale-se somente de sementes comuns, exigindo maior quantidade por unidade de área, elevando desse modo o seu volume total perante a fiscalizada.

Para a cultura de arroz irrigado, o uso de sementes comuns exige maior densidade de plantio (200kg/ha) que a fiscalizada (185kg/ha), devido ao menor poder germinativo e ao re

plântio em alguns casos.

- Feijão

Como em outros Estados, a utilização de sementes fiscalizadas de feijão possui uma demanda muito reduzida. As sementes utilizadas na produção comercial são as dos próprios agricultores. O preço de Cr\$800,00/sc.60kg, para a semente fiscalizada, além da descrença existente quanto à sua maior produtividade, têm sido entraves para o seu uso.

- Milho

A disponibilidade de semente fiscalizada de milho híbrido para a estimativa de área de plântio de 1.100.000ha, em 1979/80, representa apenas 30% da necessidade total.

Por decorrência da seca, que prejudicou o milho de ciclo médio e tardio, houve uma corrida em busca dos híbridos precoces, ocasionando a falta dos mesmos, pois a sua disponibilidade é pequena, 30% da produção total de semente fiscalizada.

- Soja

A produção de semente fiscalizada de soja foi afetada pela seca, ocasionando para esta safra oferta insuficiente para atender à demanda do próprio Estado, face aos padrões exigidos pela CESM-RS.

Além da demanda gaúcha, esta produção atende anualmente à expansão da área desta cultura em outros estados, sendo que a manutenção desse mercado é vital para os produtores de sementes. O fato tem acarretado muitos problemas, e medidas foram tomadas para garantir o atendimento interno, garantindo em níveis satisfatórios, também, os contratos entre produtores de sementes e importadores.

Segundo os técnicos deste Estado, 80% da área cultivada, estimada em 4 milhões de hectares, serão plantados com semente fiscalizada, utilizando para tanto 272.040t. Sendo a produção estadual de 321.000t, existe possibilidade de exportação de 60.000t para os Estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo. Esta informação é baseada nos pedidos já realizados nas exportações de 1978, que giraram em torno de 102.000 toneladas.

A estimativa do déficit é de 9.600 a 11.040t, amparada nas hipóteses de que a área a ser plantada com semente comum será de 20% (otimista), e o preço pago fora do Estado será mais elevado, o que motiva prováveis exportações.

- Trigo

Apesar dos acréscimos na produção de semente de trigo, importou-se neste ano, até junho, 9.300t de sementes do Estado do Paraná, em sua grande maioria da variedade Maringã, de boa adaptação em determinadas regiões tritícolas do Estado.

- Paraná

O sistema de produo adotado neste Estado compreende a certificao e a fiscalizao, sendo esta última a mais usual. Pelo sistema de certificao de sementes, em 1978/79, produziram-se 452t de semente certificada de algodão, 389t de arroz, 466t de feijão, 7.544t de soja e 870t de trigo, e a previsão  de aumento na produo por este sistema, nos próximos anos.

Segundo a CFP, o financiamento concedido em 1978 pela política de preços mínimos no Estado do Paraná, para sementes, foi de Cr\$700.086.263,00 (setecentos milhões, oitenta e seis mil, duzentos e sessenta e três cruzeiros), correspondendo a 97,4% de sementes de soja, 1,5% de milho, 0,6% de feijão, 0,4% de arroz e 0,1% de cevada. Somente as cooperativas foram responsáveis por 56,2% do montante total do valor do financiamento em soja.

A quantificao da produo de sementes fiscalizadas, demanda real e níveis de utilizao podem ser visualizados no quadro 28, e são analisados a seguir, por espécie.

- Arroz

A rea cultivada com esta cultura  estimada em 495.000ha, com demanda potencial de 15.300t de sementes. A taxa usual de utilizao de sementes fiscalizadas situa-se ao redor de 34%, prevendo-se demanda real de 5.200 toneladas.

Sendo a produo de semente fiscalizada de 5.015t, pode-se concluir que a sua oferta encontra-se numa situao de quase equilíbrio com a demanda real de sementes melhoradas. Apesar disso, deve-se atentar que muitos agricultores procuram fazer aquisioes junto a produtores de outros estados, temendo carência, visto as seguidas frustraoes de safras na produo desta semente.

Feijão

A produo de semente fiscalizada, propriamente dita, desta cultura^a foi de 3.766t. Tendo em vista as proposioes governamentais em aumentar a oferta desta semente, o Ministério da Agricultura possibilitou a colocao de grãos de origem conhecida (produo de campos cultivados com semente certificada e/ou fiscalizada) para o plantio na próxima safra, deslocando a oferta para 5.150 toneladas.

De acordo com as estimativas de plantio no Estado, rea de 672.000ha, e taxa de utilizao de sementes melhoradas de 10%, a demanda por sementes melhoradas deverá estar ao redor de 3.360t, a qual estará coberta pela oferta de 5.150 toneladas.

- Milho

A necessidade total de sementes de milho para o plantio na safra 1979/80  estimada em 40.054t. A produo estimada de sementes em 1978/79  de 16.097t. Atentando-se ao fato de que o nível de utilizao de sementes melhoradas  da ordem de 45%, a demanda real de 18.024t, superior  produo de sementes, cria um déficit de 1.118t, o qual deverá ser coberto por sementes oriundas de outros estados, especialmente de São Paulo.

- Soja

Segundo cálculos do Departamento de Fiscalização deste Estado, a produção final de semente de soja será de 248.861t (incluído o padrão B). Considerando a estimativa de área de plantio para esta cultura, na safra de 1979/80, de 2.500.000ha, a demanda potencial deste insumo é de 225.000t. A oferta será suficiente para atender à demanda, e um excedente que deve ser comercializado.

Para evitar que estas sementes não sejam comercializadas, devido à usual entrada de sementes de outros estados, especialmente do Rio Grande do Sul, como ocorreu na safra passada, tem sido desenvolvidas campanhas para prestigiar a produção local de sementes selecionadas e evitar ao máximo as importações. Parte das sementes importadas foi embargada pela fiscalização da Secretaria da Agricultura, por não se enquadrar nos padrões estaduais.

- Trigo

A produção final da safra 1978 é de 225.000t, incluídos os lotes de sementes do padrão B (emergência), instituído em decorrência da estiagem e das geadas ocorridas.

Considerando as variedades cultivadas, e a área estimada em 1.600.000ha para a safra que se inicia, a produção de sementes atenderá à demanda para o seu cultivo. Supõe-se que ocorrerão importações devido à preferência de alguns agricultores por determinadas variedades. No entanto, essas importações deverão ser equilibradas com as exportações das variedades IAC-5 e Maringá, de grande preferência pelos agricultores do Rio Grande do Sul, e ainda por sua primeira variedade no rol da produção.

- Cevada

A produção bruta de semente fiscalizada de cevada foi ao redor de 5.325t. Portanto, estimando-se a área cultivada em 40.000ha, a produção final deverá atender plenamente à demanda.

Determinadas variedades são procuradas intensamente pelos agricultores, a fim de atender à produção de malte para as cervejarias, mas não se constituem problemas.

Apesar da taxa de utilização de sementes ser de 100%, alguns entraves devem ser considerados, como a falta de pesquisa no melhoramento e recomendação de cultivares, baixa qualidade do grão produzido para fins cervejeiros e a falta de produção de semente básica.

(IEA, 22/10/1979)

QUADRO 24. - Produção de Sementes Melhoradas e/ou Certificadas, pela Secretaria da Agricultura e Firmas Particulares, Estado de São Paulo, 1976/77 a 1978/79

(em unidade de 40kg)⁽¹⁾

Semente		Algodão	Amendoim	Arroz	Feijão	Milho híbrido	Milho variedade	Soja	Trigo
Da Secretaria da Agricultura	1976/77 (a)	553.512	66.861	128.118	43.524	230.595	26.078	109.534	230.769
	1977/78 (b)	643.292	97.039	90.624	49.661	175.425	18.791	217.481	223.264
	1978/79 (c)	457.500	111.632	100.956	77.371 ⁽²⁾	155.226	22.605	134.529	238.750 ⁽²⁾
	Variação(b/a)	16,2%	45,1%	-29,3%	14,1%	-23,9%	-27,9%	98,6%	-3,3%
	Variação(c/b)	-28,9%	15,0%	11,4%	55,8%	-11,5%	20,3%	-38,1%	6,9%
Da firmas particulares	1976/77 (a)	-	74.078	15.588	578	876.025	46.122	112.446	43.348
	1977/78 (b)	-	77.496	16.379	5.367	847.824	21.218	298.079	85.293
	1978/79 (c)	-	282.856 ⁽²⁾	47.270 ⁽²⁾	4.333 ⁽²⁾	1.126.080 ⁽²⁾	69.973 ⁽²⁾	651.857 ⁽²⁾	447.500 ⁽²⁾
	Variação (b/a)	-	4,6%	5,1%	828,5%	-3,2%	-54,0%	165,1%	96,8%
	Variação (c/b)	-	265,0%	188,6%	-19,3%	32,8%	229,8%	118,7%	424,7%
Total	1976/77 (a)	553.512	140.939	143.706	44.102	1.106.620	72.200	221.980	274.117
	1977/78 (b)	643.292	174.535	107.003	55.028	1.023.249	40.009	515.560	308.557
	1978/79 (c)	457.500	394.488 ⁽²⁾	148.226 ⁽²⁾	81.704 ⁽²⁾	1.281.306 ⁽²⁾	92.578 ⁽²⁾	786.386 ⁽²⁾	686.250 ⁽²⁾
	Variação(b/a)	16,2%	23,8%	-25,5%	24,8%	-7,5%	-44,6%	132,2%	12,6%
	Variação(c/b)	-28,9%	126,0%	38,5%	48,5%	25,2%	131,4%	52,5%	122,4%
Participação da S.A									
	1976/77	100,0%	47,4%	89,2%	98,7%	20,8%	36,1%	49,3%	84,2%
	1977/78	100,0%	55,6%	84,7%	90,2%	17,1%	47,0%	42,2%	72,4%
	1978/79	100,0%	39,5%	68,1%	94,7%	12,1%	24,4%	17,1%	34,8%

⁽¹⁾ A Secretaria da Agricultura acondiciona sua produção em volumes diferentes, conforme o produto. Para possibilitar uma comparação direta do volume de produção, uniformizou-se para saca de 40kg.

⁽²⁾ Estimativa preliminar.

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Dados elaborados pelo IEA.

QUADRO 25. - Preço de Venda de Sementes Produzidas em Campos de Cooperação da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, para Plantio da Safra 1978/79 e 1979/80

Semente	Unidade	Preço 1978/79 (Cr\$)	Variação em relação a 1977/78 (%)	Preço 1979/80 (Cr\$)	Variação em relação a 1978/79 (%)
Algodão	sc. de 30kg	150,00	42,9	240,00	60,0
Arroz	sc. de 50kg	450,00	104,5	600,00	33,3
Amendoim	cx. de 20kg	460,00	256,6	540,00	17,4
Feijão	sc. de 50kg	615,00	-12,1	900,00	46,3
Milho híbrido	sc. de 50kg	335,00	67,5	485,00	44,8
Milho variedade	sc. de 50kg	250,00	47,1	360,00	44,0
Soja	sc. de 50kg	400,00	25,0	580,00	45,0
Mamona	sc. de 30kg	210,00	-6,7	249,00	18,6
Mucuna	sc. de 50kg	440,00	37,5	640,00	45,5
Guandu	sc. de 50kg	530,00	39,5	770,00	45,3
Soja perene tardia	kg	105,00	40,0	152,00	44,8
Crotalária	sc. de 50kg	840,00	31,3	1.220,00	45,2
Galactea	kg	105,00	40,0	152,00	44,8
Quiabo	kg	45,00	66,7	68,00	51,1
Dólicos	sc. de 50kg	630,00	40,0	915,00	45,2

Fonte: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (D.O. de 28/07/78 e 01/08/79).

QUADRO 26. - Venda de Sementes pela Secretaria da Agricultura e pelas Firms Particulares para Plantio no Estado de São Paulo, 1977/78 e 1978/79

(em unidade de 40kg)

Item		Algodão	Amendoim	Arroz	Feijão	Milho híbrido	Milho variedade	Soja	Trigo
Secretaria da Agricultura	1977/78 (a)	325.604	74.323	132.082	20.407	140.307	12.476	100.847	236.847
	1978/79 (b)	240.331	85.877	85.316	54.280	139.145	11.161	63.892	168.275
	Variacão percentual (b/a)	-26,2	15,5	-35,4	166,0	-0,8	-10,5	-36,6	-29,0
Firms particulares	1977/78 (a)	-	33.568	9.562	61	218.784	5.059	77.782	32.917
	1978/79 (b)	-	75.937	5.804	1.812	302.001	4.535	155.051	28.967
	Variacão percentual (b/a)	-	126,2	-39,3	2.870,5	38,0	10,4	99,3	12,0
Total	1977/78 (a)	325.604	107.891	141.644	20.468	359.091	17.535	178.629	269.764
	1978/79 (b)	240.331	161.814	91.120	56.092	441.146	15.696	218.943	197.242
	Variacão percentual (b/a)	-26,2	50,0	-35,7	174,0	22,8	-10,5	22,6	-26,9
Participação da Secretaria da Agricultura sobre o total	1977/78	100,0	68,9	93,2	99,7	39,1	71,1	56,4	87,8
	1978/79	100,0	53,0	94,0	97,0	32,0	71,0	29,0	85,0

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Dados elaborados pelo IEA.

QUADRO 27 . - Utilização e Oferta de Sementes, Estado de Goiás, 1978/79

Cultura	Área a ser cultivada (ha)	Demanda potencial de sementes (t)	Oferta de sementes fiscalizadas (t)	Utilização de semen tes fiscalizadas e/ ou certificadas (t)	Taxa de utiliza ção de sementes fiscalizadas e/ou melhoradas (%)
Algodão	40.140	1.204	900	1.204	100,0
Amendoim	1.962	196	170	125	63,8
Arroz	1.184.845	35.545	26.000	26.000	73,1
Feijão	227.437	6.825	76	76	1,1
Milho	1.380.841	22.237	12.000	12.000	54,0
Soja	150.000	9.000	1.095	9.000	100,0
Sorgo	250	25	80	25	100,0

Fonte: Comissão Estadual de Sementes e Mudanças de Estado de Goiás (CESM-GO).

QUADRO 28. - Produção de Sementes Fiscalizadas e Certificadas, Estado do Paraná, 1978/79

Cultura	Área a ser cultivada (ha)	Demanca potencial de sementes (t) (a)	Sementes fiscalizadas e/ou certificadas pro- duzidas (t) (b)	Taxa de disponibilidade de sementes fiscalizadas e/ou certificadas (%) (b/a)	Taxa de utilização de sementes fisca- lizadas e/ou certi- ficadas (%)	Demanda real por sementes fiscali- zadas e/ou certi- ficadas (t)
Arroz	495.000	5.300	5.404	35,3	34,0	5.200
Feijão	672.000	3.600	5.616	16,1	10,0	3.360
Milho	2.150.000	0.054	16.097	40,2	45,0	18.024
Soja	2.500.000	2.15.000	256.405	114,0	95,0	243.584
Trigo	1.600.000	1.10.000	225.870	141,2	100,0	160.000
Cevada	40.000	4.000	5.325	133,1	100,0	4.000
Algodão	261.000	251.000	452	5,1	100,0	261.000

Fonte: Comissão Estadual de Sementes e Mudanças do Paraná (CESM-PR) e Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Paraná (DERAL).

QUADRO 29. - Produção de Sementes Fiscalizadas no Estado de Santa Catarina, 1978/79 e 1979/80

Safra	Espécie	Produtor (nº)	Área (ha)	Produção (t)	
1978/79	Arroz	22	2.532	763	
	Cevada	3	855	905	
	(para plantio no ano agrícola 1979/80)	Feijão	16	487	792
	Milho	1	325	292	
	Soja	36	51.180	18.000 ⁽¹⁾	
	Trigo	8	373	273	
1979/80	Cevada	2	520	...	
(para plantio no ano agrícola 1980/81)	Trigo	9	3.658	...	

⁽¹⁾ Estimativa preliminar.

Fonte: Comissão Estadual de Sementes e Mudanças de Santa Catarina (CESM-SC).

QUADRO 30. - Produção de Sementes Fiscalizadas e Comuns, Estado do Rio Grande do Sul, 1977-79

(em tonelada)

Espécie	Produção	1977	1978	1979
Arroz	- Semente fiscalizada	64.900	59.800	58.300
	- Semente comum	39.700	35.000	32.000
Feijão	- Semente fiscalizada	19	21	169
	- Semente comum	6.937	6.506	6.200 ⁽¹⁾
Milho	- Semente fiscalizada	5.940	5.954	7.275
	- Semente comum	23.700	23.818	20.000
Soja	- Semente fiscalizada	237.320	260.700	321.000
	- Semente comum	45.000	63.818	68.000
	- Exportações para outros estados ⁽¹⁾	15.680	102.000	60.000
Trigo	- Semente fiscalizada	109.592	93.900	203.454
	- Semente comum	50.375	40.500	9.000

⁽¹⁾ Dados obtidos por resíduo.

Fonte: Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), Comissão Estadual de Sementes e Mudanças do Rio Grande do Sul (CESM-RS), APASSUL, FECOTRIGO.

A valorização de terras agrícolas, no Brasil, intensificou-se a partir de 1972. Até então, suas cotações acompanharam aproximadamente a evolução do Índice geral de preços. A partir daquele ano, diversos fatores agiram no sentido de aumento no seu valor real, principalmente em 1973 e 1974, dentre os quais destacaram-se a elevação dos preços dos produtos primários, melhoria da infra-estrutura viária, implementação de planos regionais de desenvolvimento e execução de projetos de irrigação e eletrificação rural. Estas seriam as prováveis causas, segundo análise efetuada pela Fundação Getúlio Vargas ⁽¹⁾, as quais associadas ao fraco desempenho do mercado de capitais teriam levado ao desvio de recursos para a aquisição de terras, por parte de pessoas físicas e, principalmente, sociedades comerciais, visando diversificar a aplicação das disponibilidades financeiras existentes. No entanto, cumpre assinalar que outros fatores também teriam contribuído para a elevação nos preços reais da terra, destacando-se: volume crescente de crédito rural subsidiado, diminuindo a participação do capital próprio no custo das explorações agrícolas, e a elevação dos preços reais dos produtos de exportação na primeira metade da década de 1970.

Pesquisa desenvolvida por OLIVEIRA & COSTA ⁽²⁾, sobre a evolução dos preços de terras agrícolas em 16 estados brasileiros, no período 1966-74, mostra que a valorização das terras no Brasil estaria intimamente relacionada à evolução da relação "preço recebido pelo agricultor/preço dos insumos". Na medida em que a política agrícola atua no sentido de estabelecer relações de preços favoráveis à agricultura e de estimular a adoção de novas técnicas que tendam a aumentar a produtividade da terra, a consequência será uma elevação de preços desse fator. Na presença de uma quase inelasticidade da oferta do fator terra, pode-se esperar que toda política que aumente o valor da produtividade marginal da terra, como por exemplo, altos preços mínimos e subsídios ao uso de insumos modernos, levará a uma elevação no preço de aluguel da terra e, portanto, no preço (por unidade de área) do fator.

Relativamente ao papel da infra-estrutura de transporte, armazenagem, etc., no mercado de terras, a pesquisa de OLIVEIRA & COSTA ⁽²⁾ mostra que haveria um limite que, quando atingido, tornaria este papel redundante. Este estágio, que teria sido alcançado pelos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, será eventualmente atingido pelos demais. Registre-se que esse estudo não analisa os dados para São Paulo, que já deve ter atingido o limite.

De modo geral, observa-se aumento nos preços reais das terras para lavoura, pastagens e de campo, a partir de 1972. Os preços reais não se elevaram a taxas constantes ao longo do período, constatando-se que em 1974, em relação ao ano anterior, este crescimento se deu com maior intensidade.

Além dos fatores anteriormente citados, a expectativa sobre o desempenho da economia mundial e brasileira após a crise do petróleo e as consequentes pressões inflacionárias respondem pelo aumento nos preços reais em 1973 e 1974. Visando proteger-se contra a inflação, a aplicação em terras passou a ser negócio desejável, cumprindo aqui a função de reserva de valor.

⁽¹⁾ AGROPECUÁRIA. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1976.

⁽²⁾ OLIVEIRA, J.T. & COSTA, I. Del Nero. Evolução recente do preço de terra no Brasil - 1966-74. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA RURAL, 14 Vitória, 1976. Anais... Vitória, SOBER, 1977, p.259-276.

Em 1978, os maiores preços de terras para lavouras ocorreram em São Paulo e Rio de Janeiro, o que também se verificou nos dois anos anteriores; por outro lado, os menores preços na Região Centro-Sul foram observados nos Estados de Goiás e Mato Grosso (quadro 31). No período 1972-78, a maior taxa de valorização, em termos reais, ocorreu no Estado do Rio de Janeiro (394,3%), enquanto a menor foi registrada no Estado de Goiás (43,2%). Entretanto, observa-se queda do valor real das terras para lavouras, em 1978, relativamente ao ano anterior, com exceção do Estado do Rio de Janeiro. Para o Estado de São Paulo, para o qual se dispõe de informações mais recentes, observou-se queda de 16,7% do valor real, quando comparados os valores de 1979 com os de 1978. Neste Estado, a terra de primeira foi cotada em Cr\$35.385,00 por hectare (valor corrente) em fevereiro de 1979.

Nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a área agricultável está próxima de seus limites e a incorporação de novas terras fica na dependência de elevados investimentos fundiários. A escassez de terras seria, então, o principal fator condicionante das elevadas cotações verificadas que, associadas aos preços favoráveis dos produtos agrícolas, explicariam grande parte da valorização observada. Por outro lado, os Estados de Goiás e Mato Grosso contam com abundância de terras e baixa densidade demográfica, sendo que o desenvolvimento agrícola não depende tanto do avanço tecnológico e de insumos poupadores da terra, obtidos através de elevados investimentos de capital agrícola.

De modo geral, as terras para lavoura se valorizaram em todos os estados da Região Centro-Sul, embora a taxas diferenciadas. Genericamente, as elevações de preço estão associadas às cotações ascendentes dos principais produtos, às distâncias dos mercados consumidores e à disponibilidade de infra-estrutura.

As maiores cotações de terras para pastagem em 1978 ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito Santo (quadro 32). As maiores taxas de valorização de terras para pastagem no período 1972-78 ocorreram nos Estados de Rio de Janeiro (370,8%), Espírito Santo (258,3%) e São Paulo (200,0%). É interessante observar que a terra deste tipo no Estado de São Paulo, em 1978, valia mais de quatro vezes a de igual tipo no Estado de Goiás.

Em 1978, relativamente ao ano anterior, o valor real das terras de pastagens decresceu em todos os estados da Região Centro-Sul, com exceção dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Comparando-se os valores reais de 1977 com os de 1976, observa-se também queda, com exceção dos Estados de Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Para o Estado de São Paulo, onde se dispõe de informação mais recente, as terras para pastagens foram cotadas, em fevereiro de 1979, a valor corrente de Cr\$27.646,00 por hectare; em termos reais, ocorreu valorização de 8,6% em 1979 relativamente ao ano anterior.

O comportamento do preço de terras para pastagem, em termos médios, para os estados da Região Centro-Sul, no período em análise, é extremamente variável. Fatores outros além dos preços de carne e leite, em comparação a outras atividades agropecuárias, estariam influenciando fortemente as diferenças dos preços a nível regional. Sobressaem, dentre eles, os incentivos a determinadas culturas, que proporcionaram em alguns estados grande valorização das terras. Além disso, dada a possibilidade de substituição de uso dos tipos de terra, o que ocorre no mercado de terra para lavoura tem reflexo no mercado de terra para pastagem, o mesmo ocorrendo para os outros tipos de terra.

Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul foram os que apresentaram as maiores cotações de terra de campo, enquanto as menores ocorreram em Goiás e Mato Grosso (quadro 33). Em termos de valorização, as maiores taxas no período 1972-78 aconteceram no Estado do Rio de Janeiro (373,2%), Espírito Santo (318,3%) e São Paulo (260,7%).

Em 1978, relativamente ao ano anterior, houve valorização real apenas nos Estados de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Comparando-se os valores reais de 1977 e

1976, observa-se que os Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso foram os únicos que sofreram valorização de suas terras de campo, provavelmente devido à expansão da área cultivada de soja e trigo.

Levantamento realizado pelo IEA em fevereiro de 1979 indica que, no Estado de São Paulo, o valor corrente da terra de campo era Cr\$20.507,00 por hectare, significando valorização em termos reais de 19%, relativamente ao ano anterior.

Uma análise conjunta para os três tipos de terra considerados mostra que, em termos de valorização real, sobressaem-se os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, nesta ordem. No entanto, as terras mais caras estão localizadas no Estado de São Paulo, onde particularmente as de lavouras alcançaram quase o dobro do valor observado no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1978.

De modo geral, em todos os estados da Região Centro-Sul, no período 1972-78, as terras de campo sofreram valorização maior do que as de pastagem. Com exceção do Estado de Goiás, a valorização das terras para lavouras foi superior à ocorrida para as de pastagem no mesmo período. Definitivamente, apenas no Estado do Rio de Janeiro, a valorização das terras de campo foi inferior às de lavoura.

Os maiores valores de arrendamento de terras para lavouras em 1978 ocorreram nos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Espírito Santo (quadro 34). Ao longo do período 1972-78, os maiores aumentos nos valores de arrendamento, em termos reais, verificaram-se nos Estados do Rio de Janeiro (56,4%), Santa Catarina (45,7%) e Espírito Santo (42,2%). É interessante observar que nos Estados de Goiás e Mato Grosso houve queda no valor real de arrendamento no referido período. Comparando-se os valores reais de arrendamento dos anos de 1977 e 1978, observa-se queda apenas nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

À primeira vista, poderia parecer que as taxas de crescimento dos valores de arrendamento são baixas relativamente às taxas de aumento dos preços reais dos diversos tipos de terra. No entanto, se se imaginar um fluxo perpétuo de rendimento, então o valor atual da terra será igual ao valor do rendimento por período dividido pela taxa de juros. Na verdade, o proprietário da terra recebe dois tipos de ganho: o rendimento auferido na forma de arrendamento (ganho corrente) e o ganho decorrente da valorização da terra. Embora possa parecer pequena a taxa de juros implícita, quando o proprietário arrenda sua terra, na verdade a taxa que ele recebe com a elevação do valor da terra (ganho de capital) é elevada⁽³⁾. Exemplificando, no Estado do Rio de Janeiro, o valor de arrendamento em 1978 correspondia a 10,1% do preço da terra de lavoura, enquanto em 1972, esta participação equivalia a 32%; conforme assinalado no período 1972-78, o ganho de capital foi da ordem de 394,3%. Portanto, mais importante do que o ganho corrente (arrendamento) é o ganho de capital (valorização). Em termos de aplicação de capital não é tão relevante o preço que se paga e o que se ganha em arrendamento, porém o que importa é o valor pelo qual se espera poder vender depois da aquisição. No entanto, do ponto de vista social, o que importa mesmo é o uso que se faz da terra, pois a produção agropecuária depende da iniciativa do produtor rural e se a terra é utilizada apenas como uma alternativa de investimento, eventualmente a produção pode ser inferior àquela que é desejada socialmente.

Dada a nova orientação por parte das autoridades governamentais, de forma a expandir a produção agropecuária, consubstanciada num conjunto de medidas, chamado "pacote agrícola", é de se esperar que aumente a produção agropecuária. Desde que a procura de terras este

(3) CARMO, Antonio José Braga do. Preços de terras agrícolas no Estado de São Paulo. Informações Econômicas, São Paulo, 9 (6): 31-36, jun. 1979.

ja intimamente relacionada ao desempenho da produção, dada a sua natureza de procura derivada, acredita-se que isto interfira nas cotações de terras agrícolas. Particularmente, dados os incentivos agora prevaletentes e a intensificação do processo inflacionário, pode-se esperar uma elevação tanto dos preços das terras, como do valor de arrendamento, embora estes efeitos se façam sentir de forma diferenciada em cada estado.

(IEA, 19/10/1979)

QUADRO 31. - Preço de Venda de Terras Agrícolas para Lavouras, Região Centro-Sul, 1972-78

(em Cr\$/hectare)

Estado	1972		1973		1974		1975		1976		1977		1978		Valorização real 1978-72 (%)
	Corrente (¹)	Real (²)	Corrente (¹)	Real (²)	Corrente (¹)	Real (²)	Corrente (¹)	Real (²)	Corrente (¹)	Real (²)	Corrente (¹)	Real (²)	Corrente (³)	Real (²)	
Minas Gerais	693	2.831	1.560	5.505	2.585	6.781	4.043	8.209	5.942	8.242	7.985	7.985	8.741	7.212	154,75
Espírito Santo	629	2.569	1.235	4.358	3.349	8.786	5.061	10.276	8.233	11.420	11.702	11.702	13.083	10.795	320,20
Rio de Janeiro	726	2.965	1.601	5.650	3.658	9.597	5.119	10.394	9.848	13.660	14.513	14.513	17.763	14.656	394,30
Paraná	1.057	4.317	2.457	8.671	3.891	10.208	6.654	13.511	8.146	11.300	11.546	11.546	12.643	10.432	141,65
Santa Catarina	1.043	4.260	1.394	4.919	3.288	8.626	5.215	10.589	7.982	11.072	11.905	11.905	12.405	10.235	140,26
Rio Grande do Sul	1.073	4.383	2.172	7.665	3.685	9.688	5.763	11.701	9.027	12.522	12.661	12.661	14.677	12.110	176,29
Mato Grosso	542	2.214	1.104	3.896	2.548	6.685	2.845	5.774	3.461	4.801	4.546	4.546	4.897	4.115	85,86
Goiás	608	2.483	1.121	3.956	2.141	5.617	2.576	5.230	3.220	4.467	3.725	3.725	4.309	3.555	43,17
São Paulo ⁽⁴⁾	2.000	9.278	3.300	13.247	7.600	26.097	10.270	25.785	15.020	28.398	22.080	28.616	29.783	28.061	202,45

⁽¹⁾ Média para cada estado, referente ao segundo semestre de cada ano.

⁽²⁾ Em cruzeiro de dezembro de 1977, pelo índice "2" da Conjuntura Econômica.

⁽³⁾ Média para cada estado referente ao primeiro semestre.

⁽⁴⁾ Terra de primeira. Informações coletadas em janeiro de cada ano até 1974 e em fevereiro, a partir de 1975.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 32. - Preço de Venda de Terras Agrícolas para Pastagens, Região Centro-Sul, 1972-78

(em Cr\$/hectare)

Estado	1972		1973		1974		1975		1976		1977		1978		Valorização real 1978-72 (%)
	Corrente (1)	Real (2)	Corrente (1)	Real (2)	Corrente (1)	Real (2)	Corrente (1)	Real (2)	Corrente (1)	Real (2)	Corrente (1)	Real (2)	Corrente (3)	Real (2)	
Minas Gerais	576	2.353	1.239	4.372	2.299	6.032	3.406	6.916	4.951	6.868	6.112	6.112	7.252	5.983	154,27
Espírito Santo	624	2.549	1.033	3.645	2.999	7.868	4.717	9.577	7.496	10.398	9.263	9.263	11.070	9.134	258,34
Rio de Janeiro	678	2.769	1.384	4.884	3.165	8.304	4.821	9.789	8.001	11.098	12.160	12.160	15.801	13.037	370,82
Paraná	886	3.619	2.007	7.083	3.915	10.271	5.073	10.300	6.911	9.586	9.369	9.369	9.923	8.187	126,22
Santa Catarina	960	3.921	1.510	5.329	2.954	7.750	4.440	9.015	6.181	8.574	7.974	7.974	9.067	7.481	90,79
Rio Grande do Sul	1.058	4.321	1.874	6.613	3.693	9.689	5.045	10.244	8.299	11.512	9.844	9.844	11.218	9.256	114,21
Mato Grosso	595	2.430	1.079	3.809	2.156	5.656	2.982	6.055	4.005	5.555	4.381	4.381	5.291	4.366	79,67
Goiás	567	2.316	1.133	3.998	1.826	4.791	2.529	5.135	3.023	4.195	3.796	3.796	4.392	3.624	56,48
São Paulo ⁽⁴⁾	1.200	5.567	2.000	8.029	4.400	15.109	6.520	16.370	9.520	17.999	12.520	16.226	17.723	16.698	199,95

⁽¹⁾ Média para cada estado, referente ao segundo semestre de cada ano.

⁽²⁾ Em cruzeiro de dezembro de 1977 pelo índice "2" da Conjuntura Econômica.

⁽³⁾ Média de cada estado, referente ao primeiro semestre.

⁽⁴⁾ Informações coletadas em janeiro de cada ano até 1974 e em fevereiro, a partir de 1975.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 33. - Preço de Venda de Terras de Campo, Região Centro-Sul, 1972-78

(em Cr\$/hectare)

Estado	1972		1973		1974		1975		1976		1977		1978		Valorização real 1978-72 (%)
	Corrente (¹)	Real (²)	Corrente (¹)	Real (²)	Corrente (¹)	Real (²)	Corrente (¹)	Real (²)	Corrente (¹)	Real (²)	Corrente (¹)	Real (²)	Corrente (³)	Real (²)	
Minas Gerais	307	1.254	618	2.181	1.065	2.794	1.704	3.460	2.606	3.615	3.473	3.473	4.083	3.369	168,66
Espírito Santo	399	1.630	648	2.287	2.103	5.517	3.467	7.029	5.418	7.515	7.406	7.406	8.264	6.819	318,34
Rio de Janeiro	561	2.291	1.089	3.843	2.531	6.640	3.891	7.900	7.044	9.771	9.607	9.607	13.138	10.840	373,16
Paraná	582	2.377	1.528	5.392	2.883	7.564	4.490	9.166	5.534	7.676	7.303	7.303	8.652	7.139	200,34
Santa Catarina	564	2.304	1.764	6.225	2.399	6.294	3.553	7.214	5.404	7.496	6.682	6.682	7.867	6.491	181,73
Rio Grande do Sul	760	3.104	1.646	5.809	3.331	8.739	4.738	9.620	6.895	9.564	9.686	9.686	12.025	9.922	219,65
Mato Grosso	159	649	379	1.337	873	2.290	1.292	2.623	1.593	2.210	2.351	2.351	2.459	2.029	212,63
Goiás	174	711	438	1.546	784	2.057	1.033	2.097	1.438	1.995	1.625	1.625	1.871	1.544	117,16
São Paulo ⁽⁴⁾	680	3.155	1.200	4.817	3.200	10.988	4.290	10.771	6.240	11.798	8.120	10.524	12.077	11.379	260,67

(¹) Média para cada estado, referente ao segundo semestre de cada ano.

(²) Em cruzeiro de dezembro de 1977, corrigido pelo índice "2" da Conjuntura Econômica.

(³) Média de cada estado referente ao primeiro semestre.

(⁴) Informações coletadas em janeiro de cada ano até 1974 e em fevereiro a partir de 1975.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 34 . - Preço de Arrendamento de Terras para Lavouras, Região Centro-Sul, 1972-78

(em Cr\$/hectare)

Estado	1972		1973		1974		1975		1976		1977		1978		Taxa de crescimento no período (%)
	Corrente (1)	Real (2)	Corrente (1)	Real (2)	Corrente (1)	Real (2)	Corrente (1)	Real (2)	Corrente (1)	Real (2)	Corrente (1)	Real (2)	Corrente (3)	Real (2)	
Minas Gerais	171	698	304	1.073	390	1.023	480	975	588	816	842	842	1.024	845	21,06
Espírito Santo	206	841	266	939	417	1.049	728	1.478	998	1.384	1.190	1.190	1.450	1.196	42,21
Rio de Janeiro	232	948	409	1.443	495	1.299	617	1.253	831	1.153	1.316	1.316	1.797	1.483	56,43
Paraná	175	715	267	942	465	1.220	547	1.111	645	895	914	914	1.117	922	28,95
Santa Catarina	223	911	387	1.366	547	1.435	889	1.805	1.056	1.465	1.331	1.331	1.608	1.327	45,66
Rio Grande do Sul	137	560	184	649	240	630	324	658	491	681	681	681	777	641	14,46
Mato Grosso	175	715	239	843	302	792	379	770	538	746	563	563	717	592	-17,20
Goiás	180	735	210	741	353	926	429	871	524	727	686	686	861	710	-3,40
São Paulo ⁽⁴⁾	180	740	306	1.094	397	1.066	504	1.045	760	1.079	986	1.007	1.447	1.043	40,95

(1) Média para cada estado, referente ao segundo semestre de cada ano.

(2) Em cruzeiro de dezembro de 1977 pelo índice "2" da Conjuntura Econômica.

(3) Média de cada estado referente ao primeiro semestre.

(4) Informações coletadas em novembro de cada ano.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

- Trabalho

- Emprego Agrícola

Analisando-se as estimativas feitas pela Fundação IBGE ⁽¹⁾ da população residente no período 1971-1980 (quadro 35), observa-se que, para todos os estados da Região Centro-Sul, a população rural tende a diminuir sua participação relativa na população total, indicando que o processo de urbanização atinge toda a região. Alguns estados apresentam, mesmo, uma perda em números absolutos de sua população rural, enquanto outros estão tendo um aumento. Paraná e Mato Grosso, estados para os quais tende a se dirigir a corrente migratória do País, apresentaram taxa anual de crescimento de sua população rural de 3,6% e 4,3%, respectivamente. Por sua vez, a população rural de Santa Catarina e Rio Grande do Sul encontra-se praticamente estacionária desde 1971, sendo estimada para o ano de 1980 uma população muito pouco superior à de 1979.

Relacionando-se a população economicamente ativa (PEA) ocupada no setor agrícola, com a população economicamente ativa (PEA) em todos os setores da economia (quadro 36), também se constata um leve declínio de sua participação relativa entre 1976 e 1977. Em 1976, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) indicava um total de 7.573.300 pessoas economicamente ativas ocupadas no setor agrícola dos Estados do Rio de Janeiro (Região I), São Paulo (Região II), Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (Região III), Minas Gerais e Espírito Santo (Região IV). Enquanto nas duas primeiras regiões a PEA ocupada no setor agrícola representava 5,83% e 14,39%, respectivamente, nas demais essa participação estava acima de 40%. Em 1977 a PEA ocupada no setor agrícola do Centro-Sul teve um incremento relativo de 3,21%, totalizando 7.816.195 pessoas, mas em todas as regiões, com exceção de São Paulo, caiu sua participação relativa ou permaneceu a mesma.

Também em relação à PEA ocupada no setor agrícola do País como um todo, a da região Centro-Sul sofreu um pequeno declínio relativo: em 1976, a PEA ocupada no setor agrícola das quatro regiões, em conjunto, representava 52,63% e, em 1977, representava 15,74%.

É preciso considerar que a PEA ocupada no setor agrícola não corresponde necessariamente à mão-de-obra residente na área rural, pois a estrutura ocupacional do setor agrícola da Região Centro-Sul tem sofrido profundas modificações nestes últimos anos, decorrentes da ampliação da área agrícola, da substituição de culturas e da crescente mecanização. Nesse processo, a mão-de-obra volante (trabalhador agrícola não residente no setor rural) vem adquirindo cada vez maior importância. No Estado de São Paulo, Norte do Paraná, Sul do Mato Grosso e Goiás os volantes participam, cada vez mais, das atividades agrícolas em relação ao trabalhador permanente; sua presença é marcada principalmente nas épocas da colheita de soja, algodão, amendoim, café, cana-de-açúcar e laranja.

Em São Paulo, observa-se constante declínio da população trabalhadora residente efetivamente engajada nos imóveis, ao lado da utilização crescente da mão-de-obra volante. Em 1974, o total de trabalhadores residentes nos imóveis somava 958.211 pessoas; em abril de 1978, esse total reduziu-se para 851.761 pessoas, ou seja, 106.450 (-11,11%) a menos em 4 anos ⁽²⁾. Já a mão-de-obra volante passava de 259.468 trabalhadores em 1970, para 334.162 em

⁽¹⁾ Fundação IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1978.

⁽²⁾ Instituto de Economia Agrícola, dados sobre População Trabalhadora Residente, Levantamento de Previsão de Safras de 1974 e 1978.

1975, e 468.058 em 1978 ⁽³⁾.

É interessante notar que as mudanças ocorridas na estrutura de emprego no Estado de São Paulo não se deram apenas na utilização crescente da mão-de-obra volante em relação ao trabalhador residente, mas na própria mão-de-obra residente há uma tendência de maior utilização dos mensalistas relativamente aos parceiros, arrendatários e colonos. No período 1971/72, o número de mensalistas residentes nos estabelecimentos totalizava 136.500 pessoas, crescendo em 1977/78 para 160.400 pessoas, enquanto os arrendatários, parceiros e colonos totalizaram 362.800, em 1971/72, diminuindo para 195.100 pessoas em 1977/78 ⁽⁴⁾. Em 1974, a área arrendada totalizava 333.638 alqueires e a área em parceria (excluído o café), 190.352 alqueires. Em 1978, essas áreas somavam, respectivamente, 274.914 alqueires e 68.172 alqueires (-17,6% para o arrendamento e -64,2% para a parceria). A utilização da parceria no café, entretanto, não sofreu mudança muito acentuada, tendo diminuído apenas de 6,71% o total de pés de café plantados em alguma forma de parceria no período de 1974 a 1978. O colonato, no entanto, é uma forma de contrato realmente em extinção no Estado. Além de representar muito pouco no trato do total de pés de café do Estado, sua participação declina de modo constante: em 1975 o número de covas tratadas por colonos (56.815.904) representava 7,15% do total de pés de café no Estado; em 1976, representava 5,18%; em 1977, 4,33%; e em 1978, 3,68% ⁽⁵⁾.

No Paraná, segundo a Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná (FETAEP), em 1976 havia 550.970 volantes trabalhando no Estado. Esses trabalhadores, em geral, são originários de outros estados, sendo que, em 1976, 32% procediam de Minas Gerais, 26% de São Paulo e 20% do Nordeste. A liberação da mão-de-obra residente no Estado do Paraná tem ocorrido devido, em parte, a uma recente concentração da propriedade fundiária e, em parte, à substituição de culturas. Em 1970, havia 536.208 propriedades abaixo de 100ha, enquanto em 1975 esse número era de 456.326, ou seja, 79.882 estabelecimentos a menos. No que diz respeito à área, enquanto a total ocupada pelos estabelecimentos agrícolas do Estado aumentava de 1.129.205ha entre 1970 e 1975, a ocupada pelos estabelecimentos abaixo de 100ha diminuía de 554.559ha ⁽⁶⁾, nesse período. Quanto à substituição de culturas, ela se deu principalmente com a erradicação do café iniciada na década de 60. A cafeicultura foi substituída por pastagens e, mais recentemente, pela soja, produto altamente mecanizado e que requer menos mão-de-obra. No entanto, de modo global, a demanda de mão-de-obra não tem diminuído no Estado, devido principalmente à diversificação da produção, que ocorreu a partir de 1972 nas regiões do Oeste (produtora de soja e trigo), do Sudoeste (soja, avicultura, feijão, criação de suínos, milho e trigo) e do Centro-Sul (arroz, pecuária de corte, leite, soja e trigo) ⁽⁷⁾.

Santa Catarina e Rio Grande do Sul também fazem parte da Região III, como o Paraná, mas se comportam de maneira diferente deste último quanto ao tipo de mão-de-obra empregada. Em ambos os estados predominam as propriedades familiares. Em Santa Catarina, o número médio de pessoas por propriedade familiar é 5; a parceria e o arrendamento têm uma certa importância dentro do trabalho familiar, sendo utilizados principalmente nas culturas de subsistência: milho, feijão, mandioca e arroz de sequeiro. A população de volantes é muito reduzida, sendo que a demanda para este tipo de trabalhador ocorre mais na época da safra (colheita das cultu

⁽³⁾ Instituto de Economia Agrícola, dados sobre Número Médio Diário de Volantes na Última Semana do mês. Levantamento de Previsão de Safras de março de 1970 e abril de 1975 e 1978.

⁽⁴⁾ Instituto de Economia Agrícola, Prognóstico 79/80, páginas 32 a 38.

⁽⁵⁾ Instituto de Economia Agrícola, Previsão de Safras, Levantamento Especial para o Café.

⁽⁶⁾ Censo Agropecuário do Paraná, 1970, e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário Paraná e Santa Catarina, 1975.

⁽⁷⁾ Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná, SEAGRI, Subsídios ao Plano de Ação, 1979.

ras comerciais: fruticultura e cana-de-açúcar). No Rio Grande do Sul, a mão-de-obra familiar ainda tem peso considerável, dada a predominância das pequenas propriedades e a importância das cooperativas. Contudo, a mão-de-obra assalariada começa a crescer bastante. Assim, na lavoura de arroz, safra 1977/78, a mão-de-obra familiar representou 9,24% dos trabalhadores ocupados, os empregados permanentes, 25,48% e os empregados temporários, 65,28%⁽⁸⁾. A demanda de mão-de-obra assalariada tem mostrado tendência de aumento nas Zonas da Campanha, Planalto e Depressão Central, devido a um processo de integração entre as atividades criatórias e a lavoura de soja ocorrida nestes últimos anos. Ainda que pese ser a soja uma lavoura altamente mecanizada, as exigências de mão-de-obra são pelo menos seis vezes superiores à utilizada pela pecuária⁽⁹⁾.

Minas Gerais e Espírito Santo tendem a perder sua população rural para os Estados de Mato Grosso, Paraná e São Paulo. Naqueles dois estados, a população de volantes ainda é pequena e utilizada principalmente na colheita de café. Na realidade, o Sul de Minas Gerais, Sul de Goiás, Sul de Mato Grosso, São Paulo e o Norte do Paraná tendem a se comportar como um só mercado para a mão-de-obra volante, devido à grande diversificação da agricultura nessa macro-região, o que permite uma complementariedade de colheitas, aumentando a oferta de emprego para a mão-de-obra temporária. Dessa forma, pode-se prever que, para o atual Estado de Mato Grosso do Sul, o mercado de mão-de-obra tenderá a reagir nos mesmos moldes que para o Norte do Paraná e São Paulo.

É muito cedo ainda para prever o comportamento do mercado de mão-de-obra em relação à implantação do PROALCOOL. No entanto, a lavoura de cana já tem altos índices de mecanização, o que determina que a maior parte dos empregos gerados seja sazonal, no período de colheita, de julho a dezembro. Portanto, o aumento da demanda de trabalhadores em função do incremento da área de cana deverá ser feito mais em favor do volante.

Na Região Centro-Sul, somente para o Estado de São Paulo existem algumas informações. Neste Estado, de acordo com o IEA⁽¹⁰⁾, o crescimento da área de cana para indústria, na segunda metade da década de 70, foi devido principalmente à ênfase dada à produção de álcool, e esse crescimento deverá ainda continuar nos próximos anos, em vista das instalações de novas destilarias ou da ampliação das já existentes. Porém, parte do aumento na produção de álcool, em 1979, será feita às custas da cana que anteriormente era utilizada na fabricação do açúcar, dada a presente situação do mercado internacional. No entanto, as usinas e destilarias vêm adquirindo e arrendando terras vizinhas, num processo lento, mas contínuo, visando ao aumento de sua área de produção⁽¹¹⁾.

A expansão da cultura da cana, neste ano agrícola, pouca alteração está trazendo ao mercado de mão-de-obra, pois as informações são de que a cana está substituindo pastagens, sem prejuízo, no entanto, para a atividade criatória. No caso da Região de Ribeirão Preto, a cana está substituindo o algodão e o arroz, culturas que nessa Região são altamente mecanizadas, exigindo muita mão-de-obra apenas na época da colheita. Considerando-se a mão-de-obra exigida pela cana, especialmente na época de corte, a tendência é de ocorrer um aumento da demanda de mão-de-obra volante. No entanto, a mecanização da colheita já está saindo da fase de experimentação, existindo já um número considerável de colheitadeiras no Estado para en-

(8) Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA), Anuário Estatístico do Arroz, 1979.

(9) Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Rio Grande do Sul, agosto de 1979.

(10) Instituto de Economia Agrícola, Prognóstico 79/80.

(11) Instituto de Economia Agrícola, Prognóstico 79/80, pg. 108.

frentar a escassez de mão-de-obra em certos períodos. Assim, poderá ocorrer pequeno aumento na demanda de mão-de-obra volante, na safra 1979/80, em virtude da cultura de cana, o que no entanto não deverá significar para o volante uma perspectiva de aumento significativo em sua diária média.

- Salários Agrícolas

Os salários agrícolas que, em termos reais, vinham aumentando de 30% a 70% no quadriênio 1972-75 e acompanhando praticamente os índices de preços recebidos pelos agricultores no período, tiveram diminuído o seu ritmo de elevação, a partir de 1975, apresentando-se quase estacionários no período 1975-78, enquanto ocorria rápido aumento dos preços recebidos pelos agricultores (quadros 37 e 40).

Tal situação tende a se agravar, pois São Paulo e Rio de Janeiro, únicos estados que vinham mostrando crescimento pequeno, mas sistemático, nos salários reais no período 1975-78, apontam decréscimo, em termos reais, na remuneração média de todas as categorias de trabalhadores rurais, segundo os dados disponíveis de 1979.

Por outro lado, a relação entre o salário mínimo regional e o salário do trabalhador agrícola permanente, relativamente estável e equivalente ao do período 1975-78, demonstra certa tendência à homogeneização intersetorial (urbano-rural) dos salários da mão-de-obra não qualificada (quadro 41). Isto significa que os salários agrícolas deixariam de acompanhar os índices de preços recebidos pelos agricultores e passariam a ser reajustados a partir de índices oficiais, hipótese que tende a se confirmar, na medida em que os primeiros dissídios coletivos entre sindicatos e mesmo federações de trabalhadores rurais e empresários agrícolas começaram a acontecer nos últimos anos.

No que tange à remuneração do trabalho propriamente dito nos estabelecimentos agrícolas, a Região Centro-Sul apresenta, obviamente, médias bem superiores às do Brasil, à exceção dos Estados de Minas Gerais e Goiás, cujos salários agrícolas são bem próximos das médias brasileiras (quadros 38 e 39).

Em 1978, os salários médios de administrador na Região Centro-Sul oscilaram de Cr\$2.413,00, em Minas Gerais, a Cr\$3.695,00, em Mato Grosso. A média elevada de Mato Grosso talvez se justifique pelo grande número de proprietários ausentistas.

Os salários médios para capataz e para tratorista mantêm-se praticamente no mesmo nível, oscilando entre Cr\$1.658,00 em Goiás, e Cr\$2.329,00 em Mato Grosso e Rio Grande do Sul, no caso de capataz, e entre Cr\$1.758,00 para Goiás, e Cr\$2.259,00 para o Espírito Santo, no caso de tratorista. As categorias de mão-de-obra diferenciadas (com alguma qualificação) têm remunerações pouco acima do salário mínimo regional.

As remunerações médias mensais do trabalhador permanente oscilaram entre Cr\$1.164,00 para Goiás, e Cr\$1.548,00 para São Paulo, em 1978. A pequena diferença entre estes salários e os salários mínimos regionais, como já foi apontado, é compensada por outras formas de pagamento indireto (casa, luz, lenha, etc).

As diárias dos trabalhadores eventuais têm apresentado índices de crescimento bem superiores às demais categorias. Em 1978, as diárias médias no primeiro semestre variaram de Cr\$47,00 para Minas Gerais e Goiás a Cr\$66,00 para São Paulo. Todavia, tais índices perdem expressão, pois, segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas, os diaristas trabalham somente 1/3 do ano na agricultura, submetendo-se a constantes deslocamentos e a desemprego temporário.

Em 1979, os únicos dados disponíveis para São Paulo apontavam os seguintes valores: Cr\$3.906,00 para salário médio de administrador, Cr\$2.551,00 para tratorista, Cr\$1.960,00 para trabalhador permanente e Cr\$90,00 para a diária média do trabalhador eventual. Embora representando acréscimos nominais médios de 35,7%, 42,3%, 26,6% e 36,3%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior, correspondem à primeira queda, em termos reais, nos salários de todas as categorias de trabalhador rural nos últimos anos, com possíveis reflexos no comportamento dos salários agrícolas de toda a Região Centro-Sul.

No tocante às faixas de remuneração do pessoal ocupado residente no setor rural (quadro 42), apesar de a Região Centro-Sul ser a mais desenvolvida do País, em 1977 mais de dois milhões e setecentas mil pessoas recebiam até um salário mínimo, no campo, correspondendo a 33,61% da PEA residente no setor rural. É no Rio de Janeiro (Região I) e Minas Gerais/Espírito Santo (Região IV) que essa população atinge mais de 49% do total de sua PEA no setor. Em São Paulo e nos Estados da Região III (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), essa faixa da população representava, respectivamente, 32,93% e 26,90%. A faixa que vai de 2 a 5 salários mínimos concentrava por volta de 10% a 13,62% da população, sendo que São Paulo apresentava a maior concentração nessa faixa. Em todas as Regiões menos de 5,5% recebiam mais de cinco salários mínimos (quadro 42).

Com exceção do Rio de Janeiro, todas as regiões apresentavam proporção significativa de pessoas que trabalhavam sem receber rendimentos. Na Região III, encontrava-se a maior porcentagem (38,98%) de trabalhadores sem rendimentos, o que em parte se explica pela predominância do trabalho familiar nessa Região. São Paulo, apesar de ser o Estado em que o capitalismo se apresenta mais desenvolvido no campo, tinha mais de 15% de trabalhadores que não recebiam rendimentos (quadro 42).

(IEA, 10/10/1979)

QUADRO 35. - Estimativa de População Rural Residente e Participação Percentual na População do Estado, Estados do Centro-Sul do Brasil, 1971-80

Ano	População rural residente (em mil habitantes)								
	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Sta.Catarina	R.Grande do Sul	Mato Grosso	Goiás
1971	5.445,3	874,8	1.082,9	3.444,5	4.544,4	1.677,1	3.143,2	947,8	1.771,9
1972	5.385,9	859,6	1.056,7	3.295,5	4.714,4	1.701,4	3.158,2	991,2	1.811,2
1973	5.325,6	844,3	1.030,1	3.144,2	4.887,2	1.726,2	3.173,7	1.035,2	1.851,1
1974	5.263,8	828,5	1.002,7	2.989,1	5.064,5	1.751,5	3.189,6	1.080,3	1.892,1
1975	5.199,9	812,3	974,6	2.828,7	5.247,3	1.777,7	3.205,7	1.126,9	1.934,4
1976	5.134,4	795,6	945,7	2.664,4	5.435,1	1.804,6	3.222,4	1.174,8	1.977,8
1977	5.066,5	778,3	915,8	2.494,1	5.629,5	1.832,4	3.239,7	1.224,3	2.022,8
1978	4.996,4	760,4	884,9	2.318,2	5.830,4	1.861,1	3.257,5	1.275,5	2.069,2
1979	4.924,3	742,1	853,1	2.137,5	6.036,9	1.890,7	3.275,9	1.328,1	2.116,9
1980	4.850,3	723,2	820,4	1.951,8	6.248,8	1.921,0	3.294,7	1.382,1	2.166,0
Taxa de crescimento ⁽¹⁾	-1,3%	-2,1%	-3,0%	-6,5%	3,6%	1,5%	0,5%	4,3%	2,3%

Ano	Participação na População do Estado (em percentagem)								
	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Sta.Catarina	R.Grande do Sul	Mato Grosso	Goiás
1971	46,34	53,65	11,69	18,85	63,40	56,28	45,97	56,80	48,75
1972	45,09	51,99	11,08	17,49	63,04	55,43	45,20	56,62	47,65
1973	43,86	50,36	10,49	16,19	62,71	54,61	44,45	56,45	46,63
1974	42,65	48,72	9,92	14,93	62,40	53,81	43,71	56,30	45,67
1975	41,43	47,09	9,37	13,71	62,10	53,04	42,99	56,15	44,77
1976	40,23	45,46	8,83	12,53	61,82	52,30	42,27	56,01	43,91
1977	39,02	43,81	8,31	11,38	61,55	51,57	41,56	55,88	43,09
1978	37,81	42,16	7,80	10,26	61,30	50,86	40,86	55,76	42,31
1979	36,62	40,52	7,30	9,18	61,05	50,17	40,18	55,64	41,57
1980	35,43	38,89	6,82	8,13	60,82	49,50	39,50	55,53	40,88

(¹) Refere-se ao período 1971/80.

Fonte: Fundação IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1978.

QUADRO 36. - População Economicamente Ativa (PEA) em Todos os Setores da Economia e no Setor Agrícola, Regiões Sôcio-Econômicas do Centro-Sul, Brasil, 1976 e 1977

(em 1.000 pessoas de 10 anos ou mais)

Região	1976			1977		
	Em todos setores da economia	No setor agrícola	Participação do setor agrícola sobre o total (%)	Em todos setores da economia	No setor agrícola	Participação do setor agrícola sobre o total (%)
I - Rio de Janeiro	3.875,8	226,1	5,83	3.962,5	231,4	5,83
II - São Paulo	8.791,8	1.265,3	14,39	9.004,7	1.335,4	14,83
III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	8.480,7	4.053,0	47,79	8.951,6	4.241,1	47,37
IV - Minas Gerais e Espírito Santo	5.064,2	2.029,1	40,07	5.219,1	2.008,3	38,41
Brasil	39.717,9	14.388,6	36,23	41.334,4	15.104,2	36,54

Fonte: Fundação IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1976 e 1977.

QUADRO 37. - Remuneração Média do Trabalho nos Estabelecimentos Agrícolas, em Valor Real, Brasil, 1975-78 ⁽¹⁾

Estado	Administrador (Cr\$/mês)				Capataz (Cr\$/mês)				Tratorista (Cr\$/mês)				Trabalhador permanente (Cr\$/mês)				Trabalhador eventual (Cr\$/dia)			
	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978
	Minas Gerais	2.431	2.474	2.391	2.413	1.579	1.656	1.691	1.661	2.058	2.198	2.144	1.964	1.252	1.196	1.201	1.224	51	50	48
Espírito Santo	2.600	2.314	2.778	2.778	1.734	1.596	1.970	1.837	1.897	2.076	2.255	2.259	1.263	1.204	1.304	1.403	51	52	55	56
Rio de Janeiro	2.298	2.362	2.674	2.795	1.615	1.636	1.926	2.036	1.864	1.702	2.089	2.217	1.240	1.210	1.319	1.464	48	50	53	54
São Paulo	2.411	2.400	2.632	2.885	1.672	1.592	1.702	1.793	1.283	1.232	1.280	1.548	62	62	67	66
Paraná	3.471	2.942	2.977	3.264	2.224	2.098	2.204	2.213	2.019	1.888	2.055	1.994	1.336	1.342	1.319	1.325	59	58	55	55
Santa Catarina	3.291	3.072	2.840	3.022	2.199	2.180	2.235	2.232	2.199	2.228	2.241	2.192	1.381	1.372	1.360	1.468	70	68	64	64
Rio G. do Sul	4.128	3.644	3.390	3.246	2.354	2.288	2.393	2.329	1.903	1.690	1.813	1.864	1.336	1.240	1.367	1.371	62	58	60	57
Mato Grosso	4.554	3.828	3.907	3.695	2.202	2.108	2.566	2.329	2.224	2.060	2.161	2.122	1.362	1.298	1.430	1.308	76	68	62	57
Goiás	3.429	3.306	2.816	2.935	1.886	1.710	1.637	1.658	2.405	2.150	1.856	1.758	1.356	1.266	1.152	1.164	62	56	49	47
Centro-Sul	3.178	2.926	2.934	3.004	1.974	1.908	2.078	2.037	2.028	1.954	2.036	2.018	1.311	1.262	1.304	1.364	59	58	57	56
Brasil	2.358	2.212	2.252	2.356	1.523	1.480	1.512	1.538	1.818	1.720	1.820	1.858	1.192	1.148	1.174	1.278	48	48	48	47

⁽¹⁾ Em cruzeiro do primeiro semestre de 1978.

Fonte dos Dados Brutos: Instituto de Economia Agrícola, para o Estado de São Paulo, e Fundação Getúlio Vargas, Agropecuária - Preços Médios e Índices de Arrendamentos, Vendas de Terras, Salários, Serviços (1966 a 1978), para os demais estados.

QUADRO 38 - Remuneração Média do Trabalho nos Estabelecimento Agrícolas, em Valor Corrente, Brasil, 1975-78 (1)

Estado	Administrador (Cr\$/mês)				Capataz (Cr\$/mês)				Tratorista (Cr\$/mês)				Trabalhador permanente (Cr\$/mês)				Trabalhador eventual (Cr\$/dia)			
	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978
Minas Gerais	862	1.237	1.745	2.413	560	828	1.235	1.661	730	1.099	1.565	1.964	444	598	877	1.224	18	25	35	47
Espírito Santo	922	1.157	2.028	2.778	615	798	1.438	1.837	673	1.038	1.646	2.259	448	602	952	1.403	18	26	40	56
Rio de Janeiro	815	1.181	1.952	2.795	573	818	1.406	2.036	661	851	1.525	2.217	440	605	963	1.464	17	25	39	54
São Paulo	855	1.200	1.921	2.885	593	796	1.242	1.793	455	616	935	1.548	22	31	49	66
Paraná	1.231	1.471	2.173	3.264	789	1.049	1.609	2.213	716	944	1.500	1.994	474	671	963	1.325	21	29	40	55
Santa Catarina	1.167	1.536	2.073	3.022	780	1.090	1.632	2.232	780	1.114	1.636	2.192	490	686	993	1.468	25	34	47	64
Rio G. do Sul	1.464	1.822	2.475	3.246	835	1.144	1.747	2.329	675	845	1.324	1.864	474	620	998	1.371	22	29	44	57
Mato Grosso	1.615	1.914	2.852	3.695	781	1.054	1.873	2.329	789	1.030	1.578	2.122	483	649	1.044	1.308	27	34	45	57
Goiás	1.216	1.653	2.056	2.935	669	855	1.195	1.658	853	1.075	1.355	1.758	481	633	841	1.164	22	28	36	47
Centro-Sul	1.127	1.463	2.142	3.004	700	954	1.517	2.037	719	977	1.486	2.018	465	631	952	1.364	21	29	42	56
Brasil	836	1.106	1.644	2.356	540	740	1.104	1.538	645	860	1.329	1.858	423	574	857	1.278	17	24	35	47

(1) No primeiro semestre do ano.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola para o Estado de São Paulo, e Fundação Getúlio Vargas, Agropecuária - Preços Médios de Arrendamentos, Vendas de Terras, Salários, Serviços (1966 a 1978), para os demais estados.

QUADRO 39. - Índice de Remuneração Média do Trabalho nos Estabelecimentos Agrícolas, Brasil, 1975-78 (1)

Estado	Administrador				Capataz				Tratorista				Trabalhador permanente				Trabalhador eventual			
	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978	1975	1976	1977	1978
Minas Gerais	929	1.334	1.881	2.602	801	1.185	1.768	2.379	644	969	1.380	1.733	909	1.226	1.797	2.509	1.140	1.590	2.243	3.006
Espírito Santo	900	1.130	1.979	2.711	1.061	1.378	2.482	3.171	997	1.539	2.440	3.349	996	1.341	2.121	3.127	1.183	1.738	2.625	3.698
Rio de Janeiro	910	1.320	2.181	3.122	800	1.141	1.963	2.841	777	1.000	1.793	2.606	873	1.200	1.909	2.903	974	1.452	2.263	3.162
Sao Paulo	882	1.239	1.983	2.978	751	1.009	1.574	2.272	912	1.235	1.875	3.104	1.270	1.753	2.833	3.815
Paraná	1.097	1.310	1.936	2.908	978	1.301	1.996	2.745	861	1.136	1.805	2.399	834	1.180	1.695	2.332	849	1.168	1.640	2.244
Santa Catarina	1.024	1.348	1.819	2.652	874	1.221	1.829	2.500	913	1.305	1.917	2.568	788	1.104	1.597	2.360	1.020	1.381	1.935	2.621
Rio G. do Sul	640	796	1.082	1.418	830	1.138	1.738	2.317	738	925	1.449	2.039	724	947	1.523	2.092	874	1.144	1.710	2.250
Mato Grosso	1.615	1.914	2.852	3.695	1.028	1.387	2.465	3.065	888	1.161	1.778	2.390	766	1.028	1.654	2.072	1.020	1.315	1.727	2.189
Goiás	1.552	2.111	2.625	3.747	1.041	1.329	1.859	2.578	1.019	1.284	1.618	2.100	1.047	1.376	1.828	2.531	1.179	1.495	1.935	2.522
Brasil	940	1.242	1.847	2.641	886	1.215	1.812	2.524	759	1.010	1.562	2.182	863	1.170	1.747	2.605	1.060	1.438	2.122	2.849

(1) Base: 1966=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, para o Estado de São Paulo, e Fundação Getúlio Vargas, Agropecuária - Preços Médios e Índices de Arrendamento, Vendas de Terras, Salários, Serviços (1966 a 1978), para os demais estados.

QUADRO 40 . - Índices de Preços Recebidos pelos Agricultores, Brasil, 1975-78 (1)

Estado	1975	1976	1977	1978
Minas Gerais	834	1.199	2.452	2.644
Espírito Santo	959	1.830	4.220	3.938
Rio de Janeiro	820	1.184	1.728	2.036
São Paulo	768	1.386	2.100	2.519
Paraná	978	1.863	4.500	4.514
Santa Catarina	929	1.296	1.983	2.480
Rio Grande do Sul	806	1.092	2.342	3.182
Mato Grosso	901	1.322	1.692	2.481
Goiás	980	1.279	1.637	2.240
Brasil	840	1.287	2.815	3.131

(1) Base: 1966=100.

Fonte: Conjuntura Econômica.

QUADRO . - Relação entre o Salário Mínimo Regional e o Salário do Trabalhador Permanente Agrícola no Primeiro Semestre do Ano, Estados da Região Centro-Sul, 1975-78

Estado	1975	1976	1977	1978
Minas Gerais	0,83	0,77	0,79	0,78
Espírito Santo	0,90	0,84	1,01	0,97
Rio de Janeiro	0,82	0,78	0,87	0,94
São Paulo	0,85	0,80	0,85	0,99
Paraná	0,95	0,94	0,98	0,91
Santa Catarina	1,00	0,96	1,01	1,01
Rio Grande do Sul	0,95	0,87	0,97	0,95
Mato Grosso	1,15	1,07	1,20	1,07
Goiás	1,15	1,05	0,97	0,95

Fonte: Preços Pagos - Remuneração Rural - Fundação Getúlio Vargas (1977/78) - Dados Brutos para 1975/76 - FGV - Agropecuária: Preços Médios e Índices de Arrendamentos, Vendas de Terras, Salários, Serviços 1966 a 1978.

QUADRO 42. - Distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) Residente no Setor Agrícola, Segundo o Rendimento Mensal, Regiões Sôcio-Econômicas do Centro-Sul, Brasil, 1976-77

Faixa em número de salários mínimos	Distribuição da População Economicamente Ativa (em mil habitantes de 10 e mais anos)							
	1976				1977			
	Rio de Janeiro I	São Paulo II	Paraná, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul III	Minas Gerais, Espírito Santo IV	Rio de Janeiro I	São Paulo II	Paraná, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul III	Minas Gerais, Espírito Santo IV
Até meio	41,8	81,8	284,5	232,8	59,8	94,1	477,2	363,3
Mais de meio a 1	148,9	279,8	739,3	528,9	125,3	284,1	817,2	578,6
Mais de 1 a 2	102,9	434,3	949,7	444,0	122,2	375,4	904,2	434,4
Mais de 2 a 5	32,1	226,3	509,0	192,3	46,9	156,4	547,5	199,0
Mais de 5	9,6	74,9	166,2	59,4	10,6	63,0	182,2	65,6
Sem rendimento	18,2	164,2	1.867,8	406,5	16,2	172,9	1.875,8	342,7
Sem declaração	1,5	0,7	6,3	8,6	1,2	2,7	7,9	3,7
Total	355,0	1.262,0	4.522,8	1.932,5	382,2	1.148,6	4.812,0	1.987,3

Faixa em número de salários mínimos	Distribuição da População Economicamente Ativa (em porcentagem)							
	1976				1977			
	Rio de Janeiro I	São Paulo II	Paraná, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul III	Minas Gerais, Espírito Santo IV	Rio de Janeiro I	São Paulo II	Paraná, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul III	Minas Gerais, Espírito Santo IV
Até meio	11,77	6,48	6,29	12,05	15,65	8,19	9,92	18,28
Mais de meio a 1	41,94	22,17	16,35	30,47	32,78	24,74	16,98	29,12
Mais de 1 a 2	28,99	34,41	21,00	22,98	31,97	32,69	18,79	21,86
Mais de 2 a 5	9,04	17,93	11,25	9,95	12,27	13,62	11,38	10,01
Mais de 5	2,71	5,94	3,67	3,07	2,77	5,48	3,79	3,30
Sem rendimento	5,13	13,01	41,30	21,03	4,24	15,05	38,98	17,24
Sem declaração	0,42	0,06	0,14	0,45	0,32	0,23	0,16	0,19
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1976 e 1977.

- Tratores

A maior parte da produção agrícola do País está concentrada na Região Centro-Sul, que se tem caracterizado como a mais dinâmica em termos de incorporação de novas tecnologias. Nessa região encontra-se a maior frota de tratores do País, aproximadamente 90% do total, situação esta que já permanece há muito tempo.

A produção nacional de tratores de quatro rodas foi crescente ao longo do período 1967-76, atingindo no ano de 1976 o total de 63.161 unidades (quadro 43); no entanto, a partir de 1977, ela diminuiu, caindo em 1978 para apenas 46.387 unidades, número inferior ao dos três anos anteriores. Diversos fatores explicam esta queda da produção, destacando-se o objetivo de controle da inflação através de restrição ao crédito de investimento.

Comparando-se a produção de tratores de quatro rodas de janeiro a julho de 1978 (26.639) com a do mesmo período de 1979 (28.073), observa-se aumento de 5,4%, esperando-se para 1979 um total superior ao verificado em 1978. Por outro lado, a produção conjunta de cultivadores motorizados e microtratores em 1978, com total de 5.551 unidades, foi 3,2% superior à de 1977, sendo que no período em análise foi inferior apenas a verificada em 1974, quando foram produzidas 5.659 unidades. Espera-se que, em 1979, a produção destes equipamentos supere a de 1978, em vista da tendência observada até o mês de julho.

A exportação de tratores de quatro rodas tem-se constituído em alternativa para o escoamento da produção; em 1976 foram exportados 1.448 tratores de quatro rodas, passando em 1978 para 6.004 unidades. O total exportado em 1978 corresponde a, aproximadamente, 13% da produção nacional do ano. A Massey-Ferguson liderou as exportações em 1978 sendo seguida pela Ford (39,2%). No entanto, até julho de 1979, a liderança coube à Ford, que respondeu por 62,4% do total exportado (quadro 44).

As vendas de tratores de quatro rodas estão distribuídas desigualmente entre os estados brasileiros. No ano de 1978, aproximadamente 30% das vendas de tratores foram realizadas no Estado de São Paulo, 21% no Rio Grande do Sul, 10% no Paraná e 9% em Minas Gerais, representando a soma destas participações, 70% das vendas (quadro 45). Por outro lado, o Censo de 1970 mostrou que, de um total de 165.870 tratores existentes, estes quatro estados englobavam 135.942, ou seja, aproximadamente 82% da frota brasileira.

Os preços de tratores divergem entre os estados da Região Centro-Sul; assim, o preço do trator médio variou em junho de 1979 de Cr\$202.457,00 em São Paulo a Cr\$224.848,00 em Goiás (quadro 46). Para o trator pesado, o preço variou de Cr\$241.137,00, no Estado do Rio Grande do Sul, a Cr\$207.783,00, em Mato Grosso. Já o preço do microtrator teve o seguinte intervalo de variação: Cr\$80.592,50 no Estado de Santa Catarina e Cr\$100.279,00 no Estado do Rio Grande do Sul.

Dados para o Estado de São Paulo mostram ter ocorrido queda no preço real do trator até o ano de 1974 (quadro 47); a partir deste ano, observou-se a elevação persistente no preço deste importante bem de capital agrícola. O preço real do trator de 44HP, em 1978, correspondia aproximadamente ao mesmo nível vigente em 1970. De 1974 até 1979, o preço real aumentou quase 40%. Não existe nenhuma perspectiva de diminuição do preço real, o que claramente deixa o agricultor em situação relativamente difícil. A alternativa para minimizar esta solução seria uma elevação proporcional nos preços recebidos pelos agricultores pelos seus produtos, hipótese esta com grande probabilidade de ocorrer, dada a premissa governamental de oferecer preços remuneradores à atividade agropecuária.

Outra forma de enfocar o problema do preço do trator é através do comportamento da

relação preço do trator/preço recebido pelos agricultores, na convicção de que a procura de tratores agrícolas seria condicionada por este relativo de preços.

Para o Estado de São Paulo, a análise de evolução da relação de preços produto/trator, visando inferir o comportamento do poder aquisitivo do agricultor para adquirir um trator de 44HP, mostra que o café foi a exploração que se apresentou de modo mais favorável, passando de 334 sacas em 1967 para 73 em 1978.

Até 1975, houve tendência declinante na quantidade de sacas de arroz necessárias para adquirir um trator, exigindo-se, em 1975, apenas 302 sacas de 60kg. No entanto, já no ano seguinte passaram a ser exigidas 617 sacas, sendo que para 1979 eram necessárias 535.

De qualquer forma, para milho, soja, algodão em caroço e cana-de-açúcar, era exigida em 1979 aproximadamente a metade do que era necessário em 1967, evidenciando ganho para o agricultor, em termos de aquisição de trator.

A possibilidade de expansão das vendas de tratores e implementos agrícolas está intimamente ligada à liberação de financiamentos. No entanto, o volume liberado não tem sido aquele pretendido pela indústria.

Alguns fatores levam a se prever certo otimismo, dado o conjunto de medidas que visam a expandir a produção agropecuária, levando a crer que ocorra crescimento das vendas de tratores em 1979, comparativamente ao ano anterior.

Assim, nos oito primeiros meses de 1978, foram vendidos 20.147 tratores de quatro rodas, enquanto em igual período de 1979, foram vendidas 23.968 unidades, significando acréscimo de 19%.

No entanto, a elevação do preço real de trator, limitação de recursos para crédito de investimento associada à taxa de juros crescente e custos crescentes de manutenção prenciam uma situação restritiva à demanda de trator, a curto prazo.

(IEA, 11/10/1979)

QUADRO 43. - Produção da Indústria Brasileira de Tratores, 1967-79

Ano	Cultivador motorizado ⁽¹⁾		Trator de esteiras		Trator de quatro rodas	
	Unidades produzidas	Índice ⁽²⁾	Unidades produzidas	Índice ⁽²⁾	Unidades produzidas	Índice ⁽²⁾
1967	2.231	100	73	100	6.223	100
1968	2.613	117	106	145	9.818	158
1969	2.281	102	91	125	9.548	153
1970	2.474	111	185	253	14.048	226
1971	2.556	114	770	1.055	22.122	355
1972	3.773	169	1.282	1.756	29.142	468
1973	5.080	228	1.961	2.686	37.170	597
1974	5.659	254	2.415	3.308	43.810	704
1975	5.330	239	3.925	5.376	57.041	917
1976	4.684	210	3.850	5.274	63.161	1.015
1977	5.380	241	2.867	3.927	50.390	810
1978	5.551	248	2.996	4.104	46.387	745
1979 ⁽³⁾	3.935	176	1.600	2.192	28.073	451

⁽¹⁾ Inclusive microtrator de 4 rodas.

⁽²⁾ Índice: 1967 = 100.

⁽³⁾ Até julho.

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

QUADRO 44. - Exportação de Tratores de Quatro Rodas, Brasil, 1978-79

Empresa	1978		1979 (1)	
	Unidade	%	Unidade	%
Massey Ferguson	3.088	51,4	1.081	28,7
Valmet	278	4,6	158	4,2
Ford	2.351	39,2	2.354	62,4
C.B.T.	234	3,9	81	2,1
Brasitalia	3	0,1	-	-
Case	50	0,8	96	2,6
Total	6.004	100,0	3.770	100,0

(1) Até julho.

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 45. - Distribuição Percentual das Vendas de Tratores de Quatro Rodas, Região Centro-Sul, 1977-78

Estado	1977	1978
Minas Gerais	7,33	8,97
Espírito Santo	1,63	1,77
Rio de Janeiro	2,33	1,83
São Paulo	29,44	30,33
Paraná	17,62	9,86
Santa Catarina	4,84	4,97
Rio Grande do Sul	20,74	21,25
Mato Grosso	3,51	4,90
Goiás	1,82	3,43
Demais estados	10,74	12,69
Brasil	100,00	100,00

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 46. - Preços Correntes Pagos por Tratores, Estados da Região Centro-Sul, 1978/79
(em cruzeiro por unidade)

Estado	Microtrator		Trator médio		Trator pesado	
	Jun./78	Jun./79	Jun./78	Jun./79	Jun./78	Jun./79
Minas Gerais	80.604	...	178.337
Espírito Santo	52.857	84.340	163.895	217.740	189.914	251.478
Rio de Janeiro	49.860	80.706	152.266	209.630	172.150	247.867
São Paulo	138.567	202.457
Paraná	52.189	86.962	143.397	210.070	184.000	251.748
Santa Catarina	51.052	80.592	130.549	207.390	174.593	243.674
Rio Grande do Sul	72.459	100.279	181.490	241.137
Mato Grosso	50.182	95.971	154.157	...	195.971	270.783
Goiás	50.553	84.104	149.531	224.848	185.603	258.482

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG).

QUADRO 47. - Evolução do Preço de Tratores, Estado de São Paulo, 1967-79 (1)

Ano	Preço corrente		Preço real (2)	
	Cr\$	Índice (1967=100)	Cr\$	Índice (1967=100)
1967	13.564	100	130.977	100
1968	16.320	120	126.865	97
1969	19.102	141	122.969	94
1970	19.120	141	102.749	78
1971	21.900	161	97.720	75
1972	24.786	183	94.554	72
1973	26.439	195	87.610	67
1974	29.662	217	76.380	58
1975	39.280	290	79.201	60
1976	61.689	455	88.046	67
1977	92.661	683	92.661	71
1978	138.958	1.024	101.150	77
1979 (3)	222.440	1.634	106.813	82

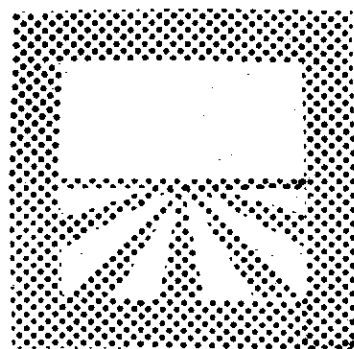
(1) Média anual de preços básicos (sem acessórios) do trator de 44HP, posto fábrica, isento de ICM e IPI. É repassado ao comprador o valor de frete e seguro.

(2) Preço real em cruzeiro de 1977 (Índice "2" da Conjuntura Econômica).

(3) Valor de julho de 1979.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

4



Mercados de

produtos

- Algodão

- Panorama internacional

De acordo com o Comitê Consultivo Internacional do Algodão (ICAC), a produção mundial relativa à temporada 1979/80 deverá atingir 64 milhões de fardos de 478 libras, ou seja, um acréscimo ao redor de 4 milhões de fardos em relação à safra precedente.

Os estoques em 19 de agosto de 1979 (fim do ano comercial 1978/79) estavam estimados em 22,3 milhões de fardos contra os 24,9 milhões existentes no ano anterior. Espera-se que, com a maior produção a ser obtida, a oferta total chegue a 86,3 milhões de fardos, apresentando um aumento de 1,4 milhão de fardos. Mais de 2/3 do aumento de produção previsto deverão ocorrer nos Estados Unidos, estimando-se ainda expressivas cifras para Paquistão, Rússia, China e Brasil. Para a Índia e Egito, são previstas reduções.

O consumo de algodão, preliminarmente estimado em 64 milhões de fardos, poderá apresentar expansão, em vista de sua maior utilização, dadas as altas cotações de fibras sintéticas, caso do poliéster, que em setembro teve seu preço aumentado em 5 cents/libra-peso. O diferencial de preço entre algodão (fibra S.M.1.1/16") e poliéster, que na última temporada era de 15 a 20 cents/libra-peso, em julho p.p., diminuiu para 9 cents/libra-peso. Ressalte-se, porém, que a recessão econômica que se verifica, praticamente em todo o mundo, poderá obstar o crescimento do comércio de algodão.

A produção de fibras artificiais, que vem apresentando evolução positiva a partir de 1976, tendo alcançado, em março de 1978, 16,2 milhões de toneladas, deverá chegar, segundo o ICAC, a 17,1 milhões em dezembro de 1979, com maior ênfase para as fibras químicas.

Em vista de a utilização de fibras artificiais ser considerada excessiva, 85% em comparação a 76% ocorrida em 1976, há grande preocupação por parte dos principais produtores da Europa Ocidental em reduzir sua produção, o mesmo ocorrendo no Japão.

Em outros centros manufatureiros, caso dos países em desenvolvimento e aqueles do bloco socialista, a capacidade produtiva de fibras artificiais vem se ampliando, visando a fabricação de filamentos mistos. A atual crise energética, entretanto, poderá forçar a redução de produção de fibras artificiais, sobretudo das não celulósicas.

O Índice "A" de Liverpool, indicativo de preços internacionais de algodão, durante o ano comercial 1978/79 (agosto-julho) registrou a média de 76 cents/libra-peso, situando-se a cotação, no momento, em 78 cents/libra-peso. Em virtude do grande suprimento de algodão esper

do em 1979/80, não deverá ocorrer evolução acentuada nos preços, mesmo que as fibras derivadas do petróleo sejam encarecidas.

- Situação interna

Mesmo com a redução verificada na área cultivada com algodão em 1978/79, a produção a ser obtida será substancialmente maior na Região Centro-Sul, conquanto caiba lembrar que a safra 1977/78 foi prejudicada pela forte estiagem que assolou a região.

Dados praticamente finais (julho/1979) da Fundação IBGE indicam produção de 365,7 mil toneladas de pluma. Entretanto, segundo a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), esse total seria de 396,3 mil toneladas, o que parece estar mais próximo da realidade, quando se cotejam os dados por estado da Região Centro-Sul, notadamente os relativos a São Paulo e Paraná (quadro 48).

Este volume, acrescido das 167,5 mil toneladas produzidas na Região Norte/Nordeste, proporciona suprimento de 563,8 mil toneladas, suficiente, portanto, para atender às necessidades de consumo estimadas em 510 mil toneladas, já que a exportação a ser efetivada em 1979 deverá ser insignificante, pois até julho foram embarcadas apenas 28 toneladas (quadro 49).

Permanece a gravosidade do produto brasileiro, fato que se nota desde 1973, quando o Brasil situava-se entre os grandes exportadores mundiais ao lado dos Estados Unidos, Rússia, Turquia, Paquistão, Egito e Sudão. Políticas de protecionismo à indústria têxtil nacional, sob a forma de contingenciamento à exportação de pluma, sobretudo como ocorreu no segundo semestre de 1973, quando os preços internacionais estavam em ascensão, têm sido um fator de desestímulo à cotonicultura nacional. Além disso, a taxa irreal do cruzeiro em relação ao dólar tem impedido maior competitividade do produto brasileiro.

A concessão de incentivos à exportação de têxteis permite a aquisição do algodão em pluma pela indústria a preços superiores aos vigentes no mercado mundial, onde atualmente nem são cotados os tipos brasileiros (vide Bolsa de Liverpool). Assim, apenas uma parcela do benefício é repassada ao agricultor, ou seja, aquela referente ao produto final destinado à exportação.

Para a indústria, praticamente, não existem problemas para adquirir o produto, sobretudo pela existência de grandes excedentes. Ao final do ano comercial 1978/79, os estoques chegaram a 165 mil toneladas, estando previstas para março de 1980 cifras próximas a 110 mil toneladas. Por outro lado, o crescente consumo interno está previsto em 525 mil toneladas.

Outro fator preocupante refere-se à diminuição gradativa da exportação de têxteis, visto que os incentivos são considerados pelo General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) como medida de protecionismo. Especificamente, no caso dos Estados Unidos, os artigos brasileiros para lá enviados estão sujeitos à taxa de exportação, adotada pelo Governo brasileiro como exigência para compensar os incentivos. Isto poderá, em prazo não muito longo, comprometer inclusive a exportação de manufaturados, causando problemas ainda maiores à cotonicultura, o que poderá ser agravado por medidas restritivas à importação adotadas por uma gama de países, sobretudo os industrializados.

O complexo de beneficiamento dos dois estados principais produtores de algodão no Brasil (São Paulo e Paraná) vem apresentando acentuada diminuição no período 1970-79. Enquanto no Estado de São Paulo houve redução de 142 para 81 usinas, no Paraná a variação foi de 97 para 47 usinas. O número de conjuntos descaroçadores, por sua vez, passou no mesmo período de 142 para 82 em São Paulo, e de 110 para 65 no Paraná. Isto demonstra que, de fato, a cotonicultura perdeu muito quanto à sua posição, notadamente na Região Meridional.

Os preços da presente safra são considerados satisfatórios pelos produtores, principalmente de São Paulo e Paranã, em razão das ótimas produtividades obtidas pela adoção da variedade IAC-17, que estão próximas de 1.800kg/ha, nível recorde da cultura no País.

Exceto para Minas Gerais, houve de modo geral uma evolução positiva dos preços, em valores correntes, significando, entretanto, em valores corrigidos, desvalorização do produto não acompanhando o ritmo da inflação. Essa tendência de alta continuou no primeiro semestre de 1979, chegando atualmente a Cr\$180,00/arroba em caroço no interior do Estado de São Paulo (quadro 50).

No disponível da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, os preços do pluma elevaram-se no 2º semestre de 1978, graças ao desempenho satisfatório da indústria têxtil. Em 1978, as indústrias paulistas consumiram 213 mil toneladas de algodão em pluma (+11%); 7.774 toneladas de fibras celulósicas (+20%); 17.428 toneladas de fibras químicas (+11%), chegando o consumo total paulista a 238 mil toneladas (+12%).

A cotação média, que em agosto de 1978 estava em Cr\$395/arroba, chegou a Cr\$535,00 em janeiro de 1979 e ao final de setembro/79, a Cr\$676,00. Deve-se mais uma vez acrescentar que, a estes níveis, torna-se impraticável a exportação do algodão brasileiro. Diante disto, já existe por parte das classes produtoras e exportadoras reivindicações no sentido de isenção de ICM ao produto destinado ao exterior.

Devido ao bom andamento da safra anterior espera-se, para 1979/80, que haja acréscimo de até 15% na área cultivada na Região Meridional. Exceção deverá se verificar em Minas Gerais, com diminuição de produção, a exemplo do ano anterior. No triângulo Mineiro o preço mínimo fixado não foi considerado suficiente para motivar os produtores, onde a soja e o milho serão incrementados. No Norte do Estado de Minas Gerais, por sua vez, o preço de Cr\$201,90/arroba estabelecido pelo Governo Federal foi satisfatório, e a área nesta região deverá permanecer a mesma, ou registrar pequeno acréscimo. Mesmo assim, a nível estadual, a lavoura deverá sofrer redução na área plantada, de 15% a 20% em relação à safra precedente, permanecendo Minas Gerais como forte importador de algodão em pluma, pois sua produção supre apenas 1/5 do seu consumo industrial.

Em Goiás, a cultura vem nos últimos anos apresentando decréscimo na área cultivada, sendo que para 1979/80 a tendência é de estabilidade.

Em Mato Grosso do Sul, no período 1971-77 houve redução de 16% na área cultivada e acréscimo de 1% na produção, demonstrando razoável melhoria de produtividade. Espera-se manutenção de área, ou ligeira expansão neste ano.

Paraná e São Paulo poderão apresentar acréscimos superiores a 15% e 10%, respectivamente, na área cultivada, principalmente pela excelente produtividade obtida em 1978/79.

No caso específico de São Paulo, entretanto, a concorrência da soja e cana-de-açúcar constitui-se em obstáculo à maior expansão do algodão.

(IEA, 19/10/1979)

QUADRO 48. - Produção de Algodão em Pluma, com Base no Volume Classificado, Região Meridional do Brasil, 1972/73 a 1978/79

(em 1.000 toneladas)

Ano Agrícola	São Paulo	Paraná	Goiás	Minas Gerais	Mato Grosso	Total
1972/73	247	136	48	22	3	456
1973/74	207	116	21	21	3	368
1974/75	190	126	16	27	4	363
1975/76 ⁽¹⁾	118	90	14	14	4	240
1976/77 ⁽¹⁾	213	135	28	28	5	410
1977/78 ⁽¹⁾	157	95	21	30	5	308
1978/79 ⁽²⁾	162	169	19	21	25 ⁽³⁾	396

⁽¹⁾ Dados retificados.

⁽²⁾ Estimativa.

⁽³⁾ Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Fonte: Bolsa de Mercadorias de São Paulo, Serviços do Acordo de Classificação, Comissão de Financiamento da Produção e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 49. - Exportações Brasileiras de Algodão em Pluma, 1973-79

Ano	Valor (US\$1.000 FOB)	Quantidade (t)	Preço médio (US\$/t)
1973	218.068	282.867	770,92
1974	90.934	83.160	1.093,48
1975	97.794	107.202	912,24
1976	6.957	5.579	1.247,00
1977	40.894	34.732	1.177,42
1978	52.760	44.515	1.185,22
1979 ⁽¹⁾	31	28	1.107,14

⁽¹⁾ Até julho.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 50. - Preços de Algodão em Caroço Recebidos pelos Agricultores, Principais Estados Produtores da Região Meridional, Brasil, 1977-79

(em Cr\$/arroba)

Mês	São Paulo			Paraná			Minas Gerais			Mato Grosso			Goiás		
	1977	1978	1979	1977	1978	1979	1977	1978	1979	1977	1978	1979 (1)	1977	1978	1979
Jan.	111,20	88,60	148,70	84,15	76,95	128,55	83,25	80,85	121,35	89,85	83,50	140,40	102,30	85,20	130,35
Fev.	106,80	95,20	161,80	87,30	87,45	147,15	80,55	97,50	119,85	89,95	85,95	140,40	94,50	85,20	142,20
Mar.	97,80	105,80	166,30	88,20	95,85	154,35	82,35	99,00	144,30	82,95	97,05	145,95	102,30	100,05	135,45
Abr.	100,80	120,30	164,70	97,20	104,40	146,10	89,55	100,35	141,45	89,85	99,15	147,30	111,15	106,65	137,70
Mai.	97,70	121,10	160,70	90,45	101,40	144,60	86,85	106,05	146,55	92,10	99,90	146,85	97,95	112,20	172,05
Jun.	87,50	120,30	160,40	82,65	105,00	144,00	85,20	111,15	150,45	90,75	102,90	148,20	97,95	121,80	174,00
Jul.	83,50	118,10	164,10	78,60	104,25	151,20	82,50	79,50	108,00	141,60	86,85	118,20	169,95
Ago.	82,00	120,60	170,00	78,75	106,20	...	77,25	81,25	...	76,80	109,95	...	87,90	107,55	...
Set.	82,10	121,90	...	76,80	107,25	...	80,85	81,75	...	86,25	109,50	...	93,75	111,60	...
Out.	82,90	125,30	...	75,15	114,30	...	79,35	81,75	...	84,30	119,40	...	92,40	115,05	...
Nov.	85,30	128,30	...	74,85	114,30	...	78,00	81,75	...	78,90	119,40	...	85,05	115,05	...
Dez.	85,00	134,70	...	76,50	117,45	...	81,75	116,26	...	81,15	127,65	...	86,85	127,05	...

(1) Somente Mato Grosso do Sul.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

- Arroz

- Panorama internacional

A produção mundial de arroz em casca, em 1978/79, alcançou o recorde de 385,4 milhões de toneladas, correspondendo a um acréscimo de 5% em relação a 1977/78, segundo estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) em outubro de 1979.

Praticamente todos os países produtores contribuíram para esta expansão. Entretanto, a elevada produção dos países asiáticos é responsável por considerável parcela desse incremento, destacando-se principalmente o desempenho da China, Índia, Bangladesh e Japão, cujas produções foram de, respectivamente, 137,0; 80,8; 18,8 e 15,7 milhões de toneladas.

Apesar do aumento verificado na produção mundial, pequena parcela desta é destinada ao mercado internacional, face ao elevado nível de consumo dos países produtores, sendo que o volume transacionado em 1978 está estimado em 8,9 milhões de toneladas, 12% inferior ao de 1977. A Tailândia, um dos principais países exportadores, teve um acréscimo de 45% em suas vendas em 1978.

Prevê-se que o estoque mundial alcançará 25,6 milhões de toneladas de produto beneficiado ao final do ano comercial de 1978/79, contra 20,3 milhões em 1977/78, face aos aumentos de produção nos países principais importadores (Índia, Japão e República da Coreia).

No início de 1978, ainda existiu incerteza quanto à disponibilidade para exportação pela Tailândia, e no primeiro semestre do mesmo ano ocorreu uma recuperação nos níveis dos preços. Assim, a cotação média, no período, do arroz branco tailandês, com 15% de quebrados, foi de US\$364/t FOB-Bangkok, contra US\$235/t no mesmo período em 1977. A partir daí, definida a situação dos países importadores e o volume mundial produzido, observou-se um declínio gradual dos preços no segundo semestre de 1978, atingindo a média anual de US\$350/t. Nos seis primeiros meses de 1979, apesar dos preços ainda estarem a níveis baixos, observou-se uma melhora, passando de US\$267/t em janeiro para US\$303/t em junho.

Prevê-se que a produção mundial de arroz da safra 1979/80 será ligeiramente inferior à da safra anterior, dado que o mercado internacional não oferece grandes perspectivas. Com efeito, segundo a previsão do USDA, de outubro p.p., a safra mundial em 1979/80 será de 373,6 milhões de toneladas, representando uma queda de 3,1% em relação à estimativa de 1978/79.

- Situação interna

Após a produção recorde de 9,6 milhões de toneladas em 1975/76, as safras brasileiras de arroz têm-se reduzido ano a ano, com crescentes importações para o abastecimento interno. Na safra 1977/78, a queda da produção se deveu à conjugação de dois fatores: redução da área plantada e quebra de rendimento nas principais zonas produtoras do País. Já na safra seguinte, não obstante nova redução de área (-6,6% na Região Centro-Sul), a produção brasileira aumentou 5,3%, graças à recuperação dos níveis normais do rendimento em importantes estados produtores (quadro 51).

A produção de 1978/79, estimada em 7,6 milhões de toneladas, acrescida do estoque remanescente de 1977/78, de 400.000 toneladas, é insuficiente para suprir o consumo interno, em torno de 8,3 a 8,5 milhões de toneladas do produto em casca. Há, portanto, um déficit na disponibilidade interna de 300.000 a 500.000 toneladas, que está sendo coberto com importação de 700.000 toneladas do produto em casca. Houve, na verdade, uma reversão da situação em

1979, em relação à verificada em 1977, quando o volume dos estoques acumulados permitiram a exportação de 340.500 toneladas de arroz polido. Já no primeiro semestre de 1979, haviam sido desembarcadas no País 161.100 toneladas de arroz polido (equivalente a 230.100 toneladas do produto em casca), ao preço médio de US\$325-FOB, por tonelada. Até fins de janeiro de 1980, deverão entrar no País mais 324.400 toneladas de arroz beneficiado, cujas compras no exterior foram autorizadas em fins de setembro p.p.

Quanto à comercialização da safra 1978/79, esta transcorreu de modo semelhante à verificada em anos de frustração ou redução de safra, ou seja, de difícil agilização, com necessidade, mais uma vez, da intervenção do Governo no mercado, controlando preços e restaurando os níveis dos estoques, via importação. Assim, a nova tabela de preços, para atacado e varejo, em vigor desde junho de 1978, foi reajustada em maio e agosto de 1979, visando conter as elevações de preços ao consumidor final. Esses reajustes tornam-se sucessivamente inócuos, porquanto as constantes altas ao nível de produtor, contraindo a margem de lucro dos agentes intermediários, tem motivado a realização de negócios no mercado paralelo, a preços superiores aos da tabela, ou através de operações casadas, ou mesmo através de deterioração proposital da qualidade do produto. O impacto dessas manobras se faz sentir mais acentuadamente nas camadas da população de baixa renda, da periferia das grandes metrópoles, que adquirem o arroz a preços mais altos que as classes de renda mais elevada. Com efeito, o reduzido poder de barganha dos pequenos varejistas de bairro junto ao comércio atacadista de cereais e a deficiência crônica do aparato fiscal têm viabilizado o repasse das altas de preços àquela parcela de consumidores finais. Na primeira quinzena de outubro do corrente, a SUNAB revogou o tabelamento, dado ao fato de que os preços do produto importado são superiores aos estipulados na tabela, o que inviabiliza a colocação do cereal no mercado. As vendas do arroz importado serão iniciadas em meados do mês de outubro pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP), através de leilões diários na Bolsa de Cereais de São Paulo.

O tabelamento do arroz, como medida auxiliar na contenção dos índices inflacionários, tem contribuído para o desestímulo da orizicultura no País, visto que se constitui em barreira ao livre comportamento dos preços no mercado. Este fato se torna mais grave em anos de frustração de safra, como nos dois últimos, porquanto afetou diretamente a renda bruta dos produtores, na medida em que a perda de produção devida à quebra de rendimento não tem sido proporcionalmente compensada pela elevação dos preços.

Ao nível de produtor, com a definição dos prejuízos decorrentes de anormalidades climáticas (estiagem no Centro-Sul e inundação no Norte-Nordeste), ocorridas nos primeiros meses de 1979, os preços se elevaram antecipadamente, no auge da colheita, em março-abril (quadro 52). Face à extensão dos danos verificados nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o Banco Central autorizou, aos bancos, em fins de julho p.p., as seguintes medidas de emergência: a) prorrogação dos financiamentos de custeio; b) prorrogação da prestação relativa a investimentos, que seria paga com os resultados das lavouras frustradas; e c) concessão de crédito especial. Essa medida tem maior impacto no Estado do Paraná, onde a frustração de safra foi, pela segunda vez consecutiva, de drásticas proporções. No Rio Grande do Sul, também a quebra de rendimento devido à estiagem foi substancial (-14,5%), mormente considerando-se o montante dos recursos empregados na produção. Os danos em São Paulo e Santa Catarina foram localizados, não afetando as principais zonas produtoras.

- Rio Grande do Sul

A orizicultura, neste estado, tem apresentado ao longo do tempo sucessivos aumentos de produção, mormente devido a ganhos de rendimento das lavouras. Entretanto, nos últimos anos, a produção vem caindo sucessivamente, face à redução da área plantada e à queda de rendimento agrícola. Na safra 1978/79, a produção decresceu 16,6% em relação ao ano precedente, não apenas em função da retração da área (-2,6%), mas principalmente da queda do rendimento (-14,5%), provocada por anormalidades climáticas.

Mesmo assim, o arroz ocupou a segunda posição no valor da produção agrícola do Estado em 1978/79, tendo sido superado apenas pela soja. A produção gaúcha representou, neste ano, 28,2% do volume estimado da Região Centro-Sul e 22% do Brasil.

O Estado do Rio Grande do Sul tem sido o principal exportador de arroz, tanto para os demais estados como para o exterior. Cerca de 70% a 75% do volume produzido anualmente tem sido exportado pelo Estado, estimando-se que, em 1978, cerca de 1.010.100 toneladas tenham sido remetidas para outros estados e 93.000 toneladas, ao exterior.

A cultura de arroz irrigado no Rio Grande do Sul, de elevado padrão tecnológico na produção, vem sofrendo duplamente os efeitos de medidas discriminatórias ao setor: do lado do custo, a restrição ao suprimento de óleo diesel e combustíveis aos produtores, e do lado da receita, o limite imposto aos preços pelo tabelamento.

- Mato Grosso

A cultura do arroz em Mato Grosso vem sofrendo, nos últimos anos e nas regiões favoráveis ao desenvolvimento de outros produtos, a competição de área, anulando, assim, a expansão dos plantios em zonas pioneiras do Estado, onde tradicionalmente o arroz é utilizado para reduzir o custo do desmatamento. Assim, desde o ano agrícola 1976/77, a área plantada tem caído sucessivamente; através da instabilidade do nível de rendimento, verifica-se que provavelmente está ocorrendo a substituição da cultura por pastagem na Região Centro-Norte do Estado, onde se alcança, em geral, rendimentos médios mais elevados graças ao regime regular de chuvas. Na safra 1978/79, a produção cresceu 2,6% em confronto com a anterior, não obstante o recuo de 13,1% na área, graças à melhoria do rendimento médio das lavouras (18%).

O arroz ocupa a segunda posição no valor da produção agrícola do Estado, superada pela carne bovina. No contexto da Região Centro-Sul, a produção matogrossense em 1978/79 representou 24,1% da produção regional e, em âmbito nacional, correspondeu a 18,8% da produção total. Mato Grosso tem sido o Estado onde a CFP mais tem atuado. Com efeito, as aquisições de arroz no Estado por aquela autarquia, no período 1975/76-1977/78, representou mais de 50% de toda a operação no País.

- Goiás

A produção de arroz, oriunda na sua quase totalidade de cultura de sequeiro, depende, como em todos os estados onde predomina esta modalidade de cultivo, da evolução da área plantada; a extrema dependência do regime de chuvas tem impedido a melhoria dos níveis de rendimento, via incorporação de tecnologias modernas no processo produtivo.

Face a esta característica, a cultura do arroz tem sofrido a concorrência de outras culturas na região Sul-Sudoeste do Estado que apresentam menores riscos na produção e/ou maior rentabilidade econômica, como milho e soja. Tradicionalmente o plantio de arroz em Goiás tem se prestado para a abertura de fronteiras agrícolas, redução do custo de desmatamento, visando a formação de pastagem, fenômeno que vem ocorrendo no momento na região Centro-Norte do Estado.

Os projetos de arroz irrigado em Goiás, iniciados em 1972, a título experimental, não vêm obtendo os resultados esperados, não obstante o Estado dispor ao redor de 2,5 milhões de hectares de área potencialmente irrigáveis. Além da competição da cultura de sequeiro em safras com condições climáticas favoráveis, outros fatores têm impedido a expansão da irrigação em Goiás: a) falta de maior qualificação do corpo técnico para essa atividade; b) falta de coordenação na execução das políticas de apoio aos projetos; c) inadequação das linhas de crédito; d) falta de mão-de-obra para execução dos projetos; e e) falta de tecnologia adaptada às condições locais.

Na composição do valor da produção agrícola, o arroz ocupou, em 1978/79, a terceira posição, tendo sido suplantado pelo leite e pela carne bovina. No entanto foi o arroz o principal produto na arrecadação do ICM, tendo contribuído com cerca de 22% do setor primário e 7% de toda a economia goiana em 1978; a produção goiana nesta safra correspondeu a 20% do total da Região Centro-Sul e 15,6% do total brasileiro. Graças à melhoria substancial do rendimento (+53,9%) e ao crescimento da área (+24%), a produção no ano agrícola 1978/79 aumentou 90,9% em relação à do ano precedente.

- Minas Gerais

O arroz ocupa a quinta posição na relação dos produtos que contribuem para a formação do valor bruto da agricultura de Minas Gerais, sendo superado pelo leite, carne bovina, café e milho.

A produção mineira contribuiu com 11,1% na produção da Região Centro-Sul e 8,6% na produção total do Brasil.

Dentre as principais culturas do Estado, o arroz é a que vem apresentando, desde 1975/76, sucessivas reduções de área plantada. Não obstante, o volume de produção tem-se mantido praticamente inalterado, graças à melhoria paulatina do rendimento. Com efeito, na safra 1978/79, apesar da retração de 19,4% da área, a produção cresceu 2,4%, graças ao aumento do rendimento em 27,7%. São apontadas como principais causas do decréscimo da área plantada, as frustrações de safra nos anos anteriores (dado ao fato de 75% da área se constituírem de lavouras de sequeiro), os baixos níveis dos preços mínimos, o tabelamento do produto e as concorrências da soja e das pastagens.

- São Paulo

A orizicultura, neste Estado, ocupa posição secundária, face à maior atratividade exercida por outras explorações agrícolas, com menores riscos de produção e de mercado.

Com efeito, nos últimos três anos, ocorreram sucessivas reduções de área nas regiões de São José do Rio Preto e de Ribeirão Preto, as maiores produtoras do Estado, em função

da competição da soja, milho, cana-de-açúcar, laranja e café. Em contraste, verifica-se que, nesse período, as regiões do Vale do Paraíba e de Araçatuba têm apresentado aumentos nas áreas de plantio de arroz, devido, principalmente, ao predomínio das culturas de várzea e irrigadas na primeira região e à utilização da cultura de arroz na reforma de pastagens na segunda. Outro fator que tem viabilizado essa tendência é a fraca competição de outras culturas nessas zonas produtoras.

De qualquer forma, a sucessiva retração da área no Estado, constituída em cerca de 95% por culturas de sequeiro, com alta vulnerabilidade às adversidades climáticas, mostra que São Paulo vem apresentando vantagens comparativas cada vez menores na orizicultura de sequeiro, com as demais regiões produtoras do país. No último ano agrícola, a produção paulista subiu 25% apesar do recuo de 12,1% na área. Isso se deveu à obtenção do rendimento médio de 1.025kg/ha que, comparado ao baixíssimo nível de 1977/78, corresponde a um aumento de 52,2%. Contudo, esse rendimento é ainda muito inferior à média histórica do Estado, de 1.200kg/ha.

- Paraná

Na composição do valor bruto da produção agrícola do Estado, o arroz ocupa posição modesta, face à melhor rentabilidade econômica de outras atividades. Dada a modalidade de cultivo predominante - mais de 90% da área constituída por lavouras de sequeiro - a orizicultura paranaense não tem conseguido competir com outras culturas, tendo reduzido sucessivamente sua área desde 1975/76.

A produção de 1978/79, considerada "atípica", face à severa frustração devida à estiagem, colocou o Estado na sexta posição da região Centro-Sul, com participação de apenas 4,8%. Face ao resultado ainda pior da safra anterior, em termos de rendimento médio, a produção de 1978/79 apresentou um crescimento de 36,4%, não obstante o recuo de 15,5% na área plantada.

Em condições normais de rendimento agrícola, o Paraná exporta cerca de 20% de sua safra para outros estados. Porém, com a reduzida produção obtida em 1978/79, houve necessidade, já no início das colheitas, de se socorrer o abastecimento interno com importações de outras regiões e mesmo do exterior.

A análise da situação verificada em 1978/79, nos principais estados produtores, mormente se se considerar um período maior, de 1975/76 em diante, poderia fornecer elementos suficientes para se admitir o prosseguimento da tendência de redução da área de plantio, da próxima safra da Região Centro-Sul. Com efeito, as frustrações periódicas de safras, refletindo a alta vulnerabilidade de aproximadamente três quartos da produção nacional, tem-se constituído em fator de desestímulo da atividade orizícola. No entanto, a médio prazo, o crescimento da produção brasileira em termos per capita se deve à perda da competição sofrida por outras culturas, de menor risco de produção e de mercado.

O recrudescimento da crise de abastecimento interno, associado ao agravamento dos problemas das contas externas do País motivaram as autoridades governamentais, no sentido de se reverter, a curto prazo, a tendência declinante da produção de alimentos básicos, como o

arroz. Nesse sentido, as principais medidas de política econômica com reflexos na produção de arroz foram aquelas relacionadas ao preço mínimo, crédito e seguro rural. De modo geral, o preço mínimo básico (Cr\$320/sc.50kg em casca), com aumento de 75,8% sobre o ano precedente, foi considerado satisfatório, enquanto os níveis dos valores básicos de custeio foram considerados baixos, face aos custos de produção estimados.

A cobertura da cultura de sequeiro pelo PROAGRO é um fator altamente positivo para a expansão da área na safra 1979/80.

Entretanto, alguns objetivos propostos poderão ter dificuldade de serem alcançados, face à relevância de outros fatores que afetam a produção, como os sucessivos reajustes dos preços de insumos, a previsão de escassez de colheitadeiras e secadores (mormente em zonas de fronteira agrícola), incerteza quanto ao suprimento de óleo diesel e combustível, falta de sementes selecionadas, além da deficiente infra-estrutura básica para o escoamento e comercialização da safra (como estradas vicinais e armazéns) em Mato Grosso e Goiás.

Não obstante todos estes problemas, prevê-se uma expansão da área de plantio na Região Centro-Sul, mormente nas regiões com ampla fronteira agrícola, como os estados centrais. Espera-se igualmente, uma reversão de tendência em Minas Gerais e São Paulo, com aumento estimado de 20% a 10%, respectivamente. Prevê-se as mesmas áreas de safras 1978/79 nos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, as quais poderão, com rendimentos normais, aumentar a produção em, respectivamente, 17% e 80% em relação ao anterior.

(IEA, 19/10/1979)

QUADRO 51. - Área, Produção e Rendimento de Arroz (¹) nos Estado da Região Centro-Sul, 1976/77 a 1978/79

Estado	1976/77			1977/78			1978/79 (²)		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
Rio Grande do Sul	566,0	2.105,0	3.719	538,8	2.009,1	3.729	525,0	1.675,0	3.190
Mato Grosso	1.546,7	2.095,6	1.355	1.526,4	1.396,7	915	1.325,8	1.432,6	1.080
Goiás	777,4	620,5	798	752,5	621,1	825	933,4	1.185,8	1.270
Minas Gerais	708,9	636,0	897	631,9	644,2	1.019	509,3	659,4	1.295
São Paulo	347,0	360,0	1.037	341,9	246,3	720	300,4	307,8	1.096
Paraná	564,1	904,9	1.064	383,3	210,2	548	323,9	286,7	885
Santa Catarina	148,2	333,0	2.247	133,3	279,0	2.093	117,6	259,8	2.209
Rio de Janeiro	46,0	82,8	1.800	41,0	94,3	2.300	31,9	82,4	2.583
Espírito Santo	49,0	68,6	1.400	46,0	82,8	1.800	37,6	46,4	1.234
Centro-Sul	4.753,3	7.206,4	1.516	4.395,1	5.583,7	1.270	4.104,9	5.935,9	1.446
Norte-Nordeste	...	1.728,9	1.658,0	1.689,7	...
Brasil	...	8.935,3	7.241,7	7.625,6	...

(¹) Arroz em casca.

(²) Estimativas preliminares.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 52. - Preços Médios Mensais de Arroz em Casca, Recebidos pelos Agricultores dos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul,
1976-79
(em Cr\$/sc.60kg)

(continua)

Mês	São Paulo				Rio Grande do Sul				Mato Grosso			
	1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979
Jan.	132,20	117,80	200,30	327,60	107,40	97,20	136,20	226,80	115,20	94,80	163,80	259,80
Fev.	119,40	115,10	222,00	320,50	107,40	97,80	158,40	222,00	110,80	99,00	168,00	264,00
Mar.	101,20	109,20	252,10	324,50	107,40	103,20	176,40	282,00	84,00	99,00	179,40	255,00
Abr.	96,20	125,80	264,80	340,40	101,40	111,00	177,60	240,00	79,80	105,00	198,60	265,80
Mai.	95,40	143,00	268,00	352,40	98,40	112,20	178,20	314,40	77,40	110,40	192,00	264,60
Jun.	96,40	149,70	272,00	358,80	97,20	119,40	185,40	351,00	77,40	109,20	198,00	274,20
Jul.	97,70	153,50	275,00	387,70	94,80	116,40	185,40	...	82,20	113,40	199,80	294,60
Ago.	100,80	155,60	278,80	431,60	94,20	121,20	189,00	...	84,00	114,00	208,80	...
Set.	104,30	163,40	285,50	...	96,60	122,40	190,20	...	89,40	122,40	224,40	...
Out.	108,40	169,10	300,20	..	96,00	124,80	217,20	...	90,60	126,60	231,60	...
Nov.	109,90	186,00	315,40	...	97,20	125,40	228,00	...	91,20	135,60	244,20	...
Dez.	114,00	197,90	329,30	...	97,20	128,40	238,80	...	91,80	151,80	253,80	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 52. - Preços Médios Mensais de Arroz em Casca, Recebidos pelos Agricultores dos Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul ,
1976-79
(em Cr\$/sc.60kg)

(conclusão)

Mês	Goiás				Minas Gerais				Paraná			
	1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979
Jan.	128,40	104,40	171,60	311,40	136,80	125,40	171,60	337,80	120,60	108,60	172,80	279,00
Fev.	121,80	103,20	174,60	307,80	132,00	130,80	187,20	364,20	115,20	105,60	192,00	294,00
Mar.	104,40	107,40	174,60	306,00	127,20	125,40	190,20	362,40	102,00	100,80	225,00	322,20
Abr.	94,20	118,80	175,20	288,60	117,60	132,60	202,20	350,40	94,80	106,80	241,80	337,80
Mai.	84,60	130,20	190,80	298,80	106,80	136,80	230,40	352,20	90,60	115,80	248,40	350,40
Jun.	87,60	139,80	210,60	324,00	108,00	144,60	242,40	370,80	93,00	126,00	258,00	364,80
Jul.	90,00	135,60	223,80	348,00	109,20	147,60	243,00	...	93,60	127,20	270,00	371,40
Ago.	94,20	141,00	227,40	...	106,20	151,80	258,60	...	94,80	133,20	269,40	...
Set.	97,20	143,40	237,00	...	112,20	152,40	268,20	...	95,40	133,80	273,00	...
Out.	101,40	147,60	252,60	...	111,60	155,40	280,20	...	98,40	139,80	280,20	...
Nov.	102,00	153,60	263,40	...	119,20	158,40	307,20	...	97,80	153,60	280,20	...
Dez.	103,20	160,20	294,00	...	122,40	162,00	328,20	...	100,80	158,40	283,20	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

- Café

- Panorama internacional

A produção mundial de café, durante o ano de comercialização 1978/79, foi estimada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) em 76,9 milhões de sacas beneficiadas de 60kg, que deduzidas 19 milhões de sacas para consumo dos países produtores, resultou numa produção mundial exportável de 57,9 milhões de sacas, 12,2% superior à obtida no ano anterior (51,6 milhões).

Para o ano 1979/80 (01/10/79 a 30/09/80), a segunda estimativa do USDA indica novo aumento na disponibilidade do produto, sendo que a produção é estimada em 80,2 milhões de sacas e o consumo dos produtores em 20,1 milhões, resultando numa produção mundial exportável estimada em 60,1 milhões de sacas (quadro 53).

Nos dois últimos anos, têm ocorrido recuperação nos níveis de consumo mundial e aumento na quantidade demandada pelos países consumidores, ao contrário do observado em 1977. Neste ano, as altas cotações internacionais do café levaram a uma queda no consumo, fazendo com que as importações de café verde dos Estados Unidos se situassem em 14,8 milhões de sacas e as da Europa em 26,5 milhões, enquanto que em 1978 subiram para 18,1 milhões e 30 milhões de sacas, respectivamente.

Já em 1979, as importações dos Estados Unidos durante janeiro a julho foram de 11,6 milhões, contra 10,4 milhões em igual período do ano anterior, também observando-se aumento das importações dos demais países consumidores.

As exportações mundiais efetuadas pelos países produtores também demonstram a recuperação do mercado cafeeiro, pois passaram de 46,9 milhões de sacas em 1977 para 56,1 milhões em 1978. Com relação ao desempenho dos exportadores, destaca-se o expressivo aumento observado nas exportações da Colômbia, que passaram de 5,3 milhões em 1977 para 9 milhões em 1978; de janeiro a julho de 1979, atingiram 5,6 milhões, contra 3,4 milhões em igual período no ano anterior.

As cotações internacionais do café, segundo a média composta dos preços indicativos da Organização Internacional do Café (OIC), após passarem de US\$0,71 por libra-peso, em 1975, para US\$3,15 por libra-peso em abril de 1977, caíram sistematicamente, sendo que no início do ano de comercialização 1978/79 a libra-peso estava cotada em US\$1,52. No final de 1978 e no início de 1979, as cotações caíram ainda mais, sendo que os principais fatores que contribuíram para essa queda foram o grande volume exportado pela Colômbia e a comercialização dos outros cafés suaves que normalmente ocorre nessa época. Com a retração das vendas desses cafés, além da pouca oferta de robusta, em razão de fatores políticos dos países africanos, aliada à maior procura do café brasileiro, em maio p.p. as cotações tinham voltado aos níveis vigentes no início do ano de comercialização, isto é, se elevaram novamente.

Após as geadas ocorridas no Brasil no início de junho, as cotações elevaram-se rapidamente, situando-se em torno de US\$2,10 por libra-peso no final do mês. Entre julho e meados de agosto, apresentaram oscilações com tendência de queda, e a perspectiva era de que após passado o período de ocorrência de geada no Brasil essa tendência se acentuasse. Entretanto, isso não aconteceu, principalmente em razão da atuação dos países produtores pertencentes ao "Grupo de Bogotá", que intervieram no mercado e provocaram nova elevação nas cotações durante o mês de agosto, sendo que em setembro verificou-se grande estabilidade nos preços internacionais. Segundo os preços indicativos da OIC, em setembro as cotações dos diversos ti-

pos, por libra-peso, foram as seguintes: Colombiano US\$2,21, Outros Suaves US\$2,07, Arábica não lavado US\$2,09 e Robusta US\$1,89.

Embora as perspectivas para o início do ano de comercialização 1979/80 sejam de relativa estabilidade nas cotações e equilíbrio entre a oferta e a demanda de café, a curto prazo poderá ocorrer queda nos preços internacionais, principalmente em função da maior oferta que pode acontecer no final deste ano e no início do próximo, dado que nesses períodos os países centrais comercializam as suas produções.

No panorama mundial, destaca-se a importância da cafeicultura no comércio internacional, pois enquanto em 1975 o valor das exportações totais de café dos países membros da OIC situou-se em US\$4,1 bilhões, apesar da queda dos preços ocorrida em 1978, nesse ano o valor obtido pelos exportadores foi de US\$11 bilhões.

Com relação aos acordos internacionais de café entre produtores e consumidores, durante 1978/79 não se conseguiram resultados efetivos. Embora tenha vigorado um acordo que de terminava que a OIC tomaria medidas a curto prazo visando a estabilização do mercado, se os preços diários se situassem, durante vinte dias consecutivos, abaixo de US\$1,28 por libra-peso ou acima de US\$1,74 por libra-peso, nas reuniões efetuadas em abril (preços baixos) e em julho (preços altos) não foi tomada nenhuma medida para a normalização dos preços. Por ocasião da 1ª reunião, os preços do mercado já estavam se recuperando, enquanto que as principais conclusões da 2ª reunião, em setembro p.p., foram de que as reservas do produto eram adequadas e que passado o período de geada no Brasil os preços tenderiam a se manter estáveis.

- Situação interna

No final de setembro, a colheita de café encontrava-se praticamente concluída. Embora ainda esteja em andamento a estimativa de safra elaborada pelo Instituto Brasileiro do Café, informações preliminares de alguns estados produtores parecem indicar que a produção poderá ser pouco superior às estimativas efetuadas em junho p.p..

Enquanto a 1ª estimativa do IBC indicava produção total de 21,3 milhões de sacas beneficiadas, distribuídas entre São Paulo (8,1 milhões), Minas Gerais (7,1 milhões), Paraná (3,0 milhões), Espírito Santo (2,4 milhões) e outros estados produtores (0,7 milhão), em junho a produção foi estimada em 19,5 milhões, em razão de uma redução de 9% causada pelas geadas do início do mês.

Além disso, embora a recuperação dos cafezais atingidos pelas geadas somente possa ser melhor observada no final do ano, a liberação dos financiamentos especiais para os cafeeiros prejudicados e as condições climáticas favoráveis até o presente momento poderão minimizar os prejuízos inicialmente previstos na colheita de 1980, a qual é atualmente estimada em 19 milhões de sacas.

Em 1979/80, não deverão ocorrer alterações significativas na área plantada dos principais estados produtores, a exceção do Paraná, onde poderá ocorrer pequena redução no número de cafeeiros, principalmente em razão de sucessivas frustrações desde 1975. Dado que a atual população cafeeira tem potencial suficiente para atender às necessidades futuras de exportação e consumo interno, o programa de financiamento ao plantio de cafezais limita-se, nesta safra, a 60 milhões de covas, visando implementar a produção em certos centros consumidores, sendo que 28 milhões cabem aos estados da região Centro-Sul, conforme segue: Minas Gerais, 10 milhões; Espírito Santo, 10 milhões; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, 3 milhões; Goiás, 2 milhões; Rio de Janeiro, 2 milhões; litoral do Paraná e Santa Catarina, 1 milhão.

A evolução dos preços recebidos pelos produtores tem acompanhado os aumentos das cotações internacionais, sendo que enquanto no início da safra passada os melhores tipos de café eram vendidos por menos de Cr\$2.000 (saca beneficiada), no início da presente safra as cotações foram superiores a Cr\$3.000. Embora em agosto e início de setembro tenha ocorrido queda nas cotações internas, os preços recebidos pelos produtores em julho de 1979 nos Estados de São Paulo, Paraná e Sul de Minas (Cr\$3.000 a Cr\$3.200) são mais de 50% superiores aos recebidos em igual período de 1978, e na Zona da Mata e Espírito Santo (em torno de Cr\$2.500) o aumento nesse período foi superior a 50% (quadro 54). Em termos reais, a variação para os dois grupos citados foi de 10% a 19% e 18% a 20%, respectivamente.

Em 1979, tem sido pequeno o volume comercializado pelos produtores. Em razão da elevação do nível de financiamento para café estocado, os produtores estão aguardando para comercializarem a maior parte de suas produções, possivelmente no início de 1979, ao contrário do ocorrido em 1978. Nesse ano de 1978, dado que as cotações estavam abaixo do preço de garantia do IBC e que o valor para financiamento de café estocado era considerado baixo, foi grande a quantidade de café vendida pelos produtores ao IBC nos meses que se seguiram à colheita. Entretanto, se forem mantidas as condições atuais, no início de 1980 poderá novamente ocorrer a oferta de café ao IBC, dado o nível de preços de garantia fixado para essa época (Cr\$3.800) se situar bem acima dos atuais preços de mercado.

As exportações brasileiras, que em 1977 foram de 10,1 milhões de sacas de 60,5kg brutos e propiciaram receita recorde de US\$2.613.342, em 1978 aumentaram para 12,6 milhões de sacas, embora a receita auferida tenha caído para US\$2.294.489, devido à queda das cotações internacionais. No período de janeiro a julho de 1979, as exportações de café foram de 6.819.629 sacas, no valor de US\$1.147.984, enquanto que para o mesmo período do ano anterior situaram-se em 6.187.095 sacas e US\$1.220.626.

No tocante à política brasileira de exportação de café, após a mudança da Diretoria do Instituto Brasileiro do Café, foi divulgado o término da concessão de descontos aos importadores, que ocorriam nos contratos especiais para venda de café. Por outro lado, introduziu-se o Sistema de Garantia de Preços, cujo objetivo é garantir ao importador que se houver uma queda nos preços mínimos de registro para exportação, durante um certo período após a confirmação da compra e ou do embarque, ele receberá a diferença em Avisos de Garantia, que se constitui em documento emitido pelo IBC com valor fixado em dólares e com o qual o comprador tem assegurado o direito de adquirir mais café no Brasil. Outros mecanismos utilizados para atender aos interesses de comercialização externa, tanto visando a manutenção da meta de exportação de café, como também a estabilidade das cotações internacionais, foram as agilizações dos preços mínimos de exportação e das quotas de contribuição, além do fechamento do registro de Declaração de Venda para exportação.

Em 16 de julho p.p., considerando que as exportações para embarques até setembro de 1979 tinham atingido a meta inicialmente prevista de cerca de 1 milhão de sacas mensais e que o equilíbrio existente entre a oferta e a demanda no mercado cafeeiro não justificava a queda nas cotações internacionais ocorrida na primeira quinzena desse mês, o IBC suspendeu o registro de Declaração de Venda para exportações. Posteriormente, os registros para exportações foram reabertos, entretanto, somente para os embarques a serem efetuados a partir de outubro.

Os preços mínimos e as quotas de contribuição sofreram vários aumentos no período, objetivando acompanhar e manter as cotações internacionais, sendo que as quotas de contribuição foram reajustadas também em razão das desvalorizações cambiais. No início do ano de comercialização 1978/79, o preço mínimo de registro para exportações de café tipo 6 para melhor estava fixado em US\$211 por saca (US\$1,60 por libra-peso) e a quota de contribuição era de US\$80 por saca, para uma taxa cambial de Cr\$19,25 por dólar. No início do ano de comercializa

ção 1979/80, para a taxa de câmbio de Cr\$29,68 por dólar, os preços mínimos para embarque em outubro e nos dois últimos meses de 1979 são de, respectivamente, US\$264 e US\$271 por saca, estando a quota de contribuição fixada em US\$145 para esse período.

Com relação às medidas internas para a cafeicultura na atual safra, o preço de garantia do café tipo 6 para melhor, bebida isenta de gosto "rio zona", que estava fixado em Cr\$2.500 desde janeiro de 1978, em 1º de julho foi aumentado para Cr\$3.000, em 1º de janeiro será elevado para Cr\$3.800 e em 1º de abril passará a Cr\$4.200. Os preços de garantia para cafés do tipo 7 para melhor, bebida "rio zona", e para cafés Robusta, variedade "conillon", estão fixados em, respectivamente, Cr\$2.700 e Cr\$2.400 após 1º de julho; Cr\$3.420 e Cr\$3.040 a partir de 1º de janeiro de 1980 e Cr\$3.780 e Cr\$3.360 a partir de 1º de abril de 1980, sendo que anteriormente o preço de garantia para esses cafés estava fixado em Cr\$2.000 por saca. Já o valor do financiamento de café estocado, que até o primeiro semestre de 1979 estava fixado em 50% do preço de garantia, em 1º de julho passou a 60% do preço de garantia vigente e em 29/08 sofreu novo reajuste, passando atualmente para 80% do preço de garantia.

Quanto ao Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC) 1979/80, a nível de propriedade continuará em vigor o financiamento dos equipamentos e/ou instalações, através do Programa de Melhoria da Infra-estrutura de Preparo de Café, enquanto que o Programa de Incentivo às Sociedades de Cafeicultores (PROISCAF) financiará a formação ou elevação do capital social e os investimentos fixos (instalações de usinas de preparo de café, por via úmida e/ou seca; e construção, aquisição e instalação de unidades processadoras e armazenadoras de café). Além disso, estão em fase inicial as liberações dos financiamentos de plantio, custeio e equipamentos de defesa fitossanitária, bem como os recursos do Programa de Recuperação de Cafezais Geados (PRCG). Esse programa destina-se às lavouras atingidas pelas últimas geadas e os recursos abrangem o replantio das lavouras fundadas com financiamento de plantio nos anos agrícolas de 1975/76, 1976/77 e 1977/78 ou através do Programa Especial de Recuperação dos Cafezais Geados (PERCG) 1975/76 e 1978/79, a recepa, decote, poda e o custeio.

Os financiamentos anteriores, concedidos ao abrigo dos PRRC e dos PERCG, cujos cafezais foram prejudicados pelas geadas, terão prorrogadas as prestações com vencimentos a partir de 1980, inclusive, sendo que as prestações com vencimento previsto para o corrente ano não sofrerão qualquer modificação, devendo o seu pagamento ocorrer na forma originalmente contratada.

As exportações brasileiras de 1979 deverão repetir o desempenho do ano anterior, atingindo cerca de 12 milhões de sacas e receita cambial superior a US\$2 bilhões. Confirmando-se a recuperação dos cafezais atingidos pelas últimas geadas, para o próximo ano existe a possibilidade de se verificar pequeno aumento na quantidade disponível para exportação. Com relação à política cafeeira não deverá ocorrer alteração significativa a curto prazo. No plano interno, as medidas relativas aos preços mínimos de garantia, aos financiamentos de comercialização e aos reajustes da quota de contribuição de exportação deverão continuar a serem acionadas, objetivando evitar bruscas oscilações nos preços recebidos pelos produtores e também manter a renda do setor cafeeiro. No plano internacional, dada a impossibilidade de grandes elevações nas exportações de café e a necessidade do País maximizar as receitas obtidas com os produtos exportáveis, o objetivo é manter as cotações externas em torno de US\$2 por libra-
peso, e para isso os atuais instrumentos da política cafeeira externa deverão ser mantidos, destacando-se as agilizações dos preços mínimos de exportação e das quotas de contribuição, o sistema de garantia de preços aos importadores e os acordos com os demais países produtores.

(IEA, 23/10/1979)

QUADRO .53 . - Produção Mundial Exportável de Café, 1975/76 a 1979/80

(em 1.000sc.60kg)

Região e país	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾
América do Sul					
Brasil	15.000	1.800	10.000	12.000	14.000
Colômbia	7.100	7.900	9.500	9.600	9.750
América do Norte e Central					
México	2.456	2.400	2.200	2.650	2.400
El Salvador	2.350	2.783	2.210	2.805	2.800
Guatemala	1.753	2.315	2.045	2.290	2.385
África					
Costa do Marfim	5.107	4.782	3.284	4.625	4.785
Uganda	2.192	2.634	1.838	1.970	2.170
Ásia					
Indonésia	2.033	2.010	2.722	3.868	3.184
Outros	16.316	16.828	17.772	18.070	18.654
Total mundial	54.307	43.452	51.571	57.878	60.128

⁽¹⁾ Segunda estimativa.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 54. - Evolução dos Preços de Café Beneficiado, no Interior, Principais Estados Produtores, Brasil, Médias Anuais 1975 a 1978 e Médias Mensais de Janeiro de 1978 a Agosto de 1979
(em Cr\$/sc.60kg)⁽¹⁾

Ano e mês	Paraná	São Paulo	Minas Gerais		Espírito Santo
			Zona Sul	Zona da Mata	
1975	474,42	481,28	484,07	434,51	415,03
1976	1.330,89	1.371,49	1.359,46	1.195,13	1.152,22
1977	2.376,77	2.453,33	2.328,75	1.901,80	1.812,00
1978	2.020,30	1.918,96	1.839,50	1.615,38	1.524,29
Jan.	2.064,94	2.139,28	2.062,50	1.867,00	1.623,25
Fev.	2.025,00	2.002,21	1.829,50	1.846,87	1.670,00
Mar.	1.925,75	1.843,34	1.850,00	1.690,95	1.562,50
Abr.	1.807,87	1.808,47	1.828,50	1.656,25	1.513,50
Mai.	1.887,41	1.866,39	1.782,50	1.541,00	1.354,00
Jun.	1.971,00	1.946,11	1.845,00	1.671,44	1.508,25
Jul.	1.991,87	1.815,29	1.705,00	1.472,10	1.436,50
Ago.	2.089,00	1.939,89	1.892,50	1.476,10	1.420,00
Set.	2.090,00	2.032,43	1.870,00	1.519,50	1.569,50
Out.	2.089,00	1.910,95	1.827,50	1.585,00	1.570,00
Nov.	2.041,25	1.979,24	1.800,00	1.551,10	1.533,75
Dez.	1.960,50	1.843,95	1.781,00	1.507,29	1.530,75
1979					
Jan.	2.001,25	1.986,74	1.750,62	1.580,25	1.625,00
Fev.	2.091,66	2.134,13	1.872,50	1.640,62	1.727,50
Mar.	2.228,12	2.235,05	2.090,00	1.810,40	1.800,00
Abr.	2.387,50	2.308,50	2.270,00	1.925,00	1.950,00
Mai.	2.629,25	2.538,03	2.427,50	2.066,80	1.950,00
Jun.	3.250,00	3.247,20	2.980,00	2.456,00	2.362,50
Jul.	3.237,50	3.066,63	2.985,00	2.560,63	2.538,75
Ago.	2.912,50	2.865,75	2.757,50	2.467,94	2.341,88

⁽¹⁾ Excluído o ICM e o valor da Sacaria.

Fonte: Instituto Brasileiro do Café (IBC)

- Cana-de-Açúcar

- Panorama internacional

O comportamento do mercado internacional de açúcar nos últimos anos, caracterizado por baixas cotações do produto tornando-o gravoso para os países exportadores, foi reflexo do crescimento acentuado da produção no período 1968-77, a uma taxa anual de 3,6%, e tendo em contrapartida um crescimento menor do consumo, a 2,7% ao ano. Isto permitiu a formação de grande estoque do produto, estimado ao final de 1978/79 em 32 milhões de toneladas, a nível mundial. Esta elevada taxa de crescimento é consequência da evolução bastante positiva dos preços do produto neste mesmo mercado, a partir de 1968, e que atingiu seu ponto máximo em 1974, passando a declinar a partir de então (quadro 55).

Há de se considerar, também, como inibidor de maior demanda do produto, o aumento do consumo de adoçantes não oriundos da cana-de-açúcar, principalmente na industrialização de alimentos, que está tendo grande incremento, principalmente nos Estados Unidos.

As últimas previsões quanto à produção mundial de açúcar, para a safra 1979/80, indicam total de 90 milhões de toneladas, portanto ligeiramente inferior à alcançada em 1978/79 (91,6 milhões de toneladas). O consumo previsto é de 93 a 94 milhões de toneladas, significando que poderá ocorrer um leve declínio no estoque mundial.

Esta menor produção decorre, em parte, das imposições do Acordo Internacional do Açúcar, para que os países exportadores reduzissem suas ofertas, já que as cotações médias do produto nos últimos anos eram bastante inferiores ao mínimo estabelecido no citado Acordo (US\$0,11/libra-peso ou US\$242,80/t).

Acredita-se que, a curto prazo, os efeitos desta redução de produção no mercado sejam bastante limitados, dado o montante atual do estoque mundial, que representa aproximadamente 35% do consumo estimado e, ainda, a ausência dos Estados Unidos, principal País importador, do citado Acordo, esperando-se, contudo, que até o final de outubro do corrente ano o Congresso Americano tenha ratificado sua participação.

Previsões quanto ao comportamento do mercado para a corrente temporada indicam prováveis elevações nas cotações do produto, porém situando-se, em média, bastante próximo do mínimo fixado.

- Situação interna

A produção brasileira de açúcar, que no período 1970/71 a 1977/78 apresentou crescimento anual à taxa de 7,16%, na safra 1978/79 acusou sensível queda em relação ao ano anterior (-11,6%) (quadro 56). Esta menor produção foi motivada pela atual situação do mercado internacional, bastante gravosa para os países exportadores, e também pela ênfase dada à produção de álcool, como proposto no Programa Nacional de Álcool (PROALCOOL), para sua utilização como combustível. Em 1978/79, a produção de açúcar da Região Centro-Sul foi menor que a obtida no ano anterior, apresentando ligeiro acréscimo em sua participação relativa ao total brasileiro.

Quanto à produção brasileira de álcool, observou-se crescimento expressivo somente nos dois últimos anos, enquanto que no restante do período (1970/71 a 1977/78) praticamente permaneceu constante. O acréscimo verificado para a safra 1978/79, em relação à anterior, foi

de 68,4%. Apesar do crescimento acentuado da produção de álcool em 1978/79, pela Região Centro-Sul (64,7%), sua participação relativa junto à produção brasileira mostrou ligeiro decréscimo, de 86,7% para 84,8%. A participação do Estado de São Paulo na produção brasileira foi de 73,9% (quadro 57).

Para a nova safra nacional, de 1979/80, cujo início ocorreu em junho próximo passado, o respectivo Plano de Safra autorizou produção da ordem de 6,6 milhões de toneladas de açúcar, da qual 70,9% destinam-se ao consumo interno e o restante ao mercado externo. Do total a ser produzido, 60% cabem à Região Centro-Sul e 40%, à Região Norte-Nordeste. Esta menor cota autorizada para a produção de açúcar atende aos propósitos do Acordo Internacional do Açúcar em reduzir a oferta dos países exportadores, e permitir aumento na produção de álcool, cuja meta é de 3,8 bilhões de litros, portanto 65% superior ao alcançado na safra passada. Deste total, a produção da Região Centro-Sul deverá representar 76,8% e a da Norte-Nordeste, 23,2%. Ressalte-se que a produção estimada para o Estado de São Paulo deverá representar 54% do total.

As exportações brasileiras, até o final de agosto, totalizaram 1,05 milhão de toneladas, representando em divisas US\$192,5 milhões-FOB (quadro 58). A cotação média registrada nestes oito meses foi de US\$183,00/t, ligeiramente superior à obtida em 1978, porém ainda bastante inferior às registradas no período 1973-77. Espera-se que até o final do ano o preço médio supere a US\$202,00/t, em razão das elevações que se têm registrado nas últimas semanas para um total a ser exportado próximo a 2 milhões de toneladas.

A queda das quantidades exportadas nestes dois últimos anos, tendo como contrapartida produções elevadas de açúcar, possibilitou a formação de grande estoque do produto. O estoque verificado ao final de agosto do corrente ano na Superintendência Regional de São Paulo, do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), se comparado ao estoque médio do período 1971 a 1978 apresenta-se 102% superior.

No momento, se por um lado este setor tem seu desenvolvimento obstado pela situação gravosa do açúcar, por outro lado recebe os incentivos do PROALCOOL, que visa um amplo emprego do álcool como combustível. Assim, verifica-se que a área de cana-de-açúcar vem apresentando um contínuo crescimento em toda a Região Centro-Sul, decorrente das instalações de novas destilarias ou de aumento das já existentes. Observe-se, porém, que para o aumento verificado na produção de álcool nestes dois últimos anos não há uma correspondência direta de acréscimo na produção de cana, já que parcela deste álcool foi produzida com cana que anteriormente seria destinada à produção de açúcar.

Até março de 1979, foram aprovados 205 projetos dentro do PROALCOOL, que utilizam como matéria-prima cana-de-açúcar, dos quais 125 de destilarias anexas e 80 de autônomas. Deste total, à Região Centro-Sul couberam 138 destilarias, das quais 89 anexas e 49 autônomas. O maior número de destilarias anexas decorre do fato de consistir apenas de expansão de unidades já instaladas, com custos de instalação bem inferiores às autônomas.

Assim, apesar da situação gravosa do açúcar, quando destinado à exportação, o setor vem tendo investimentos vultosos, principalmente provenientes do PROALCOOL. De modo geral, a situação financeira nestes últimos anos não se iguala à tão favorável acontecida em períodos anteriores, mas também não é crítica, exceto para grupos cujos investimentos nos últimos anos não tiveram condições de retorno possível para sua amortização no prazo programado.

Para os fornecedores na década de 70, os preços recebidos pela cana-de-açúcar apresentaram-se, em termos reais, mais favoráveis no período 1973 a 1976, reflexo das condições então propícias ao incremento da cultura. Nos últimos dois anos, entretanto, apesar de bastante superiores aos verificados no início do período, já acusam ligeiros decréscimos (quadro

59). No momento, em razão das instalações de novas unidades de produção de álcool, em toda a Região Centro-Sul, as perspectivas são de expansão de área desta cultura, inclusive vindo a substituir outras lavouras e pastagens.

(IEA, 24/10/1979)

QUADRO 55. - Cotação do Açúcar Demerara ⁽¹⁾ no Mercado Internacional, 1970-79

(em US\$/t)

Mês	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Jan.	67,53	104,17	174,34	207,45	334,57	845,46	309,41	184,06	193,55	167,07
Fev.	69,52	106,37	180,74	198,18	465,43	749,20	297,93	189,57	187,15	181,64
Mar.	74,59	103,50	185,38	193,54	465,66	582,62	326,40	198,18	170,82	186,71
Abr.	78,79	100,63	156,25	198,40	476,69	527,45	310,07	221,57	167,51	172,59
Mai.	79,67	96,22	146,32	206,34	521,49	383,34	320,88	199,52	161,77	173,25
Jun.	81,43	91,59	189,70	207,01	518,84	301,24	286,68	173,68	159,57	179,65 ⁽²⁾
Jul.	84,30	92,03	122,70	210,10	552,39	368,33	291,53	163,09	141,91	187,33 ⁽²⁾
Ago.	84,08	93,79	138,15	197,96	675,97	410,70	221,13	167,94	156,26	195,82 ⁽²⁾
Set.	85,41	88,06	156,03	197,30	753,66	342,07	179,42	161,33	180,31	218,25 ⁽²⁾
Out.	86,73	92,91	163,53	209,88	871,72	310,51	177,21	156,48	197,75	...
Nov.	90,26	93,57	160,66	223,78	1.238,95	297,27	173,90	156,03	176,78	...
Dez.	90,70	127,56	201,93	261,52	990,46	291,09	166,62	178,55	176,56	...
Média anual	81,21	99,31	160,44	208,55	654,57	449,54	254,01	179,00	172,54	...

⁽¹⁾ Média aritmética das cotações do açúcar a granel em Nova York e Londres, FOB - Portos do Caribe.

⁽²⁾ Preliminar.

Fonte: International Sugar Organization.

QUADRO 56. - Produção de Açúcar, Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste, Brasil, 1974/75 a 1978/79 e Plano de Safra 1979/80

Item	1974/75		1975/76		1976/77		1977/78		1978/79		Plano de safra 1979/80	
	1.000sc.60kg	%	1.000sc.60kg	%	1.000sc.60kg	%	1.000sc.60kg	%	1.000sc.60kg	%	1.000sc.60kg	%
Norte-Nordeste	38.095	34,0	32.972	33,6	45.020	37,5	47.585	34,4	47.652	38,9	44.000	40,0
Centro-Sul												
Minas Gerais	4.991	4,5	4.291	4,4	4.739	3,9	7.251	5,2	6.607	5,4	5.900	5,4
Espírito Santo	619	0,6	634	0,6	563	0,5	747	0,6	650	0,5	500	0,5
Rio de Janeiro	8.541	7,6	9.012	9,2	6.439	5,4	9.813	7,1	9.470	7,7	8.300	7,5
São Paulo	55.771	49,8	47.822	48,7	59.394	49,4	68.312	49,4	53.214	43,5	47.000	42,7
Paraná	2.875	2,6	2.412	2,5	3.036	2,5	3.507	2,5	3.402	2,8	3.000	2,7
Santa Catarina	517	0,4	441	0,4	409	0,3	459	0,3	610	0,6	500	0,5
Rio Grande do Sul	102	0,1	96	0,1	102	0,1	187	0,1	149	0,1	200	0,2
Mato Grosso	102	0,1	82	0,1	96	0,1	116	0,1	205	0,2	200	0,2
Goiás	<u>397</u>	<u>0,3</u>	<u>364</u>	<u>0,4</u>	<u>339</u>	<u>0,3</u>	<u>482</u>	<u>0,3</u>	<u>391</u>	<u>0,3</u>	<u>400</u>	<u>0,3</u>
Subtotal	73.915	66,0	65.154	66,4	74.117	62,5	90.874	65,6	74.698	61,1	66.000	60,0
Brasil	112.010	100,0	98.126	100,0	120.137	100,0	138.459	100,0	122.350	100,0	110.000	100,0

Fonte: Instituto do Açúcar e Alcool (IAA).

QUADRO 57. - Produção de Alcool, Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste, Brasil, 1974/75 a 1978/79 e Plano de Safra 1979/80

Item	1974/75		1975/76		1976/77		1977/78		1978/79		Plano de safra 1979/80	
	mil litros	%	mil litro	%	mil litros	%	mil litros	%	mil litros	%	mil litros	%
Norte-Nordeste	116.492	18,6	93.790	16,9	111.936	16,9	194.226	13,3	373.924	15,2	884.540	23,3
Centro-Sul												
Minas Gerais	21.605	3,5	15.556	2,8	15.958	2,4	28.560	2,0	47.780	1,9	76.900	2,0
Espírito Santo	1.389	0,2	2.003	0,4	6.952	1,0	8.005	0,5	8.259	0,4	9.000	0,2
Rio de Janeiro	48.771	7,8	55.163	9,9	43.973	6,6	95.078	6,5	132.909	5,4	193.200	5,1
São Paulo	408.100	65,3	362.286	65,2	463.694	69,8	1.095.158	75,3	1.812.421	73,9	2.052.700	54,0
Paraná	21.347	3,4	19.956	3,6	15.217	2,3	27.634	1,9	67.680	2,8	504.200	13,3
Santa Catarina	5.440	0,9	4.650	0,8	4.675	0,7	4.908	0,3	5.776	0,2	6.750	0,2
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	-	-	2.765	0,1	36.200	1,0
Goiás	1.841	0,3	2.223	0,4	1.617	0,3	3.266	0,2	2.345	0,1	34.300	0,9
Subtotal	508.493	81,4	461.837	83,1	552.086	83,1	1.262.609	86,7	2.079.935	84,8	2.913.250	76,7
Brasil	624.985	100,0	555.627	100,0	664.022	100,0	1.456.835	100,0	2.453.859	100,0	3.797.790	100,0

Fonte: Instituto do Açúcar e Alcool (IAA).

QUADRO 58. - Exportação Brasileira de Açúcar ⁽¹⁾, 1971-79

Ano	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$1.000)	Preço médio (US\$/t)
1971	1.261.223	152.851	121,19
1972	2.534.911	403.548	159,20
1973	2.819.953	558.686	198,12
1974	2.356.731	1.321.932	560,92
1975	1.748.766	1.099.773	628,89
1976	1.167.333	306.539	262,59
1977	2.454.586	462.705	193,01
1978	1.961.516	350.071	181,54
1979 ⁽²⁾	1.050.961	192.524	183,18

⁽¹⁾ Demerara, cristal e refinado.

⁽²⁾ Até agosto.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).

QUADRO 59. - Preços da Cana-de-Açúcar Recebidos pelos Fornecedores, Região Centro-Sul, Brasil, 1970-79, (em Cr\$ de 1978) ⁽¹⁾

Ano	Valor (Cr\$/t)	Índice (1970=100)
1970	152,55	100,0
1971	152,22	99,8
1972	154,31	101,2
1973	153,39	100,6
1974	205,97	135,0
1975	219,25	143,7
1976	230,93	151,4
1977	224,19	147,0
1978	222,37	145,8
1979	224,79	147,4

⁽¹⁾ Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Instituto do Açúcar e Alcool e Instituto de Economia Agrícola.

- Feijão

- Panorama internacional

O feijão é produzido e consumido em muitos países, tendo porém grande significação como alimento básico em poucos países, como Brasil e México. Os cinco países maiores produtores - Índia, China, Brasil, México e EUA, em ordem decrescente - contribuíram, em média, com aproximadamente dois terços da produção mundial, no triênio 1976-78.

A disponibilidade mundial de feijão, em termos per capita, decresceu nos últimos anos. Com efeito, ao se comparar o crescimento da produção e o da população, no período de 1969-71 a 1976-78, verifica-se que a produção cresceu 10,5%, enquanto a população aumentou 14,2%. Dentre os cinco países maiores produtores, apenas a Índia e a China apresentaram taxas de crescimento da produção maiores que a da população, resultando em aumento da disponibilidade per capita nesses países. O Brasil e o México tiveram quedas absolutas de produção nesse período de sete anos, de 10,9% e 3,9%, respectivamente. A produção dos EUA praticamente não sofreu alteração.

Conforme a estimativa de janeiro p.p. da FAO, a produção mundial da safra 1977/78 foi de 13,4 milhões de toneladas, correspondendo a um aumento de 4,9% em relação ao ano anterior. Expressivas contribuições para esse aumento foram proporcionadas pelo México (+47,8%) e pelos EUA (+15,7%).

O comércio internacional de feijão é inexpressivo, visto que os países produtores visam apenas o autoconsumo. A pequena movimentação mundial do produto tem se restringido a poucos países, como Brasil, México, EUA, Argentina e Chile, mesmo assim apenas em casos de eventuais frustrações de safra. O resultado líquido do comércio exterior do Brasil nos últimos anos tem mostrado que o País se tornou importador sistemático de feijão. O preço médio do feijão vem apresentando altas sucessivas nos últimos anos. Assim, observa-se que o preço FOB do feijão branco, importado da Argentina, subiu de 371,5 dólares por tonelada, em 1976, para 399,6 dólares, em 1977, e 403,2 dólares em 1978.

- Situação interna

De acordo com o levantamento da FIBGE, de julho p.p., a produção brasileira deverá cair pela segunda vez, após ligeira recuperação em 1976/77. Assim, estima-se a obtenção de 2.141.300 toneladas, inferior em 2,1% ao volume colhido em 1977/78 (quadro 60). A participação da primeira safra (ou "das águas"), com 1.121.400 toneladas, é de 52,4% da produção anual, correspondendo a um decréscimo de 3,5% em relação à produção correspondente de 1977/78. A segunda safra (ou "da seca"), com produção estimada em 1.019.900 toneladas, praticamente não terá sofrido alteração (-0,6%) em comparação com idêntica safra do ano anterior.

Estima-se que, da produção total das "águas", cerca de 60% do volume corresponda a feijão de cores e aproximadamente 40% a feijão preto, enquanto que para a safra da "seca", a participação do feijão de cores é estimada ao redor de 80% e a do preto, em 20%. Deve-se ressaltar que nos estados nordestinos produz-se apreciável volume de feijão macaçar, também chamado de feijão "de corda", largamente consumido na própria região.

Em termos regionais o Centro-Sul manteve sua participação (de 66,6%) na produção total do País pelo terceiro ano consecutivo, não obstante a sucessiva queda na área plantada nes

se período. Apesar das adversidades climáticas, no início com a geada e posteriormente com a estiagem, a Região Centro-Sul teve desempenho relativamente bom na safra das "águas", contribuindo com 84,3% do total nacional. As regiões Norte e Nordeste, que desenvolvem uma exploração tardia, foram seriamente prejudicadas pelas enchentes do início do ano. Na safra da "seca", vários fatores concorreram para a quebra da produção, principalmente a estiagem prolongada, que atrasou o plantio e prejudicou o desenvolvimento vegetativo. Além do mais, as precipitações no final da colheita e as geadas que atingiram as lavouras tardias também tiveram efeitos negativos. Estima-se em 47,1% a participação da Região Centro-Sul na produção nacional da safra da "seca" (ou segunda safra). Tal percentual poderá crescer, tendo em vista a prolongada estiagem que assola vários estados produtores da Região Nordeste.

O Paraná e os demais estados sulinos, face às condições climáticas e competição de outras culturas, vêm apresentando tendência de redução dos plantios da "seca" e de manutenção ou aumento da área no período das "águas", enquanto os estados ao norte de São Paulo (especificamente Minas Gerais e Goiás) vêm produzindo maior volume no período da "seca", dadas as temperaturas mais amenas, em regime de consorciação com o milho.

Quanto ao abastecimento interno, verifica-se que a disponibilidade per capita da produção brasileira, no período 1970-78, caiu cerca de 25%. Isto significa que, abstraindo-se as importações realizadas no período, a produção anual disponível para cada brasileiro decresceu, em 1978, ao redor de um quarto do montante de oito anos atrás. Acredita-se que, nos últimos anos, grande parcela da população, mormente dos estratos de renda mais baixa, esteja consumindo quantidades cada vez menores de feijão.

No primeiro semestre de 1979, os preços recebidos pelos produtores nos principais estados produtores, refletindo a pequena disponibilidade do produto no mercado, apresentaram altas substanciais (quadro 61). Tal tendência deverá perdurar até o início da próxima safra das águas, em novembro, face aos inexpressivos estoques existentes. Entretanto, comparando-se os preços reais de 1979 com os de 1976, nota-se uma redução significativa nesse período, o que explica em boa parte a queda da área plantada. Este fato não pode ser creditado às importações realizadas, porquanto a última compra expressiva (de 81.800 toneladas, das quais 71.000 toneladas de feijão preto) ocorreu em 1977. Desde então, importou-se somente 7.600 toneladas em 1978 e 2.800 toneladas no primeiro semestre de 1979. O preço CIF do feijão importado (tipo preto, do México) foi de US\$406,10/t (equivalente a Cr\$348,80/sc.60kg) em 1977 e de US\$422,80/t (ou Cr\$463,80/sc.60kg) em 1978. Há, portanto, razões para se supor que os consumidores estão substituindo parcialmente o feijão por outros alimentos.

- Paraná

Apesar deste Estado ocupar a liderança brasileira na produção de feijão, contribuindo com 23,2% do total do País e 35,3% da Região Centro-Sul em 1978/79, este produto tem ocupado a posição secundária no quadro do valor da produção agrícola paranaense.

A produção obtida na safra 1978/79 foi praticamente igual (-0,7%) à do ano anterior, devido à queda do rendimento (de 1%)², comportamento da área plantada no período e ao insignificante avanço da área (+0,3%). A estiagem afetou o período de plantio, tanto da safra das águas, como da seca, afetando não apenas o rendimento médio, como também a área colhida.

No plantio das águas, o produto paranaense (especificamente os tipos de cor escura) esteve cotado, em dezembro de 1978, a níveis inferiores aos do preço mínimo (Cr\$369,00/sc.60kg), face, provavelmente, à concorrência de produtos de outros estados no mer-

cado paulistano, de melhor qualidade. Não obstante, em menos de 60 dias, a pressão da demanda dos estados nordestinos, que tiveram problemas com enchentes, elevou os preços de todos os tipos de feijão.

A safra paranaense da seca, em 1978/79, de reduzida dimensão (cerca de 8% da produção anual), foi rapidamente comercializada, esgotando a disponibilidade interna, tendo sido necessárias importações de outras origens, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e também do Nordeste.

- São Paulo

A produção paulista em 1978/79 superou, após muitos anos, a de Minas Gerais, constituindo-se no segundo Estado maior produtor da Região Centro-Sul, com 16,2% de participação regional. Isto se deveu, exclusivamente, à melhoria do rendimento médio (+38,6%), que compensou largamente o recuo da área (-27,6%). Esta redução foi devida à conjugação de vários fatores, como frustração da safra anterior, escassez de semente selecionada, falta de capital de giro e grande risco da cultura.

A cultura de feijão no Estado, concentrada na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Sorocaba, no sudeste do território paulista, representando cerca de 75 a 80% da produção estadual, tem compensado, nos últimos anos, a queda da produção paranaense, mormente na safra da "seca", no tocante ao abastecimento do mercado metropolitano de São Paulo.

Em São Paulo há relativo equilíbrio na produção anual da leguminosa, face ao maior aumento relativo do plantio da "seca" nos últimos anos, devido aos melhores resultados econômicos alcançados pelos produtores nesse período, sobretudo na DIRA de Sorocaba. Essa tendência foi iniciada em 1973/74, após as acentuadas altas verificadas nos preços em 1973.

- Minas Gerais

O desempenho da cultura do feijão na safra 1978/79 foi um dos piores dos últimos anos, com a produção das águas reduzida à metade, pelos efeitos das enchentes de janeiro-fevereiro, e com o plantio da seca, prejudicado por estiagem na época da floração e geadas no fim do ciclo da cultura.

Assim, a produção total estimada de 1978/79 foi 24% inferior à do ano precedente, devido à redução de 19,6% da área e de 5,4% de quebra no rendimento médio. Aproximadamente 90% da redução da produção total anual se deveu à frustração do plantio das águas.

Como reflexo dessa frustração, os níveis de preços ascenderam rapidamente, tendo alcançado a maior alta no mês de março, representando alta de 112% em moeda corrente em relação à época correspondente de 1978. Com a redução da safra da seca, houve necessidade de se importar grandes partidas de feijão de outros estados para suprir as necessidades internas de consumo.

No aspecto de comercialização, mesmo os bons preços obtidos pelo que sobrou da safra das "águas" não foram suficientes para saldar todas as dívidas contraídas pelos produtores nos bancos e armazéns. Por outro lado, na safra da "seca", os bons preços alcançados permitiram uma razoável margem de lucro para os produtores, exceto os atingidos pelas geadas ou falta de chuva. Num balanço geral, o setor apresentou saldo positivo.

- Santa Catarina

A produção catarinense é constituída de 90% de feijão preto e de 10% por diversos tipos de cores. O excedente de feijão preto é normalmente exportado para o Estado do Rio de Janeiro.

Também neste Estado, o feijão ocupa posição secundária na composição do valor bruto da produção agrícola, sendo cultivado em consórcio com o milho, predominando o plantio das "águas", com cerca de 75% da produção total em 1978/79.

A área cultivada de feijão neste Estado vem apresentando tendência crescente desde o ano agrícola 1975/76, devido provavelmente à melhoria dos preços relativos do feijão preto, que face à redução da oferta das demais zonas produtoras, tem se equiparado aos dos demais tipos de cores. Acresça-se o fato de que grande parte das lavouras se utiliza de pouco insumo químico, onerando bem menos o custo de produção local, em confronto com outras regiões produtoras.

O desempenho da safra catarinense de 1978/79 foi o melhor dentre todos os estados da Região Centro-Sul, face à conjugação de dois fatores: acréscimo da área (+19,1%) e aumento do rendimento médio (+30,6%). Neste ano, as adversidades climáticas apresentaram muito menos prejuízo que no ano passado.

A comercialização da safra 1978/79 não foi totalmente favorável aos produtores, pois se na "safrinha" (safra da "seca"), os preços recebidos pelos produtores se elevaram a níveis considerados satisfatórios, no período das águas, houve necessidade de se recorrer às práticas de EGF's e AGF's.

- Rio Grande do Sul

A produção deste Estado, constituída em grande parte por feijão preto, encontra-se difundida em todas as zonas produtoras, através de pequenas unidades produtoras. Cerca de três quartos da produção estadual são colhidos na safra das águas (ou "de verão") e o restante, na safra da seca (ou "safrinha"), o que, face ao autoconsumo e às reservas de semente do feijão produzido na seca, determina escassez interna no período de julho a outubro.

As estimativas realizadas pelo FIBGE, em julho p.p. apresentam um crescimento da produção global de 1978/79, em relação ao do ano precedente, de 3,3%, graças à melhoria do rendimento de 18%, que compensou a retração de 12,5% da área.

- Goiás

A produção goiana, colhida quase que exclusivamente na safra da "seca" (cerca de 97% da produção total), vem apresentando, desde 1974/75, sucessivas reduções na área plantada em função de inúmeros fatores, como elevado risco às adversidades climáticas, falta de sementes melhoradas, etc. Contudo, no último ano agrícola, as estimativas preliminares indicavam uma expansão da área em relação à safra precedente e extensas áreas foram prejudicadas por enchentes em janeiro-fevereiro (reduzindo o rendimento da colheita da safra das águas e a área de plantio do período da seca) e por baixas temperaturas em maio-junho. Desta forma, os dados definitivos do último ano-safra indicam uma queda de 7,8% da produção, devido à retração de 3,9% da área e de queda de 4,2% do rendimento médio.

- Perspectivas

De modo geral, as recentes medidas governamentais de apoio à produção agrícola, visando o aumento da oferta de gêneros essenciais ao abastecimento interno, foram favoráveis aos produtores de feijão. Com efeito, tendo em vista que o feijão e outros produtos alimentícios são produzidos principalmente por pequenos produtores, procurou-se estimular esses agricultores, com as seguintes medidas: a) facilidade de acesso e aumento da oferta de crédito de custeio; b) dilatação de 60 para 90 dias após o término da colheita, do prazo para liquidação das operações deferidas a mini e pequenos produtores; c) desvinculação do crédito de custeio dos preços mínimos; d) reajuste mais realista do preço mínimo do produto; e e) maior cobertura e adesão obrigatória do seguro agrícola nos financiamentos de custeio.

No entanto, ainda subsistem alguns problemas que poderão dificultar a obtenção dos resultados esperados com as medidas anunciadas. Assim, por exemplo, a escassez crônica de semente melhorada limita não apenas a expansão da área, mas também o aumento do nível de rendimento médio, porquanto os insumos químicos, face aos altos custos de aquisição, são ainda, de modo geral, relativamente pouco utilizados pelos produtores.

Espera-se para a safra das águas de 1979/80, um avanço substancial em Santa Catarina, superando em mais de 30% o plantio do ano precedente, enquanto aumentos significativos são previstos em Minas Gerais (10% a 20%) e Paraná (10% a 15%). Nos Estados de São Paulo e Goiás, a expansão da área poderá ser mais moderada (em torno de 10%).

Acredita-se, portanto, que apesar dos problemas crônicos da produção e comercialização, a cultura de feijão no Centro-Sul deverá responder positivamente aos estímulos proporcionados, tanto pelo preço de mercado, como pelo Governo, mormente aqueles relacionados com os preços de garantia, acesso ao crédito e seguro total.

(IEA, 23/10/1979)

QUADRO 60. - Área, Produção e Rendimento de Feijão nos Estados da Região Centro-Sul, 1976/77 a 1978/79

Estado	1976/77			1977/78			1978/79 ⁽¹⁾		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
Paraná	809,6	576,9	713	744,0	507,0	681	746,5	503,5	674
São Paulo	349,5	201,6	577	485,6	230,3	474	351,5	231,1	657
Minas Gerais	598,5	283,4	474	559,4	277,5	496	449,9	210,8	469
Santa Catarina	188,9	134,5	712	195,1	123,1	631	232,4	191,5	824
Rio Grande do Sul	175,0	109,5	626	203,7	132,3	650	178,3	136,7	767
Goiás	212,2	86,8	409	207,6	78,4	378	199,4	72,3	362
Mato Grosso	115,5	88,6	767	113,0	60,5	535	61,2	42,5	694
Espírito Santo	86,8	41,1	474	86,7	41,6	480	75,8	27,7	365
Rio de Janeiro	12,0	7,2	600	12,0	7,2	600	12,8	9,0	703
Centro-Sul	2.548,0	1.529,6	600	2.607,1	1.457,9	559	2.307,8	1.425,1	618
Norte-Nordeste	...	752,2	730,0	716,2	...
Brasil	...	2.281,8	2.187,9	2.141,3	...

(¹) Estimativas preliminares.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 61. - Preços Médios Mensais Correntes de Feijão Recebidos pelos Agricultores dos Principais Estados do Centro-Sul, 1976-79
(em Cr\$/sc.60kg)

(continua)

Mês	São Paulo				Paraná				Minas Gerais			
	1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979
Jan.	250,50	419,90	252,20	436,20	198,00	372,60	234,40	374,40	222,00	555,60	393,00	522,60
Fev.	292,70	448,20	262,00	517,70	206,40	352,80	245,40	392,40	237,00	466,80	330,00	570,60
Mar.	365,40	520,40	356,40	594,70	227,40	356,40	288,60	451,80	274,80	527,40	318,60	675,60
Abr.	461,90	623,40	408,10	666,40	252,60	421,20	304,20	480,00	304,80	557,40	352,80	698,40
Mai.	517,80	655,20	598,30	681,50	323,40	438,00	340,80	516,00	367,80	579,00	378,00	649,20
Jun.	476,50	576,60	616,30	656,30	371,40	434,40	369,60	536,40	422,40	561,60	427,80	701,40
Jul.	490,50	527,30	569,20	735,50	376,20	398,40	360,60	563,40	417,60	518,40	513,00	...
Ago.	555,90	499,40	582,30	865,20	399,00	366,60	369,00	...	439,20	474,00	495,60	...
Set.	572,50	486,50	653,00	...	432,60	328,80	390,00	...	499,80	480,60	480,00	...
Out.	749,90	408,40	692,00	...	486,60	312,00	433,20	...	575,40	455,40	507,60	...
Nov.	711,00	294,00	568,20	...	516,60	247,00	431,40	...	687,00	425,40	524,40	...
Dez.	564,70	279,10	468,40	...	492,00	252,00	384,60	...	685,20	400,20	530,40	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 61. - Preços Médios Mensais Correntes de Feijão Recebidos pelos Agricultores dos Principais Estados do Centro-Sul, 1976-79
(em Cr\$/sc.60kg)

(conclusão)

Mês	Goiás				Santa Catarina				Rio Grande do Sul			
	1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979
Jan.	281,40	637,80	403,80	529,80	121,20	300,60	273,60	368,40	130,20	352,80	338,40	409,80
Fev.	303,60	637,80	384,00	612,60	134,40	265,20	259,20	373,20	137,40	340,80	342,60	417,60
Mar.	382,80	631,80	366,60	685,20	142,80	272,40	261,00	406,20	141,60	348,60	322,20	423,00
Abr.	450,60	638,40	366,60	707,40	145,80	301,80	276,60	412,80	145,80	367,80	328,80	432,00
Mai.	460,80	645,60	371,40	714,60	167,40	331,80	313,20	415,80	175,20	371,40	343,20	496,80
Jun.	426,60	574,80	417,60	742,20	197,40	330,60	355,20	435,60	174,60	380,40	378,60	494,40
Jul.	414,60	542,40	441,00	775,20	208,20	322,20	361,20	463,80	244,80	378,50	389,40	...
Ago.	471,00	495,00	408,00	...	223,20	319,80	361,20	...	262,80	411,60	393,00	...
Set.	496,80	457,80	426,60	...	256,80	310,20	346,80	...	282,00	408,00	376,80	...
Out.	550,80	434,40	462,00	...	313,20	308,40	357,60	...	319,80	390,60	377,40	...
Nov.	612,60	402,60	469,80	...	364,20	299,40	369,00	...	264,20	343,80	408,60	...
Dez.	643,20	393,60	497,40	...	373,80	277,80	371,40	...	367,80	336,60	432,60	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

- Mandioca

- Panorama internacional

Na década de setenta, registrou-se grande evolução na utilização da mandioca, havendo a crescente tendência à industrialização e emprego em ração animal. Após a generalização do uso da peletização, a raspa de mandioca e a farinha industrial passaram a figurar de forma crescente no comércio mundial de ingredientes para ração.

Em conjunto, Alemanha, Holanda e Bélgica apresentaram, no último quinquênio, incremento anual das importações na ordem de um milhão de toneladas, atingindo em 1978 a cifra de seis milhões de toneladas.

O produto passou a concorrer com o milho e cevada de tal forma na Comunidade Econômica Européia (CEE), que no corrente ano foram tomadas diversas medidas para conter as importações, cujos fornecedores tradicionais são a Tailândia e Indonésia.

O Brasil voltou, no presente ano, a participar deste mercado, após a instalação de duas grandes unidades de peletização. Sob o estímulo de preços favoráveis, firmaram-se até outubro contratos da ordem de 20 mil toneladas, devendo, ainda este ano, os embarques atingirem 32 mil toneladas.

Os preços da raspa no mercado internacional apresentaram sensível evolução. Em 1975, atingiram US\$23,00/t, passando no final de 1977 para US\$97,00/t, atingindo em 1978 US\$138,00/t; a partir de maio último, ultrapassou a cifra de US\$165,00/t, obtendo preço superior ao do milho no mercado internacional.

No que diz respeito à fécula, o mercado externo após um período de dois anos de excesso de oferta apresentou ligeira melhora em 1978, ano em que ocorreu uma modesta exportação, da ordem de 2.500 toneladas. Em 1979, tendo havido sensível melhora nos preços no primeiro semestre, foram exportadas 5.000 toneladas.

- Mercado interno

Em virtude da exportação e conseqüente eliminação de excedentes de produção, o mercado interno apresentou sensível melhora. A farinha de mesa, principal derivado da mandioca em termos econômicos, vem sofrendo queda progressiva de consumo. Com isto os estoques continuam se acumulando nas origens.

Em relação à fécula, a alta dos preços internos em 1976/77 (quadro 62) incrementou nas indústrias o consumo de seus substitutos. Essa substituição persistiu em muitos casos, mesmo depois da queda de preços do produto. Nessa fase, o mercado internacional de fécula, bem suprido e em baixa de preços, não permitiu que o excedente estocado a nível de produtor pudesse se escoar.

Face aos baixos preços vigentes no mercado internacional e à inexistência de unidades peletizadoras, a raspa de mandioca e farinha industrial não tinham condições de serem exportadas economicamente.

A farinha de raspa havia deixado de ser incorporada à mistura panificável, devido ao desnível de preços ocorrido por sucessivos acréscimos de subsídios ao trigo.

O mercado de raiz para álcool, bastante estável nesse período (1976/77), é restrito a poucas áreas de produção, só apresentando importância a níveis regionais.

Com o enfraquecimento do mercado dos produtos derivados, a queda nos preços e eventuais atrasos nos pagamentos da raiz, o plantio caiu de forma acentuada em praticamente todo o Centro-Sul, havendo em 1978/79 registrado diminuição de área plantada de 5,8% e decréscimo na produção avaliado em 567 mil toneladas de raiz. A diminuição da produção começou, principalmente, nas regiões cujo produto se destina à industrialização, afetando as produções do Vale do Itajaí, do Sul Catarinense, do Norte e Noroeste Paranaenses e do Espírito Santo (quadro 63).

Todavia, em São Paulo, a utilização da raspa e farinha industrial pelas indústrias de ração em substituição ao milho e, posteriormente, a implantação de unidade de peletização em importante região produtora trouxeram novo alento aos produtores.

Para o próximo ano, espera-se, nas zonas de produção de fécula, falta generalizada de matéria-prima, sendo necessário o transporte da raiz de regiões mais distantes. Para a farinha, os preços não deverão atingir os níveis apresentados por ocasião do ciclo anterior (quadro 64). Apesar da ativação do comércio externo, espera-se que os estoques de farinha nas mãos do governo sejam suficientes para, em certa medida, regular os preços de mercado também dos demais produtos de mandioca.

Em São Paulo, o aumento de plantio deverá refletir-se em acréscimo na produção da ordem de 100 mil toneladas de raiz no ano de 1980.

Com relação à intenção de plantio em 1979/80, é esperado aumento para a região Centro-Sul. Pesam, nesta decisão, além do revigoramento dos negócios externos e a alternativa de seu emprego na indústria interna de ração, a implantação da cultura visando a indústria de álcool em várias regiões do Centro-Sul (quadro 65), a ativação da procura de fécula, a alta do preço da raiz e as medidas de incentivo financeiro ao produtor.

Com as geadas de 31 de maio e 19 de junho últimos, muitos produtores ficaram sem mudas, e com a elevada procura de manivas, além do aumento do seu preço, tem-se como certa a utilização de material inadequado, a qual propiciará o recrudescimento da doença bacteriana na próxima cultura.

(IEA, 24/10/79)

QUADRO 52. - Preços Reais de Fêcula de Mandioca no Atacado da Cidade de São Paulo, 1975-79

(em Cr\$/kg de agosto de 1979) (¹)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1975	7,08	6,81	7,08	6,81	6,54	6,54	6,54	6,54	7,62	8,99	8,17	12,80
1976	12,25	11,44	11,44	11,44	13,34	14,43	14,16	13,89	13,89	16,34	16,61	16,38
1977	17,97	20,15	19,33	18,24	14,70	12,53	10,62	11,44	9,53	8,99	8,44	8,44
1978	7,90	7,35	7,35	7,08	6,54	5,99	5,72	5,72	5,45	5,45	5,17	5,17
1979	5,72	5,72	5,99	5,99	5,72	6,26	6,54	7,31

(¹) Deflator: Índice "2" da Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 63. - Área e Produção de Mandioca, Região Centro-Sul, Brasil, 1978-79

Estado	Área			Produção		
	(1.000ha)		Variação (%)	(1.000t)		Variação (%)
	1978	1979		1978	1979	
Minas Gerais	123,6	122,8	-0,6	1.864,2	1.838,3	-1,4
Espírito Santo	68,6	46,3	-32,5	960,4	692,6	-27,9
Rio de Janeiro	14,6	15,9	8,9	209,2	229,5	9,7
São Paulo	35,5	39,6	11,5	750,0	553	-26,3
Paraná	52,9	41,0	-22,5	924,8	717,5	-22,4
Santa Catarina	77,5	99,0	27,7	1.208,2	1.602,1	32,6
Rio Grande do Sul	209,5	184,0	-12,2	2.498,0	2.290,0	-8,3
Mato Grosso	58,4	56,0	-4,1	876,7	842,9	-3,9
Goiás	25,8	22,4	-13,2	356,0	314,3	-11,7
Total da Região Centro-Sul	666,7	627,3	-5,9	9.647,5	9.080,3	-5,9

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 64. - Preços Reais de Farinha de Mandioca Fina, no Atacado do Rio de Janeiro, 1975-79
(em Cr\$/kg de 1979) (¹)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1975	6,53	5,99	5,99	5,99	5,99	5,99	6,80	7,62	9,25	10,07	9,25	10,61
1976	10,89	11,43	12,52	11,98	10,61	10,89	10,34	9,80	9,80	9,80	9,53	8,98
1977	8,71	8,71	8,71	7,62	8,17	7,62	7,08	5,99	7,08	6,80	5,72	5,17
1978	4,90	4,63	4,63	4,63	4,36	4,36	4,36	4,36	4,08	4,63	4,36	4,90
1979	5,17	5,17	4,90	4,63	4,63	4,63	5,44	5,99

(¹) Deflator: Índice "2" -FGV.

Fonte: Centro de Informações de Mercado Agrícola (CIMAG), do Ministério da Agricultura.

QUADRO 65. - Instalações de Destilarias de Alcool de Mandioca no Centro-Sul, Brasil, 1979

Interessado	Município e estado	Capacidade de produção autorizada	
		Diária (litro/24h)	Por safra (milhão de litros)
SINOP Agro-Química S.A.	Chapada dos Guimarães, MT	150	45,0
CODISC-Cia. Distrito Industrial Sul Catarinense	Litoral Sul, SC	120	38,4
Petróleo Brasileiro S.A.	Curvelo, MG	60	19,2
Indústria de Alcool do Nordeste Ltda.	Montes Claros, MG	120	36,0
Florestalia Agro-indústria Ltda.	Camapuã, MS	60	18,0
Alcool Sul S.A.	Litoral Sul, SC	120	36,0
Krimberg Alimentos S.A.	Rio do Sul, SC	90	29,7

(¹) Enquadramento de propostas no Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), posição em 06/03/79.

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

- Milho

- Panorama internacional

A produção mundial de grãos forrageiros, em 1979/80, está estimada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) em 724,2 milhões de toneladas, ou 3,5% inferior ao volume produzido na safra anterior. A redução se deve, principalmente, à queda na produção soviética, que em decorrência deverá aumentar sua importação (quadro 66). A previsão do USDA é de que a URSS deverá importar dos EUA, em 1979/80, entre 16 e 22 milhões de toneladas de milho.

A produção de milho dos Estados Unidos, em 1979/80, foi estimada, em setembro, em 184,6 milhões de toneladas, 2,6% acima do volume recorde obtido em 1978/79.

Já em 19 de agosto, as estimativas eram de produção recorde de 180,5 milhões de toneladas e tiveram forte influência na queda das cotações internacionais do produto, que em agosto registrou valor médio de US\$111,12/t FOB - Chicago contra US\$119,85 em julho.

Entretanto, durante o mês de setembro, os preços internacionais apresentaram comportamento estável, o que deve ser atribuído às reduções nas safras da URSS, Austrália, Canadá e Europa, além das perspectivas de maiores importações por parte da China, assim como à previsão de um maior consumo mundial de grãos. Todavia, o USDA prevê uma elevação dos preços internacionais durante o ano comercial 1979/80, tanto em função dos fatores já citados como também da previsão de redução dos estoques dos Estados Unidos, decorrência do incremento em seu consumo interno, dada a expansão da produção de suínos e aves, principalmente.

- Mercado interno

A redução da área cultivada com milho em 1977/78, consequência dos preços aviltantes ocorridos por ocasião da comercialização da safra 1976/77, e da implementação pelo governo de uma política de preços mínimos pouco estimulantes, aliada ao prolongado período de estiagem ocorrido no período de dezembro de 1977 a fevereiro de 1978, levaram ao comprometimento da safra 1977/78, que se situou em 13,6 milhões de toneladas.

Para evitar que o abastecimento dos vários setores da demanda ficasse prejudicado, e também para conter os preços que, a partir de janeiro de 1978, iniciaram um processo de ascensão, as autoridades governamentais adotaram uma série de medidas, das quais destacam-se: liberação dos estoques oficiais remanescentes, a preços inferiores aos do mercado; importação do produto; e tabelamento do produto.

Entretanto, essas medidas não foram suficientes para conter os preços, os quais se constituíram no principal estímulo à recuperação da área em 1978/79, apesar do preço mínimo de Cr\$108,00/saca de 60kg fixado para a mesma ter sido considerado insatisfatório pelos agricultores. A produção inicialmente prevista para a safra 1978/79 era de 18,8 a 19,5 milhões de toneladas, segundo a Comissão de Financiamento de Produção (CFP). Todavia, em decorrência da estiagem que atingiu os estados da Região Sul, nos meses de dezembro de 1978 a janeiro de 1979, a produção resultou em apenas 16,6 milhões de toneladas, configurando novamente a situação de déficit, que implicou a continuidade das importações.

Assim, a comercialização da safra 1978/79 caracteriza-se por preços elevados e dificuldade de se encontrar o produto, que logo no seu início foi adquirido pelos setores com maior capacidade para estocar, intensificando a pressão altista dos preços. Desta forma, os

preços continuam elevados nos principais centros de comercialização do produto. Em agosto p.p. em São Paulo, o preço oscilava ao redor de Cr\$260,00 por 60kg; no Paraná, mais precisamente na região de Londrina, o preço variava entre Cr\$200,00 e Cr\$205,00 e em Goiás, entre Cr\$190,00 e Cr\$200,00.

Para suprir as necessidades internas dos vários setores e evitar que os preços continuem em ascensão, o Governo decidiu realizar a distribuição do milho importado não mais pelo sistema de quotas e preços subsidiados, como vinha ocorrendo desde setembro de 1978, quando teve início a sua distribuição, mas sim através de leilões, que deverão ser efetuados a partir de outubro na Bolsa de Cereais de São Paulo.

A quantidade a ser distribuída está fixada em 1,5 milhão de toneladas, a qual poderá se reduzir em função da chamada "safrinha", que é o milho plantado mais cedo e cuja colheita se faz em janeiro.

Esta nova sistemática de distribuição poderá prejudicar pequenos e médios criadores, que pelo sistema antigo tinham as suas necessidades garantidas através das quotas destinadas às suas entidades de classe ou sindicatos. Pelo sistema de leilão, os criadores terão que competir com as indústrias de ração e com grandes comerciantes; daí a preocupação dos mesmos, que acreditam que a medida, além de não evitar que os preços permaneçam nos níveis elevados atuais, privilegiará os setores da demanda com maior poder econômico. Outra diferença é que a comercialização de todo o volume importado será centralizada em São Paulo, para atender à demanda a nível nacional, o que poderá dificultar a aquisição pelos outros estados, enquanto que anteriormente as quotas eram regionalizadas. Portanto, considerando que grande parte do produto importado, pela forma como será efetuada a distribuição, será adquirida pelo comércio e pela indústria de ração, os preços não deverão sofrer reduções significativas. Por outro lado, alguns setores da demanda, que já vêm utilizando o produto oriundo dos Estados Unidos e que têm feito restrições em virtude de sua má qualidade, estão preferindo pagar um preço mais elevado pelo produto nacional disponível, como é o caso da indústria alimentícia.

Os elevados preços de comercialização da safra 1978/79 (quadro 67), a elevação das garantias do PROAGRO e do preço mínimo inicialmente faziam crer que haveria grande expansão da área plantada. Os níveis de financiamento, inicialmente bem recebidos deixaram de ser fator estimulante do plantio, em decorrência da alta dos preços dos insumos (fertilizantes e serviços motomecanizados), posterior à sua publicação.

Para a safra 1979/80, conforme levantamento preliminar efetuado pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP), a produção nacional prevista é de 19,7 milhões de toneladas, ou seja, apenas 2,5% superior ao volume recorde de 19,2 milhões de toneladas, obtido em 1976/77. A estimativa de demanda para 1979/80, incluindo sementes, é de 18,5 milhões de toneladas, conforme o mesmo órgão. Desta forma, haverá um excedente de apenas 1,2 milhão de toneladas, o que não se constitui em margem muito segura, dado que eventuais adversidades climáticas durante o ciclo da cultura poderão levar à necessidade de novas importações de milho, pelo terceiro ano consecutivo.

(IEA, 19/10/1979)

QUADRO 66. - Estimativa da Produção Mundial de Grãos Forrageiros, 1978/79 e 1979/80 ⁽¹⁾

(em milhão de toneladas)

País	1978/79	1979/80
Canadá	20,2	18,2
Estados Unidos	218,0	216,4
Europa Ocidental	94,1	91,1
Europa Oriental	58,9	59,0
União Soviética	105,3	85,0
China	80,5	83,0
Índia	30,1	27,3
Tailândia	3,2	3,6
África do Sul	8,3	9,9
Turquia	7,3	7,1
Argentina	17,5	16,7
Brasil	16,9	19,7
Áustria	7,4	5,8
Outros	82,2	82,0
Total mundial	749,9	724,8

⁽¹⁾ Em 12 de setembro de 1979. O milho é o principal grão forrageiro.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 67. - Preços de Milho Recebidos pelos Agricultores, Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, Brasil, 1977-79

(em Cr\$/sc.60kg)

(continua)

Mês	Rio Grande do Sul			Paraná			São Paulo			Minas Gerais		
	1977	1978	1979	1977	1978	1979	1977	1978	1979	1977	1978	1979
Jan.	74,40	85,80	168,00	57,00	79,20	140,40	66,00	98,40	190,80	82,80	97,80	201,60
Fev.	72,60	96,60	165,60	57,60	81,60	123,00	65,40	102,00	165,00	79,80	103,20	216,60
Mar.	72,60	101,40	175,80	58,80	91,80	126,60	61,80	105,60	155,40	75,00	102,60	208,20
Abr.	72,60	115,80	191,40	56,40	104,40	139,20	60,60	117,60	154,20	73,20	108,00	199,20
Mai.	73,80	121,20	213,00	54,60	111,00	150,00	62,40	128,40	155,40	72,00	112,20	180,60
Jun.	73,20	125,40	212,40	55,20	116,40	153,00	62,40	135,60	154,20	71,40	117,00	181,20
Jul.	73,20	129,00	...	54,60	115,80	156,60	62,40	132,00	163,20	72,00	120,00	...
Ago.	79,80	129,60	...	55,80	116,40	...	61,80	129,60	...	72,60	126,60	...
Set.	77,40	130,20	...	55,80	118,20	...	63,60	133,80	...	73,80	130,20	...
Out.	67,20	156,60	...	61,80	125,40	...	77,40	145,20	...	74,40	139,80	...
Nov.	72,60	167,40	...	67,20	135,00	...	87,00	165,60	...	84,60	168,00	...
Dez.	81,00	168,60	...	73,20	147,00	...	93,00	181,80	...	90,00	178,80	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

QUADRO 67. - Preços de Milho Recebidos pelos Agricultores, Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, Brasil, 1977/79

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	(conclusão)											
	Santa Catarina			Mato Grosso			Goiás			Espírito Santo		
	1977	1978	1979	1977	1978	1979	1977	1978	1979	1977	1978	1979
Jan.	66,00	86,40	151,20	70,20	93,60	184,20	66,60	84,60	172,80	90,60	106,80	199,20
Fev.	64,80	87,00	157,80	69,60	91,80	186,00	65,40	84,00	178,80	86,40	105,60	212,40
Mar.	62,40	99,00	165,00	67,80	93,60	186,60	67,20	87,60	171,60	74,40	103,80	196,80
Abr.	61,20	111,00	168,60	67,20	96,60	178,20	67,20	91,80	157,20	72,60	100,80	189,00
Mai.	60,60	118,80	171,60	64,20	100,80	170,40	69,00	94,80	151,80	77,40	109,80	198,00
Jun.	60,60	123,00	180,00	64,20	110,40	178,80	67,20	102,60	160,20	79,20	118,80	194,40
Jul.	60,60	124,80	189,60	63,00	127,20	183,00	66,60	103,80	165,00	81,00	128,40	213,60
Ago.	58,20	124,20	...	64,20	127,20	...	64,80	101,40	...	79,80	136,20	...
Set.	58,80	127,20	...	64,20	138,00	...	64,80	107,40	...	85,80	150,60	...
Out.	60,00	138,60	...	76,20	138,60	...	71,40	114,00	...	94,80	162,60	...
Nov.	66,60	154,80	...	78,00	147,00	...	76,20	126,60	...	106,20	179,40	...
Dez.	76,20	163,80	...	85,20	154,20	...	77,40	145,80	...	108,00	199,80	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

- Oleaginosas: Soja e Amendoim

- Panorama internacional

As estimativas de produção mundial das dez principais oleaginosas, em 1978/79, indicam 152,4 milhões de toneladas, o que representa acréscimo de 6,1% em relação à produção anterior. Os estoques disponíveis nos países maiores produtores, no início da safra 1978/79, eram de 10,2 milhões de toneladas, ou seja, aumento de 5,9% sobre o período precedente. Em 1977/78, a disponibilidade mundial foi de 153,3 milhões de toneladas contra 162,6 milhões de toneladas em 1978/79 (quadro 68).

A produção mundial de amendoim em casca em 1978/79 deverá atingir, segundo estatísticas disponíveis, 18 milhões de toneladas, apresentando acréscimo de 4,7% em relação ao ano passado.

A previsão da produção mundial de farelos protéicos em 1978/79, realizada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), é de 86,5 milhões de toneladas, portanto, 5,1% superior às 76,7 milhões de toneladas para 1977/78.

A produção mundial de óleos e gorduras de todas as origens foi em 1977/78 de 52 milhões de toneladas.

O preço médio de soja em 1978, CIF Rotterdam, foi US\$268,00/t, tendo baixa de 4,6% em relação ao ano anterior (quadro 69).

A previsão da produção estadunidense de soja para 1979/80 é de 57,9 milhões de toneladas, segundo levantamento realizado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) em 03 de setembro de 1979. Os estoques de soja do mesmo País, em março de 1979, estão previstos em 4,38 milhões de toneladas, contra os 3,40 milhões de toneladas estimados em 1º de setembro de 1978 (quadro 70).

A previsão das exportações estadunidenses de soja em grão, farelo e óleo, em 1978/79, é a seguinte, em mil toneladas e comparadas com as do ano anterior: grão, 18.002,3 (+2,3%); farelo, 5.309,7 (+0,1%); óleo, 893,0 (+13,1%).

- Situação interna

- Soja

A produção brasileira de soja, em 1978/79, foi de 9,98 milhões de toneladas, segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), em levantamento realizado em julho do corrente ano, correspondendo a um acréscimo de 4,7%, em relação aos 8,98 milhões de toneladas produzidos em 1977/78 (quadro 71).

As exportações de soja em grão, até 27 de agosto de 1978, atingiram 657,1 mil toneladas. Em 1979, essas exportações totalizaram 636,1 mil toneladas até 26 de agosto, o que resultou, comparativamente ao período anterior, numa baixa de 3,3%.

Quanto ao óleo de soja, as exportações até 26 de agosto de 1979 totalizaram 476,2 mil toneladas, com acréscimo de 62,5% sobre as exportações acumuladas até o dia 27 de agosto do ano anterior. O farelo de soja também apresentou acréscimo de 7,9%, em relação ao ano anterior, que foi de 3.163,2 mil toneladas, no mesmo período (quadro 72).

Estes números para farelo e óleo, especialmente para este último, significaram um dado positivo em termos de exportação. Todavia, no mercado interno, a menor oferta elevou o

preço do produto, causando problemas a nível de consumidor.

Em 1979, a evolução de preços de soja manteve-se com os preços correntes recebidos pelos agricultores, em elevação (quadro 73) e os preços reais atingiram seu maior valor em junho, embora certa estabilidade fosse observada no período.

O preço mínimo fixado para a soja em 1978/79 foi de Cr\$150,00/sc.60kg, com acréscimo de 33,7% sobre o nível de 1977/78. O preço mínimo fixado para 1979/80 foi de Cr\$315,00/sc.60kg, com acréscimo de 110% sobre o ano anterior. O valor básico de custeio também foi considerado satisfatório, embora os itens sementes e fertilizantes venham a se apropriar, face à elevação dos seus preços, de parte elevada daquele valor.

- Rio Grande do Sul

A área cultivada com soja, em 1978/79, atingiu 4,12 milhões de hectares, ou 10% superior à área cultivada de 3,75 milhões de hectares em 1977/78.

A produção alcançada nessa safra 1978/79 foi de 3,35 milhões de toneladas, tendo o corrido baixa de 26,7% em relação à safra do ano anterior.

- Paraná

Em 1978/79, a área colhida foi de 2,34 milhões de hectares, e a produção de 3,99 milhões de toneladas com acréscimo de 26,7% em relação à produção da safra anterior.

As regiões de maior produção estão localizadas nos Núcleos Regionais de Cascavel, Campo do Mourão, Pato Branco, Londrina e Maringá.

As exportações de soja em grão pelo Paraná totalizaram 212.800 toneladas em 1978/79, o que representa 32% sobre o total exportado pelo Brasil.

- São Paulo

A produção da soja no Estado de São Paulo concentra-se nas Divisões Regionais Agrícolas de Ribeirão Preto e Marília, as quais em 1978/79 responderam por 90% da produção estadual.

A área cultivada com soja no Estado foi de 558.800 hectares em 1977/78, contra 535.800 hectares em 1978/79, o que corresponde a uma redução de 4,1% em relação à safra anterior.

A produtividade de 1977/78 foi 1.334kg/ha, face a condições climáticas adversas, tendo atingido em 1978/79, 1.584kg/ha, com ganho de 18,7%, também em condições meteorológicas não totalmente favoráveis.

As exportações de soja e derivados pelo Porto de Santos, acumuladas até 26 de agosto de 1979, foram as seguintes, em 1.000 toneladas: farelo 307,0; óleo 12,0; e soja 8,4.

Outros estados

O Estado de Santa Catarina produziu 433.800 toneladas em 1978/79.

A produtividade, que vinha apresentado elevação gradativa a partir de 1970, teve decréscimo em 1977/78, em razão da estiagem ocorrida, situando-se em 868kg/ha. Já em 1978/79, a produtividade foi de 915kg/ha.

Em Minas Gerais, a cultura da soja concentra-se no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que respondem por 90% da produção estadual. No Triângulo Mineiro, a possibilidade do cultivo de soja-trigo tem contribuído para a expansão da cultura.

Em 1978/79, verificou-se acréscimo de 5,3% na área plantada, em relação a 1977/78.

Em Mato Grosso, a cultura da soja iniciou sua expansão em 1970, inicialmente na região de Dourados, alcançando depois os municípios de Ponta Porã, Maracaju, Sidrolândia e Aral Moreira.

A área colhida de soja, em Mato Grosso, em 1978/79, segundo a FIBGE, foi de 579.000 hectares com aumento de 25,1%, em relação ao ano anterior.

Em Goiás, a área colhida vem se expandindo desde 1975/76, tendo atingido em 1978/79 o montante de 152.650 hectares, ou seja, acréscimo de 58% em relação a 1977/78.

...

A elevação verificada nas cotações do mercado internacional de soja, de janeiro a julho de 1979, de 10,5% para soja em grão, 13,1% para farelo e torta, e 11,6% para o óleo, aliada ao preço mínimo interno, deverão propiciar expansão na área de plantio para o próximo ano agrícola. Os preços praticados foram compensadores, em relação aos do ano de 1977/78, tanto que alguns exportadores chegaram a recomprar soja exportada com preços a fixar, diante das expectativas favoráveis do preço. Entretanto, a tendência do declínio nas cotações internacionais para os próximos meses, em razão do volume da safra estadunidense de soja, poderá re-frear, em parte, a expansão da cultura.

No Rio Grande do Sul, a área de plantio da soja deverá apresentar 2% a 3% de retração em relação ao ano anterior. Entretanto, esse dado poderá ser altamente compensado se a produtividade por hectare, que foi de 840kg em 1978/79, chegar aos 1.500kg ou 1.600kg/ha, que podem ser esperados em condições propícias ao desenvolvimento da cultura.

No Paraná, a área de plantio da soja deverá apresentar área entre 1% a 2% maior do que a do ano anterior. Aliás, a produtividade no ano anterior foi de 1.773kg, de tal sorte que em condições propícias é provável que ocorra aumento de 10% na produção 1979/80, no caso de produtividade pouco abaixo de 2.000kg.

Para São Paulo, está previsto acréscimo da ordem de 5%, se forem consideradas as estimativas das duas principais regiões produtoras, indicando desde possibilidade de incremento de 10% até estabilidade de área, isto em função do aumento de área de cana e algodão. No Estado de Santa Catarina, a tendência é, também, de aumento de área de cerca de 10%.

Em Goiás, onde a expansão de área é bastante acentuada, tendo crescido de 2,2 vezes entre 1976/77 e 1978/79, o aumento de área plantada está avaliado em torno de 20%.

Em Mato Grosso do Sul, que representa, praticamente, toda a produção do anterior Estado do Mato Grosso, as estimativas são também de expansão de área em torno de 20%. Mato Grosso do Norte poderá ter dobrada sua área atual, em torno de 20.000 hectares.

Em Minas Gerais, certa estabilidade de área deverá ser observada, e para que a produção chegue aos níveis do ano anterior, a produtividade precisará ser alta, quando se considera ter superado os 1.600kg/ha, em 1978/79.

A nível nacional, as previsões de área plantada com soja em 1979/80 oscilam entre

2% a 3% sobre a área em 1978/79. Isso se deve, exatamente, aos pequenos percentuais de incremento positivo previstos para os estados mais representativos da produção brasileira. Entretanto, se a essa expectativa de aumento de área corresponder um aumento de 20% na produção, esta ficaria nos níveis de 1976/77. Sendo a capacidade de esmagamento, durante a safra, de 41 milhões de toneladas de grãos, as indústrias trabalhariam com capacidade ociosa, gravando os custos finais.

Quanto à disponibilidade de sementes certificadas, têm havido alguns problemas para o atendimento da demanda de modo geral e, persistindo a intenção de plantio em favoráveis condições climáticas, o uso de sementes menos qualificadas seria necessário, podendo influir negativamente na produtividade.

(IEA, 15/09/1979)

QUADRO 68. - Disponibilidade Mundial das Dez Principais Oleaginosas, 1975/76 a 1978/79

(em 1.000 toneladas)

Item	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾
Estoque	11.010	13.587	9.630	10.200
Produção mundial	134.240	126.160	143.640	152.400
Oferta total	145.250	139.747	153.270	162.600

(¹) Previsão preliminar.

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 69. - Cotações Internacionais de Soja (USA nº 2), 1975-79

(em US\$/t-CIF Rotterdam)

Mês	1975	1976	1977	1978	1979
Jan.	256	189	287	240	284
Fev.	231	192	293	239	298
Mar.	226	190	325	270	210
Abr.	229	190	390	290	300
Mai.	208	210	371	290	300
Jun.	207	244	332	278	322
Jul.	224	264	252	266	322
Ago.	243	248	230	259	302
Set.	227	261	205	264	290
Out.	211	254	209	271	...
Nov.	193	259	236	270	...
Dez.	185	269	240	278	...

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 70 . - Projeções de Oferta e Demanda de Soja nos Estados Unidos, Anos Comerciais de 1978/79 e 1979/80⁽¹⁾

(em milhão de toneladas)

Item	1978/79	1979/80
Oferta		
Estoque inicial	4,38	4,22
Produção	<u>50,16</u>	<u>57,94</u>
Total	54,54	62,16
Demanda		
Moagem	27,76	29,39
Exportação	20,82	22,45
Semente, alimentação humana e perda	<u>2,15</u>	<u>2,42</u>
Total	50,73	54,26
Estoque final	4,22	7,89

⁽¹⁾ Ano comercial: 1º setembro a 31 de agosto. Levantamento realizado em agosto 1979.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 71 . - Produção de Soja, Principais Estados Produtores e Brasil, 1975/76 a 1978/79

(em 1.000t)

Estados	1975/76		1976/77		1977/78		1978/79 ⁽¹⁾	
	Produção	%	Produção	%	Produção	%	Produção	%
Rio Grande do Sul	5.107,0	45,5	5.678,0	45,4	4.111,8	45,8	3.351,0	33,6
Paraná	4.500,0	40,1	4.700,0	37,6	3.041,3	33,9	3.989,3	40,0
São Paulo	765,0	6,8	768,0	6,1	745,5	8,3	870,0	8,7
Santa Catarina	409,9	3,7	530,2	4,2	354,7	3,9	433,8	4,3
Outros	444,6	4,0	836,8	6,7	729,7	8,1	1.331,9	13,4
Total	11.226,5	100,0	12.513,0	100,0	8.983,0	100,0	9.976,0	100,0

⁽¹⁾ Produção obtida até julho (1979).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Paraná (DERAL), Comissão de Financiamento da Produção (CFP) e Fundação IBGE.

QUADRO 72.-Exportação de Soja em Grãos e Derivados, Brasil, 1975-79

Ano	Soja em grão			Farelo de soja			Óleo de soja		
	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ milhão)	Preço médio (US\$/t)	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ milhão)	Preço médio (US\$/t)	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ milhão)	Preço médio (US\$/t)
1975	3.333,3	684,9	205,47	3.133,6	465,8	148,64	267,7	152,4	569,48
1976	3.638,5	788,1	216,53	4.367,0	794,6	181,95	452,9	174,6	385,62
1977	2.586,9	709,6	274,31	5.328,9	1.145,7	214,83	487,2	274,2	562,81
1978	658,5	169,8	257,82	5.419,1	1.049,0	193,58	487,8	278,2	570,23
1979 ⁽¹⁾	589,7	165,3	280,32	3.225,9	700,5	217,15	500,6	310,8	620,85

(¹) Janeiro a julho.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 73 . - Preços de Soja em Grão Recebidos pelos Agricultores, Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, Brasil, 1977-79

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	Rio Grande do Sul			Paraná			São Paulo			Santa Catarina			Mato Grosso			Goiás		
	1977	1978	1979	1977	1978	1979	1977	1978	1979	1977	1978	1979	1977	1978	1979	1977	1978	1979
Jan.	130,80	163,20	205,20	135,00	165,60	259,20	154,30	175,50	267,20	129,00	149,40	237,00	100,80	148,20	243,60	132,60	150,60	250,20
Fev.	141,60	156,60	234,60	139,80	165,50	283,80	158,80	179,00	279,00	130,80	151,80	241,50	100,80	148,20	252,00	134,40	153,00	268,20
Mar.	140,40	177,60	264,00	165,00	192,60	292,80	182,00	193,90	294,90	146,40	171,60	280,20	139,80	174,00	271,80	144,60	153,60	262,20
Abr.	176,40	199,20	291,00	193,80	201,00	296,40	202,20	209,70	298,70	192,60	199,20	292,20	184,80	196,80	279,60	172,20	165,00	265,80
Mai.	186,40	195,60	291,60	190,20	203,40	295,20	207,50	210,90	298,40	193,20	195,00	298,20	186,60	193,20	272,40	201,60	180,60	274,80
Jun.	177,60	196,20	306,00	183,60	201,60	327,60	194,80	209,60	314,10	171,00	196,80	321,00	177,00	191,40	291,60	198,60	202,80	294,00
Jul.	154,20	196,80	...	142,20	204,60	354,60	158,10	208,60	357,80	129,00	198,00	342,60	142,20	191,40	324,00	166,20	202,20	295,80
Ago.	153,00	195,00	...	136,20	208,20	...	145,10	207,80	394,40	127,80	197,40	...	139,20	189,00	...	173,40	205,20	...
Set.	148,80	198,00	...	135,00	212,40	...	140,20	218,20	421,20	124,80	198,00	...	133,20	189,00	...	157,80	210,00	...
Out.	145,80	203,40	...	148,80	223,80	...	146,80	238,00	...	130,80	205,20	...	133,80	193,20	...	162,00	211,20	...
Nov.	145,80	205,20	...	153,00	239,40	...	156,90	255,60	...	139,20	205,20	...	143,40	195,60	...	162,60	220,20	...
Dez.	145,80	217,80	...	158,40	252,60	...	166,30	265,40	...	148,80	225,00	...	144,60	202,20	...	160,20	228,60	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

A produção brasileira de amendoim, em 1978/79, foi estimada em aproximadamente 431,6 mil toneladas. Como em 1977/78 o dado é de 342,1 mil toneladas, o crescimento da produção foi bastante expressivo, observando-se que a produção de São Paulo vem aumentando no último biênio, contribuindo na maior parcela daquele desempenho.

Os principais estados produtores apresentam a evolução constante do quadro 74, no último quinquênio, onde constam também as respectivas participações no total da produção.

As exportações brasileiras do produto em grão atingiram, entre janeiro e julho de 1979, 17.982t contra 13.554t no mesmo período de 1978, ou 32,7% a mais (quadro 75). Entretanto, o preço médio por tonelada em 1979 foi 2,6% menor do que em 1978.

Quanto ao farelo e torta de amendoim, as exportações foram 49,3% maiores, o mesmo acontecendo com o preço médio por tonelada que foi 9,7% maior.

No que se refere ao óleo de amendoim, as exportações, no período considerado, foram 25% maiores, com um preço médio por tonelada 4,1% inferior. O mesmo quadro 75 sintetiza os aspectos mencionados sobre a evolução das exportações brasileiras de amendoim e derivados.

O preço mínimo fixado para o amendoim, para o período 1979/80, é de Cr\$180,00/sc.25kg, em casca, ou 66,7% superior aos Cr\$108,00/sc.25kg fixados para 1978/79.

Os valores básicos de custeio são considerados satisfatórios, se bem que os preços de sementes, em alta, representam participação significativa no custo final de produção.

O preço médio recebido pelos produtores consta do quadro 76, para os principais estados produtores do Centro-Sul, e indica que esse preço já se aproximava do novo preço mínimo.

Os preços recebidos pelos produtores em 1978/79 e o novo preço mínimo fixado podem representar incentivo ao plantio. Todavia, um dos principais fatores limitantes à expansão da cultura resulta da insuficiência de sementes e seu alto preço relativo na composição dos custos da produção.

Para São Paulo e Paraná, que são os maiores produtores, a expansão prevista de área é de aproximadamente 5%. Entretanto, estes números, mesmo com boa produtividade, não conduzem aos níveis mais altos de passadas produções, quando ainda não ocorria a substituição da lavoura de amendoim por outros cultivos, como o da soja.

(IEA, 24/10/1979)

QUADRO 74. - Produção de Amendoim em Casca, Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, e Brasil, 1975-79

Ano	São Paulo		Paraná		Mato Grosso		Outros Estados		Brasil	
	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%	1.000t	%
1975	262,5	59	116,9	26	39,0	9	24,6	6	443,0	100
1976	331,1	63	69,6	13	84,5	16	43,0	8	528,2	100
1977	213,0	66	42,7	13	42,3	13	25,6	8	323,6	100
1978	227,4	67	50,4	15	25,0	7	39,3	11	342,1	100
1979	310,5	72	70,2	16	25,7	6	25,1 ⁽¹⁾	6	431,6	100

(¹) Julho de 1979.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, Fundação IBGE, Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Paraná, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola.

-15-

QUADRO 75. - Exportação de Amendoim e Derivados, Brasil, 1976-79

(em tonelada)

Produto	1976	1977	1978	1979 ⁽¹⁾	Variação (%)
Grão	11.882	30.942	17.331	17.982	32,67
Farelo/torta	69.950	47.530	52.745	72.666	49,27
Óleo	77.004	47.801	59.879	70.934	24,97

(¹) Janeiro a julho.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).

QUADRO 76 . - Preços Recebidos pelos Produtores de Amendoim em Casca, Principais Estados Produtores da Região Centro-Sul, Brasil, 1977-79

(em Cr\$/sc.25kg)

Mês	São Paulo			Paraná			Mato Grosso			Minas Gerais		
	1977	1978	1979	1977	1978	1979	1977	1978	1979	1977	1978	1979
Jan.	74,90	124,30	168,90	76,75	111,00	151,00	65,25	90,25	156,00	99,50	125,50	250,0
Fev.	85,50	124,40	172,00	76,00	111,00	154,75	65,75	107,50	153,75	89,25	130,50	250,0
Mar.	88,00	129,20	173,60	86,75	115,50	160,50	71,00	109,00	155,75	86,50	119,00	207,5
Abr.	92,00	138,50	176,30	89,75	114,00	162,25	76,50	111,00	158,00	94,75	154,25	180,0
Mai.	94,70	146,40	173,70	88,50	116,50	158,00	71,50	114,25	152,75	105,25	178,00	180,0
Jun.	110,80	149,10	170,90	96,50	128,20	163,00	81,00	118,00	155,75	106,75	211,75	180,0
Jul.	120,00	158,80	181,40	98,25	140,00	171,25	84,00	121,75	154,25	99,25	203,25	...
Ago.	124,70	167,70	195,00	114,50	147,00	...	92,25	125,75	...	96,00	213,25	...
Set.	125,40	183,10	...	117,50	157,50	...	91,25	125,75	...	107,50	192,25	...
Out.	132,90	187,40	...	115,00	167,00	...	101,00	134,50	...	111,75	216,00	...
Nov.	133,20	188,20	...	114,75	162,00	...	100,50	139,00	...	104,50	196,50	...
Dez.	134,30	178,10	...	104,25	146,50	...	107,00	137,00	...	106,75	211,50	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

* Tomate

- Panorama internacional

A produção mundial de tomate em 1978 atingiu 47,1 milhões de toneladas de acordo com estimativas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), volume praticamente igual ao obtido no ano anterior.

Não se observou maior crescimento no total mundial devido à redução de área cultivada nos Estados Unidos (-13,1%), principal País produtor, cuja área estimada para 1978 foi de 166 mil hectares, e no México (-22,5%), com área plantada de 55 mil hectares. As produções estimadas para estes países foram, respectivamente, de 7,1 milhões e 1,0 milhão de toneladas, com quedas de 10,6% e 9,6%, respectivamente, na produção.

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em 1978 ocorreu redução temporária da ordem de 18% na produção de tomate industrial, devido ao decréscimo do nível de preços observado em 1977, face às safras abundantes, que desestimularam o plantio.

Apesar desta diminuição, a indústria de produtos derivados de tomate nos Estados Unidos tem mostrado grande crescimento nestes últimos cinco anos. A média anual de produção no quinquênio 1974-78 foi de 7,2 milhões de toneladas, enquanto que no de 1965-69 fora somente de 5,2 milhões de toneladas.

Para 1979, prevê-se, nos Estados Unidos, um aumento de 9% na área plantada, o que deverá significar um aumento na oferta de todos os derivados de tomate.

Os preços internacionais de derivados de tomate, principalmente o de concentrado (30° a 32° Brix), têm-se mostrado estáveis nos últimos dois anos, ao nível de US\$600,00/t, FOB Santos, revelando-se, porém, superiores às médias observadas na década de 60 e no período 1970-73 (US\$250,00/t a US\$300,00/t).

Em termos físicos, os países que mais contribuíram para o aumento da produção mundial foram: Turquia, China, URSS, Itália e Brasil. A URSS, com produção ao redor de 6 milhões de toneladas, continua sendo o segundo produtor mundial.

Nos últimos sete anos, a participação brasileira no mercado internacional de derivados de tomate tem sido crescente. Contudo, no período de janeiro a setembro de 1979, foram exportadas 3,7 mil t de extrato de tomate (principal derivado) pelo Porto de Santos, contra as 4,3 mil toneladas negociadas no mesmo período de 1978, apresentando um decréscimo de 14%.

Com as atuais cotações internacionais do extrato de tomate, em torno de US\$600,00/t, o Brasil continuará sofrendo a concorrência dos tradicionais exportadores, como Itália e Portugal, agravada pelo fato de que o País tem suas exportações concentradas em países do Bloco da OPEP, área de difícil penetração, tanto devido à forte concorrência com os exportadores europeus, como pelas dificuldades experimentadas pelo exportador brasileiro no que se refere ao diferencial desfavorável de frete.

Se for mantida a política de incentivos à exportação brasileira de derivados de tomate, esta deverá continuar crescendo.

- Situação interna

Segundo a Fundação IBGE, a produção brasileira de tomate alcançou 1,45 milhão de toneladas em 1978, esperando-se um acréscimo de 2,7% em 1979, ou seja, uma produção de 1,49 mi

lhão de toneladas.

Em 1978, a participação da Região Centro-Sul na produção foi de 1,14 milhão de toneladas, estimando-se em 1,16 milhão de toneladas para 1979, correspondendo a 78% da produção nacional. O Estado de São Paulo deverá responder por 48% da produção total, seguindo-se o Rio de Janeiro (7%), Minas Gerais (6%) e Rio Grande do Sul (5%).

Segundo os dados do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), foram transacionadas 676 mil toneladas de tomate "in natura" nos mercados atacadistas, em 1978.

O Estado de São Paulo continua se destacando na comercialização deste produto, sendo responsável pela entrada de 45% do volume total comercializado de tomate de mesa, vindo a seguir o Rio de Janeiro, com 14,4%. No comércio interestadual, São Paulo participou com 59% do volume comercializado.

No período 1976-79, a região Centro-Sul apresentou tendência de aumento da produção. A área cultivada também tem apresentado acréscimos, porém a taxas decrescentes. Para o próximo ano, não são esperados aumentos significativos de produção, dado o elevado custo desta cultura, em virtude da alta de preços dos defensivos e fertilizantes. Constituem exceção os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, tendo este último melhores perspectivas.

Em São Paulo, de acordo com o 5º levantamento de Previsão de Safra de junho último, realizado pela CATI-IEA, a produção de tomate rasteiro é estimada em 425 mil toneladas para o ano de 1979, representando acréscimo de 87% em relação ao ano passado, com a área ampliada de 7%, o que mostra uma recuperação face às frustrações das duas safras anteriores.

Para o tomate de mesa, a produção deverá atingir 312 mil toneladas, observando-se aumento de 9%, apesar dos prejuízos causados pela geada de maio/junho, que atingiu algumas regiões, quando se estimou perda de 40%. A área plantada foi aumentada de 8%, quando com parada com o ano passado.

Em decorrência da geada foram efetuados replantios, retardando a colheita prevista. O evento provocou queda momentânea na oferta do produto. A danificação da parte aérea da planta ocasionada pela geada provocou rápida maturação dos frutos, e a entrega deste produto no mercado, numa mesma época, fez com que o preço não atingisse níveis tão elevados quanto se previa. Também, as maiores entradas de tomate rasteiro na CEAGESP substituíram o tomate de mesa, o que veio estabilizar, praticamente, a oferta do produto, apesar daquele ser de qualidade inferior. As proporções de entradas na CEAGESP nos meses de julho e agosto foram as seguintes: 20% de tomate de mesa de boa qualidade e 80% de tomate rasteiro, de qualidade inferior.

Os preços que prevaleceram em 1978 para o tomate industrial foram de Cr\$1,12/kg, para o produto entregue até 30 de setembro e de Cr\$1,18/kg, a partir de outubro.

Para a safra de 1979, está sendo praticado, nas operações com a indústria, o preço de Cr\$1,75/kg, que apenas cobre as despesas operacionais, o que provocou protestos dos produtores. Na reunião do Comitê de Agroindústria, realizado em setembro, foram efetuadas novas negociações, tendo sido proposto, pelos produtores, o preço de Cr\$1,98/kg, para o tomate industrial, correspondente ao custo de tomate rasteiro irrigado da safra deste ano. Esse preço será aceito pela indústria desde que o CIP autorize o repasse ao consumidor.

No Rio de Janeiro, a produção de tomate é a que mais se destaca entre as olerícolas, sendo em sua maioria voltada para o consumo "in natura".

As chuvas excessivas em fevereiro e março de 1979 levaram a uma previsão de reduções de área plantada e rendimento. Apesar dos fatores climáticos adversos, levando-se ainda em conta a geada de maio, as condições favoráveis de mercado inverteram a tendência, per

mitindo aumento da estimativa de área plantada, de 1.161ha computada no início do ano, para 2.377ha, aumentando a expectativa de safra de 51 mil toneladas para 104 mil toneladas no ano de 1979 (quadro 77).

A cultura tem se expandido, também, devido aos incentivos do "Projeto Culturas de Verão", que vem sendo atualmente desenvolvido nesse Estado. Este projeto visa aumentar a produção dos produtos olerícolas, tais como repolho, pimentão e cenoura, além do tomate. Os financiamentos das despesas de custeio são efetuados através de contratos diretos com os produtores pelos órgãos de abastecimento (COBAL-CFP).

De acordo com os dados da COBAL, em 1978 foram comercializadas 97.595 toneladas de tomate contra 98.605 toneladas em 1977.

A área plantada com tomate, no Estado de Minas Gerais, foi de 3.802ha em 1977 e de 3.851ha em 1978, quando foram produzidas 112.954 toneladas, contra 95.025 toneladas em 1977, com acréscimo ao redor de 19%. Para o ano de 1979, segundo previsão de julho da Fundação IBGE, estimou-se produção de 90.811 toneladas para área cultivada de 3.245ha.

Nos primeiros meses de 1979, a ocorrência de fortes inundações causaram sérios prejuízos para a tomaticultura mineira, obrigando o Estado a recorrer a outras fontes - principalmente São Paulo - para o abastecimento do seu mercado.

No Rio Grande do Sul, a área plantada em 1978 com tomate ocupou 6.000ha onde foram produzidas 134.500 toneladas, apresentando acréscimo de aproximadamente 30% quando comparada com 1977.

Em julho de 1979, segundo a FIBGE, a estimativa final da produção foi de 79.500 toneladas, 41% inferior ao ano anterior, devido a problemas climáticos.

Como este Estado importa grandes quantidades de tomate de outros Estados, principalmente de São Paulo, o abastecimento interno não foi tão prejudicado.

(IEA, 25/10/1979)

QUADRO 77. - Área Plantada e Produção de Tomate, Região Centro-Sul do Brasil, 1976-79

Centro-Sul	Área (ha)				Produção (t)			
	1976	1977	1978	1979 ⁽¹⁾	1976	1977	1978	1979 ⁽¹⁾
Minas Gerais	3.242	3.802	3.851	3.537	76.514	95.025	112.954	90.811
Espírito Santo	796	730	875	1.093	31.840	29.100	43.750	50.159
Rio de Janeiro	1.774	3.168	2.800	2.377	74.508	110.133	96.638	104.127
São Paulo	22.600	22.770	24.705	26.605	546.800	613.300	514.100	737.300
Paraná	1.058	1.090	940	650	25.627	28.925	33.681	29.436 ⁽²⁾
Santa Catarina	943	926	1.022	1.100	25.217	22.917	28.029	30.419 ⁽²⁾
Rio Grande do Sul	3.225	5.100	6.000	5.970	75.500	103.300	134.500	79.500 ⁽²⁾
Mato Grosso	84	112	313	267	1.529	2.774	6.208	8.231
Goiás	810	890	980	1.060	32.400	31.500	40.000	42.420

⁽¹⁾ Previsão de julho de 1979.

⁽²⁾ Estimativa final.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, para o Estado de São Paulo, e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), para os demais Estados.

- Trigo

- Panorama internacional

A produção mundial de trigo, em 1979/80, deverá ser de 401,1 milhões de toneladas, 8,5% inferior à produção do período anterior, conforme estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) (quadro 78).

Apesar da elevação da produção estadunidense, aliada ao ainda elevado volume dos estoques de trigo desse País, a conjuntura mundial indica que os preços deverão continuar em ascensão durante este ano comercial, pois, exceto nos Estados Unidos, deverá ocorrer redução nas produções das principais regiões exportadoras, a saber, Canadá, Comunidade Econômica Europeia (CEE), Argentina e Austrália. Além disso, a redução da produção soviética deverá provocar aumento nas suas importações.

O valor médio das cotações internacionais do trigo, durante o mês de setembro, foi de US\$163,84/t, contra US\$157,61/t no mês anterior e US\$122,81/t em setembro de 1978.

Portanto, o mercado internacional não deverá se apresentar favorável aos países importadores de trigo.

- Situação interna

Até meados de setembro, as previsões da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) indicavam um volume de 4,2 milhões de toneladas, como resultado da safra nacional de trigo. Entretanto, geadas intempestivas em setembro e, ainda, chuvas em setembro e outubro, prejudicaram sensivelmente a cultura, sobretudo a do Rio Grande do Sul. Assim sendo, ainda em caráter preliminar, calcula-se em cerca de 50% os prejuízos da safra gaúcha, que estimada a princípio, em 2,4 milhões de toneladas, deverá se situar ao redor de 1,2 milhão de toneladas. A safra paranaense, a princípio estimada em 1,8 milhão de toneladas, por sua vez deverá ficar reduzida a 1,6 milhão de toneladas (quadro 79).

Com isso, a produção nacional esperada, fica reduzida de 4,2 milhões de toneladas para 2,8 milhões de toneladas, o que implicará importações da ordem de 3,5 milhões de toneladas, devendo corresponder a um dispêndio em torno de 600 milhões de dólares, enquanto que no período anterior este valor esteve por volta de 500 milhões de dólares.

Desta feita, a questão da auto-suficiência, assim como a do subsídio, voltam à tona com mais ênfase.

O subsídio do trigo, de aproximadamente Cr\$19 bilhões em 1979, tem permitido que o consumo deste produto venha crescendo a taxas da ordem de 10% a.a., bem acima das de outros produtos de consumo popular, tais como arroz e feijão.

Além de desviar recursos que poderiam ser canalizados para estes produtos de consumo popular, fortalecendo a economia regional das zonas de produção, existe o problema da evasão de divisas, uma vez que o valor das importações de trigo o colocam em segundo lugar na pauta de importações, precedido apenas pelo petróleo.

Se, por um lado, o subsídio condiciona o barateamento de importantes produtos de consumo popular, por outro torna antieconômica a incorporação de sucedâneos de baixo custo à farinha de trigo. A produção destes sucedâneos, existente até 1973, seria no presente bastante expressiva face ao volume de trigo consumido.

(IEA, 25/10/1979)

QUADRO 78. - Estimativa de Produção Mundial de Trigo (¹)

(em milhão de toneladas)

País	1978/79	1979/80
Canadá	21,1	17,5
Estados Unidos	49,0	57,8
Europa Ocidental	58,4	53,2
Europa Oriental	35,8	30,5
URSS	120,8	85,0
China	45,0	48,0
Índia	31,3	34,7
Paquistão	8,3	9,9
África do Sul	1,6	1,8
Turquia	13,3	12,7
Argentina	8,1	7,7
Brasil	2,7	3,5
Austrália	18,3	15,0
Outros	24,7	23,8
Total mundial	438,5	401,1

(¹) A estimativa para 1979/80 se refere à divulgada em setembro de 1979.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 79. - Área, Produção e Rendimento da Cultura de Trigo, Região Centro-Sul, Brasil, 1974/75 a 1978/79

Estado	1974/75			1975/76			1976/77			1977/78			1978/79 ⁽¹⁾		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendi- mento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendi- mento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendi- mento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendi- mento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendi- mento (kg/ha)
São Paulo	123,0	70,5	573	185,0	195,0	1.054	124,0	87,3	474	168,4	87,8	521	191,4	222,7	1.163
Paraná	800,0	443,6	555	1.248,0	1.160,6	930	1.386,0	1.257,0	907	1.345,1	1.050,0	781	1.568,0	1.600,0	1.020
Santa Catarina	67,8	30,5	450	39,8	25,6	642	11,6	4,6	392	4,7	4,0	857	25,7	29,6	1.152
Rio Grande do Sul	1.898,9	1.234,3	650	2.010,0	1.809,0	900	1.523,5	689,7	453	1.243,8	1.505,0	1.210	1.970,0	2.167,0	1.100
Mato Grosso	41,5	9,0	216	58,7	30,2	515	35,8	27,2	760	39,5	30,4	771	0,1	0,1	1.000
Mato Grosso do Sul	113,3	120,6	1.064
Total	2.931,2	1.787,9	610	3.541,5	3.220,4	909	3.140,9	2.065,8	658	2.801,5	2.677,2	956	3.868,5	4.140,0	1.070

(¹) Estimativas preliminares.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

- Avicultura

- Panorama internacional

A produção mundial de carne de aves, em 1978, experimentou rápido crescimento, não só em decorrência dos custos mais baixos da alimentação animal, como também da expansão da indústria avícola em países em desenvolvimento. Estimativas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) avaliam a produção mundial em 1978 ao redor de 25,6 milhões de toneladas, 4,4% maior que a registrada em 1977. As maiores taxas de crescimento da produção foram observadas nos países desenvolvidos, os quais respondem por dois terços da produção mundial.

O consumo de carne de aves tem aumentado rapidamente, embora grande parte desse incremento, na América do Norte e Oeste Europeu, venha sendo atendida pelo aumento da produção de perus e outras aves.

Nos Estados Unidos, o consumo de produtos avícolas tem sido significativo no corrente ano, devendo se situar bem acima do verificado em 1978, com os preços também acompanhando essa tendência.

O comércio internacional de carnes de aves não apresentou incrementos substanciais durante 1978, destacando-se o Brasil, com aumento ao redor de 53% ⁽¹⁾, e os Estados Unidos, com pequeno aumento no volume transacionado.

Para o corrente ano, há perspectiva de crescimento da produção de carnes e aves, notadamente de frango, nos países em desenvolvimento. A expansão deverá ocorrer também no Japão e Europa Oriental, onde se destacaram com substanciais aumentos, em 1978, a Hungria (8%), Polônia (10%) e Romênia (7%), enquanto na URSS poderão ocorrer arrefecimento, depois da alta taxa alcançada no ano anterior (14%), embora, de acordo com o plano quinquenal vigente, esse País venha tentando dobrar a produção de aves para 1980, por ser ainda dependente da oferta da Comunidade Econômica Européia (CEE) ⁽¹⁾.

Na CEE continuarã o crescimento moderado da produção de frango e, especificamente, na França, a produção de carne de aves, que ainda está crescendo rapidamente, está na dependência das exportações para colocação de seus excedentes.

Nos Estados Unidos, espera-se aumento da produção de carne de frango, devendo-se situar bem acima do nível recorde verificado no ano anterior. Se esse aumento da oferta de carne de aves se concretizar, os preços ficarão abaixo dos de 1978. Os custos de produção e comercialização têm sido superiores aos do ano anterior e continuarão mais elevados ao longo do ano ⁽²⁾.

As perspectivas das exportações permanecerão boas a curto prazo, devido à continuação da substituição do consumo de carnes bovinas pela carne de aves. Existe, no entanto, tendência de restrições às importações, dado o esforço dos países importadores em expandirem suas produções, a fim de eliminarem os déficits no abastecimento.

Na Comunidade Econômica Européia (CEE), a previsão de mercado ficará muito dependente da expansão da produção, uma vez que existe a possibilidade da oferta não ser absorvida

⁽¹⁾ AGRA-EUROPE: London, Paris, Bonn, Brussels, Rome. Londres, Agra-Europe Ltd (815, 822, 831) mar./abr./jun. 1979.

⁽²⁾ POULTRY AND EGG SITUATION. Washington, D.C., USDA, Economics, Statistics and Cooperative Service, 1979. (PES-302).

internamente e a incerteza de como reagirá a demanda soviética por aves da Comunidade. A reação dos consumidores ao inevitável aumento de preços, que possivelmente ocorrerá, é outra incerteza do mercado, não devendo por isto acarretar queda substancial da demanda. O crescimento do consumo em 1978 foi, em grande parte, devido às "ofertas especiais" e campanhas de comercialização, o que provavelmente não se repetirá em 1979 ⁽³⁾.

A produção mundial de ovos apresentou em 1978 crescimento acelerado, atingindo a taxa de 6%, contra aproximadamente 4%, em 1977. Dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) avaliam a produção mundial em 26,2 milhões de toneladas, aproximadamente 38 bilhões de dúzias.

Na Comunidade Econômica Européia, a produção de ovos tem aumentado nos últimos anos, estando a oferta excedendo a demanda dentro da Comunidade. Conseqüentemente, os preços estiveram baixos em todos os estágios do mercado durante o ano e já se prenunciam quedas na incubação em alguns países, como resposta a isto. Entretanto, em outros, ocorre expansão, exemplo da Holanda, França e Dinamarca.

Nos Estados Unidos, a produção de ovos em 1979 deverá crescer cerca de 3% e os preços anuais deverão estar abaixo da média de janeiro-junho, apesar do aumento da demanda no segundo semestre. Os custos de produção e comercialização estão acima dos de 1978, e prevê-se que continuarão mais elevados até o final do ano, devendo, no início de 1980, ultrapassar os verificados no período janeiro-junho de 1979; entretanto, as margens se estreitarão, devido à elevação dos custos ⁽⁴⁾

O mercado internacional de ovos para consumo deverá se expandir, principalmente dentro da Comunidade Econômica Européia, onde em 1978 as exportações atingiram 427,2 milhões de dúzias e as importações somaram 359,2 milhões de dúzias, superando o comércio de 1977 em 23,5% e 10,7%, respectivamente. Entretanto, a expansão do comércio entre a Comunidade e outros países parece improvável, face ao significativo número de pequenos contratos efetuados no ano anterior.

Nos Estados Unidos, as exportações de ovos declinaram nos primeiros meses do corrente ano, em relação ao anterior, como resultado das altas que ocorreram no mercado interno para ovos e seus produtos, como também do incremento das disponibilidades em outros países ⁽⁴⁾.

As exportações brasileiras de produtos avícolas totalizaram, em 1978, 51 mil toneladas no valor de US\$48 milhões-FOB, destacando-se o frango congelado com 50,8 mil toneladas e valor de US\$46,9 milhões-FOB. Os demais itens compõem-se de peru congelado (115 t), pinto de um dia (498,2 mil unidades), ovos para incubação (56,2 mil unidades) e ovos para consumo (135 mil unidades).

No primeiro semestre de 1979, as exportações de frango congelado já atingiram 30,5 mil toneladas no valor de US\$29,0 milhões-FOB, 60% do volume total do ano passado. As estimativas para este ano situam-se ao redor de 75 mil toneladas no valor de US\$80 milhões e, para 1980, os exportadores pretendem atingir volume de 100 mil toneladas, com valor aproximado de US\$120 milhões.

Entretanto, manter essa contínua expansão das exportações exigirá do exportador brasileiro alguns sacrifícios, para enfrentar os seguintes problemas atualmente existentes:

a) excesso de oferta de carne de aves no mercado internacional, o que tem levado os preços do

⁽³⁾ FOREIGN AGRICULTURE. Washington, D.C., USDA, Foreign Agriculture Service, 1979.

⁽⁴⁾ POULTRY AND EGG SITUATION. Washington, DC, USDA, Economics, Statistics and Cooperative Service, 1978 (PES-302).

mercado interno a superar os do mercado externo; b) carência de estrutura adequada às exportações, tais como armazenagem e transporte, o que dificulta os embarques. Sob este aspecto, os nossos concorrentes, caso da França, Dinamarca e Estados Unidos, utilizam estoques reguladores para o mercado externo, armazenam o produto e os embarques são efetuados de acordo com as necessidades do mercado; c) aumento do frete marítimo, em decorrência da alta do petróleo; e d) a retirada progressiva dos incentivos à exportação (crédito do IPI), que poderá diminuir a nossa competitividade.

A consolidação do Brasil como exportador de produtos avícolas depende da conquista de novos mercados, dentre os quais apresentam potencialidades Venezuela, Caribe e África, onde já exportamos para Nigéria e Moçambique; e as Ilhas do Oceano Pacífico, mercado ainda inexplorado.

- Situação interna

A avicultura brasileira teria chegado, ao final de 1978, com balanço mais positivo, caso não houvesse escassez de milho e seu preço não tivesse alcançado nível tão elevado. Tal fato onerou os custos de produção de aves e ovos, reduzindo, assim, o retorno do produtor.

O controle de preços efetuado em 1976 e a escassez de crédito provocaram desestímulo à atividade de postura, fazendo com que a produção de ovos não acompanhasse a demanda. Devido a esse fato, a partir de 1977 até o primeiro semestre de 1979, os preços nominais dos ovos se elevaram. Isto estimulou novamente a atividade, de forma a normalizar o abastecimento.

A atividade de corte, por sua vez, continuou em expansão, com preços também mais compensadores, devido ao aumento na demanda de carne de aves. Este aumento foi provocado por novas formas de consumo, de um lado, e de outro, pela progressiva escassez e preços altos da carne bovina. A expansão das exportações de carne de frango também tem contribuído para o expressivo desempenho da avicultura de corte no País.

A produção de carne de aves, segundo a União Brasileira de Avicultura (UBA), atingiu, em 1978, 840,5 mil toneladas, sendo 772,8 mil toneladas de carne de frangos (22% a mais que em 1977) e 67,7 mil toneladas de descarte de poedeiras e reprodutoras. Somando-se a isto a produção de perus e outras aves, pode-se considerar que a produção brasileira de carne de aves em 1978 foi aproximadamente de 900 mil toneladas. Segundo a SIPA, o abate de aves sob inspeção federal superou 1977 (273,0 milhões de cabeças) em 20%, atingindo 328,5 milhões de cabeças.

O alojamento de matrizes para corte, conforme dados levantados pela União Brasileira de Avicultura (UBA), cresceu cerca de 16% em relação a 1977, atingindo 7,3 milhões de cabeças. Este crescimento vem evidenciar o desenvolvimento da atividade de corte dentro da avicultura brasileira abastecendo o crescente mercado interno, devido não só à progressiva escassez e preços elevados da carne bovina, como também à queda no consumo da carne suína, e ainda ao incremento das exportações. A participação da Região Centro-Sul no alojamento de matrizes para corte, em 1978, representou mais de 90% do total alojado no País, onde destacaram-se São Paulo (38,8%), Santa Catarina (15,4%), Minas Gerais (13,6%) e Rio Grande do Sul (10,2%). Até julho do corrente ano, o alojamento de matrizes para corte na região já tinha atingido 4,1 milhões de aves (88,5% da produção nacional), cerca de 13% maior que igual período do ano anterior. Apesar desse crescimento no alojamento de matrizes, está havendo falta de pintos de um dia no mercado, com elevação dos preços e queda na qualidade destes, notadamente no segundo semestre. Isto se deve à queda na postura das matrizes provocada pelas alterações bruscas de temperatu-

ra no inverno deste ano, e a incidência de algumas doenças no plantel. Não fosse a falta de pintos no mercado, a produção de frangos alcançaria mais altas taxas de crescimento já no corrente ano.

O mercado de aves comportou-se dentro do esperado no primeiro semestre de 1978, com os preços caindo sazonalmente. Entretanto, no segundo semestre mostrou-se atípico, com atraso na reação dos preços, tendo estes atingido níveis bem baixos, aquém dos custos de produção, os quais vinham se elevando progressivamente devido à elevação dos preços do milho. A recuperação do preço do frango nos três últimos meses do ano propiciou a atividade de corte certo e equilíbrio durante 1978, com os preços médios do ano superando os de 1977, porém menores aos de 1975 e 1976 em valores reais (quadro 80).

A conjuntura do mercado de carnes em 1979 permitiu que os preços de aves, na maioria dos estados, não sofressem acentuadas quedas sazonais. A partir de julho, em São Paulo, a reação do mercado de aves vem sendo expressiva, com os preços alcançando níveis extremamente elevados. O mesmo vem acontecendo com os preços dos insumos, principalmente rações, milho, farelo de soja e pintos de um dia, onerando sobremaneira os custos de produção.

A relação de preços frango/carne bovina indica que no primeiro semestre de 1979 a carne de frango tinha preços menos favoráveis para o consumidor do que no ano anterior. Entretanto, as altas relativamente maiores no preço da carne bovina fizeram com que a carne de frango se tornasse mais atraente a partir de agosto de 1979.

Quanto à atividade de postura, esta tem se desenvolvido a taxas bem menores, devido principalmente ao baixo consumo. Também por tratar-se de atividade cuja produção tem ciclo mais longo, necessitando de maiores investimentos, e com riscos comparativamente maiores.

Segundo as estimativas da FAO, a produção de ovos no Brasil estaria ao redor de 520 mil toneladas em 1978, cerca de 742,9 milhões de dúzias, com aumento de 4% em relação ao ano anterior. O Instituto de Economia Agrícola estima para São Paulo 569,2 milhões de dúzias em 1978. Considerando que a participação de produção paulista no total produzido no País esteja ao redor de 75%, tem-se que em 1978 a produção brasileira teria atingido 758,9 milhões de dúzias, com acréscimo de 3,5% em relação a 1977, segundo esta fonte.

O alojamento de matrizes para postura, segundo a União Brasileira de Avicultores (UBA), atingiu, durante 1978, 766,5 mil unidades (556.948 ovos brancos e 209.540 ovos vermelhos), com acréscimo ao redor de 24% sobre o ano anterior, onde a participação da Região Centro-Sul foi de 88%, o que denota expansão da atividade desde meados de 1978 até agora, depois da retração ocorrida no período 1976-77, quando a atividade sofreu desestímulo, via preços baixos e crédito restrito. No corrente ano, até julho, o alojamento de matrizes para postura atingiu 513,3 mil cabeças (330,3 mil para ovos brancos e 183,0 mil para ovos vermelhos), significando incremento da ordem de 12% em relação a igual período do ano anterior, com cerca de 90% de participação da Região Centro-Sul.

O mercado de ovos, no segundo semestre de 1978, experimentou relativa escassez de oferta, com preços elevados mantendo-se essa situação até o fim do primeiro semestre de 1979 (quadro 83), ocorrendo a reversão dessa tendência no final de agosto, com aumento sazonal da produção.

Apesar da reação dos preços de ovos em 1978, as médias anuais em valores corrigidos foram inferiores às de anos anteriores notadamente em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (quadro 82).

- São Paulo

Sendo o maior produtor de aves e ovos, o comportamento da avicultura paulista pode servir como indicativo para a Região Centro-Sul e, talvez, para o País. O ano de 1978 apresentou situação de equilíbrio, tanto na atividade de corte como na de postura.

A atividade de corte foi beneficiada pelo incremento da demanda interna de aves, em substituição à carne bovina e suína, e pelo crescente aumento das exportações. O preço do frango apresentou aumento considerável no segundo semestre de 1978, com a média anual de Cr\$13,30/kg, maior que a registrada em 1977, em valor real, mas abaixo das de 1975 e 1976 (quadro 84). No primeiro semestre deste ano, o preço da carne de aves apresentou queda sazonal; no segundo semestre, notadamente agosto, ocorreu reação favorável, prevendo-se que os preços continuem em elevação até o final do ano (quadro 81).

Na atividade de postura, o desequilíbrio do mercado com a escassez de ovos perdurou em 1978 e primeiro semestre de 1979. Entretanto, no segundo semestre deste ano, a partir de setembro, a produção vem crescendo com a oferta suplantando a demanda, e conseqüente queda nos preços, principalmente para o produtor. Apesar da elevação dos preços, a média de 1978 foi, em valores reais, menor que as registradas em anos anteriores (quadro 84).

Mesmo com a reação dos preços, a relação frango-ração se deteriorou em 1978 e no início deste ano (quadro 85).

O alojamento de matrizes para corte, em 1978, atingiu 2,8 milhões de cabeças, com incremento da ordem de 7,7% em relação ao ano anterior. Até julho do corrente ano, já atingia quase 1,5 milhão de unidades alojadas.

Quanto às matrizes de postura, em 1978 foram alojadas no Estado 566,7 mil cabeças, com acréscimo de 22,3% sobre 1977, e até julho do corrente ano já haviam sido alojadas 339,8 mil unidades.

Estima-se, para 1979, incremento na produção de aves para corte da ordem de 11%, enquanto que a produção de ovos deverá crescer em 5%.

- Santa Catarina

A avicultura catarinense continuou com seu ritmo expressivo de desenvolvimento dos últimos anos. Com uma avicultura de corte bastante tecnificada e integrada, a expansão, nos últimos anos, tem sido marcante, o que a levou de uma participação de 3,99% no valor da produção agropecuária do Estado em 1974, para 13,45% em 1978.

Durante 1978, devido às deficiências do abastecimento de carne bovina e com o incremento das exportações de frango, nas quais o Estado participa com 40% dos frangos exportados, a sua avicultura beneficiou-se sobremaneira.

Segundo dados publicados pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Santa Catarina (CEPA-SC), o abate de aves aumentou 24,3% em 1978, totalizando cerca de 99 milhões de cabeças, com produção de 138,6 mil toneladas de carne.

Apesar do expressivo crescimento, a avicultura no Estado tem enfrentado problemas no setor produtivo que, se não fosse o incremento da demanda e preços mais compensadores desde 1978, teria tornado a atividade onerosa para o avicultor. A escassez e preços elevados do milho, crédito restrito e a falta de pintos de um dia têm acarretado problemas ao setor avícola do Estado.

A atividade de postura vem mantendo pouca expressão na avicultura catarinense, com a maior parte do mercado sendo abastecida por outros estados.

Os preços do frango em 1978 (quadro 81) reagiram e a média anual foi, em valores reais, superior à de 1977, entretanto aquém das verificadas em 1975 e 1976 (quadro 80).

O alojamento de matrizes de corte no Estado atingiu, em 1978, 1.129.200 unidades (15,4% do total nacional) e superou o ano anterior em cerca de 30%.

Segundo estimativa da CEPA-SC, este ano a produção de aves deverá atingir mais de 128 milhões de cabeças, com cerca de 180 mil toneladas de carne. Para o próximo ano, este rápido crescimento deverá continuar, pois as perspectivas são de que o mercado externo e, também, o interno continuem em expansão.

- Minas Gerais

A avicultura mineira mostrou desempenho satisfatório durante 1978, devido em grande parte à recuperação da atividade de corte. A expansão da demanda, devido aos problemas no abastecimento de carne bovina e ao incremento das exportações de frango, concorreram para a boa performance da atividade, também, em Minas Gerais. A atividade de postura, por sua vez, encontrou alguns entraves ao seu desempenho, como a pequena evolução do consumo e a concorrência do produto de outros Estados.

A restrição ao crédito para investimento, também na avicultura mineira, continuou influenciando no seu processo produtivo com reais reflexos na atividade de postura. A atividade de corte, devido aos bons resultados obtidos, incrementou a produção através do aproveitamento das granjas semiparalisadas ou com capacidade ociosa.

A escassez do milho e a conseqüente alta nos preços das rações, também em Minas Gerais, durante 1978 e no corrente ano, vêm prejudicando a rentabilidade da avicultura.

A recuperação da atividade de corte no Estado pode ser constatada pela reação dos preços em 1978 (quadro 81), sendo que em valores reais o preço médio do frango em 1978 foi ligeiramente superior à média de 1977 (quadro 80). Quanto aos preços recebidos pelo produtor de ovos, apesar da pequena evolução em valores correntes em 1978, na média e em valores reais, se situaram abaixo dos verificados em anos anteriores (quadro 82).

O Estado de Minas Gerais é grande produtor de pintos de um dia para corte, e o alojamento de matrizes em 1978 atingiu 994.815 cabeças (13,6% do total nacional), 16% a mais que no ano anterior. Até julho do corrente ano, já haviam sido alojadas 709.445 matrizes, significando incremento da ordem de 28% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A permanecer o bom desempenho da atividade de corte, aliada à recuperação da atividade de postura, este ano prevê-se crescimento auspicioso para a avicultura mineira.

- Rio Grande do Sul

A avicultura gaúcha continuou seu ritmo de desenvolvimento encetado nos últimos anos. A atividade de corte, a exemplo de outros estados, se beneficiou, ainda mais em 1978 e nos três primeiros trimestres de 1979, da escassez da carne bovina, expandindo a produção de frangos, dados os preços compensadores alcançados no mercado interno. O aumento das exportações também tem contribuído para o crescimento da atividade de corte, pois o Estado tem participação considerável nas exportações brasileiras.

A produção de frangos durante 1978 situou-se ao redor de 7 milhões de cabeças/mês, e já atingiu no corrente ano cerca de 8 milhões, o que tem pressionado a atividade de incubação no fornecimento de pintos de um dia, cuja escassez no mercado se faz sentir desde fins do ano passado, agravando-se no segundo semestre deste ano.

A atividade de postura tem se tecnificado através da implantação de granjas de grande porte, de forma a atender ao mercado consumidor do Estado, que é ainda abastecido em parte pelo produto de outros estados.

Os preços de frango continuam em ascensão no mercado gaúcho (quadro 81), e em 1978 a média anual foi superior a 1977 em valores reais (quadro 80). Para ovos, os preços acompanharam a sazonalidade, com queda no segundo semestre de 1978 e aumentos expressivos no primeiro semestre deste ano (quadro 83).

Em 1978, o alojamento de matrizes de corte atingiu 745.108 unidades, superando o ano anterior em 31,1%. Até julho do corrente ano, o alojamento já atingia 516.470 unidades. Quanto às matrizes para postura, em 1978 foram alojadas 48.430 unidades (21.610 ovos brancos e 26.820 ovos vermelhos), 24,6% maior que em 1977.

Apesar dos problemas com abastecimento e preços elevados do milho, que têm onerado os custos de produção, a avicultura gaúcha deverá continuar seu ritmo de crescimento dos últimos anos, principalmente a atividade de corte, que tem se beneficiado da escassez da carne bovina, importante neste Estado dada a tradição e o hábito alimentar da população.

- Rio de Janeiro

A avicultura no Estado apresenta-se bem desenvolvida tecnicamente, praticada em níveis empresariais e com índices de produtividade e de conversão bastante satisfatórios. Atende cerca de 64% do consumo de carne de aves e perto de 22% do consumo de ovos do Estado.

Durante 1978, a avicultura fluminense, também beneficiada com a escassez da carne bovina, teve os preços do frango em elevação, o que proporcionou expansão da avicultura de corte no Estado. A organização da comercialização e abate através de cooperativa em municípios onde se concentra a produção veio incentivar ainda mais a atividade de corte, com a implantação de diversas granjas.

A evolução dos preços do frango em 1978, notadamente no segundo semestre (quadro 81), propiciou elevação do preço médio em valores reais, em relação a 1977 (quadro 80), continuando o mesmo panorama até agora, com idênticas indicações até o final do ano de 1979.

Os preços dos ovos também evoluíram a partir de 1978, de forma que o preço médio deste ano foi superior em valores reais ao verificado em 1977 (quadro 82), enquanto que no primeiro semestre do corrente ano os preços continuaram em ascensão, depois de queda sazonal no segundo semestre de 1978 (quadro 83).

O alojamento de matrizes para corte atingiu 374.913 unidades, cerca de 11,4% menor que o registrado em 1977. Até julho do corrente ano, haviam sido alojadas 295.989 matrizes para corte, com incremento sobre o mesmo período do ano anterior da ordem de 21,3%. Para postura, foram alojadas 45.690 matrizes (ovos brancos e vermelhos), com expressivo aumento de 98% sobre 1977, enquanto que até julho do corrente ano o alojamento para postura, 14.687 matrizes, foi cerca de 42% inferior a igual período de 1978.

As perspectivas são de aumento na produção de frangos, dado o incremento do consumo e o incentivo à produção através da organização da comercialização e assistência técnica; no caso da postura, deverão ocorrer aumentos menos expressivos na produção.

- Paranã

A avicultura paranaense manteve em 1978 o ritmo de crescimento dos últimos anos. Apesar de ser grande produtor de milho e farelo de soja, principais matérias-primas para rações, a quebra da produção de milho em 1978 também afetou a avicultura do Estado.

O abate de aves sob inspeção federal cresceu, em 1978, cerca de 2,5% em relação a 1977, apesar do impulso tomado pela avicultura de corte. Este ano, no primeiro semestre, o abate de aves já atingiu 12,5 milhões de cabeças, significando acréscimo da ordem de 37,5% sobre o mesmo período do ano anterior.

A produção de frango se concentra na Região Sul do Estado; entretanto, está se expandindo para a Região Oeste, aproveitando os programas de integração ali existentes para a suinocultura.

A produção de ovos sob inspeção federal em 1978, segundo dados da GEIPOA-MA, elaborados pelo Departamento de Economia Rural (DERAL) e pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado do Paraná (CEPA-PR), atingiu cerca de 55,9 milhões de dúzias, cerca de 23% maior que em 1977. Da produção de ovos no Estado, aproximadamente 18% são consumidos internamente, sendo o restante exportado para outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Os preços de frango, em ascensão desde o ano passado (quadro 81), alcançaram o preço médio de Cr\$16,21/kg, em valores reais, maior que o verificado em 1977 (quadro 80). Quanto aos preços dos ovos, estes também estiveram em ascensão desde 1978, alcançando níveis bastante elevados no corrente ano (quadro 83).

O alojamento de matrizes para corte em 1978 atingiu 448.829 unidades, cerca de 40,5% maior que em 1977, e no período de janeiro-julho do corrente ano foram alojadas 344.695 matrizes, superando igual período do ano anterior em aproximadamente 56%. É de se supor que tenha ocorrido nova expansão do setor.

- Espírito Santo

A agricultura no Estado também tem enfrentado problemas comuns verificados na Região Centro-Sul, como escassez e preços altos do milho onerando os custos de produção, pouco crédito para investimentos e falta de pintos de um dia.

Quanto ao mercado, este tem se mantido satisfatório, dado que a produção tanto de ovos, como de frangos é consumida no próprio Estado e tem colocação assegurada no mercado de Salvador, BA. O preço do frango esteve em ascensão desde 1978 (quadro 81) e a média do ano foi superior às de anos anteriores, em valores reais (quadro 80). Os preços dos ovos, também, têm crescido, especialmente no primeiro semestre deste ano (quadro 83), sendo que a média anual de 1978 foi, em valores reais, menor que as de anos anteriores (quadro 82).

- Goiás

A avicultura goiana não tinha expressividade dentro da agropecuária do Estado. Entretanto, a partir de 1978, com a entrada em operação de grandes unidades produtoras de ovos, instaladas próximo ao eixo Goiânia-Anápolis, o abastecimento do mercado deverá atingir 90%

com ovos oriundos do próprio Estado.

Quanto a frangos produzidos em escala industrial, atende à pequena parcela do mercado, sendo o restante proveniente de outras unidades da Federação e, também, da avicultura "caipira". O abate em estabelecimentos fiscalizados atingiu, em 1978, 2.624.800 cabeças, cerca de 38% maior que 1977.

Segundo dados do Banco do Brasil e Banco do Estado de Goiás, a aplicação de crédito de investimento na avicultura atingiu, em 1978, Cr\$4.723.500 devendo atingir Cr\$20 milhões em 1979.

- Outros Estados

Nos estados de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso, a avicultura tradicional ainda predomina, e a produção caipira aliada à de algumas granjas e cooperativas que praticam a avicultura comercial, supre o mercado interno.

No Distrito Federal, o crescimento do consumo tanto de frango, como de ovos, tem atraído empresários de outros Estados, notadamente de São Paulo na área de postura, o que tem incrementado a produção avícola da região.

Informações recentes indicam que a próxima safra do milho deverá ser suficiente para atender ao consumo interno. O clima tem se mostrado propício à cultura do milho, esperando-se significativos aumentos de áreas em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Isto por certo terá reflexos positivos sobre o principal problema da avicultura, que é a escassez do milho.

A produção de frangos deverá se expandir com maior intensidade no próximo ano, dadas as condições favoráveis do mercado para carnes de aves, com preços em ascensão, demanda crescente e incremento nas exportações.

A produção de ovos, nas tradicionais zonas produtoras, terá sua expansão em função do aumento no consumo que ainda é relativamente baixo. As novas zonas produtoras de Goiás e do Distrito Federal trarão com certeza aumentos substanciais na produção de ovos da Região Centro-Sul nos próximos anos.

(IEA, 27/09/79)

QUADRO 80 . - Preços Médios Anuais Recebidos pelos Produtores de Frangos, Região Centro-Sul, Brasil, 1975-79

(em Cr\$/kg)

Estado	1975		1976		1977		1978		1979 ⁽¹⁾	
	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Minas Gerais	7,60	21,25	9,32	18,45	12,35	17,13	17,19	17,19	23,85	17,70
Espírito Santo	6,70	18,73	9,44	18,68	14,06	19,50	18,73	18,73	26,32	19,54
Rio de Janeiro	6,57	18,37	8,62	17,06	11,12	15,42	16,33	16,33	21,48	15,94
São Paulo	5,23	14,62	6,85	13,56	9,11	12,63	13,30	13,30	16,69	12,39
Paraná	6,74	18,84	8,77	17,36	11,56	16,03	16,21	16,21	23,83	17,69
Santa Catarina	5,83	16,30	7,20	14,25	9,50	13,17	13,58	13,58	20,68	15,35
Rio Grande do Sul	5,42	15,15	6,95	13,76	8,98	12,45	12,92	12,92	18,76	13,93
Goiás	10,52	29,41	13,48	26,68	20,38	28,26	30,73	30,73	47,92	35,57
Mato Grosso	9,19	25,70	12,70	25,14	17,34	24,05	26,88	26,88	41,57	30,86

⁽¹⁾ Média de janeiro a julho.

⁽²⁾ Em cruzeiro de 1978, calculados pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 81 . - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores de Frangos, Região Centro-Sul, Brasil, 1978-79

(em Cr\$/kg)

Mês	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Goiás
1978									
Jul.	16,37	18,07	15,47	10,99	15,82	13,45	14,18	26,50	31,48
Ago.	17,77	18,66	16,23	12,69	16,37	13,66	14,21	28,85	33,36
Set.	19,02	20,13	16,30	13,61	16,53	14,46	14,06	28,94	32,44
Out.	19,55	21,29	18,25	15,11	17,73	15,45	14,22	34,23	35,09
Nov.	20,50	22,75	19,04	18,36	18,90	16,02	15,13	34,48	36,47
Dez.	21,58	22,94	21,61	18,85	20,94	17,34	15,77	35,59	39,07
1979									
Jan.	21,17	24,63	20,95	16,19	21,01	16,95	15,32	36,35	43,68
Fev.	22,15	24,31	21,97	16,19	23,01	19,86	16,22	38,59	41,31
Mar.	24,46	24,95	19,77	15,63	23,59	20,25	18,99	39,66	44,24
Abr.	24,11	26,37	21,46	16,86	24,05	20,84	19,95	41,17	46,12
Mai.	24,11	26,22	20,76	16,49	24,62	21,70	20,48	42,95	50,32
Jun.	25,05	28,04	22,13	16,00	25,06	21,94	20,45	46,07	53,27

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 82. - Preços Médios Anuais Recebidos pelos Produtores de Ovos, Região Centro-Sul, Brasil, 1975-79

(em Cr\$/dz.)

Estado	1975		1976		1977		1978		1979 ⁽¹⁾	
	Corrente	Real (²)	Corrente	Real (²)	Corrente	Real (²)	Corrente	Real (²)	Corrente	Real (²)
Minas Gerais	4,18	11,69	5,20	10,29	6,72	9,32	8,50	8,50	10,80	8,02
Espírito Santo	4,06	11,35	6,08	12,03	7,94	11,01	10,81	10,81	14,18	10,53
Rio de Janeiro	4,34	12,14	6,07	12,01	8,27	11,47	10,58	10,58	14,26	10,59
São Paulo	3,31	9,26	4,78	9,46	6,49	9,00	8,76	8,76	11,23	8,34
Paraná	3,97	11,10	5,48	10,85	7,40	10,26	10,26	10,26	13,77	10,22
Santa Catarina	3,96	11,07	5,60	11,08	7,36	10,21	10,16	10,16	14,50	10,76
Rio Grande do Sul	4,35	12,16	6,18	12,23	7,97	11,05	11,59	11,59	15,15	11,25
Goiás	4,57	12,78	6,32	12,51	9,69	13,44	13,75	13,75	19,25	14,29
Mato Grosso	4,92	13,76	6,48	12,83	9,58	13,28	13,19	13,19	18,01	13,37

(¹) Média de janeiro a julho.

(²) Em cruzeiro de 1978, calculados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 83. - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores de Ovos, Região Centro-Sul, Brasil, 1978/79

(em Cr\$/dz.)

Mês	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Goiás
1978									
Jul.	9,18	11,05	11,40	9,83	10,74	11,14	12,91	13,07	14,43
Ago.	10,06	12,15	11,18	10,02	11,46	10,85	12,74	13,78	14,55
Set.	9,63	12,09	11,40	9,71	11,38	10,20	12,68	14,39	14,52
Out.	8,06	11,60	10,28	8,60	11,16	10,15	11,66	14,62	14,97
Nov.	7,18	12,06	10,67	7,73	11,06	9,90	11,44	14,61	15,16
Dez.	8,19	11,40	10,81	8,40	11,34	10,43	11,87	14,91	15,29
1979									
Jan.	8,42	11,56	10,98	8,82	11,59	11,70	11,44	16,02	15,68
Fev.	9,20	12,59	12,19	10,20	12,14	12,18	13,16	16,17	16,07
Mar.	13,66	13,96	13,65	11,62	13,19	13,43	13,74	17,32	18,14
Abr.	11,46	14,85	15,05	12,37	14,56	15,62	16,65	18,36	20,16
Mai.	11,46	15,02	15,12	11,33	14,73	15,84	16,65	19,24	20,58
Jun.	10,03	15,37	16,35	11,54	15,04	16,13	17,72	19,61	21,24

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 84 . - Evolução da Produção e Preços na Avicultura, Estado de São Paulo, 1974-79

Ano	Frango			Ovo		
	Produção (mil t)	Preço recebido pelo produtor (Cr\$/kg)		Produção (milhão dz.)	Preço recebido pelo produtor (Cr\$/dz.)	
		Corrente	Real ⁽¹⁾		Corrente	Real ⁽¹⁾
1974	230,0	4,39	15,68	388,0	2,90	10,36
1975	240,0	5,23	14,62	442,0	3,31	9,26
1976	275,0	6,85	13,56	450,0	4,78	9,46
1977	286,0	9,11	12,63	550,0	6,49	9,00
1978	294,7	13,30	13,30	569,2	8,76	8,76
1979 ⁽²⁾	327,1	16,69	12,39	597,7	11,23	8,34

⁽¹⁾ Em cruzeiro de 1978, através do Índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽²⁾ Estimativas preliminares, baseadas nas informações disponíveis até julho de 1979.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 85 . - Preço Médio de Milho ao Nível do Produtor, e Relação de Preços Frango-Ração e Ovo-Ração, Estado de São Paulo, 1974-79

Ano	Preço médio de milho (Cr\$/sc.60kg)		Relação de preços			
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Frango/ração		Ovo/ração	
			⁽²⁾	Índice	⁽³⁾	Índice
1974	32,85	117,30	4,26	100	2,93	100
1975	48,09	134,46	3,76	88	2,65	90
1976	59,34	117,45	3,61	85	2,91	99
1977	68,65	95,20	3,57	84	3,05	104
1978	131,27	131,27	3,69	87	2,95	101
1979 ⁽⁴⁾	165,23	122,65	3,11	73	2,39	82

⁽¹⁾ Em cruzeiro de 1978, através do Índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽²⁾ Quantidade em quilograma que se pode adquirir de ração para frango de corte com um quilograma de frango vivo.

⁽³⁾ Quantidade em quilograma de ração para poedeira que pode ser adquirida com uma dúzia de ovos.

⁽⁴⁾ Estimativas preliminares, baseadas nas informações disponíveis até julho de 1979.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Pecuária de Corte

- Panorama internacional

A perspectiva de produção mundial de carnes indica um crescimento moderado com relação ao ano passado, mas esse incremento fica por conta dos aumentos de produção das carnes de aves e suína. Esta última, inclusive, ultrapassará pelo segundo ano consecutivo a produção de carne bovina ⁽¹⁾.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), os preços da carne bovina continuarão firmes, sem no entanto atingirem os níveis recordes de 1970-72.

Alguns fatores se conjugam para que se verifique a seguinte situação: a) de um lado, os preços relativamente baixos nos últimos anos (1975-77) levaram a maior abate, inclusive de fêmeas, redundando em redução drástica dos plantéis a nível mundial; b) como consequência, houve a partir de 1978 um declínio da produção, notadamente nos Estados Unidos, maior produtor mundial; e c) verificou-se um aumento das necessidades de importação por parte dos EUA e de outros países desde meados de 1978, quando as cotações começaram a subir, tanto nos mercados de cada país, como no comércio internacional.

Esse aumento geral dos preços vem, desde então, se traduzindo num estímulo ao desenvolvimento da atividade pecuária, já se observando diminuição no abate de fêmeas e uma preocupação de recuperação dos rebanhos, o que, possivelmente, se refletirá numa regularização dos mercados para fins de 1980, começo de 1981. Essa necessidade de reposição dos plantéis contribui, por sua vez, para um agravamento da escassez a nível mundial, fazendo com que a situação de gargalo permaneça no comércio mundial. A tendência de uma elevação ainda maior dos preços deve ser equilibrada pela retração do consumo de carne bovina e sua substituição por outras carnes. A queda da produção nos principais países produtores pode ser estimada, para 1979, da ordem de 8% em relação ao ano anterior.

De forma sucinta observa-se o seguinte quadro para os principais países importadores e exportadores de carne bovina, para o ano: do lado dos importadores, os EUA devem apresentar redução na produção de cerca de 10%, principalmente de carnes industrializadas, dadas as altas cotações da carne fresca, o que acarretará aumento significativo de suas necessidades de importação, notadamente de carne industrializada; a Comunidade Econômica Européia (CEE) apresenta estabilização da produção juntamente com redução dos estoques oficiais de carnes, mas suas importações não devem ultrapassar 60 mil toneladas; o Japão, apesar de ser um dos países que apresentarão aumento na produção, para atender ao crescimento do seu consumo interno, importará cerca de 120 mil toneladas; a Rússia, que foi grande importadora no ano passado, em função da recuperação na sua produção, não deverá participar ativamente do mercado internacional; outro país que se tornou grande importador nos últimos anos, o Brasil, já tinha autorizado até julho compras externas da ordem de 70 mil toneladas, mas frente à alta dos preços internacionais não parece viável que continue comprando a esse ritmo; do lado dos exportadores, as considerações ficam para os três principais supridores mundiais: a Austrália numa política clara de recuperação de seu plantel reduziu bastante sua produção e exportações, o que se configura numa disponibilidade externa de menos 14%, em relação a 1978; o panorama na Nova

⁽¹⁾ Estimativas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) para carne bovina, em milhões de toneladas: 1977, 48,1t; 1978, 47,9t; 1979, 46,5t.

Zelândia não é muito diferente do australiano, e sua produção deve se reduzir em torno de 15%; e na Argentina, a recuperação do rebanho também é a tônica, apesar do ritmo de abate atual ser bastante intenso. Porém, a produção estimada é 6% inferior a 1978 e as exportações devem se situar 7% abaixo, malgrado os preços estarem em franca ascensão, tendo apresentado em inícios de setembro a cotação de U\$2.000/tonelada, o que em termos brasileiros significa mais de Cr\$1.200,00/15kg.

- Mercado interno

A pecuária bovina brasileira de corte, especialmente a do Centro-Sul, apresenta características muito parecidas com as que prevalecem no mercado internacional. Após a euforia dos anos 1973-74, quando os preços atingiram, em termos reais, seus valores máximos, a pecuária atravessou um período de crise latente nos anos seguintes. No entanto, se esse período não afetou aos grandes criadores e invernistas, ele teve um forte efeito junto aos pequenos criadores, responsáveis por parcela significativa da produção, pois sobre eles recaíram as conseqüências do processo de deteriorização dos preços no mercado, fazendo com que no período 1975-78 vendessem suas matrizes para fazer frente a seus compromissos financeiros, levando a uma descapitalização do setor.

O resultado disso não se fez esperar e ao mesmo tempo em que crescia a produção de carne, com conseqüente maior declínio dos preços, os rebanhos para a manutenção da produção futura eram esgotados a um nível jamais alcançado na história recente da pecuária brasileira. A participação governamental no mercado, durante esse período, foi fundamental para que tal panorama se observasse. Não pela intervenção direta como regulador de preços, mas pela compra a preços aviltados no intuito de compor seus estoques reguladores, visto que dadas as baixas cotações do mercado e as políticas de estocagem para controle de preço ao consumidor na entressafra, houve matança intensiva, principalmente de fêmeas oriundas de pequenos produtores. Essa política de curto prazo para atender ao abastecimento funcionou enquanto os estoques permitiram, mas a partir daí (1978/79) ela passou a jogar contra a meta preconizada de manutenção de preços nas entressafras, dado que, para agravar a situação, as condições do mercado internacional elevaram de tal forma as cotações, que passou a ser inviável importar para compensar o déficit de produção interna, principalmente em 1979. Como resultado de todo esse processo, os preços internos começaram a subir desde a entressafra do ano passado, para nesta seca atingirem os índices recordes de 1974, ou mesmo ultrapassando-os, em termos reais (quadro 86). O resultado mais imediato foi a valorização proporcionalmente maior do bezerro, que atua como forte estímulo para a fase de cria, levando o produtor à retenção de matrizes, que no quadro brasileiro contribui para diminuir ainda mais a produção.

Essa situação deverá prevalecer até que o rebanho se recomponha, o que se espera aconteça a partir de 1981. Enquanto isso, os preços continuarão subindo e a redução do consumo deve ser compensada pela diminuição da produção, que nesta época do ano (agosto a dezembro) é agravada pelas condições das pastagens, que não permitem engorda satisfatória. Esse início de um novo ciclo de recomposição dos rebanhos se traduz pelo aquecimento dos mercados de matrizes e reprodutores, que pode ser comprovado pelos altos preços alcançados por essas categorias de animais nos recentes leilões havidos em todo o Brasil Central pecuário.

A política de estocagem do Governo para o ano continuou baseada, no seu início, na pressuposição de mercado aviltado, o que já não ocorria desde o ano passado. Além disso, as informações sobre o montante do estoque regulador são extremamente desconstruídas, o que con

tribui ainda mais para a conturbação do mercado. Em julho, o Conselho Monetário Nacional afirmava ter 167 mil toneladas, enquanto fontes da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) garantiam ter 120 mil toneladas, do que discordavam, inclusive, os frigoríficos. Numa tentativa de estabilizar o mercado, o Governo propôs, em setembro, que os frigoríficos comprassem toda a carne possível a Cr\$1.000,00 a arroba, ficando para a COBAL a responsabilidade de abastecer o mercado de carne congelada durante a entressafra, inclusive os açougues que estavam fora do esquema oficial. Essa política de preços, mais realista, aliada a estímulos creditícios junto ao pequeno e médio produtor deverão produzir resultados a médio prazo para o setor, mas de imediato as condições de preços elevados e abastecimento deficiente deverão prevalecer. Em todos os estados do Centro-Sul, notou-se diminuição dos abates com relação ao ano passado, em percentuais que variam, a título de ilustração, de 8% no Rio Grande do Sul, 20% em Minas Gerais, e 25% no Paraná, com uma forte redução na participação de fêmeas nesse abate.

Os efetivos dos rebanhos dos estados do Centro-Sul têm acusado uma redução acentuada nos últimos anos, pois além das razões de mercado, contribuíram também fenômenos climáticos, como as enchentes do Pantanal a partir de 1974, as geadas de 1975 e 1979 e as secas prolongadas dos últimos anos. Dessa forma, o quadro da pecuária de corte do Centro-Sul se resume a uma recomposição dos rebanhos, estimulada pela fase de alta de preços, que inclusive é de caráter mundial, com conseqüente redução na produção e no consumo, e aumento nos preços reais, que deverão se manter até meados de 1981.

(IEA, 23/10/79)

QUADRO 86. - Evolução dos Preços do Boi Gordo e do Bezerro, Estado de São Paulo, 1969-79

Ano	Boi gordo (Cr\$/15kg)		Bezerro (Cr\$/unid.)	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
1969	20,93	94,41	83,54	376,80
1970	30,09	113,30	121,68	458,15
1971	42,13	131,72	209,24	654,15
1972	53,18	142,14	310,07	828,76
1973	76,50	177,61	409,50	950,74
1974	106,80	192,68	541,50	976,96
1975	114,94	161,85	457,99	644,90
1976	142,52	142,52	486,07	486,07
1977	198,79	139,28	653,14	457,59
1978	361,72	182,74	1.589,37	802,95
1979 ⁽²⁾	586,20	199,08	3.283,13	1.114,95

⁽¹⁾ Deflacionado com base no Índice "2" da Conjuntura Econômica. Base: 1976 = 100.

⁽²⁾ Média de preços do 1º semestre de 1979.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Panorama internacional

A oferta mundial de leite de vaca em 1978 alcançou 402 milhões de toneladas, representando acréscimo de 1,2% em relação ao ano anterior. Para o corrente ano, prevê-se uma expansão da produção leiteira em torno de 2%⁽¹⁾. Na Comunidade Econômica Européia (CEE), apesar de continuarem a vigorar medidas de contenção da produção, em 1978 houve aumento de 3,2%, atingindo 105,9 milhões de toneladas de leite, como decorrência da melhoria na produtividade e de condições climáticas favoráveis⁽²⁾. Para 1979, devido ao rigoroso inverno no primeiro semestre, prevê-se aumento de apenas 1,6% na produção, em relação ao ano passado. Para a França, Alemanha Ocidental e Reino Unido, principais produtores da CEE, que em 1978 tiveram variação relativa de, respectivamente, -0,9%, 3,4% e 4,9%, em relação ao ano anterior, prevê-se em 1979 moderados crescimentos de 0,8%, 0,9% e 3,3%.

Na URSS, maior produtor mundial de leite, embora as más condições climáticas tenham afetado a disponibilidade de forragens, houve ainda assim um crescimento de 0,4% em 1978, atingindo 95 milhões de toneladas. Para 1979, prevê-se um aumento de 2% na produção, como consequência do aumento do rebanho e das medidas governamentais voltadas para obtenção de melhores rendimentos.

De modo geral, em 1978, houve aumento da produção em quase todos os países, à exceção de: África do Sul (-10,4%), Nova Zelândia (-8,5%), Austrália (-10,2%), Canadá (-2,3%), França (-0,9%) e Estados Unidos (-0,6%). Para este último, a conjugação de uma pequena redução do rebanho leiteiro (-1%) com a deterioração da qualidade dos pastos, devido às condições climáticas adversas, provocaram queda na produção de leite. Seu volume total alcançou 55,3 milhões de toneladas. Em 1979, o aumento previsto para a produção norteamericana é de 1%. Os preços favoráveis das rações e o aumento da produtividade do rebanho são os responsáveis por esse acréscimo.

Nos Estados Unidos, em 1978, o aumento de 7% no consumo doméstico de queijo levou a um crescimento de 5% na sua produção. Em 1979 o leite continuará a ser principalmente destinado à produção de queijo, visando recuperar seus estoques, uma vez que os de leite em pó e de manteiga ainda excedem à demanda comercial.

A produção mundial de queijo apresentou aumento de 3,8% em 1978, para um crescimento da demanda estimada em 4,3%. Prevê-se, para 1979, incrementos maiores na produção, uma vez que nos Estados Unidos e na Rússia são esperadas taxas superiores a 7%.

Os altos estoques de leite da CEE refletiram na expansão da produção de derivados em 1978, com aumento de aproximadamente 8,7% na produção de manteiga; 14,5% na de leite em pó desnatado e 3% na de queijo. Espera-se, em 1979, que os subsídios para exportação e consumo contribuam para solucionar o problema de excesso de manteiga. Os subsídios à utilização de leite em pó na alimentação animal e na produção de caseína atuaram para aliviar os estoques daquele produto.

(1) Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

(2) Agra-Europe, nº 810, 813, 826 (1979).

- Situação interna

A produção brasileira de leite, em 1978, atingiu cerca de 10,5 bilhões de litros, com um acréscimo de 13% em relação ao ano anterior. A produtividade anual média foi de 735 litros por vaca em lactação (3,4).

Embora a produção brasileira venha crescendo ano a ano, a oferta de leite cru e beneficiado tem sido menor, enquanto que cresce mais do que proporcionalmente o volume de leite destinado à industrialização. Assim, em relação a 1975, a produção total cresceu 22%; o leite cru e pasteurizado teve uma queda de 19%; o leite em pó, um aumento de 81%; a produção de queijos, um aumento de 48%; a de manteiga, mais 23%; e outros produtos (leite condensado, doce de leite, etc.), mais 91%⁽³⁾.

As indústrias têm preferido incrementar a produção dos derivados do leite, visto que estes produtos garantem maiores margens de lucro que o leite pasteurizado. Em consequência, a população de menor poder aquisitivo, que consome o produto de preço mais reduzido (leite pasteurizado), vem sendo penalizada nas suas necessidades alimentares.

A Região Centro-Sul, responsável por 88% do total nacional, superou em 15% a produção de 1977⁽³⁾, graças às boas condições climáticas ocorridas em 1978. A maior utilização de silagens e pastagens melhoradas, assim como a introdução de raças especializadas, tem contribuído para a melhoria da produtividade do rebanho, principalmente nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

No decorrer de 1979, as geadas de maio e junho atingiram de forma bastante intensa as pastagens de diversos estados, sendo que em São Paulo e Minas Gerais as quedas de produção foram avaliadas em 20% sobre a produção normal da época.

Os preços recebidos pelos pecuaristas, determinados por portarias da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), têm sido inferiores ao custo de produção estimado por litro de leite. Para o município de Cunha, no Estado de São Paulo, foi estimado em junho de 1979 um custo de produção de Cr\$6,60 por litro de leite tipo "C" produzido⁽⁴⁾; na mesma época, o preço pago por litro de leite-quota, enviado às regiões metropolitanas, era de Cr\$5,70. Nova portaria, em fins de agosto, fixou em Cr\$6,30 o preço para o mesmo tipo de leite, a vigorar até novembro, quando então passaria a vigorar o preço de Cr\$6,84 o litro, apenas 9% superior ao anterior, não devendo alterar a situação de déficit da atividade leiteira.

Os produtores têm protestado contra a política de preços adotada pelo Governo, a qual vem desestimulando o setor, sem resolver o problema do abastecimento da população de menor poder aquisitivo, já que o produto mais barato é encontrado em quantidade insuficiente.

A fixação de preços mais remuneradores para os produtores, aliada a uma nova política de preços para os derivados como já vem ocorrendo, permitiria uma reorientação da oferta do produto "in natura", com um provável aumento na oferta do leite tipo "C". Este, embora mais caro, poderia ser encontrado em quantidades mais razoáveis que as atuais.

Na entressafra de 1979, o volume de leite reconstituído não se mostrou significativo dada a insuficiência da quantidade de leite em pó estocada, apesar da boa produção de 1978.

⁽³⁾ SIPA/MA.

⁽⁴⁾ Instituto de Economia Agrícola.

Para o ano corrente o volume total deverá sofrer uma queda significativa em relação a 1978, não só pelas más condições climáticas, como também pelo envio de fêmeas ao abate, devido à atração dos altos preços da carne. O segundo fator deverá repercutir também em anos posteriores, pois o reestabelecimento do rebanho não se fará a curto prazo. Em consequência, as estocagens de leite em pó na atual safra deverão comprometer o abastecimento na entressafra de 1980, quando provavelmente haverá necessidade de se importar o produto.

- Minas Gerais

Com uma produção de 2,5 bilhões de litros em 1978, o Estado tinha um rebanho de 2,8 milhões de vacas em lactação⁽⁵⁾, pulverizado em pequenas criações, uma vez que cerca de 85% dos pecuaristas obtêm até 100 litros diários, principalmente de leite tipo "C".

As principais bacias leiteiras do Estado são: Sul de Minas, a de maior produção e produtividade, maior fornecedora de São Paulo; Zona da Mata, ligada ao Rio de Janeiro; e Região Metalúrgica, fornecedora de Belo Horizonte.

Ocorre, no Estado, uma maior concentração de produtores do leite tipo "B" nas áreas que fornecem às cidades de maior densidade populacional e maior poder aquisitivo (Belo Horizonte e Sul de Minas, que envia o produto principalmente para São Paulo).

A geadas de junho de 1979 prejudicou bastante a atividade leiteira, atingindo principalmente o Sul de Minas, o que possivelmente levará a uma retração na produção em relação ao ano anterior.

- São Paulo

Em 1978, a produção do Estado foi estimada em 1,7 bilhão de litros, com produtividade de 4 litros por vaca em lactação/dia. As principais regiões produtoras foram Ribeirão Preto (345 milhões de litros), Campinas (265 milhões de litros), São José do Rio Preto (264 milhões de litros) e o Vale do Paraíba (263 milhões de litros). São José do Rio Preto tem o maior número de produtores (18.150) e a menor produtividade (2,8 litros por vaca em lactação/dia)⁽⁶⁾.

Foram produzidos em São Paulo 402 milhões de litros de leite tipo "C", 238 milhões de litros de leite tipo "B", sendo ainda enviados para industrialização 709 milhões de litros⁽⁷⁾.

A Grande São Paulo consumiu, em 1978, 674 milhões de litros de leite, sendo 200 milhões de litros do tipo "B"⁽⁸⁾.

O leite distribuído de janeiro até agosto de 1979 sofreu decréscimo de 2% comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Em agosto de 1979, o déficit no abastecimento atingiu o seu pico, pois foi distribuído apenas 1,6 milhão de litros diários na Grande São Paulo⁽⁸⁾.

⁽⁵⁾ SERPA - MG.

⁽⁶⁾ IEA - SP.

⁽⁷⁾ DIPOA - SP.

⁽⁸⁾ SUNAB - SP.

- Goiás

Em 1978, a produção de Goiás foi de 887 milhões de litros, dos quais foram exportados dos 301 milhões, sendo ordenhadas no ano 2,4 milhões de vacas⁽⁹⁾.

No Estado podem ser citadas três bacias leiteiras. A maior é a de Goiânia, com 34% da produção, tendo também a maior produtividade, 429 litros/vaca em lactação/ano. A de São Paulo responde por 22% da produção com uma produtividade de 383 litros/vaca em lactação/ano. A de Brasília com 7% de participação e produção de 362 litros/vaca em lactação/ano⁽¹⁰⁾.

- Rio Grande do Sul

A produção de 1978 foi estimada em 831 milhões de litros, com uma produtividade por vaca em lactação de 960 litros/ano e um período médio de lactação de 240 dias⁽¹¹⁾.

Espera-se, para 1979, um considerável aumento na participação do leite entregue para industrialização, devendo, pois, ocorrer queda na distribuição de leite pasteurizado.

- Paraná

A produção de 1978 atingiu 750 milhões de litros⁽¹²⁾ com produtividade que variou entre 720 e 960 litros/ano por vaca em lactação⁽¹³⁾. Caracteriza-se a atividade como altamente atomizada, já que mais frequentemente se verifica a ocorrência de 2 a 3 cabeças de gado por criador⁽¹³⁾.

A Região Sul paranaense apresenta maior índice de produtividade que as Regiões Norte e Nordeste, dado o uso de tecnologia mais desenvolvida.

São Paulo é o maior importador da produção de leite do Paraná, com 49 milhões de litros. Quanto aos derivados, São Paulo também é seu maior importador (8.461 t), seguido do Rio de Janeiro (1.377 t) e Santa Catarina (1.305 t)⁽¹⁴⁾.

O consumo de leite tem aumentado em Curitiba sendo que em 1978 foi de 69 milhões de litros, 8% a mais que em 1977⁽¹⁵⁾.

⁽⁹⁾ CEPA - GO.

⁽¹⁰⁾ EMATER - GO.

⁽¹¹⁾ CEPA - RS.

⁽¹²⁾ DERAL.

⁽¹³⁾ CEPA - PR.

⁽¹⁴⁾ GEIPOA - PR.

⁽¹⁵⁾ SUNAB - PR.

- Rio de Janeiro

A produção estadual em 1978 foi de 405 milhões de litros. Em 1977, o rebanho leiteiro era estimado em 1,8 milhão de cabeças, correspondendo a uma participação de 75% do rebanho total⁽¹⁶⁾. A predominância, como nos demais estados da região Centro-Sul, é de produtos de até 100 litros/dia (83%), que respondem por 41% da produção⁽⁶⁾.

O Estado é caracterizado como importador de leite, estimando-se o consumo estadual em 545 milhões de litros⁽⁷⁾.

A produção de leite tipo "B", da ordem de 13 milhões de litros, é enviada principalmente a São Paulo⁽¹⁷⁾.

- Santa Catarina

Foram produzidos, em 1978, 385,6 milhões de litros de leite, com produtividade média anual de 1.095 litros por vaca em lactação. Para 1979, espera-se aumento na produção, passando a 407 milhões de litros⁽¹⁸⁾.

O Estado dispõe de um rebanho de 2,2 milhões de cabeças, sendo que em produção de leite encontram-se 0,3 milhão de cabeças de gado especializado e 1,3 milhão de cabeças de gado misto⁽¹⁸⁾.

A produção mais especializada acha-se na região de Lages, enquanto que nas regiões de Chapecó, Grande Florianópolis e no Sul do Estado a atividade não é especializada, sendo desenvolvida com gado misto.

A maior parte da produção de Santa Catarina é consumida como leite cru e na forma de produtos domésticos. Em 1978 foram enviados 93 milhões de litros de leite⁽¹⁹⁾ às usinas.

- Mato Grosso do Sul

Em 1978 o Estado teve produção de 300 milhões de litros⁽²⁰⁾, com produtividade média de 2 litros/dia por vaca em lactação e um período de produção de 8 a 9 meses⁽²¹⁾. A reduzida produtividade é explicada por ser a produção de leite atividade secundária da pecuária de corte, sendo o fornecimento do produto efetuado principalmente pelas fazendas próximas aos maiores centros urbanos. Em consequência, Mato Grosso do Sul ainda importa leite de outros estados, para complementação do seu abastecimento.

As maiores indústrias de leite se acham em Campo Grande e Aparecida do Taboado, com uma capacidade de recebimento/ano de 14 milhões de litros e 11 milhões de litros, respectivamente. Ambas operam apenas parte do ano⁽²¹⁾.

(16) EMATER - RJ.

(17) CEPA - RJ.

(18) CEPA - SC.

(19) EMATER - SC.

(20) SIPA/MA.

(21) EMATER - MS.

- Espírito Santo

A produção em 1978 foi de 285 milhões de litros, sendo a produtividade do rebanho em torno de 2 litros/dia por vaca em lactação⁽²²⁾.

As principais regiões produtoras são: Cachoeiro do Itapemirim (45%), Nova Venécia (25%), Colatina (20%) e Vitória (10%)⁽²²⁾.

Foram enviados à pasteurização e produção de derivados 282 milhões de litros. Deste total, 16% foram destinados ao consumo interno; 33% à exportação, principalmente para o Rio de Janeiro; 50% para industrialização; e 1% para estocagem⁽²³⁾.

(IEA, 22/10/1979)

⁽²²⁾ CEPA - SC.

⁽²³⁾ EMATER - SC.

- Suinocultura

- Panorama internacional

Apesar da expressiva redução na produção mundial de carne bovina, prevista para 1979, a produção mundial de carnes em geral deverá apresentar novo recorde este ano, segundo estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). A elevação dos preços da carne bovina verificada no mercado mundial tem incentivado a expansão das outras carnes, especialmente de suínos e aves.

Prevê-se que o abate de suínos nos Estados Unidos, no segundo semestre de 1979, será 15% a 18% superior ao registrado no período correspondente do ano anterior e, também, que a produção de leitões em junho-novembro de 1979 poderá superar em mais de 15% a de igual período do ano anterior, resultando em aumento de cerca de 15% nos abates do primeiro semestre de 1980 em relação ao primeiro semestre de 1979. Para o Canadá, espera-se que a produção de carne suína em 1979 será de 11% a 12% superior à de 1978. A produção de leitões na Comunidade Econômica Europeia em 1979, segundo o boletim Agro-Europe, deverá superar em 3,6% a de 1978. Não se dispondo de informações de decréscimo para qualquer país, infere-se que a produção mundial de carne suína, nos próximos doze meses, será muito superior a do período correspondente anterior, tendo continuidade, assim, os aumentos anuais sucessivos observados a partir de 1976.

A produção mundial de carnes (bovina, suína, ovina, caprina e avícola) em 1979, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), deverá atingir 130 milhões de toneladas, com aumento equivalente a 1,5% em relação a 1978. Para carne suína, espera-se crescimento em torno de 4% em relação aos 49,2 milhões de toneladas estimados para 1978.

- Situação interna

O movimento de abate de suínos sob inspeção federal no Brasil em 1978 somou 6,74 milhões de cabeças, 16% inferior ao registrado em 1977. Os preços para o produtor, após o período desfavorável que ocorreu na maior parte de 1978 nos principais estados produtores, têm aumentado expressivamente este ano, incentivando a produção de leitões, sobretudo em face dos preços relativamente baixos de rações. No período de janeiro a julho deste ano, houve aumento da ordem de 40% na cotação de suínos gordos, enquanto o preço da ração aumentou apenas 15% a 20%. No mesmo período de 1978, o preço de suínos gordos aumentou em cerca de 8%, enquanto o preço da ração aumentou entre 70% e 100%, reduzindo consideravelmente a margem de ganho da suinocultura, naquele ano. Considerando a relação de preço porco/milho, tem-se que em 1978 o valor de uma arroba de porco equivalia ao valor de aproximadamente 2 sacas de 60 quilos de milho, enquanto que no período abril-julho de 1979 a relação preço da arroba de suíno/sc. de 60kg de milho era de 1:3; já a partir de agosto essa relação tem diminuído, embora ainda se mantenha favorável ao suinocultor, dado as altas observadas nas cotações de milho.

A relação de preços porco/ração, da mesma forma, tem sido bem mais favorável ao suinocultor este ano, conforme pode se observar no quadro 87.

A eliminação do tabelamento do milho tende a motivar, a curto prazo, aumentos no custo de produção de suínos; entretanto, a expectativa de crescimento nas safras de milho e soja já esperado para 1980 deverá incentivar a expansão da suinocultura. Observa-se, também, que

a escassez de carne bovina tenderá a assegurar demanda firme para carne de porco. Diante desses fatores, apesar do desestímulo ocasionado pela peste suína africana (PSA) no ano passado e da diminuição na produção de leitões na segunda metade de 1978, é de se esperar que a produção de carne suína em 1980 seja superior à de 1979.

Além da redução no consumo e desestímulo à produção, o aparecimento da PSA em 1978 ocasionou queda sensível nas exportações, que vinham crescendo rapidamente desde 1975. Segundo a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), a exportação de carne suína congelada, de 1977 para 1978, caiu 61,4% atingindo 4.900 toneladas, enquanto que em 1979 ainda não se registraram, praticamente, embarques.

- Paraná

No período julho-agosto de 1979, o mercado de suínos no Paraná mantinha-se firme, com uma oferta de animais acabados menor que a procura, com os preços dos animais terminados cotados a Cr\$480 - 490,00/15kg. Os financiamentos para investimentos estavam sendo liberados em montante apreciável, refletindo a disposição dos suinocultores em aumentar o rebanho, apesar dos custos de produção estarem se elevando devido aos crescentes preços do milho e da ração. A evolução dos preços dos suínos gordos, no período de janeiro a julho de 1979, a nível do produtor registrou aumento de 27% contra 4,2% verificado no mesmo período do ano anterior. Em Curitiba, em julho de 1979, o porco vivo, tipo misto, estava cotado a Cr\$387,60/15kg; no mesmo período do ano anterior essa cotação estava ao redor de Cr\$318,00/15kg.

Segundo informações do Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Paraná (DERAL), o custo total médio de produção de suínos acabados foi estimado, em março de 1979, em Cr\$18,95/kg, e o custo variável médio em Cr\$15,07/kg, valores esses que, comparados ao preço médio de Cr\$23,50/kg registrado pelo Serviço de Informação de Mercado Agrícola (SIMA), para porco tipo "carne", em Curitiba, no período, indicam lucro bruto de Cr\$4,55/kg.

Considerada plenamente superada a crise sofrida pelo setor no ano passado, os preços recebidos pelo suinocultor vêm estimulando a atividade em todas as regiões produtoras. No entanto, há de se considerar como fator negativo a quantidade de milho disponível no mercado que já se apresenta insuficiente, bem como o receio de que a distribuição do produto importado seja feita apenas para outros estados, face à premissa de que o Paraná dispõe de milho suficiente. Enquanto o milho estava cotado em julho entre Cr\$150,00 e Cr\$170,00 por saca de 60kg, as restrições ao crédito de custeio para aquisição deste insumo gerava um profundo descontentamento entre os que se dedicam à atividade. A comercialização de suínos acabados tem sido um ponto crítico para o desenvolvimento da suinocultura paranaense, de vez que a venda da produção depende, na maior parte, da exportação para outros estados, dada a pequena capacidade dos abatedouros no Estado. Entretanto, já se observa um crescente interesse, tanto na abertura de novos estabelecimentos quanto na modernização e ampliação da capacidade de abate já existente no estado.

- Santa Catarina

O rebanho suíno de Santa Catarina, em 1979, segundo a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado de Santa Catarina (CEPA-SC), está estimado em 3,2 milhões de cabeças. O volume de abates em 1979, também segundo a CEPA-SC, está previsto em 2,8 milhões de cabeças,

que equivale ao abate de 2.819 mil cabeças, em 1978. Os preços reais de suínos para corte, a nível do produtor, registraram diferença de 5% entre janeiro e julho de 1979, enquanto que para o mesmo período de 1978 a variação em termos reais era de -21%. Em julho de 1979, o preço médio do suíno para corte, a nível do produtor, foi de Cr\$327,42/15kg.

As últimas informações indicam que a peste suína africana (PSA) acha-se sob controle, e que as expectativas otimistas dos produtores quanto ao mercado deverão se refletir em aumento na produção de leitões e de porcos para abate.

- Rio Grande do Sul

O abate de suínos sob inspeção federal no Rio Grande do Sul, de janeiro a julho do corrente ano, somou 1.486 mil cabeças contra 1.353 mil cabeças de janeiro a julho de 1978. Os preços de suínos para abate, a nível do produtor, registraram média de Cr\$282,24/15kg em junho de 1979. No período de janeiro a junho de 1979, esse preço apresentou crescimento em valor real em torno de 18%, comparado à desvalorização real de 11% observada em igual período no ano anterior.

- São Paulo

O abate total de suínos no Estado de São Paulo, em 1978, foi estimado em 830 mil cabeças, representando redução de 14% em relação a 1977. Essa queda no abate é atribuída às medidas de restrição na comercialização interestadual impostas em 1978, o que resultou em diminuição de importação de animais de outros estados. As relações de preço porco/milho e porco/ração este ano apresentaram-se consideravelmente maiores comparadas às de 1978 (quadro), traduzindo os expressivos aumentos ocorridos nos preços de suínos, com aumentos relativos menores nos preços de rações e ingredientes para rações. O preço médio recebido pelo produtor, em julho de 1979, foi de Cr\$488,80/15kg de porco tipo "carne", representando aumento equivalente a 42,6% aos registrados em janeiro, enquanto que no mesmo período de 1978 os preços apresentaram um crescimento de 9,2%. Quanto à relação de preços porco/milho, a mesma situava-se, em junho de 1979, no valor sem precedente nos últimos 18 meses de 2,94, comparada com o valor de 1,80 verificado em janeiro deste ano, índice mais baixo desde janeiro de 1978. A relação de preço porco/ração, por sua vez, também tem se mostrado consideravelmente elevada desde dezembro de 1978, o que traduz, sem dúvida, uma situação favorável para o produtor de suínos, que deverá se manter até o final do período.

A nível do consumidor, o preço médio da carne suína registrado na cesta de mercado na Cidade de São Paulo em 1978 foi de Cr\$44,63/kg, correspondendo a uma elevação de 33% em relação a 1977. Nos primeiros oito meses de 1979 (janeiro-agosto), esse preço médio aumentou 37,6% alcançando o valor de Cr\$76,74/kg, em comparação aos 4,6% de aumento verificado no mesmo período de 1978. O preço da carne bovina, considerada a de maior preferência do consumidor, de janeiro a agosto de 1979 aumentou 45,4%, apresentando um valor médio ponderado de Cr\$83,35/kg, enquanto no mesmo período de 1978 o crescimento observado nos preços médios foi de 36,6%. Esta comparação pode indicar, implicitamente, tendência de aumento da demanda de carne suína e possibilidade de aumento dos preços do produto e derivados.

- Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais abriga o equivalente a cerca de 10% do rebanho suíno nacional, rivalizando com Santa Catarina e vindo em seguida ao Paraná e Rio Grande do Sul, que disputam o primeiro lugar, abrigando 15% a 17%, cada um deles, do total. Os últimos dados disponíveis, da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Minas Gerais (CEPA-MG), davam para o rebanho suíno mineiro 3,6 milhões de cabeças, e segundo a SERCA-MG foram abatidos em 1978 um total de 269,5 mil suínos, com acréscimo de 26,6% em relação a 1977.

A produção de carne é relativamente pequena para o rebanho suíno existente, devido a índices de tecnificação ou formas de organização da produção ainda inferiores às encontradas em outros estados. As cotações de suínos este ano mostram-se bastante superiores se comparadas às do ano anterior. Como exemplo, segundo dados do SIMA, o porco "em pé" em Belo Horizonte, com preço médio de Cr\$290,12/15kg em julho de 1978, apresentou acréscimo de 17% em valor real, alcançando cotações de Cr\$501,36/15kg, em igual período deste ano.

Consta, pelos órgãos locais, que a suinocultura estadual acha-se definitivamente recuperada dos efeitos negativos da peste suína africana (PSA) ocorrida em 1978, e que a oferta de animais tende a aumentar sensivelmente a par da melhoria no padrão tecnológico empregado nas criações.

- Goiás

Segundo estimativas da Delegacia de Goiás da Fundação IBGE, e da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado de Goiás (CEPA-GO), o efetivo de suínos no Estado tem aumentado sucessivamente, nos últimos anos, estimando-se em 2,48 milhões de cabeças o rebanho em 1979. Este montante é superior em 3,1% ao de 1978 e em 6,7% ao de 1977. A produção de suínos em Goiás é constituída predominantemente do porco tipo banha e se destina a abate e consumo no próprio Estado. O montante de abates previsto para 1979 é de 459 mil cabeças, contra 441 mil em 1978. Há expectativa de implantação do projeto de suinocultura da Secretaria da Agricultura, resultando em dinamização da produção, especialmente do porco tipo carne.

No período janeiro a julho deste ano, os preços reais de suínos para corte, ao nível do produtor, registraram aumento de 30%, contra 4,2% no mesmo período do ano anterior. Em Goiânia, em agosto deste ano, o suíno em pé registrou cotação média de Cr\$523,81/15kg contra Cr\$275,00/15kg em agosto de 1978, segundo dados do Serviço de Informação de Mercado Agrícola (SIMA), equivalente a um crescimento real da ordem de 25%.

- Rio de Janeiro

O abate total de suínos sob inspeção federal no Rio de Janeiro em 1978 somou 36.460 cabeças, sendo que, segundo a FIDERJ, a quase totalidade dos animais abatidos provinha de outros estados, principalmente do Paraná, com uma participação de 80,5% no total de abates, enquanto o fornecimento do Estado representou apenas 0,3%, correspondendo a 582 cabeças. Os estabelecimentos mostraram, em 1978, índice de aproveitamento bastante pequeno, de somente 55,5% da capacidade. Não há notícia de focos de peste suína africana (PSA), sendo que os casos surgidos no ano passado no Sul do Estado foram totalmente erradicados. As perspectivas indicam aumento da produção nos próximos doze meses, segundo os setores especializados. Há disponibilidade de crédito bancário, que vem se destinando sobretudo a explorações tecnificadas e especializadas em animais tipo "carne".

QUADRO 87. - Evolução dos Preços Médios de Suínos Gordos, Milho e Ração para Suínos, Estado de São Paulo, 1978 e 1979

Mês	Suíno ⁽¹⁾		Milho		Ração crescimen- to ⁽²⁾		Ração engorda ⁽²⁾		Relação de preço					
	(Cr\$/15kg)		(Cr\$/60kg)		(Cr\$/25kg)		(Cr\$/25kg)		Porco/Milho ⁽³⁾		Porco/Ração crescimento ⁽⁴⁾		Porco/Ração engorda ⁽⁴⁾	
	1978	1979	1978	1979	1978	1979	1978	1979	1978	1979	1978	1979	1978	1979
Jan.	233,50	342,80	98,60	190,90	...	111,00	...	106,50	2,37	1,80	...	3,09	...	3,22
Fev.	246,00	368,20	101,80	164,90	...	111,50	...	107,25	2,42	2,23	...	3,30	...	3,43
Mar.	252,80	407,60	105,60	155,10	...	121,00	...	116,50	2,39	2,63	...	3,37	...	3,50
Abr.	251,10	462,00	117,50	154,40	95,00	122,75	85,75	118,25	2,14	2,99	2,64	3,76	2,93	3,91
Mai.	250,50	470,50	128,30	159,80	95,00	125,25	85,75	120,00	1,95	2,94	2,64	3,76	2,92	3,92
Jun.	261,30	478,90	135,50	163,00	92,50	122,00	89,50	113,00	1,93	2,94	2,82	3,92	2,92	4,22
Jul.	255,10	488,80	132,20	168,50	92,50	130,00	89,50	118,75	1,93	2,90	2,76	3,76	2,85	4,12
Ago.	258,90	534,20	129,30	193,00	89,50	142,50	89,50	139,00	2,00	2,77	2,89	3,75	2,89	3,84
Set.	268,50	580,10	133,50	223,20	92,50	162,00	89,50	158,25	2,01	2,60	2,90	3,58	3,00	3,67
Out.	275,80	...	145,10	...	100,75	...	99,25	...	1,90	...	2,74	...	2,78	...
Nov.	305,30	...	165,70	...	109,00	...	103,50	...	1,84	...	2,80	...	2,95	...
Dez.	331,30	...	182,00	...	109,00	...	103,50	...	1,82	...	3,04	...	3,20	...
Média	265,84	459,23	131,26	174,76	97,31	127,56	92,06	121,94	2,03	2,64	2,73	3,59	2,89	3,76

(¹) Suíno tipo carne.

(²) Preço na Cidade de São Paulo.

(³) Sacos de 60kg de milho que podem ser adquiridos com o valor de uma arroba de porco gordo.

(⁴) Sacos de 25kg de ração que podem ser adquiridos com o valor de uma arroba de porco gordo.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Frutas

- Laranja

- Panorama internacional

Estimativas recentes sobre a safra 1978/79 indicam que, nos principais países produtores do Hemisfério Norte, a colheita de citros teria sido 6% inferior à da safra precedente, enquanto que nos países do Hemisfério Sul estima-se um aumento de 10%, de modo que, provavelmente, a produção cítrica mundial registrou um avanço da ordem de 2%, atingindo a 37,4 milhões de toneladas.

Entre os países com estimativas crescentes de colheitas de laranja em 1978/79, relativamente a 1977/78, pode-se citar, além do Brasil, Egito, Grécia, Japão, México, Turquia e Cuba. Decréscimos foram estimados para Itália, Israel, Marrocos, Espanha e Estados Unidos, principal produtor mundial.

Dentre alguns pontos de destaque, merecem ser citados: aumento de 20% na área plantada com laranja no Egito entre os anos 1974/75 e 1978/79; na Grécia, a colheita substancialmente maior foi decorrente do aumento de área plantada e da recuperação registrada em relação a 1977 quando a safra fôra prejudicada por geadas; em Israel, a safra cítrica foi maior, porém a de laranja menor, face à substituição de espécies que se vem observando; no Japão, a colheita de tangerinas, principal espécie plantada no País, foi 12% menor como resultado da diminuição de área em produção provocada pelos baixos preços recebidos pelos produtores, com mercado limitado; na Argentina os problemas com o cancro cítrico, afetando as plantações de laranja, limão e grapefruit, tornam incertas suas tendências de produção; na África do Sul, a estimativa total de colheita de citros foi 2% menor que a anterior (27,7 contra 28,1 milhões de caixas de 15kg), embora com excelente qualidade.

Nos Estados Unidos, a produção de laranja foi estimada, em julho, em 210,6 milhões de caixas (8,2 milhões de toneladas), ou seja, 4% inferior à safra precedente prejudicada pelas geadas de janeiro de 1977, o que significa que seus efeitos ainda se fizeram sentir nesta temporada. Conseqüentemente, os preços de laranja, a nível do produtor, situaram-se cerca de 13% acima daqueles observados há um ano atrás. A prazo mais longo, perduram os efeitos decorrentes da valorização das terras em áreas dedicadas à citricultura, face ao mercado imobiliário voltado para a ampliação das áreas de lazer.

Especialmente na Flórida, a safra foi estimada em 164 milhões de caixas, ou seja, 3% menos que na safra 1977/78.

Na temporada 1978/79, as importações de suco, para atender ao consumo americano, permitiram que a oferta total fosse maior que na precedente, resultando em estoques pouco superiores aos existentes em junho. Caso o movimento de vendas se mantenha até outubro, os estoques no início da safra de 1979/80 poderão ser pouco superiores àqueles registrados no início da safra 1978/79.

O quadro 88 sumariza a evolução das cotações de suco concentrado, na Bolsa de Nova York, expressos em cents de dólar por libra-peso de sólidos solúveis. Os valores são calculados em médias de cada dez dias, para contratos com vencimento até maio de 1980.

Os dados mostram um decréscimo das cotações desde janeiro até junho de 1979, quando se registrou inversão de tendência, com uma reação positiva até agosto, sem contudo atingirem

os níveis do início do ano. A perdurar a situação de setembro, poderão haver uma estabilização do mercado até o final da safra americana. Contudo, quadro mais real dos preços somente ficará definido depois de 12 de outubro, como reflexo da divulgação oficial da primeira estimativa de safra dos Estados Unidos acusando um aumento de 12% na produção. Cabe lembrar, também, que comumente o período setembro/outubro é de expectativa no mercado internacional e que, a partir de dezembro, a probabilidade de geadas na Flórida e Califórnia é maior. Segundo projeções de longo prazo, levadas a efeito pela FAO, a produção mundial de citros, em 1985, poderá atingir 63,7 milhões de toneladas (das quais 42,1 de laranjas, 10,3 de tangerinas e 5,7 de limões), após ter-se registrado 22 milhões, em 1974, e 48 milhões em 1975. Outrossim, tal projeção supera em 13% aquela prevista para 1980, da ordem de 56,5 milhões de toneladas.

De outra parte, previu-se que o crescimento de demanda seria mais moderado (2,8% ao ano) no período 1975-85 que aquele registrado (6,6% ao ano) no período 1964-74, de forma que a demanda total atingirá 58,9 milhões de toneladas. Todavia, estima-se que os países em desenvolvimento aumentarão sua participação na demanda total, devendo atingir cerca de 38% em 1985.

- Situação interna

Para 1978, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) estimou a safra brasileira em 6,3 milhões de toneladas, equivalentes a 156,4 milhões de caixas (base de 250 frutos por caixa de 40kg), com acréscimo de 9% em relação à colheita de 1977. Desse total, aproximadamente 88% foram obtidos na Região Centro-Sul, onde se destaca São Paulo com 113,9 milhões de caixas. Entretanto, ao se considerar que a colheita em São Paulo, em 1978, foi superior ao volume oficialmente estimado pelo IEA (113,9 milhões de caixas), ou seja, que tenha atingido 140 milhões de caixas partindo-se dos dados disponíveis referentes aos usos da fruta, pode-se admitir que a colheita brasileira tenha se situado ao redor de 185 milhões de caixas.

Para 1979, os informes até setembro apresentam uma previsão de colheita no Brasil da ordem de 190 milhões de caixas, com aumento de 3%.

No ano civil de 1978, as exportações de suco atingiram, segundo a Carteira do Comércio Exterior (CACEX), 335.600 toneladas, no valor de US\$332.600.000, ou seja, um preço médio de US\$991,10/t contra US\$829,00/t em 1977.

Os principais portos de destino foram os dos Estados Unidos, para onde foram embarcados 41% do total, seguidos pelos portos da Holanda (14%), Alemanha Ocidental (9%), Canadá (9%) e Suécia (8%).

Até setembro de 1979, haviam sido exportadas pelo Porto de Santos 206.486 toneladas (peso líquido), das quais 139.915t durante o período de janeiro a maio, ou seja, produto da safra precedente, representando em termos gerais um aumento de 40% em relação aos nove primeiros meses do ano anterior (quadro 89).

Considerando-se apenas os quatro primeiros meses da safra industrial 1979/80, observa-se que os embarques de suco apresentam um recuo de 24% em relação a igual período (junho a setembro) da safra 1978/79, o que vem preocupando os citricultores, a despeito do preço FOB-Santos manter-se estável.

O aumento de volume observado em São Paulo refletiu-se na maior quantidade (14%) de laranja fresca comercializada no Entreposto Terminal da CEAGESP em 1978, principalmente tendo em conta a redução da ordem de 16% registrada em 1977 em confronto com 1976. Verifica-se, portanto, que houve um incremento de apenas 1% nas quantidades comercializadas entre 1976 e 1978,

a despeito da intensa campanha promocional para aumento de consumo, desenvolvida nos últimos meses de 1978.

Em vista dessa situação, em 1978, observou-se tanto a nível de atacado como de varejo, em São Paulo, uma redução significativa das cotações reais de laranja. Para 1979, registrou-se até maio um decréscimo de preços reais pagos pelos consumidores, na Capital paulista (quadro 90).

A partir dos dados do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), pode-se verificar que no período 1977 a 1979, nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, os preços de laranja a nível de atacado também são decrescentes em termos reais.

Em São Paulo, ao nível do produtor, estimou-se para 1978 preço médio de Cr\$51,00/caixa no pé.

O panorama da citricultura fluminense continua com a mesma tendência revelada nos últimos anos, embora com menor intensidade no deslocamento da cultura, devido às restrições de crédito para investimento e custeio, ao relativo controle da urbanização com vistas a proteger a área de cultura em Itaboraí e Araruama e face à menor incidência de Orthezia. Contribui, também, para essa situação, a falta de mudas de boa qualidade, pois a demanda foi superior à oferta, o que está levando alguns viveiristas tradicionais a aumentarem suas áreas de produção, principalmente das variedades Seleta do Rio, Pera Folha Murcha e Tangerinas.

Segundo a FIBGE, a área ocupada com citros em produção no Estado do Rio de Janeiro, em 1979, é de 32.500 hectares, contra 34.000 em 1978, representando declínio de 4%. De outra parte, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER-RJ) estima a área total com citros em 34.000 hectares, ou seja, praticamente a mesma observada no ano anterior, que pode ser explicada pelo plantio de cerca de 600.000 mudas na última temporada.

Pode-se, portanto, afirmar que vem ocorrendo uma renovação na citricultura fluminense, com erradicação de pés velhos e implantação de lavouras novas, cujos resultados se fazem sentir na melhoria da qualidade e elevação da produtividade, a exemplo da região de Rio Bonito, onde alcança, atualmente, 560 caixas (30kg) por hectare, ou seja, 1,4 caixa por pé.

Os preços vigentes no mercado e os recebidos pelos citricultores têm sido o fator relevante a proporcionar o interesse que a cultura continua a ter na agricultura do Estado do Rio de Janeiro, principalmente para aquelas variedades colhidas em épocas de cotações mais elevadas. Na safra atual, a possibilidade das fábricas paulistas de suco adquirirem matéria-prima para processamento vinha se constituindo em perspectiva de firmeza do mercado.

Em Minas Gerais, observa-se que os resultados da expansão da citricultura, nos últimos anos, começam a se concretizar, segundo os dados da FIBGE, que estima em 25.000 hectares a área em produção, com aumento de 12% em relação à safra anterior. Outrossim, a produção apresentou um avanço de 9%, com a produtividade se mantendo praticamente constante dada a participação ainda grande de pés recém-entrados em produção (quadro 91).

O fornecimento de laranja de Minas Gerais para a CEASA de Belo Horizonte, embora crescente (41%) em termos absolutos, manteve-se percentualmente igual (15,8%) em relação ao total comercializado, sugerindo que a fruta da região do Triângulo Mineiro, principal pólo de expansão, tem sido dirigida para processamento em São Paulo. Por sua vez, o fornecimento de tangerinas aumentou de 23,7% para 32,4%, deslocando a oferta originária de São Paulo, porém recebendo do Rio de Janeiro parcela maior do que aquela enviada para a CEASA - Grande Rio.

No Rio Grande do Sul, perdura a situação de escassez de fruta, tanto para mercado interno como para processamento. No Paraná, o cancro cítrico encontra-se disseminado por 200 municípios e os trabalhos da CANECC para sua erradicação continuam sendo prejudicados. Finalmente, em Goiás, o aumento de área plantada nos últimos anos, pode ser confirmado pela ampliação

ção da área colhida e da produção.

Evidencia-se, em resumo, que a citricultura vem-se constituindo em cultivo atraente para os produtores da maioria dos estados da Região Centro-Sul, onde a oferta deverá manter-se em ascensão nos próximos anos, reforçando a preocupação de líderes paulistas quanto à comercialização das futuras colheitas, caso perdure a taxa de plantio observada na década de 70, a despeito do aumento da capacidade instalada de processamento industrial.

(IEA, 19/10/1979)

QUADRO 88. - Evolução das Cotações Médias de Suco de Laranja Concentrado para Vencimento de Janeiro de 1979 Até Maio de 1980, na Bolsa de Nova York
(em US\$ cents/libra-peso)

Período	Vencimento até								
	Jan./79	Mar./79	Mai./79	Ju1./79	Set./79	Nov./79	Jan./80	Mar./80	Mai./80
Dez./78									
01 a 10
11 a 20	113	115	117	118	119	114	108	108	107
21 a 30	114	117	119	120	120	115	110	109	109
Jan./79									
01 a 10	118	122	123	125	126	120	114	113	113
11 a 20	116	121	123	125	126	121	113	113	113
21 a 30	...	120	122	124	125	120	113	113	112
Fev./79									
01 a 10	...	118	121	123	123	118	112	112	112
11 a 20	...	112	114	116	116	111	107	107	107
21 a 30	...	107	108	109	110	106	103	104	104
Mar./79									
01 a 10	...	106	108	108	109	105	103	104	104
11 a 20	...	101	103	104	105	100	97	98	98
21 a 30	103	104	104	100	96	97	97
Abr./79									
01 a 10	104	104	104	100	97	97	97
11 a 20	107	107	106	102	99	99	100
21 a 30	107	109	109	105	101	101	102
Mai./79									
01 a 10	104	106	106	102	98	99	99
11 a 20	102	104	105	102	99	100	100
21 a 30	102	103	102	100	100	101
Jun./79									
01 a 10	98	99	99	98	98	99
11 a 20	97	97	96	95	96	97
21 a 30	97	95	94	93	94	95
Ju1./79									
01 a 10	99	98	97	96	97	98
11 a 20	102	101	100	99	100	100
21 a 30	101	101	100	100	101
Ago./79									
01 a 10	104	103	103	103	104
11 a 20	107	105	104	105	105
21 a 30	109	107	107	107	108
Set./79									
01 a 10	106	103	103	103	105
11 a 20	105	104	104	105

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), a partir de dados Reuters.

QUADRO 89. - Exportação de Suco Concentrado de Laranja pelo Porto de Santos-SP, 1973-79
(em tonelada) (1)

Mês	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Jan.	7.971,0	3.138,0	11.461,0	19.908,0	22.885,0	2.022,0	37.069,0
Fev.	10.453,5	3.495,0	13.507,0	25.045,0	13.307,0	11.456,0	30.392,0
Mar.	10.007,1	6.062,0	13.380,0	11.448,0	15.481,0	14.886,0	25.732,0
Abr.	6.152,0	2.379,0	9.221,0	14.000,0	8.563,0	13.115,0	26.705,0
Mai.	4.124,6	2.258,0	6.998,0	4.728,0	6.957,0	5.256,0	20.017,0
Jun.	6.109,4	5.544,0	11.460,0	15.656,0	3.637,0	7.495,0	15.738,0
Jul.	5.979,1	4.509,0	15.964,0	16.218,0	10.540,0	15.700,0	10.543,0
Ago.	17.283,6	8.946,0	12.384,0	16.706,0	16.106,0	24.891,0	15.897,0
Set.	10.990,7	9.016,0	14.484,0	23.521,0	17.930,0	34.510,0	24.393,0
Out.	22.231,1	10.117,0	16.003,0	14.074,0	21.893,0	50.110,0	...
Nov.	10.699,3	16.400,0	14.961,0	22.721,0	25.823,0	38.023,0	...
Dez.	12.662,0	25.879,0	20.472,0	37.954,0	27.916,0	53.168,0	...
Total	124.663,4	97.743,0	160.295,0	221.979,9	191.038,0	288.830,0	...
Estoque 1/12 e estimado	17.332,0	54.567,0	75.129,0	67.193,0	64.933,0	139.915,0	...

(1) Peso líquido.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 90. - Preços Reais de Laranja a Nível de Atacado e Varejo, Capital de São Paulo, 1974-79

(em Cr\$ de 1978) (¹)

Mês	Atacado(²) (Cr\$/cx.)						Varejo (Cr\$/dz.)					
	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Jan.	88,00	29,00	36,00	48,00	65,00	53,00	9,72	8,16	9,00	8,65	10,31	8,96
Fev.	106,00	32,00	38,00	96,00	80,00	53,00	12,24	6,71	8,66	9,69	11,21	9,13
Mar.	123,00	51,00	46,00	123,00	80,00	62,00	14,02	7,15	7,70	12,28	11,56	9,25
Abr.	79,00	52,00	56,00	88,00	65,00	55,00	10,00	7,76	7,29	10,57	10,17	9,03
Mai.	58,00	36,00	50,00	63,00	50,00	58,00	10,30	7,42	7,71	10,18	8,14	8,64
Jun.	52,00	34,00	46,00	60,00	45,00	52,00	9,50	7,78	7,65	10,04	8,85	8,51
Jul.	50,00	40,00	46,00	58,00	45,00	...	9,08	7,92	7,94	9,85	8,55	...
Ago.	47,00	40,00	47,00	66,00	50,00	...	8,13	8,11	8,12	11,06	9,21	...
Set.	44,00	45,00	47,00	71,00	50,00	...	8,81	9,26	10,10	12,59	10,17	...
Out.	37,00	52,00	47,00	71,00	55,00	...	10,26	9,49	9,36	13,15	9,73	...
Nov.	41,00	50,00	49,00	85,00	70,00	...	11,35	11,00	10,05	13,83	11,81	...
Dez.	44,00	51,00	59,00	85,00	80,00	...	11,89	11,47	10,99	14,60	12,15	...

(¹) Deflador: Índice 2 da Fundação Getúlio Vargas.

(²) Cotações referentes, apenas, à laranja pera.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 91. - Área, Produção e Rendimento de Laranja, Região Centro-Sul do Brasil, 1976-79

Estado	Área (1.000ha)				Produção (1.000.000cx) (¹)				Rendimento (t/ha)			
	1976	1977	1978	1979(²)	1976	1977	1978	1979(²)	1976	1977	1978	1979(²)
Minas Gerais	21,4	21,7	22,3	25,1	6,3	6,5	6,5	7,1	12,0	12,2	11,9	11,5
Espírito Santo	3,7	3,7	1,8	1,8	1,7	1,7	0,8	0,8	18,7	18,7	18,1	18,1
Rio de Janeiro	35,9	37,0	34,0	32,5	10,8	10,6	10,2	10,1	12,3	11,7	12,2	12,7
São Paulo	410,0	366,0	333,0	401,1	99,6	101,5	119,2	150,7	9,9	11,3	10,9	15,3
Paraná	5,2	5,0	4,5	4,7	2,3	2,0	1,5	1,6	18,0	16,3	13,6	13,9
Santa Catarina	5,9	3,8	3,9	4,1	2,6	2,4	1,9	2,0	18,0	25,8	19,9	19,9
Rio Grande do Sul	23,3	24,4	23,8	24,5	6,6	6,9	7,2	7,4	11,6	11,5	12,3	12,3
Mato Grosso	1,0	1,4	1,4	0,6	0,3	0,5	0,4	0,3	12,2	14,6	11,7	20,4
Goiás	2,2	2,6	2,5	2,6	0,6	0,6	0,7	0,8	11,1	9,4	11,4	12,6
Centro-Sul	508,6	465,6	427,2	497,0	128,8	132,7	148,4	180,8	10,3	11,6	14,2	14,8
Brasil	146,2	143,3	166,9	195,6

(¹) Base de 250 frutos por caixa de 40,8kg.

(²) Com pés em produção.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Subsecretaria do Planejamento (SUPLAN) e Instituto de Economia Agrícola.

- Banana

- Panorama internacional

Ainda que a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), através do grupo de trabalho sobre o Acordo Internacional da Banana, tenha reafirmado a necessidade da aplicação de um mecanismo que permita assegurar equilíbrio entre a oferta e a demanda, a preços remunerativos aos produtores e razoáveis aos consumidores, as discussões desse tema, durante a terceira reunião do grupo de trabalho, de 2 a 6 de outubro de 1978, continuaram mostrando as evidentes divergências ainda existentes.

Assim, os países importadores assinalam que existem grandes diferenças de produtividade entre os exportadores, e que podem ocorrer substanciais desníveis entre um preço que os produtores considerem remunerativo e aquele que, efetivamente, possa ser obtido no mercado.

De sua parte, os países exportadores declaram que, ainda que nos dois últimos anos o mercado internacional tenha sido aparentemente equilibrado, tal situação deveu-se ao mau tempo nas regiões produtoras (geadas, furacões, etc) e, principalmente, que a tendência dos preços recebidos pelos países que vendem no mercado livre é desfavorável, tendo em conta que os custos de fatores de produção para a cultura têm aumentado em proporções mais elevadas.

Destaque-se que as projeções da FAO para 1981 mostram disponibilidade para exportação entre 8,0 milhões e 8,4 milhões de toneladas, contra uma demanda estimada em 7,4 milhões de toneladas, acentuando-se tal desequilíbrio se os programas atuais de aumento de produção se realizarem.

Assinale-se, ainda, que essas perspectivas foram elaboradas mesmo tendo em conta a redução na taxa de crescimento da produção mundial, que se observou entre 1977 e 1978, bem menor que aquela verificada entre 1971 e 1977, como que a revelar a preocupação que os países produtores estariam demonstrando, tentando reduzir aumento tão acelerado. Análise mais acurada permite verificar que, no período, os maiores incrementos ocorreram na Ásia, especialmente nas Filipinas e Tailândia, seguido pela América do Sul, com destaque para a Colômbia e Brasil (quadro 192).

Dessa forma, o grupo de trabalho acentua que parece ser essencial, para um acordo, que os países produtores consigam harmonizar e racionalizar seus programas de produção. Ao mesmo tempo, será importante aumentar o consumo, criar e desenvolver novos mercados, encontrar novos usos para o produto, melhorar as condições de qualidade da fruta na exportação e reduzir ou eliminar as barreiras alfandegárias de importação.

- Situação interna

Apesar do Brasil ser o principal produtor mundial de banana, com volume superior a 4 milhões de toneladas, apenas 3,5% a 4,0% são exportados, representando participação de, somente, 2% a 2,5% no comércio mundial.

A maior parte da produção brasileira é consumida no mercado interno, sobretudo na forma "in natura" e, em pequena parcela, na fabricação de doces e outros fins.

A cultura da banana está difundida em todos os estados da Federação e, segundo a Fundação IBGE, a produção, em 1978, foi de 411,8 milhões de cachos, permanecendo estável em

relação à anterior. A Região Centro-Sul tem participado, em média, com 46% do total, nos últimos quatro anos (quadro 93).

Enquanto no período 1976-79 a área colhida, no Brasil, aumentou 11,5%, a produção cresceu só 2,2%, portanto insuficiente para atender até ao crescimento do consumo populacional, quando mantido o mesmo índice per capita. Deve-se, ainda, salientar que na Região Centro-Sul, onde se localizam os grandes centros consumidores, a produção tem alternado avanços e decréscimos, enquanto nas demais regiões a tendência de crescimento é mais nítida.

Para 1979 a Fundação IBGE estimou, em meados do ano, produção 0,8% maior que em 1978, devendo atingir 415 milhões de cachos, equivalentes a 4,4 milhões de toneladas, destacando-se como principais produtores: Ceará, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Na Região Centro-Sul, tal estimativa prevê diminuição da ordem de 8,5%, possivelmente como reflexo do desestímulo à atividade cujos tratamentos culturais vêm sendo reduzidos (quadro 94).

Deve-se salientar que as variedades cultivadas apresentam características bem diversas de estado para estado e, até mesmo, entre regiões dentro do mesmo estado, em vista do que o peso médio dos cachos variam muito (inclusive em função da técnica de plantio e condução), além de proporcionar aos produtores retornos e preços bastante diferenciados. O mesmo poder-se-ia dizer no tocante à estrutura de comercialização e destino da produção, em cada uma das principais regiões produtoras.

Em São Paulo, segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA), a área plantada com bananeiras, em 1979, deverá situar-se em 36,9 mil hectares, com diminuição de 8,7% em relação à área de 1978, quando se mantivera praticamente igual à do ano precedente. No tocante à produção, a estimativa para 1979 é da ordem de 632,4 mil toneladas, com diminuição de 7,7% em confronto com a de 1978.

No Entrepasto Terminal do Jaguaré, na Capital, verificou-se menor oferta (-3,5%) de fruta verde a granel (129.633t), não compensada pelas entradas de maior volume (3,3%) em caixas de 15kg, de modo que a disponibilidade total pode ser considerada inferior em 3% em relação à do ano anterior.

Essa redução foi acentuada no segundo semestre de 1978, em relação a igual período do ano anterior (-7%), pois no primeiro semestre ocorrera acréscimo de 2%. Dentro desse panorama, as cotações no atacado passaram a se elevar desde maio de 1978, perdurando até outubro, sem apresentar os decréscimos que estacionalmente ocorrem no período de maio a agosto (quadro 95).

Estima-se que em 1978 o produtor paulista tenha recebido, em média, Cr\$850,00/t de banana, na propriedade, significando acréscimo real de 2,2% em relação ao valor obtido em 1977. A nível de varejo na Capital, em termos reais, registrou-se diminuição de 4,7% em relação a 1977, sugerindo ter havido uma compressão na margem total de comercialização.

No primeiro semestre de 1979 os preços reais de atacado foram, mensalmente, maiores que os correspondentes valores em 1978, passando a perder valor a partir de julho (quadro 95).

Em Goiás, a bananicultura se encontra disseminada em todas as micro-regiões do Estado podendo-se considerar que - a despeito da redução de área cultivada com banana maçã, principal variedade plantada, porém sujeita a "mal do Panamá", o que confere um certo nomadismo à cultura - tanto a área total como a produção se mantiveram estabilizadas em 1978 e 1979, devido ao interesse que os produtores vêm demonstrando no cultivo de nanica e nanicão. Esse interesse é mais acentuado no Sul do Estado, motivado pelo escoamento garantido da produção para os mercados de Goiânia e Brasília, mas não deixando de aparecer outras variedades,

como marmelo, prata e banana da terra.

Situação semelhante observa-se também em Mato Grosso, onde novas áreas vêm sendo implantadas, pois a banana maçã continua a ser valorizada nos grandes mercados consumidores, particularmente depois que o Ministério da Agricultura restringiu o trânsito de frutas colhidas em áreas suspeitas de estarem contaminadas pelo "moko da bananeira" (*Pseudomana solanacearum*, raça 2), como é o caso do Pará, Amapá e Amazonas (quadro 96).

A Fundação IBGE estima que no Estado do Rio de Janeiro, em 1979, tenha ocorrido aumento da área a ser colhida, da ordem de 15%, enquanto a produção cresceria 17%. Todavia, as baixas temperaturas de meados do ano ocasionaram quebras na produção das regiões serranas, de modo que, segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RJ), a colheita deverá igualar-se àquela de 1978.

Em 1979, está sendo dinamizada a Cooperativa de Agricultores (COAGRI), visando organizar a comercialização de toda a Região Sul do Estado, compreendendo os Municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Rio de Janeiro.

Também em Minas Gerais a ocorrência de geadas afetou a produção esperada neste exercício (525.330t), devendo seus efeitos perdurarem sobre a produção da próxima safra, já que em algumas regiões terá que haver replantios. Estima-se que foram perdidas 15.704 toneladas nas áreas de Pouso Alegre, Lavras, Juiz de Fora, Sete Lagoas, Muriaé e Viçosa, sendo as duas primeiras as mais atingidas.

Em 1978, foram exportadas, segundo a Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), 132.538 toneladas de banana, representando aumento de 18,7% em relação ao volume exportado em 1977. Concomitantemente, observou-se aumento de 2,8% na cotação média FOB, atingindo US\$175,41/t contra US\$170,63/t no ano anterior. Nos primeiros sete meses de 1979, foram exportadas 85.574 toneladas, 12% superior às do mesmo período do ano precedente, elevando-se a cotação FOB a US\$198,72/t, ou seja, aumento de 22% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 1978, a Argentina continuou a ser o principal mercado importador, tendo absorvido 90% do total e diminuído sua participação relativa, a despeito de ter recebido uma quantidade absoluta maior que em 1977. Por sua vez, o Uruguai aumentou suas importações, tanto em valores absolutos como relativos. A embalagem predominante foi a caixa (83%), e o transporte foi todo efetuado por rodovia.

Há que se ressaltar, todavia, que o panorama exportador de banana é bastante difícil no momento, estando a exigir uma série de medidas para aumentar ou, pelo menos, manter os atuais mercados importadores, especialmente o da Argentina, onde o Equador vem realizando negócios crescentes, a despeito de seu elevado frete marítimo.

Assim, as medidas deverão iniciar-se pela promulgação de decreto atualizado de padronização e classificação do produto, acompanhado de eficiente e severo sistema de inspeção, a fim de se evitarem os malefícios que se vinham registrando nos últimos anos, após a adoção das caixas para exportação.

Outro ponto de fundamental importância estará na disponibilidade de caminhões para transporte, que se encontra limitada por cota estabelecida dentro de um acordo no âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e que vem encarecendo o frete em mais de US\$100,00/t. Aliás, esse aumento e a falta de regularidade nos embarques é que têm permitido a presença de banana equatoriana nos mercados platinos, onde graças à sua excepcional apresentação consegue obter preços mais elevados a nível do consumidor.

Quanto à produção, um dos principais óbices tem sido a escassez periódica de óleo

emulsionável para controle da Sigatoca em consequência da não liberação de guias de importa
ção pela CACEX, em tempo oportuno.

Em função do encaminhamento das soluções propostas aos problemas apontados, as perspectivas, a curto prazo, são de que a área plantada com nanica deverá manter-se estabili
zada no Estado de São Paulo e em expansão em Goiás, Mato Grosso e Rio de Janeiro.

(IEA, 23/10/1979)

QUADRO 92. - Produção Mundial de Banana, 1969-78

(em tonelada)

Item	1979-71	1976	1977	1978
África				
Borundi	810	915	932	950
Madagascar	258	360	487	450
Tanzânia	558	770	790	803
Uganda	314	340	350	360
Outros	<u>1.843</u>	<u>1.953</u>	<u>1.999</u>	<u>2.112</u>
Subtotal	3.783	4.338	4.558	4.675
América Central				
Costa Rica	1.119	1.187	1.112	1.170
Guatemala	487	550	550	566
Honduras	1.426	1.074	1.235	1.388
México	934	1.199	1.276	1.137
Panamá	1.077	999	1.028	742
Outros	<u>1.224</u>	<u>1.524</u>	<u>2.534</u>	<u>1.536</u>
Subtotal	6.197	6.533	6.735	6.539
América do Sul				
Brasil	4.809	5.761	6.151	6.176
Colômbia	788	1.100	1.300	1.500
Equador	2.895	2.571	2.451	2.375
Venezuela	969	900	1.050	1.080
Outros	<u>712</u>	<u>831</u>	<u>777</u>	<u>688</u>
Subtotal	10.173	11.163	11.729	11.819
Ásia				
Índia	3.148	3.758	3.750	3.853
Indonésia	1.556	1.220	1.700	1.764
Filipinas	893	2.271	2.395	2.435
Tailândia	1.200	1.400	1.700	2.000
Outros	<u>2.486</u>	<u>2.337</u>	<u>2.359</u>	<u>2.389</u>
Subtotal	9.283	10.986	11.904	12.441
Europa				
Espanha	426	337	393	390
Outros	<u>36</u>	<u>25</u>	<u>27</u>	<u>28</u>
Subtotal	462	362	420	418
Oceania				
Papua e Guiné	758	855	870	885
Outros	<u>181</u>	<u>159</u>	<u>139</u>	<u>139</u>
Subtotal	939	1.014	1.009	1.020
Total mundial	30.837	34.398	36.355	36.912

Fonte: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

QUADRO 93. - Produção de Banana, Região Centro-Sul do Brasil, 1976-79
(em milhões de cachos)

Estado	Peso médio do cacho (kg)	1976	1977	1978	1979
Minas	16,0	34,3	37,7	34,7	32,7
Espírito Santo	8,0	23,1	25,8	11,6	10,6
Rio de Janeiro	12,0	32,9	32,9	26,8	31,5
São Paulo	16,5	35,8	38,6	53,5	38,5
Rio Grande do Sul	11,0	10,8	10,4	10,8	10,1
Santa Catarina	8,0	17,6	20,4	23,8	25,3
Goiás	8,0	15,8	13,9	23,2	25,1
Paraná e Mato Grosso	8,0	<u>21,0</u>	<u>22,0</u>	<u>22,0</u>	<u>16,4</u>
Região Centro-Sul	-	191,3	163,1	206,4	190,2
Outros	8,0	214,8	246,9	205,4	224,8
Brasil	10,5	406,1	410,0	411,8	415,0

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Instituto de Economia Agrícola (IEA), Subsecretaria do Planejamento (SUPLAN) e Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs).

QUADRO 94. - Área Colhida de Banana, Região Centro-Sul do Brasil, 1976-79
(em hectare)

Estado	1976	1977	1978	1979
Minas Gerais	35,0	35,2	32,3	30,8
Espírito Santo	28,8	32,2	29,0	28,7
Rio de Janeiro	49,6	49,8	27,9	32,1
São Paulo	37,0	40,6	28,6	31,2 ⁽¹⁾
Rio Grande do Sul	7,9	8,0	8,8	8,8
Santa Catarina	10,6	12,7	17,1	18,3
Goiás	17,6	19,0	25,5	25,4
Paraná e Mato Grosso	<u>11,3</u>	<u>15,4</u>	<u>16,7</u>	<u>15,5</u>
Região Centro-Sul	197,8	212,9	185,9	190,8
Outros	109,6	132,0	155,1	151,8
Brasil	307,4	344,9	341,0	342,6

¹
() Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola a área cultivada no Estado de São Paulo é de 36,9 mil ha.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Subsecretaria do Planejamento (SUPLAN) e Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPAs).

QUADRO 95.-Preços Médios Mensais de Banana Nanica Verde, Mercado Atacadista, Cidade de São Paulo, 1972-79
(em Cr\$/t)

Mês	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Jan.	76,00	200,00	215,00	500,00	860,00	610,00	750,00	2.100,00
Fev.	77,00	260,00	170,00	350,00	810,00	530,00	500,00	1.600,00
Mar.	105,00	245,00	230,00	480,00	550,00	790,00	790,00	1.950,00
Abr.	110,00	250,00	300,00	530,00	640,00	720,00	830,00	2.100,00
Mai.	95,00	134,00	290,00	500,00	420,00	650,00	880,00	2.500,00
Jun.	100,00	133,00	274,00	455,00	390,00	550,00	1.260,00	2.180,00
Jul.	110,00	150,00	300,00	460,00	490,00	460,00	1.500,00	1.900,00
Ago.	160,00	280,00	260,00	465,00	525,00	510,00	1.620,00	1.960,00
Set.	185,00	415,00	365,00	585,00	585,00	980,00	2.100,00	1.990,00
Out.	180,00	470,00	370,00	900,00	780,00	1.160,00	2.490,00	...
Nov.	190,00	370,00	430,00	1.280,00	740,00	980,00	2.370,00	...
Dez.	220,00	270,00	540,00	1.500,00	680,00	950,00	1.990,00	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 96. - Preços Médios Mensais de Banana Maçã Verde, Mercado Atacadista, Cidade de São Paulo, 1972-79

(em Cr\$/t)

Mês	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Jan.	350,00	640,00	1.260,00	1.430,00	2.080,00	1.930,00	2.700,00	6.450,00
Fev.	290,00	530,00	1.170,00	1.400,00	1.670,00	1.945,00	2.780,00	5.580,00
Mar.	275,00	540,00	1.150,00	1.320,00	1.600,00	1.800,00	2.750,00	5.000,00
Abr.	300,00	635,00	1.220,00	1.300,00	1.720,00	1.640,00	2.500,00	4.600,00
Mai.	290,00	570,00	1.030,00	1.230,00	1.630,00	1.550,00	2.600,00	4.000,00
Jun.	290,00	640,00	1.050,00	1.250,00	1.520,00	1.890,00	2.630,00	4.900,00
Jul.	350,00	810,00	1.150,00	1.430,00	1.690,00	2.290,00	3.420,00	6.190,00
Ago.	365,00	890,00	1.390,00	1.580,00	1.830,00	2.750,00	3.350,00	6.425,00
Set.	430,00	1.020,00	1.410,00	1.790,00	1.720,00	2.680,00	3.830,00	5.520,00
Out.	600,00	1.050,00	1.460,00	1.850,00	1.800,00	2.670,00	4.190,00	...
Nov.	720,00	1.170,00	1.520,00	1.940,00	2.060,00	2.850,00	5.060,00	...
Dez.	760,00	1.210,00	1.560,00	2.100,00	2.170,00	2.630,00	5.500,00	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Outras frutas

- Panorama internacional

No amplo e diversificado quadro da produção e do comércio mundial de frutas, pode-se destacar alguns pontos que permitam fornecer ao fruticultor brasileiro um elo para sua orientação.

A produção de maçã em 1978, nos principais países produtores do Hemisfério Norte, registrou aumento de 17% em relação à baixa colheita de 1977, atingindo 15,4 milhões de toneladas, ou seja, apenas 8% menos que o recorde de 1975. Também no Hemisfério Sul, a produção de 1978 (1,8 milhão de toneladas) representou um acréscimo de 3% sobre a colheita de 1977, confirmando a tendência crescente que vem se observando desde 1974.

Para 1979, embora as estatísticas completas não estejam ainda disponíveis, as previsões divulgadas revelam que na Europa a produção deverá crescer 2% em relação a 1978, permanecendo praticamente estabilizada nos países do Mercado Comum Europeu. Tanto no Japão como nos Estados Unidos, também estão previstas produções pouco mais elevadas, de 7% e 1%, respectivamente. De outra parte, as previsões de colheita no Canadá e na Austrália apontam reduções de 7% e 18% (quadro 97).

Na Argentina, cujo panorama se relaciona mais diretamente com o comércio brasileiro, a estimativa para 1978/79 mostra produção 10% superior às 810 mil toneladas colhidas em 1977/78. Entretanto, a elevação dos custos dos materiais de embalagem tem tornado a maçã argentina pouco mais cara que a média praticada no comércio internacional (US\$8,00/cx.).

No tocante à pera, o quadro de estimativas da produção em 1979 mostra decréscimos em quase todos principais países produtores e, em particular, na Itália, líder mundial (716 mil t), onde perdura a tendência de redução da área cultivada que vem se registrando em anos recentes. Outrossim, na Argentina, estimativa preliminar acusou acréscimo, resultando em recorde de 174 mil toneladas.

Ainda que de forma isolada, outras informações podem ser alinhadas, dentro dos inúmeros acontecimentos econômicos da fruticultura internacional. Assim, a produção de uva na Argentina em 1978/79 foi estimada em 3,5 milhões de toneladas, ou seja, 25% superior à colheita de 1977/78 e 20% acima da média dos últimos dez anos, revelando a tendência crescente da viticultura naquele País, enquanto em termos mundiais a produção se encontra praticamente estável.

Nos Estados Unidos, a produção californiana de abacate em 1979 está estimada em 142 mil toneladas, o que representa aumento de 145% em relação à média dos últimos cinco anos. Esse resultado se deve à entrada em produção de novas plantações, tendo em conta que a área plantada, atualmente estimada em 20.000 hectares, praticamente dobrou em relação àquela de 1970. Ao mesmo tempo, a implantação de novas variedades tem permitido a obtenção de colheita durante todo o ano.

Na Tailândia, principal produtor mundial de abacaxi, a produção em 1978/79 deverá ser 20% superior ao 1,5 milhão de toneladas colhidas em 1977/78, após ter-se mantido estável nos últimos três anos. Essa situação permitirá à indústria local aumentar o volume processado e as exportações de abacaxi em conserva.

No referente exclusivamente ao comércio internacional de frutas, e mais estreitamente relacionado com o brasileiro, cabe destacar que o Brasil concluiu com os Estados Unidos um acordo comercial para redução de tarifas aduaneiras de maçã e pera, cuja alíquota deverá

ser reduzida de 32% para 15%, para as primeiras 10.000 toneladas importadas no período de agosto a dezembro, anualmente. A Argentina liberou de taxas de importação diversas frutas, entre as quais maçã, pera, banana, côco, abacate, abacaxi, manga, laranja, tangerina, limão, grape-fruit, figo, uva e morango, antes gravadas em 10% ad-valorem, o que tem permitido a exportação de frutas cítricas do Brasil para o mercado platino.

- Situação interna

Segundo a Fundação IBGE a produção de uva no Brasil em 1977/78 foi de 670,2 mil toneladas, tendo sido estimada para 1978/79 um aumento de 6,5% já que a colheita brasileira deve se elevar para 713,6 mil toneladas, destacando-se os Estados do Rio Grande do Sul com 462,0 mil toneladas, em especial de variedades destinadas à vinificação, e São Paulo com 164,2 mil toneladas, principalmente de variedades de uva para mesa.

Para 1979/80, as fortes geadas de setembro que ocorreram nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo afetaram seriamente as estimativas iniciais, com perdas avaliadas ao redor de 30% no Rio Grande do Sul, embora com a nova brotação ainda seria possível, à época do levantamento, esperar-se alguma recuperação, não restando dúvidas, contudo, que será menor que a anterior.

No tocante ao pêssego para indústria a produção nacional em 1978/79 situou-se ao redor de 36 milhões de latas (1kg) sem que tenha ocorrido importação de matéria-prima, como se verificara na safra precedente. Essa oferta global, igual à do ano anterior, foi decorrente do aumento no processamento na região de Pelotas, onde a política de preços pagos aos produtores, nos últimos anos, tem estimulado os tratos culturais e o plantio de variedades precoces, permitindo estender o período de industrialização.

Para a safra 1979/80, as perdas no Rio Grande do Sul, provocadas pelas geadas de agosto e setembro, estão sendo avaliadas em torno de 20% a 25% sobre estimativa inicial de 45 mil toneladas. Também em Santa Catarina as perdas de pêssego e nectarina serão severas, pelo segundo ano consecutivo, o que vem desestimulando os agricultores das regiões de Videira, São Joaquim e Fraiburgo, reduzindo a taxa de expansão, que vinha sendo de quase 1.000ha/ano (quadro 98).

Assim, caso permaneça a proibição de importações da Associação Latinoamericana de Livre Comércio (ALALC), em todas as posições da lista brasileira de mercadorias, os preços de pêssego aos produtores na safra 1979/80 deverão manter-se firmes, tanto no Rio Grande do Sul como em São Paulo, embora a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, estime remanescentes ao final de 1979, cuja pressão influirá naqueles preços, mas que poderão ser consumidos por ocasião das festas natalinas.

No tocante à maçã, a produção nacional continua a mostrar-se ascendente, tendo atingido cerca de 28 mil toneladas, com evolução positiva em 1978/79 em todos os estados produtores, principalmente em Santa Catarina cuja colheita duplicou em relação à safra anterior e responde por quase 75% do total nacional. A área plantada encontra-se, atualmente, estimada em cerca de 13 mil hectares, distribuída principalmente por Santa Catarina (6 mil), Rio Grande do Sul (3 mil), São Paulo (2 mil) e Paraná (1,5 mil).

Na safra de 1978/79, o preço médio recebido pelo agricultor catarinense, por quilo grama de maçã comercializada, foi de Cr\$7,00, com acréscimo de 25% em relação ao ano anterior. As variedades mais valorizadas foram a gala (Cr\$10,00/kg) e fuji (Cr\$8,00/kg). Resultados positivos também foram alcançados pelos produtores dos demais estados, a julgar-se pelas infor-

mações divulgadas oficialmente pela Associação Nacional de Produtores de Maçã e Pera.

Tal resultado pode, em parte, ser atribuído à política de comercialização posta em prática pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), que limitou em 600 mil caixas por mês as importações de janeiro a maio, época de colheita da fruta nacional, contra a média de 800 mil que se verifica nos demais meses. Entretanto, atenção semelhante deverá ser dada à importação de produtos processados de maçã, visto que normalmente de 20% a 30% da produção nacional se constituem de fruta industrial.

Para 1979/80, a despeito das geadas tardias de setembro, que atingiram apenas as variedades precoces de menor expressão relativa, a produção deverá ser crescente, pois as plantas encontravam-se dormentes, e floradas ocorrem em outubro; a produção deverá situar-se acima de 30 mil toneladas, de modo que os preços ficarão na dependência da política comercial que vier ser posta em prática.

(IEA, 26/10/1979)

QUADRO 97. - Produção de Maçã em Países Seleccionados, 1978-79

(em tonelada)

País	1978	1979	Variação per- centual 1979/1978
Áustria	219.000	244.000	11,4
Bélgica	256.700	285.700	11,3
Dinamarca	81.400	85.100	4,5
França	1.850.000	1.820.000	-1,6
Alemanha	1.780.000	1.590.000	-10,7
Grécia	182.000	283.000	55,5
Itália	1.870.000	1.900.000	1,6
Países Baixos	630.000	600.000	4,8
Espanha	966.500	1.050.000	8,6
Suíça	238.500	271.900	14,0
Turquia	1.100.000	1.150.000	4,5
Inglaterra	392.000	366.000	6,6
Yugoslávia	381.000	480.000	26,0
Canadá	455.400	425.100	-6,7
Estados Unidos	3.460.000	3.490.000	0,9
Japão	844.000	907.000	7,5
Argentina	810.000	890.000	9,9
Austrália	315.000	260.000	-17,5
Total mundial	31.880.000	...	

Fonte: FAO e REUTERS.

QUADRO 98. - Produção Comercializada de Frutas de Clima Temperado, Santa Catarina, 1975/76 a 1978/79

Espécie	Safrá 1975/1976		Safrá 1976/1977		Safrá 1977/1978		Safrá 1978/1979	
	Tonelada	Coeficiente	Tonelada	Coeficiente	Tonelada	Coeficiente	Tonelada	Coeficiente
Maçã	8.400	100	11.847,6	141	10.368,9	123	21.041,9	250
Pêssego	2.850	100	1.509,5	53	2.496,9	87	970,6	34
Nectarina	2.190	100	1.543,4	70	676,9	31	577,6	26
Ameixa	350	100	936,2	267	369,6	105	318,4	91
Pera	-	-	-	-	9,6	-	2,4	-
Uva vinífera	2.450	100	1.805,4	74	1.557,4	63	1.669,7	68

-213-

Fonte: Programa de Fruticultura Temperada - Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de Santa Catarina.

5

**Desempenho
da agricultura**

5 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA

A agricultura da Região Centro-Sul, através de estimativas preliminares de preço e produção, apresenta acréscimo em valor real de 14,2% para a safra 1978/79. Ressalte-se que tal desempenho não deve ser atribuído às condições excepcionais de desenvolvimento da agricultura, mas sim à recuperação da atual safra agrícola em relação às perdas ocorridas em 1977/78, principalmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

O quadro 99 permite visualizar o comportamento do valor da produção agropecuária da Região Centro-Sul entre os anos 1977/78 e 1976/77. A taxa negativa verificada para a região foi uma das piores registradas nos últimos anos, pois a adversidade climática registrada ao longo de 1978, acrescida de preços mínimos pouco estimulantes e dificuldade de crédito, dentre outros fatores, foram os principais responsáveis por essa grande frustração.

Esse insucesso deveu-se, basicamente, ao desfavorável comportamento das lavouras, pois a produção animal, embora irregular como nos últimos anos, apresentou expansão em 1977/78. Deve-se ressaltar que, de modo genérico, as estatísticas de produção animal apresentaram-se um tanto superestimadas, pois em passado recente se deterioraram grandemente, e são agora estas sendo retomadas com procedimentos estatísticos compatíveis.

Já para o ano 1978/79, o desempenho da agricultura é bastante promissor, dada a alta taxa de crescimento, observada ao nível da produção e dos preços reais.

Para os cálculos do valor real da produção agrícola e sua variação entre 1977/78 e 1978/79, utilizou-se como deflador o Índice "2" da Conjuntura Econômica, admitindo-se sua variação entre julho de 1978 e julho de 1979.

Em termos correntes, o valor da produção, próximo aos 500 bilhões de cruzeiros, representaria um acréscimo de 68,1% (quadro 100); excluído o café, este crescimento atingiria 70,3%.

Considerando-se a variação física da produção, entre 1978/79 e 1977/78, observam-se as seguintes taxas de variação: Região Sudeste, 7,8%; Região Sul, 6,2% e Região Centro-Oeste 20,9%. O Centro-Sul, como um todo, acusa variação de 8,5%.

A região Sudeste apresenta acréscimo do valor da produção, em termos reais, de 16,3%, e valor global superior a Cr\$251 bilhões, ou seja, 71,3% em valor corrente acima da estimativa para 1977/78. A Região Sul evidencia uma elevação em valor real de 8,2%, resultante de um valor de produção superior a Cr\$191 bilhões (59,3% acima do estimado em valor corrente, para 1977/78). A Região Centro-Oeste mostra taxa real de acréscimo de 27,2% e valor global da produção próximo a Cr\$57 bilhões; com relação à safra anterior, o valor corrente do produto dessa região elevou-se 87,2%.

Os produtos mais importantes para o valor global da agricultura da Região Centro-Sul são: carne bovina (19,2%), café (12,8%), soja (9,4%), milho (8,3%), leite (8,2%), aves e

ovos (7,1%), arroz (6,4%), cana-de-açúcar (5,4%) e trigo (4,5%). Somados, esses produtos totalizam 81,2% do valor gerado pela produção agrícola dessa região.

As regiões fisiográficas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste participariam, respectivamente, com 50,3%, 38,4% e 11,4% na formação da renda bruta do setor agrícola. A nível estadual, a participação relativa é a seguinte para a Região Sudeste: São Paulo 55,2%; Minas Gerais 33,1%; Espírito Santo 6,0%; Rio de Janeiro 5,8%. Para a Região Sul: Paraná 45,3%; Rio Grande do Sul 38,4%; Santa Catarina 16,4%; e, finalmente, para a Região Centro-Oeste: Goiás 52,4%; e, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul 47,6%.

Para o valor global da produção agropecuária da Região Centro-Sul no ano agrícola de 1978/79, os estados estariam contribuindo nas seguintes proporções: São Paulo 27,7%; Paraná 17,4%; Minas Gerais 16,6%; Rio Grande do Sul 14,7%; Santa Catarina 6,3%; Goiás 6,0%; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul 5,4%; Espírito Santo 3,0% e Rio de Janeiro 2,9%.

- Minas Gerais

Estimativas de preço e produção de 16 dos principais produtos do setor primário do Estado sugerem um acréscimo real do valor da produção da ordem de 18% (quadro 101). Subtraindo-se o café, esse acréscimo passaria a 5,3%. Em termos de quantidade produzida, tem-se uma variação de 4% para o total.

Os produtos mais importantes na composição da renda global para 1978/79 são: carne bovina (24,9%), café (24,6%), leite (12,9%) e milho (10,0%). Dentre os produtos considerados no valor bruto da produção agropecuária mineira apresentaram ganhos de valor, no ano agrícola 1978/79, a carne bovina, o café, o milho, as aves para corte, o arroz, os ovos, a batata, a laranja, a soja e a carne suína.

O valor global do setor é avaliado em aproximadamente Cr\$83,1 bilhões. Os produtos vegetais contribuem com Cr\$44,0 bilhões (crescimento real de 29,5%) e os produtos de origem animal com Cr\$39,1 bilhões (crescimento real = 7,2%). Em termos percentuais, os produtos vegetais participam com 53% e os produtos animais com os 47,0% restantes.

- Espírito Santo

Para a safra 1978/79, estimativas de preço e produção de 16 dos principais produtos da agricultura capixaba sugerem um acréscimo real de 14,0% (quadro 102). Excluindo-se o café, essa taxa passaria a 8,4%. Em termos físicos, a produção total decresceria 0,58%.

Os produtos vegetais cresceriam 6,1% e os de origem animal, 31,9% em valores reais. Ao se excluir o café do grupo dos vegetais, estes passariam a decrescer 16,1%.

O café ocupa, destacadamente, o primeiro lugar, respondendo por 42,4% do valor da produção agrícola, que se situa ao redor dos Cr\$14,9 bilhões. Seguem-se a ele a carne bovina com 22,1% e o leite com 6,7%.

Os produtos vegetais contribuem com 64,2% para o total do valor da produção agrícola e os produtos animais com os 35,8% restantes.

- Rio de Janeiro

Estimativas de valor de 14 dos principais produtos agrícolas do Estado do Rio de Ja

neiro evidenciam acréscimo real de 10,6% em 1978/79 (quadro 103). Em termos físicos, a produção cresce 7,8%.

O valor total da produção situa-se acima dos Cr\$14,5 bilhões, 62,8% acima do observado em 1977/78. Os produtos vegetais respondem por 50,6% desse total e os produtos de origem animal pelos 49,4% restantes. Cana-de-açúcar, carne bovina, leite, aves para corte, laranja e banana ocupam os seis primeiros postos com participações de 19,3%, 17,5%, 13,9%, 9,1% e 8,7%, respectivamente.

- São Paulo

Em 1978/79, a agricultura paulista experimentou acréscimo de 16,4% em termos reais no valor de sua produção agrícola, de acordo com as estimativas referentes a 26 de seus principais produtos (com base nos 4º e 5º levantamentos de safras, IEA-CATI). Ao se excluir o café, essa taxa passaria a 16,3%. Considerando-se a variação física da produção, a agricultura paulista experimenta elevação de 11,0%. (quadro 104).

Os 20 produtos vegetais apresentam, nestes dois últimos anos, crescimento real da ordem de 13,1%; subtraindo-se o café, esse valor passa a 11,6%. Os produtos animais, em número de 6, deverão apresentar crescimento real de 23,1% em relação a 1977/78.

Globalmente, a produção agrícola do ano é avaliada em, aproximadamente, Cr\$138,6 bilhões, 71,3% acima do valor estimado para 1977/78. Os produtos vegetais respondem por 65,0% desse total, enquanto que os produtos de origem animal respondem pelos 35,0% restantes.

Quanto à importância relativa dos diferentes produtos, em termos de valor, verifica-se que o café ocupa o primeiro lugar, seguindo-se a ele carne bovina, cana-de-açúcar, aves e ovos, leite e laranja. Esses produtos perfazem 72,7% do total da produção agropecuária do Estado.

Ganhos de valor real em relação a 1977/78 foram verificados para café, carne bovina, cana-de-açúcar, laranja, aves de corte, milho, algodão, soja, batata, amendoim, carne suína, tomate, arroz, uva de mesa, trigo, banana, tangerina e chá verde. Os demais produtos tiveram seus valores reais decrescidos neste ano de 1978/79.

- Paraná

Estimativas de preço e produção de 21 dos principais produtos da agricultura paranaense, referentes à safra 1978/79, indicam acréscimo do valor bruto da produção de 16,1% em valor real (quadro 105). Ao se subtrair o café, esse acréscimo torna-se maior ainda, atingindo 25,6%. Considerando-se somente a variação quantitativa da produção entre 1978/79 e 1977/78, a agricultura paranaense eleva-se de 14,7%.

Os produtos vegetais, em número de 16, apresentam variação de 11,8%, passando para 23,7% quando se subtrai o café. Os 5 produtos animais mostram variação de 30,5%.

Globalmente, o produto agrícola é avaliado em mais de Cr\$86,8 bilhões, 70,9% acima do observado em 1977/78. Os produtos vegetais respondem por 74,0% da produção total e os de origem animal pelos 26,0% restantes.

Os produtos mais importantes na composição do valor da produção são: soja (23,0%), carne bovina (14,6%), milho (12,0%), café (11,6%) e trigo (10,0%). Excluindo-se o café, esses produtos e mais algodão, carne suína, arroz, ovos, cana-de-açúcar, aves, fumo e amendoim

apresentam ganhos de valor real em relação a 1977/78. Os demais produtos tiveram seus valores reais decrescidos neste ano 1978/79.

- Santa Catarina

Para a safra 1978/79, estimativas de preço e produção de 17 dos principais produtos agrícolas do Estado de Santa Catarina sugerem acréscimo de 21,9% em seu valor real (quadro 106). Considerando-se somente a variação quantitativa da produção, tem-se uma variação de 13,7%.

As aves para corte ocupam o primeiro lugar, contribuindo com 18,2% para o valor global da produção agrícola. Seguem-se o milho com 15,0%, a carne suína com 13,9%, o fumo com 12,1% e a carne bovina com 8,8%.

O valor total da produção situa-se ao redor dos Cr\$31,3 bilhões, 79,5% acima do que foi gerado em 1977/78. Os produtos vegetais (Cr\$16,6 bilhões) se responsabilizam por 53,0% desse valor e os produtos animais (Cr\$14,7 bilhões), pelos 47,0% restantes.

- Rio Grande do Sul

A agricultura gaúcha, através das estimativas de preço e produção de 18 de seus principais produtos, na safra 1978/79, apresenta queda de 4,0% em termos de valor real (quadro 107). Admitindo-se somente a variação física da produção, a preços de 1977/78, verifica-se decréscimo de 4,7%.

O Valor da Produção dos produtos animais, em número de 4, crescerá 30,8% e dos produtos vegetais, em número de 14 decrescerá 14,2%, em termos reais.

Os itens mais importantes na composição do valor global são: soja (20,1%), carne bovina (16,3%), trigo (15,9%), arroz (11,4%), milho (7,6%) e leite (6,5%); estes produtos perfazem, juntos, mais de 75% da produção gaúcha.

O valor global da produção agropecuária é estimado em Cr\$73,5 bilhões, 41,3% acima do observado no ano anterior. Os produtos vegetais contribuem com Cr\$50,8 bilhões e os produtos animais com Cr\$22,7 bilhões.

- Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Para a safra 1978/79, estimativas de valor de 14 dos principais produtos agrícolas dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul evidenciam acréscimo de 12,4% em valor real (quadro 108). Em termos físicos, a agricultura matogrossense revela alta de 12,6%, em virtude das excelentes condições de clima vigentes no Estado.

Os produtos vegetais apresentariam crescimento da ordem de 13,5%, em valor real, enquanto que os produtos animais cresceriam 11,1%.

O valor global da produção agropecuária é avaliado em mais de Cr\$27,1 bilhões, sendo cerca de Cr\$15,0 bilhões devidos à produção vegetal e Cr\$12,1 bilhões à produção animal.

Contribuições positivas para o valor real da produção foram dadas por carne bovina, soja, milho, algodão, cana-de-açúcar e tomate. Os demais produtos tiveram seus valores reais decrescidos em 1978/79.

- Goiás

Dentre 15 dos principais produtos do setor primário do estado, a carne bovina ocupa o primeiro lugar no ano de 1978/79, contribuindo com 26,7% do valor da produção. Seguem-se a ela o arroz com 22,8%, o milho com 15,9% e o leite com 14,6%.

O valor global da produção atinge cerca de Cr\$29,8 bilhões. Em valor real, atinge-se aproximadamente Cr\$20,3 bilhões, gerando-se uma variação de 44,5% em relação ao ano anterior (quadro 109). Considerando-se somente a variação da quantidade produzida, tem-se crescimento de 30,5%, já que em 1977/78 houve redução na produção devido às interferências climáticas ocorridas. Responsabilizam-se por esse crescimento em 1978/79, a soja, o arroz, o milho, a cana-de-açúcar e o algodão.

Os produtos vegetais concorrem com 55% e os produtos animais, com 45% para o valor global do setor agrícola do Estado.

(IEA, 26/10/1979)

QUADRO 99. - Variação Percentual do Valor Real,⁽¹⁾ da Produção Agrícola da Região Centro Sul, 1976/77 e 1977/78

Região Fisiográfica e Unidade da Federação	Valor real		Variação Percentual
	1976/77	1977/78	
Sudeste			
Minas Gerais	53.662.145	47.836.146	-10,86
Espírito Santo	8.460.026	8.999.694	6,38
Rio de Janeiro	7.832.137	8.915.993	13,84
São Paulo	<u>88.218.147</u>	<u>80.891.662</u>	- 8,30
Subtotal	158.172.455	146.643.495	- 7,29
Sul			
Paraná	56.921.514	50.754.101	-10,84
Santa Catarina	17.820.509	17.460.853	- 2,02
Rio Grande do Sul	<u>53.196.386</u>	<u>52.050.436</u>	- 2,16
Subtotal	127.938.409	120.265.390	- 6,00
Centro-Sul			
Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	17.394.442	16.364.293	- 5,92
Goiás	<u>13.325.001</u>	<u>14.024.360</u>	5,25
Subtotal	30.719.443	30.388.653	- 1,08
Total	316.830.307	297.297.538	- 6,17

(¹) Valor real em cruzeiros de 1978.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 100. - Valor Bruto da Agricultura da Região Centro-Sul, Estimativa para 1977/78 e 1978/79

Região Fisiográfica e Unidade da Federação	Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em Cr\$1.000 de 1978 1978/79	Variação percentual		<u>1978/79</u> <u>1977/78</u>
	1977/78	1978/79		Corrente	Real	Física
Sudeste						
Minas Gerais	47.836.146	83.096.540	56.444.322	73,71	18,00	4,02
Espírito Santo	8.999.694	14.941.520	10.149.207	66,02	14,04	-0,58
Rio de Janeiro	8.915.993	14.511.016	9.856.782	62,75	10,55	7,80
São Paulo	<u>80.891.662</u>	<u>138.602.777</u>	<u>94.147.598</u>	71,34	16,39	11,02
Subtotal	146.643.495	251.151.853	170.597.909	71,27	16,33	7,76
Sul						
Paraná	50.754.101	86.755.523	58.929.730	70,93	16,11	14,68
Santa Catarina	17.460.853	31.335.351	21.284.913	79,46	21,90	13,68
Rio Grande do Sul	<u>52.050.436</u>	<u>73.542.101</u>	<u>49.954.355</u>	41,29	- 4,03	- 4,65
Subtotal	120.265.390	191.632.975	130.168.998	59,34	8,23	6,17
Centro-Oeste						
Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	16.364.293	27.076.073	18.391.747	65,46	12,39	12,60
Goiás	<u>14.024.360</u>	<u>29.823.221</u>	<u>20.257.780</u>	112,66	44,45	30,49
Subtotal	30.388.653	56.899.294	38.649.527	87,24	27,18	20,86
Total	297.297.538	499.684.122	339.416.434	68,07	14,18	8,45

Fonte: Dados secundários reunidos pelo Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 101. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de Minas Gerais, 1977/78 e 1978/79

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	Unidade	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	Cr\$1.000 de
								1978 ⁽²⁾
								1978/79
Carne bovina	519,00	416,80	330,88	743,93	arroba	11.448.448	20.671.335	14.041.252
Cafê	258,00	426,00	1.730,00	2.883,00	sc.60kg	7.439.000	20.469.300	13.904.018
Leite (milhão litros)	2.535,48	2.535,48	3,05	4,24	litro	9.254.502	10.750.435	7.302.362
Milho	2.433,19	2.607,99	125,40	190,87	sc.60kg	5.085.367	8.296.451	5.635.464
Aves para corte	142,45	168,09	17,19	29,21	quilograma	2.448.716	4.909.909	3.335.115
Arroz	644,22	659,37	242,40	392,80	sc.60kg	2.602.649	4.316.676	2.932.154
Feijão	277,49	210,81	437,40	674,16	sc.60kg	2.022.902	2.368.661	1.608.942
Cana-de-açúcar	7.233,37	7.395,79	210,00	297,01	tonelada	1.519.007	2.196.624	1.492.083
Ovos (milhão dúzias)	149,90	172,38	8,50	11,92	dúzia	1.274.150	2.054.770	1.395.727
Batata	344,90	384,69	219,60	306,72	sc.60kg	1.262.334	1.966.535	1.335.792
Mandioca	1.864,17	1.838,28	519,00	665,00	tonelada	967.504	1.222.456	830.368
Laranja (milhão frutos)	1.617,40	1.737,91	39,43	57,71	cento	637.741	1.002.948	681.265
Soja	137,06	193,31	201,00	278,20	sc.60kg	459.151	896.314	608.832
Tomate	112,95	90,81	4,62	7,74	quilograma	521.829	702.869	477.432
Carne suína	16,73	21,18	278,65	467,87	arroba	310.788	660.632	448.742
Algodão	83,87	69,30	104,10	132,17	arroba	582.058	610.625	414.774
Valor total da produção			(crescimento real = 18,00%)			47.836.146	83.096.540	56.444.322
Valor total da produção sem café			(crescimento real = 5,31%)			40.397.146	62.627.240	42.540.304
Valor total da produção de origem vegetal			(crescimento real = 29,53%)			23.099.542	44.049.459	29.921.124
Valor total da produção de origem vegetal sem café			(crescimento real = 2,28%)			15.660.542	23.580.159	16.017.106
Valor total da produção de origem animal			(crescimento real = 7,22%)			24.736.604	39.047.081	26.523.198
Valor total da produção a preços de 1977/78			(crescimento físico = 4,02%)			47.836.146	49.758.255	-

⁽¹⁾ Estimativas preliminares baseadas em informações até julho de 1979.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do índice "2" da Conjuntura Econômica, de julho de 1978 a julho de 1979.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Comissão Estadual de Planejamento - Agrícola (CEPA-MG), Instituto Brasileiro do Café (IBC) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 102. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado do Espírito Santo, 1977/78 e 1978/79

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	Unidade	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	Cr\$1.000 de
								1978 ⁽²⁾
								1978/79
Cafê	138,00	144,00	1.524,29	2.639,67	sc.60kg	3.505.867	6.335.208	4.303.266
Carne bovina	58,00	62,00	347,74	797,36	arroba	1.344.595	3.295.755	2.238.681
Leite (milhão litros)	220,00	220,00	3,80	4,58	litro	836.000	1.007.600	684.424
Cacau	9,04	13,00	640,00	758,33	arroba	385.707	657.219	446.424
Milho	244,44	154,53	133,32	193,18	sc.60kg	543.146	497.535	337.957
Mandioca	960,40	692,63	452,00	614,86	tonelada	434.101	425.870	289.277
Carne suína	10,22	10,37	301,81	536,20	arroba	205.633	370.693	251.798
Aves para corte	9,50	11,00	18,73	32,29	quilograma	177.935	355.190	241.267
Tomate	43,75	50,16	4,23	7,08	quilograma	185.063	355.133	241.229
Cana-de-açúcar	1.075,70	1.088,59	210,00	297,01	tonelada	225.897	323.322	219.620
Arroz	82,80	46,42	228,60	411,35	sc.60kg	315.468	318.248	216.174
Ovos (milhão dúzias)	17,50	20,00	10,81	15,81	dúzia	189.175	316.200	214.783
Feijão	41,59	27,71	416,40	670,34	sc.60kg	288.635	309.585	210.289
Banana	92,84	84,92	1.940,00	2.670,00	tonelada	180.110	226.736	154.013
Laranja (milhão frutos)	207,00	207,00	33,70	54,28	cento	69.759	112.360	76.322
Batata	2,77	6,50	273,00	321,84	sc.60kg	12.603	34.866	23.683
Valor total da produção			(crescimento real = 14,04%)			8.899.694	14.941.520	10.149.207
Valor total da produção sem café			(crescimento real = 8,38%)			5.393.827	8.606.312	5.845.941
Valor total da produção de origem vegetal			(crescimento real = 6,05%)			6.146.356	9.596.082	6.518.254
Valor total da produção de origem vegetal sem café			(crescimento real = -16,11%)			2.640.489	3.260.874	2.214.988
Valor total da produção de origem animal			(crescimento real = 31,87%)			2.753.338	5.345.438	3.630.953
Valor total da produção a preços de 1977/78			(crescimento físico = - 0,58%)			8.899.694	8.847.631	-

(1) Informações preliminares baseadas até julho de 1979.

(2) Deflator estimado em função da variação do índice "2" da Conjuntura Econômica de julho de 1978 a julho de 1979.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Getulio Vargas (FGV), EMATER-ES, CEPA-ES, Instituto de Economia - Agrícola (IEA).

QUADRO 103. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado do Rio de Janeiro, 1977/78 e 1978/79

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)		Unidade	Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾		1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	Cr\$1.000 de
								1978/79 ⁽²⁾
Caná-de-açúcar	8.733,40	9.404,58	210,00	297,01	tonelada	1.834.014	2.793.254	1.897.352
Carne bovina	46,38	46,38	363,60	819,35	arroba	1.124.251	2.533.430	1.720.863
Leite (1.000 litros)	404,70	436,43	3,83	4,62	litro	1.550.001	2.016.307	1.369.600
Aves para corte	71,02	73,15	16,33	26,35	quilograma	1.159.757	1.927.503	1.309.280
Laranja (milhões de frutos)	2.041,50	2.521,82	48,01	52,34	cento	980.124	1.319.921	896.572
Banana	401,46	471,87	1.640,00	2.670,00	tonelada	658.394	1.259.893	855.798
Tomate	96,64	104,13	5,01	8,98	quilograma	484.166	935.087	635.169
Arroz	94,30	92,39	240,00	409,36	sc.60kg	377.200	562.119	381.826
Ovos (milhões de dúzias)	24,65	25,14	10,58	15,89	dúzia	260.797	399.475	271.348
Carne suína	8,43	8,72	303,39	499,84	arroba	170.505	290.574	197.376
Milho	44,80	54,79	160,20	214,00	sc.60kg	119.616	195.418	132.740
Mandioca	209,25	229,47	590,00	680,00	tonelada	123.458	156.040	105.992
Feijão	7,20	9,01	465,00	662,71	sc.60kg	55.800	99.517	67.598
Batata	4,88	4,46	220,20	302,40	sc.60kg	17.910	22.478	15.268
Valor total da produção		(crescimento real = 10,55%)				8.915.993	14.511.016	9.856.782
Valor total da produção de origem vegetal		(crescimento real = 7,26%)				4.650.682	7.343.727	4.988.315
Valor total da produção de origem animal		(crescimento real = 14,14%)				4.265.311	7.167.289	4.868.467
Valor total da produção a preços de 1977/78		(crescimento físico = 7,80%)				8.915.993	9.611.347	-

(¹) Estimativas preliminares baseadas em informações até julho de 1979.

(²) Deflator estimado em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica de julho de 1978 a julho de 1979.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), EMATER-RIO, CEPA-RJ e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 104. - Estimativa de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de São Paulo, 1977/78 e 1978/79

Produto	Quantidade (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)		Unidade	Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	1977/78	1978/79 ⁽²⁾		1977/78	1978/79 ⁽²⁾	Cr\$1.000 de 1978 ⁽³⁾
Cafê	499,90	510,00	1.900,00	3.200,00	sc.60kg	15.830.167	27.200.000	18.475.926
Carne bovina	449,70	440,00	345,00	800,00	arroba	10.343.100	23.466.667	15.940.015
Cana-de-açúcar	58.070,00	63.570,00	210,00	297,01	tonelada	12.194.700	18.880.926	12.825.096
Leite (milhão litros)	1.705,50	1.674,00	3,78	5,22	litro	6.446.790	8.738.280	5.935.581
Laranja	4.859,30	6.146,90	36,00	51,00	cx.40,8kg	4.287.618	7.683.625	5.219.194
Ovos (milhão dúzias)	569,20	597,70	8,76	12,00	dúzia	4.986.192	7.172.400	4.871.939
Aves para corte	294,70	327,10	12,51	20,50	quilograma	3.686.697	6.705.550	4.554.825
Milho	1.701,00	2.277,00	131,84	162,00	sc.60kg	3.737.664	6.147.900	4.176.035
Algodão	358,50	507,30	121,00	155,00	sc.60kg	2.891.900	5.242.100	3.560.759
Soja	745,50	848,40	214,00	300,00	sc.60kg	2.658.950	4.242.000	2.881.429
Batata	434,40	510,00	259,20	370,00	sc.60kg	1.876.608	3.145.000	2.136.279
Feijão	206,30	230,60	500,00	650,00	sc.60kg	1.719.167	2.498.167	1.696.910
Amendoim	227,40	333,80	156,30	180,00	sc.25kg	1.421.705	2.403.360	1.632.511
Carne suína	61,20	63,00	258,00	500,00	arroba	1.052.640	2.100.000	1.426.450
Tomate envarado	289,10	312,30	4,51	6,67	quilograma	1.303.841	2.083.041	1.414.932
Arroz	246,30	307,80	250,00	380,00	sc.60kg	1.026.250	1.949.400	1.324.153
Uva de mesa	115,50	132,10	70,00	114,08	cx.8kg	1.010.625	1.883.746	1.279.557
Cebola	226,90	297,10	350,00	265,00	sc.45kg	1.764.778	1.749.589	1.188.429
Trigo	87,10	277,00	249,00	324,00	sc.60kg	361.465	1.495.800	1.016.040
Banana	684,80	649,90	850,00	1.500,00	tonelada	582.080	974.850	662.179
Tomate rasteiro	227,00	425,00	1,15	2,00	quilograma	261.050	850.000	577.373
Tangerina	675,20	622,40	28,00	51,00	cx.40,8kg	463.372	778.000	528.466
Limão	363,50	381,10	28,00	33,00	cx.40,8kg	249.461	354.946	241.101
Mandioca	755,00	553,00	420,40	570,00	tonelada	317.402	315.210	214.110
Casulo	5,00	4,70	46,00	60,00	quilograma	230.000	282.000	191.552
Chã verde	36,10	41,80	2,40	3,70	quilograma	86.640	154.660	105.055
Mamona	22,40	23,20	4,50	4,55	quilograma	100.800	105.560	71.703
Valor total da produção (26 produtos)				(crescimento real = 16,39%)		80.891.662	138.602.777	94.147.598
Valor total da produção sem café (25 produtos)				(crescimento real = 16,31%)		65.061.495	111.402.777	75.671.673
Valor total da produção de origem vegetal (20 produtos)				(crescimento real = 13,08%)		54.146.243	90.137.880	61.227.236
Valor total da produção de origem vegetal s/café (19 produtos)				(crescimento real = 11,58%)		38.316.076	62.937.880	42.751.310
Valor total da produção de origem animal (6 produtos)				(crescimento real = 23,09%)		26.745.419	48.464.897	32.920.362
Valor total da produção a preços de 1977/78				(crescimento físico = 11,02%)		80.891.662	89.803.339	-

⁽¹⁾ Quinto levantamento de safras, junho de 1979. Para o café, quarto levantamento de safras, abril de 1979.

⁽²⁾ Estimativas preliminares, baseadas em informações até julho de 1979.

⁽³⁾ Deflator estimado em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica, de julho de 1978 a julho de 1979.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 105. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado do Paraná, 1977/78 e 1978/79

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	Unidade	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	Cr\$1.000 de
								1978 ⁽²⁾
								1978/79
Soja	3.150,10	3.989,28	205,80	299,69	sc.60kg	10.804.843	19.925.789	13.534.831
Carne bovina	249,58	249,55	324,25	759,72	arroba	5.395.088	12.639.208	8.585.334
Milho	2.437,12	4.600,00	111,60	135,92	sc.60kg	4.533.043	10.420.533	7.078.272
Cafê	276,00	180,00	2.020,30	3.361,38	sc.60kg	9.293.380	10.084.140	6.849.773
Trigo	1.050,00	1.600,00	224,40	324,00	sc.60kg	3.927.000	8.640.000	5.868.824
Leite (milhão litros)	975,00	1.072,00	4,18	5,07	litro	4.075.500	5.435.040	3.691.816
Feijão	507,02	503,49	346,20	501,80	sc.60kg	2.925.505	4.210.855	2.860.274
Algodão	309,44	433,51	103,50	122,06	arroba	2.135.136	3.527.615	2.396.175
Carne suína	83,75	87,10	190,30	364,58	arroba	1.062.508	2.116.995	1.437.994
Batata	700,67	615,87	187,20	195,84	sc.60kg	2.186.090	2.010.200	1.365.452
Arroz	210,18	286,68	249,60	365,64	sc.60kg	874.349	1.747.028	1.186.690
Ovos (milhão dúzias)	62,04	63,90	10,26	19,81	dúzia	636.530	1.265.859	859.850
Cana-de-açúcar	2.982,21	4.125,00	196,63	297,01	tonelada	586.392	1.225.166	832.209
Aves	34,25	36,75	16,21	29,24	quilograma	555.193	1.074.570	729.915
Fumo	25,29	44,33	12,10	17,47	quilograma	306.009	774.445	526.051
Amendoim	50,41	70,29	134,50	165,60	sc.25kg	271.206	465.601	316.265
Mandioca	924,21	715,50	600,00	626,40	tonelada	554.886	448.189	304.438
Laranja (milhão frutos)	380,73	400,00	66,15	71,09	cento	251.853	284.360	193.155
Tomate	33,68	29,44	5,88	7,73	quilograma	198.038	227.571	154.580
Cebola	16,66	35,67	7,43	4,41	quilograma	123.784	157.305	106.851
Banana (mil cachos)	7.221,00	5.361,00	8,00	14,00	cacho	57.768	75.054	50.981
Valor total da produção					(crescimento real = 16,11%)	50.754.101	86.755.523	58.929.730
Valor total da produção sem café					(crescimento real = 25,61%)	41.460.721	76.671.383	52.079.957
Valor total da produção de origem vegetal					(crescimento real = 11,77%)	39.029.282	64.223.851	43.624.821
Valor total da produção de origem vegetal sem café					(crescimento real = 23,67%)	29.735.902	54.139.711	36.775.048
Valor total da produção de origem animal					(crescimento real = 30,53%)	11.724.819	22.531.672	15.304.909
Valor total da produção a preços de 1977/78					(crescimento físico = 14,68%)	50.754.101	58.206.311	-

⁽¹⁾ Estimativas preliminares baseadas em informações até julho de 1979.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da Variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica de julho de 1978 a julho de 1979.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Departamento de Economia Rural - (DERAL/PR), Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA/PR), Instituto Brasileiro do Café (IBC) e Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 106. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de Santa Catarina, 1977/78 e 1978/79

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	Unidade	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	Cr\$1.000 de 1978 ⁽²⁾ 1978/79
Milho	1.587,90	1.731,80	121,80	163,10	sc.60kg	3.223.437	4.707.610	3.197.701
Aves para corte(peso vivo)	173,22	225,20	13,58	25,37	quilograma	2.352.328	5.713.324	3.880.844
Carne suína	188,85	187,60	186,34	347,12	arroba	2.346.021	4.341.314	2.948.890
Fumo	130,30	189,10	16,61	19,98	quilograma	2.164.283	3.778.218	2.566.400
Carne bovina	54,48	56,10	303,05	734,92	arroba	1.100.678	2.748.601	1.867.020
Soja	354,68	433,82	192,00	290,19	sc.60kg	1.134.976	2.098.170	1.425.207
Leite (milhão litros)	385,56	406,64	3,74	4,77	litro	1.441.994	1.939.673	1.317.546
Feijão	123,06	191,52	325,80	435,02	sc.60kg	668.216	1.388.584	943.212
Arroz	279,01	259,79	192,00	283,10	sc.60kg	892.832	1.225.776	832.623
Mandioca	1.208,16	1.602,15	370,00	480,00	tonelada	447.019	769.032	522.374
Batata	115,98	173,09	218,40	232,56	sc.60kg	442.167	670.897	455.715
Banana (mil cachos)	23.759,00	25.318,00	12,00	16,40	cacho	285.108	415.215	282.040
Cebola	47,13	94,02	5,50	4,35	quilograma	259.215	408.987	277.809
Laranja (milhão frutos)	472,68	492,89	74,35	80,72	cento	351.438	397.861	270.252
Cana-de-açúcar	1.043,13	1.292,17	210,00	297,01	tonelada	219.057	383.787	260.692
Tomate	28,03	30,42	4,12	6,19	quilograma	115.484	188.300	127.905
Trigo	4,00	29,63	249,00	324,00	sc.60kg	16.600	160.002	108.683
Valor total da produção		(crescimento real = 21,90%)				17.460.853	31.335.351	21.284.913
Valor total da produção de origem vegetal		(crescimento real = 10,28%)				10.219.832	16.592.439	11.270.613
Valor total da produção de origem animal		(crescimento real = 38,30%)				7.241.021	14.742.912	10.014.300
Valor total da produção a preços de 77/78		(crescimento físico = 13,68%)				17.460.853	19.848.889	-

⁽¹⁾ Estimativas preliminares baseadas em informações até julho de 1979.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do índice "2" da Conjuntura Econômica de julho de 1978 a julho de 1979

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Fundação Getulio Vargas (FGV), CEPA/SC, ACARESC, Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 107. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado do Rio Grande do Sul, 1977/78 e 1978/79

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	Unidade	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	Cr\$1.000 de 1978 ⁽²⁾ 1978/79
Soja	4.567,80	3.354,00	192,00	263,87	sc.60kg	14.616.960	14.750.333	10.019.341
Carne bovina	255,57	247,00	308,66	726,33	arroba	5.258.949	11.960.234	8.124.132
Trigo	1.505,00	2.167,00	249,00	324,00	sc.60kg	6.245.750	11.701.800	7.948.588
Arroz	2.009,10	1.675,00	188,40	300,73	sc.60kg	6.308.574	8.395.379	5.702.662
Milho	2.150,80	1.853,60	126,60	181,04	sc.60kg	4.538.188	5.592.929	3.799.064
Leite (milhão litros)	830,50	850,00	4,64	5,61	litro	3.853.520	4.768.500	3.239.061
Aves para corte	114,56	147,78	12,92	24,82	quilograma	1.480.115	3.667.900	2.491.465
Fumo	140,50	143,00	15,38	21,06	quilograma	2.160.890	3.011.580	2.045.652
Carne suína	108,12	112,50	166,01	307,33	arroba	1.196.600	2.304.975	1.565.682
Batata	391,30	417,00	243,60	277,92	sc.60kg	1.588.678	1.931.544	1.312.024
Laranja (milhão frutos)	1.722,50	1.844,25	46,03	74,12	cento	792.867	1.366.958	928.523
Mandioca	2.498,00	2.290,00	370,00	480,00	tonelada	924.260	1.099.200	746.645
Feijão	132,30	136,70	369,00	471,91	sc.60kg	813.645	1.075.168	730.321
Cebola	118,50	150,70	7,43	4,35	quilograma	880.455	655.545	445.287
Tomate	134,50	79,50	5,53	6,76	quilograma	743.785	537.420	365.049
Banana	110,45	110,94	3.550,00	3.860,00	tonelada	392.098	428.228	290.879
Cana-de-açúcar	980,00	831,90	210,00	297,01	tonelada	205.800	247.083	167.834
Amendoim	8,30	5,90	148,50	200,53	sc.25kg	49.302	47.325	32.146
Valor total da produção						52.050.436	73.542.101	49.954.355
			(crescimento real = - 4,03%)					
Valor total da produção de origem vegetal						40.261.252	50.840.492	34.534.015
			(crescimento real = -14,23%)					
Valor total da produção de origem animal						11.789.184	22.701.609	15.420.340
			(crescimento real = 30,80%)					
Valor total da produção a preços de 1977/78						52.050.436	49.631.181	-
			(crescimento físico = - 4,65%)					

(1) Estimativas preliminares baseadas em informações até julho de 1979.

(2) Deflator estimado em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica de julho de 1978 a julho de 1979.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-RS), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 108. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, 1977/78 e 1978/79

Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	Unidade	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	Cr\$1.000 de 1978 ⁽²⁾ 1978/79
Carne bovina	271,60	282,45	334,72	555,00	arroba	6.060.663	10.450.650	7.098.729
Arroz em casca	1.396,70	1.432,61	205,20	268,20	sc.60kg	4.776.714	6.403.767	4.349.836
Soja	479,11	853,21	184,20	276,60	sc.60kg	1.470.868	3.993.298	2.712.496
Leite (milhão litros)	300,00	300,00	4,52	5,60	litro	1.356.000	1.680.000	1.141.160
Mandioca	876,69	842,88	890,00	1.210,40	tonelada	780.254	1.020.222	692.998
Milho	234,30	255,48	118,20	181,20	sc.60kg	461.571	771.550	524.085
Algodão	43,42	76,49	106,65	144,30	arroba	308.716	735.834	499.824
Trigo	30,54	120,74	249,00	324,00	sc.60kg	126.741	651.996	442.876
Feijão	60,27	42,50	429,60	721,20	sc.60kg	431.533	510.850	347.001
Cana-de-açúcar	833,64	1.235,89	210,00	297,01	tonelada	175.064	367.072	249.338
Amendoim	24,95	25,68	119,50	155,00	sc.25kg	119.261	159.216	108.149
Banana (mil cachos)	14.813,00	10.960,00	12,48	14,50	cacho	184.866	158.920	107.948
Laranja (milhão frutos)	113,02	115,98	63,42	82,20	cento	71.677	95.336	64.758
Tomate	6,21	8,23	6,50	9,40	quilograma	40.365	77.362	52.549
Valor total da produção				(crescimento real = 12,39%)		16.364.293	27.076.073	18.391.747
Valor total da produção de origem vegetal				(crescimento real = 13,46%)		8.947.630	14.945.423	10.151.858
Valor total da produção de origem animal				(crescimento real = 11,10%)		7.416.663	12.130.650	8.239.889
Valor total da produção a preços de 1977/78				(crescimento físico = 12,60%)		16.364.293	18.426.451	-

(¹) Estimativas preliminares baseadas em informações até julho de 1979.

(²) Deflator estimado em função da variação do Índice "2" da Conjuntura Econômica de julho de 1978 a julho de 1979.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-MT), Empresa de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (EMPAER) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 109. - Estimativas de Produção, Preço e Valor Bruto na Agricultura, Estado de Goiás, 1977/78 e 1978/79

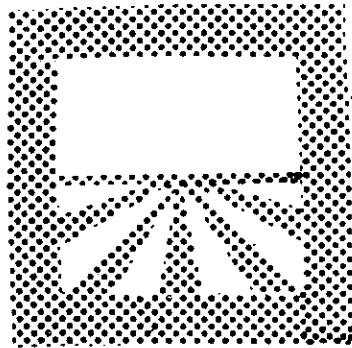
Produto	Produção (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)			Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real em
	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	Unidade	1977/78	1978/79 ⁽¹⁾	Cr\$1.000 de 1978 ⁽²⁾ 1978/79
Carne bovina	154,59	165,85	301,47	718,77	arroba	3.106.950	7.947.200	5.398.231
Arroz	621,12	1.185,75	216,60	344,45	sc.60kg	2.242.243	6.807.193	4.623.868
Milho	1.085,50	1.780,80	103,80	159,64	sc.60kg	1.877.915	4.738.115	3.218.421
Leite (milhão litros)	887,10	911,15	3,91	4,79	litro	3.468.561	4.364.409	2.964.577
Soja	100,46	282,40	190,20	271,64	sc.60kg	318.458	1.278.519	868.449
Carne suína	39,69	41,31	233,47	399,01	arroba	617.762	1.098.874	746.423
Feijão	78,37	72,29	418,20	721,86	sc.60kg	546.239	869.721	590.768
Banana	185,60	201,17	2.750,00	3.657,50	tonelada	510.400	735.779	499.787
Algodão	54,12	61,29	110,55	146,04	arroba	398.864	596.719	405.329
Tomate	40,00	42,42	6,53	9,37	quilograma	261.200	397.475	269.990
Mandioca	356,04	314,30	890,00	1.210,40	tonelada	316.876	380.429	258.411
Cana-de-açúcar	937,95	1.169,64	210,00	297,01	tonelada	196.969	347.395	235.972
Laranja (milhão frutos)	170,00	197,25	65,27	84,67	cento	110.959	167.012	113.445
Fumo	1,22	1,32	32,75	43,75	quilograma	39.955	57.750	39.227
Amendoim	2,18	4,29	126,25	213,47	sc.25kg	11.009	36.631	24.882
Valor total da produção		(crescimento real = 44,45%)				14.024.360	29.823.221	20.257.780
Valor total da produção de origem vegetal		(crescimento real = 63,20%)				6.831.087	16.412.738	11.148.549
Valor total da produção de origem animal		(crescimento real = 26,63%)				7.193.273	13.410.483	9.109.231
Valor total da produção a preços de 1977/78		(crescimento físico = 30,49%)				14.024.360	18.300.155	-

⁽¹⁾ Estimativas preliminares baseadas em informações até julho de 1979.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do índice "2" da Conjuntura Econômica de julho de 1978 a julho de 1979.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), CEPA-GO e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

6



Política agrícola

6 - POLÍTICA AGRÍCOLA

São muitas as discussões sobre o desempenho da política agrícola brasileira nos últimos anos, através da crítica aos seus componentes de políticas de crédito, de preços de garantia, de contingenciamentos, de taxaço nas exportações, de insumos agrícolas, afetados pelos programas de substituição de importações, de taxaço da terra e do trabalho, de subsídio à indústria de máquinas e implementos agrícolas, etc. A discussão dessas políticas ampliou-se no início de 1979 quando da mudança do Governo Central e diante dos problemas com que a economia do País se defronta, caracterizada pelos déficits do balanço de pagamentos e do tesouro e pelo agravamento da distribuição de renda, via o recrudescimento da inflação.

Neste contexto, o Governo elegeu o setor agrícola como prioritário, nele concentrando esforços para desenvolver seu potencial no sentido de aumentar sua contribuição à solução do desequilíbrio das contas externas, aumentar a oferta de alimentos e, ao mesmo tempo, fornecer fontes alternativas de energia (álcool de cana-de-açúcar e a partir de pinus e eucalipto), a fim de reduzir as contas crescentes de importação de petróleo.

Ao mesmo tempo, a política agrícola, nos últimos anos, vem se tornando cada vez mais dependente da política econômica global, dadas, entre outras causas, as persistentes dificuldades que a economia brasileira vem enfrentando no conjunto. Assim, dentre os objetivos gerais da política econômica nos anos anteriores, estabeleceu-se como prioridade o controle do processo inflacionário, operacionalizando-se, para tanto, uma política monetária que incluía entre seus objetivos a contenção da expansão do crédito rural. Forçosamente, essa política comprimiu o nível dos preços mínimos, dada a estreita dependência que mantinham com o crédito de custeio e de comercialização. Originou-se, conseqüentemente, um círculo vicioso, visto que, para evitar que uma expansão imoderada do crédito originasse pressões inflacionárias, as autoridades monetárias eram obrigadas a alimentar uma outra decorrente do impacto negativo do achatamento dos preços mínimos na oferta agrícola, agravada pelas adversidades climáticas nos últimos dois anos. Tais fatos contribuíram para desestimular a expansão da área cultivada, tendo em alguns casos ocorrido até redução.

Neste ano, as reformulações por que passou a política econômica objetivaram alterar, inicialmente, os instrumentos de política agrícola de curto prazo, a fim de estimular o setor agrícola a ocupar nova posição na economia brasileira. Evidentemente, além das medidas já tomadas relativas à política de crédito, preços mínimos, PROAGRO, e outras de caráter mais geral, que possuem impactos sobre a agricultura, espera-se que se inicie uma reformulação mais ampla da política agrícola, de acordo com as exigências do País.

Por outro lado, os objetivos perseguidos pelo Governo (maior oferta de alimen

tos, aumento das exportações de origem agrícola e expansão de produtos agrícolas para produção de energia) podem vir a ser conflitantes, dada a existência, no curto prazo, de rigidez na disponibilidade de certos fatores, tais como terras férteis, sementes melhoradas, fertilizantes, combustíveis e mão-de-obra. Para atingir os três objetivos, deverão ser tomadas medidas adicionais, principalmente quanto à localização das culturas de cana-de-açúcar e reflorestamento para a produção de energia, a fim de evitar a sua competição com a agricultura de alimentos e de exportação nas principais regiões produtoras.

Assim, para que o setor agrícola desempenhe o papel que dele se espera, faz-se necessária a transferência adicional de volumes crescentes de recursos para a agricultura. Será na compatibilização entre as metas propostas à agricultura e as demais metas políticas e econômica que residirá a eficiência da política proposta.

- Crédito Rural

Através do crédito rural tem-se procurado atingir, basicamente, dois objetivos: expandir a produção e modernizar a tecnologia agrícola. Nesse sentido, a política de crédito agrícola vinha se caracterizando pelo fornecimento de crescentes recursos subsidiados ao setor, de modo a favorecer a adoção de insumos modernos e, de certa forma, compensar o efeito desestimulante dos gravames explícitos e implícitos sobre as exportações agrícolas.

Medidas tomadas em 1977, complementadas em 1978, mostram claramente que o crédito rural passou a sofrer restrições em decorrência da política antiinflacionária, então posta em prática pelo Governo, fundada predominantemente na contenção dos meios de pagamento. Essa tendência foi, entretanto, revertida pelo atual Governo que, dentro de sua estratégia para dinamizar o setor agrícola, vem propondo uma série de medidas destinadas a melhorar a política de crédito rural aos objetivos propostos.

Esse conjunto de medidas teve como ponto de partida uma nova classificação do produtor rural (Resolução BACEN 540/79) a partir do valor global da produção agropecuária e não mais do montante de seu endividamento. Introduziu, também, a figura do miniprodutor, objetivando criar políticas específicas aos produtores de mais baixa renda.

Grande parte das medidas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) alterando a política de crédito rural teve como finalidade conceder a pequenos e miniprodutores maiores facilidades na obtenção de crédito e liquidação das dívidas, quais sejam:

a) elevar de 5 para 8 anos o prazo dos financiamentos rurais destinados à aquisição de reprodutores e matrizes bovinas (Res. BACEN 541/79);

b) permitir a assistência técnica grupal, de modo que as propostas e orçamentos individuais possam ser substituídos por listagens elaboradas pelos técnicos e assinadas pelos produtores (Res. BACEN 542/79);

c) ampliar de 60 para 90 dias após o término da colheita o vencimento das operações de custeio (Res. BACEN 544/79);

d) autorizar que nos financiamentos para investimentos fixos e serviços o valor dos financiamentos possa ser creditado diretamente aos produtores para efetuar os pagamentos correspondentes, admitindo-se a comprovação da aplicação dos empréstimos através dos serviços de fiscalização e assistência técnica (Res. BACEN 545/79);

e) elevar de 10% para 25% as aplicações de financiamentos efetuados com base nos recursos da Resolução nº 69, sendo que no mínimo 10% serão destinados a miniprodutores (Res.

BACEN 546/79);

f) permitir que o limite de aplicações em descontos de notas promissórias rurais ou outros papéis concernentes à comercialização do gado bovino para abate, em qualquer época do ano, possa exceder aos 10% fixados, quando forem destinados a operações realizadas com pequenos ou miniprodutores (Res. BACEN 546/79);

g) permitir o crédito de custeio rotativo até o limite máximo de 100 MVR por cliente (Res. BACEN 445/79); e

h) com a adesão obrigatória ao PROAGRO nos financiamentos de custeio, permitir aos produtores, quando da ocorrência de sinistro, que seja deduzida da renda bruta obtida parcela necessária à manutenção de sua família, que não pode exceder a 6 MVR, por mês, até a época de obtenção de financiamento para a safra subsequente, ficando limitada ainda a 15% do montante de crédito ou, quando não houver pagamento de mão-de-obra a terceiros, a 30% da produção estimada (Res. BACEN 548/79).

As demais alterações introduzidas no crédito rural, abrangendo agora todas as classes de produtores rurais, resumem-se nas seguintes:

a) extensão da possibilidade de serem admitidas nos financiamentos rurais às aquisições de sementes melhoradas e defensivos, quando feitas com até 180 dias de antecedência à apresentação da proposta, para a safra em via de formação (Res. BACEN 543/79);

b) taxaço progressiva dos juros, nos créditos para investimento, na dependência do valor da operação e da participação do mutuário com recursos próprios conforme quadro 110 (Res. BACEN 547/79);

c) adesão obrigatória ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) nos financiamentos de custeio agropecuário (Res. BACEN 548/79):

d) extensão da cobertura do PROAGRO para até 100% do financiamento de custeio ou investimento concedido por instituição financeira e da parcela de recursos próprios do produtor, Lei 6.685/79, alcançando, também, os encargos financeiros devidos a partir da definição do sinistro, até a de sua liquidação, com recursos do Programa (Res. BACEN 548/79);

e) elevação de 15% para 17% da exigibilidade prevista na Resolução nº 69, a fim de que a diferença seja aplicada obrigatoriamente no custeio agrícola durante o ano de 1979 (Res. BACEN 557/79); e

f) instituição dos Valores Básicos de Custeio (VBC) para financiamento no custeio agrícola (Res. BACEN 557/79), variáveis de acordo com a produtividade da lavoura (quadro 111), considerando-se para efeito de enquadramento do produtor (Res. BACEN 443/79): 1) a média de produtividade efetiva de sua lavoura alcançada em duas das três últimas safras; 2) a média de produtividade da lavoura na região; e 3) a produtividade atestada no projeto técnico.

Se os VBC, na sua fixação, foram diferenciados conforme a faixa de produtividade, visando dar melhor atendimento aos produtores mais eficientes, incentivando-se a adoção de tecnologia mais avançada, esse objetivo ficou prejudicado em decorrência de dúvidas quanto à sua interpretação à ordem de preferência entre esses critérios. A princípio, a opção dos agentes financeiros pela média de produtividade regional da lavoura vem fazendo com que, como vinha acontecendo anteriormente, tanto produtores que empregam técnicas rudimentares, como aqueles cuja tecnologia resulta em maiores rendimentos sejam atendidos igualmente.

Embora prejudicada nesse aspecto, a criação dos VBCs foi importante medida tomada dentro da nova orientação dirigida ao setor agrícola, pois implica na desvinculação dos preços mínimos como referência para cálculo do crédito de custeio, permitindo maior flexibilidade na escolha dos produtos a serem incentivados.

Desde 1977, para as operações de investimentos, determinava-se o limite máximo de a

diantamento conforme o valor do orçamento do crédito em formalização, somado ao valor dos créditos anteriores em fase de utilização ou saldo devedor em fase de reembolso. Sob esse mesmo critério, mas, considerando agora o valor nominal dos créditos, imputava-se uma taxa de juros, que anteriormente não excedia a 21%. Recentemente, com as modificações introduzidas, criou-se um sistema de elevação gradual das taxas de juros, inversamente relacionada à contrapartida do mutuário, objetivando induzir o tomador a participar do empreendimento com maior parcela de recursos próprios, atingindo os juros a taxa máxima de 30% a.a.

Posteriormente, pela carta circular 345/79, o BACEN estabeleceu que a determinação das taxas de juros e dos limites de adiantamento deve basear-se somente no valor isolado de cada operação ou orçamento, respectivamente. Contudo, desconsiderar a soma das responsabilidades representa um retrocesso à situação anterior a 1977, perdendo-se, em parte, o sentido da taxação e bases de adiantamento diferenciados com o fito de exigir maior participação do produtor, pois aquele critério de cálculo facilita a aquisição de financiamento em diferentes instituições financeiras, fugindo às taxas de juros elevadas e base de adiantamento reduzida.

Face à frustração parcial da safra 1978/79, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o BACEN, através da carta circular 447/79, autorizou prorrogação dos prazos para liquidação dos créditos de custeio e investimento. Esse benefício atinge as lavouras de arroz, milho e soja, sendo permitida ainda, aos agricultores impossibilitados de se manterem até a próxima safra, obtenção de crédito de emergência.

- Preços Mínimos

A política de preços mínimos no Brasil tem sido planejada, ao longo dos últimos anos, muito em função do controle do orçamento monetário. Este fato reflete, de certa forma, a prioridade secundária dada à agricultura, que em parte poderia estar determinada pelo fato do crédito de custeio ter sido vinculado aos preços mínimos ⁽¹⁾.

Assim, a desvinculação do crédito de custeio da fixação dos preços mínimos, medida decidida neste ano, tende a tornar esses instrumentos muito mais flexíveis que no passado no sentido de garantir o incentivo individualizado a produtos agrícolas e/ou regiões produtoras escolhidas, e dar maior flexibilidade à própria política agrícola. Nesse caso, o comportamento de um indicador do tipo custos/preços mínimos será elucidativo para a escolha dos produtos a serem estimulados, evidenciado nos quadros 112 e 113, elaborados a partir dos preços mínimos para a Região Centro-Sul do Brasil fixados pelo Conselho Monetário Nacional, em 27 de junho de 1979, e dos custos operacionais estimados pelos diversos órgãos ligados ao setor e que prestam subsídios à política agrícola.

Todavia, um confronto entre as produtividades adotadas por esses órgãos em seus cálculos de custo operacional e as produtividades historicamente observadas mostra que existem algumas distorções usando-se as primeiras, visto que não refletem os padrões mais representativos de cada Estado. Mesmo assim, os resultados permitem identificar intenções em incentivar determinados produtos em cada estado e, ainda que superficialmente, estímulos inter-estados (quadros 114 e 115).

⁽¹⁾ VEIGA F9, Alceu de A. Algumas observações sobre política agrícola, Informações Econômicas 9, (7): 115 - 130, jul. 1979.

BACEN 546/79);

f) permitir que o limite de aplicações em descontos de notas promissórias rurais ou outros papéis concernentes à comercialização do gado bovino para abate, em qualquer época do ano, possa exceder aos 10% fixados, quando forem destinados a operações realizadas com pequenos ou miniprodutores (Res. BACEN 546/79);

g) permitir o crédito de custeio rotativo até o limite máximo de 100 MVR por cliente (Res. BACEN 445/79); e

h) com a adesão obrigatória ao PROAGRO nos financiamentos de custeio, permitir aos produtores, quando da ocorrência de sinistro, que seja deduzida da renda bruta obtida parcela necessária à manutenção de sua família, que não pode exceder a 6 MVR, por mês, até a época de obtenção de financiamento para a safra subsequente, ficando limitada ainda a 15% do montante de crédito ou, quando não houver pagamento de mão-de-obra a terceiros, a 30% da produção estimada (Res. BACEN 548/79).

As demais alterações introduzidas no crédito rural, abrangendo agora todas as classes de produtores rurais, resumem-se nas seguintes:

a) extensão da possibilidade de serem admitidas nos financiamentos rurais às aquisições de sementes melhoradas e defensivos, quando feitas com até 180 dias de antecedência à apresentação da proposta, para a safra em via de formação (Res. BACEN 543/79);

b) taxaço progressiva dos juros, nos créditos para investimento, na dependência do valor da operação e da participação do mutuário com recursos próprios conforme quadro 110 (Res. BACEN 547/79);

c) adesão obrigatória ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) nos financiamentos de custeio agropecuário (Res. BACEN 548/79):

d) extensão da cobertura do PROAGRO para até 100% do financiamento de custeio ou investimento concedido por instituição financeira e da parcela de recursos próprios do produtor, Lei 6.685/79, alcançando, também, os encargos financeiros devidos a partir da definição do sinistro, até a de sua liquidação, com recursos do Programa (Res. BACEN 548/79);

e) elevação de 15% para 17% da exigibilidade prevista na Resolução nº 69, a fim de que a diferença seja aplicada obrigatoriamente no custeio agrícola durante o ano de 1979 (Res. BACEN 557/79); e

f) instituição dos Valores Básicos de Custeio (VBC) para financiamento no custeio agrícola (Res. BACEN 557/79), variáveis de acordo com a produtividade da lavoura (quadro 111), considerando-se para efeito de enquadramento do produtor (Res. BACEN 443/79): 1) a média de produtividade efetiva de sua lavoura alcançada em duas das três últimas safras; 2) a média de produtividade da lavoura na região; e 3) a produtividade atestada no projeto técnico.

Se os VBC, na sua fixação, foram diferenciados conforme a faixa de produtividade, visando dar melhor atendimento aos produtores mais eficientes, incentivando-se a adoção de tecnologia mais avançada, esse objetivo ficou prejudicado em decorrência de dúvidas quanto à sua interpretação à ordem de preferência entre esses critérios. A princípio, a opção dos agentes financeiros pela média de produtividade regional da lavoura vem fazendo com que, como vinha acontecendo anteriormente, tanto produtores que empregam técnicas rudimentares, como aqueles cuja tecnologia resulta em maiores rendimentos sejam atendidos igualmente.

Embora prejudicada nesse aspecto, a criação dos VBCs foi importante medida tomada dentro da nova orientação dirigida ao setor agrícola, pois implica na desvinculação dos preços mínimos como referência para cálculo do crédito de custeio, permitindo maior flexibilidade na escolha dos produtos a serem incentivados.

Desde 1977, para as operações de investimentos, determinava-se o limite máximo de a

adiantamento conforme o valor do orçamento do crédito em formalização, somado ao valor dos créditos anteriores em fase de utilização ou saldo devedor em fase de reembolso. Sob esse mesmo critério, mas, considerando agora o valor nominal dos créditos, imputava-se uma taxa de juros, que anteriormente não excedia a 21%. Recentemente, com as modificações introduzidas, criou-se um sistema de elevação gradual das taxas de juros, inversamente relacionada à contrapartida do mutuário, objetivando induzir o tomador a participar do empreendimento com maior parcela de recursos próprios, atingindo os juros a taxa máxima de 30% a.a.

Posteriormente, pela carta circular 345/79, o BACEN estabeleceu que a determinação das taxas de juros e dos limites de adiantamento deve basear-se somente no valor isolado de cada operação ou orçamento, respectivamente. Contudo, desconsiderar a soma das responsabilidades representa um retrocesso à situação anterior a 1977, perdendo-se, em parte, o sentido da taxação e bases de adiantamento diferenciados com o fito de exigir maior participação do produtor, pois aquele critério de cálculo facilita a aquisição de financiamento em diferentes instituições financeiras, fugindo às taxas de juros elevadas e base de adiantamento reduzida.

Face à frustração parcial da safra 1978/79, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o BACEN, através da carta circular 447/79, autorizou prorrogação dos prazos para liquidação dos créditos de custeio e investimento. Esse benefício atinge as lavouras de arroz, milho e soja, sendo permitida ainda, aos agricultores impossibilitados de se manterem até a próxima safra, obtenção de crédito de emergência.

- Preços Mínimos

A política de preços mínimos no Brasil tem sido planejada, ao longo dos últimos anos, muito em função do controle do orçamento monetário. Este fato reflete, de certa forma, a prioridade secundária dada à agricultura, que em parte poderia estar determinada pelo fato do crédito de custeio ter sido vinculado aos preços mínimos ⁽¹⁾.

Assim, a desvinculação do crédito de custeio da fixação dos preços mínimos, medida decidida neste ano, tende a tornar esses instrumentos muito mais flexíveis que no passado no sentido de garantir o incentivo individualizado a produtos agrícolas e/ou regiões produtoras escolhidas, e dar maior flexibilidade à própria política agrícola. Nesse caso, o comportamento de um indicador do tipo custos/preços mínimos será elucidativo para a escolha dos produtos a serem estimulados, evidenciado nos quadros 112 e 113, elaborados a partir dos preços mínimos para a Região Centro-Sul do Brasil fixados pelo Conselho Monetário Nacional, em 27 de junho de 1979, e dos custos operacionais estimados pelos diversos órgãos ligados ao setor e que prestam subsídios à política agrícola.

Todavia, um confronto entre as produtividades adotadas por esses órgãos em seus cálculos de custo operacional e as produtividades historicamente observadas mostra que existem algumas distorções usando-se as primeiras, visto que não refletem os padrões mais representativos de cada Estado. Mesmo assim, os resultados permitem identificar intenções em incentivar determinados produtos em cada estado e, ainda que superficialmente, estímulos inter-estados (quadros 114 e 115).

⁽¹⁾ VEIGA FQ, Alceu de A. Algumas observações sobre política agrícola, Informações Econômicas 9, (7): 115 - 130, jul. 1979.

Para o Estado de São Paulo, tanto a soja quanto a mandioca são bastante incentiva das, enquanto esse incentivo é moderado para o feijão, arroz e milho, decrescendo para algodão, sorgo, mamona e amendoim.

Em Santa Catarina, os produtos foram incentivados na seguinte ordem decrescente: mi lho, com resíduo remunerativo da ordem de 60%, embora os rendimentos considerados não sejam re presentativos para o Estado, mandioca e arroz, com resíduos de 39% e 32%; soja com resíduos de 14% e 30% e feijão com 24%.

No Paraná, ressalvando o uso de produtividades mais altas, a produção no geral será bastante incentivada, particularmente no caso da mamona (56%) e do arroz (50%), contra incen tivos mais moderados para soja (40%), algodão (39%), feijão (41%), amendoim (33%) e mi lho (28%), este com o menor resíduo remunerativo.

Em Goiás, à exceção da mandioca (19%), os demais produtos analisados encontram-se com resíduos remunerativos superiores a 33%, destacando-se o feijão com 57% e o arroz com 51%.

Os dois produtos contemplados para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são algodão (49%) e arroz (26%), sendo o primeiro bastante estimulado.

Para o Rio de Janeiro, o arroz, único produto analisado, contará com resíduo da or dem de 50%. Entretanto, esse resíduo poderá ser menor se for considerada outra produtividade que não a de 4.000kg/ha, a qual não deve ser representativa do Estado, se for levado em conta que o rendimento médio na safra 1978/79 foi de 2.850kg/ha, 12% superior à safra do ano ante rior.

No Espírito Santo, segundo as instruções para cálculo dos VBC's para for necimento de crédito aos mini e pequenos produtores, foram consideradas as seguintes produtividades: 3.100kg/ha para arroz irrigado, 950kg/ha para feijão e 1.500kg/ha para o milho, tração motome canizada, produtos estes que contariam com resíduos de 53%, 19% e 1%, respectivamente.

Em Minas Gerais, o produto mais incentivado seria o arroz (cerca de 35%), seguido pelo amendoim (21%), algodão (20%) e mandioca (16%). Feijão e milho mostram-se bastante deses timulados.

Por último, no Rio Grande do Sul, aparentemente os produtos contemplados - arroz, so ja e milho - não serão incentivados, contando com resíduos da ordem de 10%, sendo que para o mi lho foi adotada uma produtividade bem superior à média do Estado, o que tende a elevar o seu resíduo remunerativo.

Quando se considera o conjunto de produto, é possível observar que os Estado aparen temente mais incentivados teriam sido Paraná e Goiás, enquanto entre os demais não se identi cam diferenças acentuadas, à exceção do Rio Grande do Sul, onde parece ocorrer o menor incenti vo.

- Política Cambial

Fato dos mais importantes ocorrido em 1979 com respeito à política cambial foi a chamada minirreforma cambial ⁽²⁾, precedida de discussões na área acadêmica, em que parte das o piniões propugnava uma maxidesvalorização para superar a crescente sobrevalorização do cruzei

(2) MUNHOZ, Dercio Garcia. Nova Estratégia de Política Cambial. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 33 (3): 109 - 112. Mar. 1979.

ro e incentivar as exportações, comprimindo de alguma forma as importações, mesmo à custa de à centuados aumentos de preços dos produtos importados. Além disso, tornou-se crescente o desa grado dos setores atingidos tanto pelas restrições às importações - retenção por um ano de 100% do valor FOB sob a forma de depósitos prévios - quanto pelo tratamento discriminatório ao setor agrícola exportador, no que diz respeito à não concessão de créditos fiscais, de que se beneficiam as manufaturas.

Bastante significativas foram, também, as pressões exercidas pelos países competido res frente aos produtos brasileiros, visando a extinção dos subsídios à exportação. Assim, as autoridades monetárias procuraram desenvolver e implementar medidas que extingdissem gradual mente tanto os créditos fiscais às exportações, quanto os depósitos prévios às importações, com pensando-os com reajustes cambiais. Para isso as mudanças na área de política cambial previam, até 1983, uma desvalorização cambial superando em 6% àquela que se verificaria segundo o ante rior critério de reajuste.

Efetivamente, observou-se no primeiro semestre de 1979 desvalorização acumulada de 22,8%, um pouco abaixo do índice geral de preços que cresceu 25%, superando o limite imposto de 3% ⁽³⁾, enquanto que no período de janeiro a agosto a desvalorização acumulada atingiu 39,9%, ligeiramente superior à inflação (37,9%).

A regra da paridade, reconhecidamente o parâmetro básico das desvalorizações da ta xa de câmbio ⁽⁴⁾, preconiza, em última instância, a manutenção do equilíbrio do balanço de pa gamentos, objetivando não exportar a inflação brasileira e não importar inflação externa. Es ses objetivos seguem-se na tentativa de evitar a queda na competitividade dos produtos brasi leiros exportáveis e de não absorver os problemas internos de outros países. Entretanto, is so não tem acontecido, como se pode verificar pela evolução crescente do serviço da dívida fa ce ao volume de exportações brasileiras, que neste ano já atinge quase 50%, embora a acelera ção das desvalorizações indique a tentativa, por parte das autoridades monetárias, de superar esses problemas. Face a esse panorama, torna-se cada vez mais importante, na administração da política cambial, levar em conta, explicitamente, as relações de trocas do País com o resto do mundo.

Por outro lado, a minirreforma põe novamente em relevo a política cambial com instru mento efetivo de estímulo às exportações, e por isso é vital a caracterização da conjuntura internacional vigente, que a partir da crise de 1973 não se afigura tão incentivadora às expor tações brasileiras.

Nesse aspecto, ressaltem-se as chamadas Negociações Comerciais Multilaterais, que englobam o grupo responsável pelas negociações agrícolas, estabelecido em fevereiro de 1975. Existem indicações de que as negociações não têm se desenvolvido a contento por parte dos paí ses mais adiantados - notadamente Estados Unidos, Japão e aqueles que compõem a Comunidade E conômica Européia - principalmente pelo fato dos países em desenvolvimento não terem firmado o texto preliminar do acordo, confirmando o confito de interesses existente, discriminando es ses últimos países ⁽⁵⁾.

⁽³⁾ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Mercado Cambial e Comércio Exterior. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 33 (7): 20 -23, jul. 1979.

⁽⁴⁾ LOPES, M. R. e SCHUH, G. E. A mobilização de recursos da Agricultura: uma Análise de Política para o Brasil. Brasília, M.A. CFP, 1979 (Coleção Análise e Pesquisa, 8).

⁽⁵⁾ MOREIRA, R. M. As exportações Agrícolas e as Negociações Comerciais Multilaterais. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 33 (7): 76 - 78, jul. 1979.

No âmbito das importações, a política governamental está consubstanciada em fixação de depósitos compulsórios e tarifas alfandegárias, que no caso de insumos agropecuários - como fertilizantes, defensivos, etc - gozam de isenção de depósitos compulsórios, enquanto que, em relação às tarifas, a maior parte dos referidos insumos está isenta ou tem sua isenção condicional a uma política de contingenciamento, principalmente no caso dos fertilizantes. A política de depósitos compulsórios tem seu final previsto para 1983.

Mas, considerando-se que em alguns casos uma das finalidades dessa política está ligada não só a problemas de balanço de pagamentos, mas também à proteção da indústria interna, a implementação de novos mecanismos pelas autoridades é bastante provável.

Contudo, é difícil de se prever o resultado líquido dessas políticas em termos de competitividade da agricultura de exportação e os custos dos produtos de consumo interno, apesar da intervenção do Conselho Interministerial de Preços (CIP), que através da Res. CIP 122, determinou, em agosto de 1979, aumento nos preços máximos de venda de fertilizantes aos consumidores.

No período 1978/79, o tratamento à importação de fertilizantes e matérias-primas sofreu diversas alterações. Algumas taxas de contingenciamento, inicialmente estabelecidas, impondo maior aquisição de similar nacional para isenção na importação, foram afrouxadas, provavelmente como resultante de pressões da demanda.

Para o Nitrogênio, na Região Centro-Sul, quando importado na forma de sulfato de amônia e uréia, a proporção estabelecida para a aquisição interna, que era de 1:1,22, passou para 1:2,6 (Res. CPA nº 3384 de 7/79). Para o fósforo, expresso em P_2O_5 solúvel, o contingenciamento passou de 1:0,05 para 1:0,15 (Res. CPA nº 3120 de 2/79). Os fosfatos mono e di-amônicos estão sujeitos às mesmas quotas de aquisição.

Com relação à importação de matérias-primas, também ocorreram modificações. O ácido ortofosfórico, item de maior peso do conjunto de matérias-primas para fabricação de fertilizantes, teve sua importação favorecida pela Resolução CPA 3380 de 7/79, não se encontrando mais sujeito à prova de aquisição interna, ao invés de um contingenciamento de 1:3,2. No Estado do Rio Grande do Sul, a dispensa do contingenciamento, para isenção na importação desta matéria-prima, já havia sido determinada desde maio de 1979 (Res. CPA 3364). Para amônia anidra, o contingenciamento foi alterado para 1:0,6, passando posteriormente para 1:1,28 (Res. CPA nº 3383 de 8/79).

Em relação aos fosfatos de cálcio, o contingenciamento em termos de P_2O_5 passou de 1:0,10 para 1:0,6 (Res. CPA 3381 de 7/79). No Rio Grande do Sul, a importação dessa matéria-prima é isenta independentemente de prova de aquisição interna, quando importada pelos portos de Rio Grande e Porto Alegre (Res. CPA nº 3365 de 5/79).

Quanto aos impostos sobre exportações e outros instrumentos de política comercial, as alterações ocorridas são adiante sumarizadas:

a) a quota de contribuição incidente sobre vendas externas de café permanece em vigor, tendo sido recentemente reajustada em função da elevação dos preços de registro (Resoluções IBC nº 60 e 64 de 01/09/79);

b) os demais produtos, à exceção do cacau, não estão sujeitos, presentemente, a quotas de contribuição ou limitações quantitativas às exportações, mas, frequentemente, tem-se observado contingenciamento nas políticas de exportação de soja e fibras de algodão, visando a bastecer o mercado interno; e

c) foi estabelecida isenção do ICM na exportação de açúcar pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Medida em sentido inverso foi tomada com relação ao farelo e torta de soja, cujo percentual do estorno do crédito de ICM foi elevado de modo a dificultar suas exportações (Decreto nº 13.068 de dezembro /78).

- PROAGRO

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), instituído pela Lei 5.969 de 11 de dezembro de 1973, objetivando isentar os produtores rurais de obrigações financeiras relativas às operações de crédito rural de custeio e investimento, cujo pagamento fique comprometido pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações, sofreu em 1979 diversas alterações por parte do Conselho Monetário Nacional, divulgadas através da Resolução BACEN 548/79, já comentadas no capítulo de crédito.

As alterações também determinam que, na parcela indenizável pelo PROAGRO, sejam computados os encargos financeiros devidos desde a data de definição do sinistro até sua liquidação com os recursos do Programa, e admitem que os miniprodutores e pequenos produtores deduzam mensalmente da renda bruta remanescente obtida a parcela necessária a sua própria manutenção e de sua família, parcela esta que não pode exceder a seis vezes o maior valor de referência vigente no País (MVR = Cr\$1.591,40). Essa dedução pode ser feita até a época de obtenção de novo financiamento para a safra subsequente e está limitada a 15% do montante do crédito ou, quando não houver pagamento de mão-de-obra a terceiros, a 30% da produção estimada.

Recentemente, a Lei 6.685 de 3 de setembro de 1979 introduziu algumas alterações na Lei 5.969, passando a taxa a ser paga pelos mutuários sobre os empréstimos, que estava fixada num adicional de 1%, a ser estabelecida pelo CMN. Portanto, essa participação do produtor, que constitui parte dos recursos do Programa, poderá variar por atividade e dependerá de resoluções do CMN, até o momento não definidas, estando as instituições financeiras operando à taxa anteriormente fixada na lei.

- Seguro Rural

Em alguns Estados da Região Centro-Sul, funcionam companhias mistas de seguros que operam ou estão autorizadas a operar na área agrícola.

Em São Paulo, a Companhia de Seguro do Estado de São Paulo (COSESP), autorizada a funcionar desde 1970, opera, atualmente, com seguro de riscos múltiplos para as seguintes culturas: algodão, amendoim, banana, batata, milho, soja, uva, tomate e trigo. Para a cultura do algodão, o seguro é compulsório e essa obrigatoriedade é cumprida no ato da aquisição das sementes, cujas vendas constituem monopólio da Secretaria da Agricultura.

As taxas variam, evidentemente, de ano para ano e de cultura para cultura. Para o ano agrícola de 1979/80, essas taxas serão: algodão, 2,5%; trigo, 7,0%; amendoim, milho, soja, banana e uva, 5,0%; batata e tomate, 6,0%, incidindo sobre valores, para efeito de indenizações, calculados pela COSESP com base em custos operacionais de produção, sendo que para a safra 1979/80 esses custos aproximam-se dos Valores Básicos de Custeio, fixados pelo Banco Central do Brasil.

No Estado de Minas Gerais, funciona a Companhia de Seguros de Minas Gerais, que pas

sou a operar na área a partir de 1972. As seguintes culturas são seguradas: algodão, amendoim, arroz, feijão, milho, soja, trigo e sorgo, sendo que para todas é cobrada uma taxa única de 3,5% incidente sobre o valor do custeio, valor este estimado pelos órgãos de assistência técnica. No caso do arroz de sequeiro e feijão das águas e consorciado, a seguradora só cobre 50% da área.

Quanto à extensão do seguro rural para os Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, ocorrida mais recentemente (Res. CNSP 15/79 e 10/79), as companhias existentes, embora autorizadas, não estão operando na área.

A título de comentário, vale ressaltar que o objetivo primeiro do PROAGRO era de assegurar o pagamento do débito do produtor rural junto à instituição financiadora, enquanto que o seguro rural objetivaria garantir o retorno ao produtor dos gastos de custeio de origem própria ou financiada. Entretanto, o seguro rural, cuja abrangência é teoricamente mais ampla por atingir também atividades custeadas com recursos próprios, tem dado cobertura, na prática, a poucas culturas.

Embora ainda não seja possível uma avaliação quantitativa de maior abrangência do PROAGRO, espera-se que o programa venha a ter impactos positivos quanto a uma maior afluência de produtores, principalmente mini e pequenos produtores, junto ao crédito rural, provavelmente sobre a produção, principalmente daqueles produtos com maior risco associado. Essa expectativa também será mais acentuada em regiões onde predominam pequenas propriedades, como no Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Paraná e certas Regiões de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, e mesmo no Estado de São Paulo.

A nova política do PROAGRO, reduzindo os riscos das dívidas assumidas para o desenvolvimento das atividades produtivas, associada aos efeitos estimuladores da política de preços mínimos e dos valores básicos de custeio para financiamento, tenderá a resultar em maior demanda por crédito de custeio pelos pequenos e miniprodutores, na medida em que essas categorias estarão possibilitadas a se incorporarem ao mercado de crédito rural, e, por consequência, em condições de expandir a área cultivada.

(IEA, 30/09/1979)

QUADRO 110. - Taxas de Juros Incidentes nos Créditos Rurais de Investimentos

Valor da operação em MVR ⁽¹⁾	Base de adiantamento (%)	Taxa de juros ⁽²⁾ (% a.a.)
atē 50	atē 100	13
de 50 a 200	atē 100	15
de 200 a 1.000	atē 70	15
	de 70 a 80	18
	de 80 a 90	21
de 1.000 a 5.000	atē 70	18
	de 70 a 80	21
	de 80 a 90	25
acima de 5.000	atē 55	21
	de 55 a 65	25
	de 65 a 75	30

⁽¹⁾ Maior valor de referência no País.

⁽²⁾ A incidir sobre o valor total da operação.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN), Resolução nº 547 de 23/05/79.

QUADRO 111. - Valor Básico de Custeio para Concessão de Crédito Rural no Ano Agrícola 1979/80 ⁽¹⁾

Cultura	Faixa de produtividade inferior		Faixa de produtividade média		Faixa de produtividade superior	
	(kg/ha)	(Cr\$/ha)	(kg/ha)	(Cr\$/ha)	(kg/ha)	(Cr\$/ha)
Algodão herbáceo	atê 800	7.224,00	de 1.401 a 1.500	12.304,00	acima de 2.000	16.546,00
Amendoim	atê 1.250	5.650,00	de 1.801 a 2.350	8.094,00	acima de 2.350	9.712,00
Arroz de sequeiro	atê 1.000	3.064,00	de 1.601 a 1.900	5.427,00	acima de 2.200	6.612,00
Arroz irrigado	atê 2.200	7.343,00	de 3.401 a 3.700	10.472,00	acima de 4.600	12.669,00
Feijão	atê 900	4.328,00	de 901 a 1.000	4.614,00	acima de 1.000	5.526,00
Mamona ⁽²⁾	atê 1.200	4.508,00	acima de 1.200	5.564,00	-	-
Mamona ⁽³⁾	atê 1.000	3.370,00	acima de 1.000	3.700,00	-	-
Mandioca	atê 5.000	2.580,00	de 1.251 a 15.000	7.000,00	acima de 30.000	14.400,00
Milho	atê 900	1.847,00	de 1.901 a 2.100	3.592,00	acima de 3.100	5.070,00
Soja ⁽⁴⁾	atê 1.000	2.817,00	de 1.501 a 1.600	4.387,00	acima de 2.000	5.629,00
Sorgo	atê 1.500	2.504,00	de 2.251 a 2.500	3.729,00	acima de 3.000	4.422,00

⁽¹⁾ VBC sem calcário e para três níveis de produtividade: inferior, médio e superior.

⁽²⁾ Centro-Sul, exclusive Minas Gerais.

⁽³⁾ Norte/Nordeste e Minas Gerais.

⁽⁴⁾ Os produtores de soja, cujas lavouras não tenham sido prejudicadas pelas condições climáticas da última safra, terão direito a 80% dos valores constantes na tabela.

Fonte: Comissão de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 112. - Preços Mínimos, Custos Variáveis, e Relações Custos Variáveis/Preços Mínimos, por Técnica de Produção, Região Centro-Sul, Ano Agrícola 1978/80

Produto	São Paulo				Santa Catarina				Paraná						
	Técnica (¹)	Rendimento	PM(²)	CV(³)	CV/PM	Técnica (¹)	Rendimento	PM(²)	CV(³)	CV/PM	Técnica (¹)	Rendimento	PM(²)	CV(³)	CV/PM
		(kg/ha)	(Cr\$/kg)	(Cr\$/kg)			(kg/ha)	(Cr\$/kg)	(Cr\$/kg)			(kg/ha)	(Cr\$/kg)	(Cr\$/kg)	
Algodão	TMA	1.440	13,46	11,06	0,82						TM	1.650	13,46	8,22	0,61
Amendoim	TM	2.150	7,20	8,33	1,16						TA	1.500	7,20	4,85	0,67
Arroz de sequeiro	TM	1.200	6,40	4,56	0,72	TMA	3.650	6,68	4,55	0,68	TM	1.800	6,85	3,42	0,50
Feijão	TA	600	10,66	7,05	0,67	TA	1.260	10,20	7,73	0,76	TA	960	10,20	5,98	0,59
Manona	TMA	1.200	6,34	5,70	0,90						TA	1.200	6,34	2,80	0,44
Mandioca	TMA	20.000	0,74	0,41	0,56	TMA	30.000	0,74	0,45	0,61					
Milho	TM	2.820	3,09	2,26	0,74	TMA	4.200	3,16	1,20	0,38	TM	2.700	3,09	2,21	0,72
						TMA	4.800	3,16	1,14	0,36					
Soja	TM	2.100	5,25	2,97	0,57	TM	1.860	5,25	4,54	0,86	TM	2.100	5,25	3,13	0,60
						TA	2.160	5,25	3,68	0,70					
Sorgo	TM	3.120	2,74	2,33	0,85										

Produto	Mato Grosso				Goiás				Rio de Janeiro						
	Técnica (¹)	Rendimento	PM(²)	CV(³)	CV/PM	Técnica (¹)	Rendimento	PM(²)	CV(³)	CV/PM	Técnica (¹)	Rendimento	PM(²)	CV(³)	CV/PM
		(kg/ha)	(Cr\$/kg)	(Cr\$/kg)			(kg/ha)	(Cr\$/kg)	(Cr\$/kg)			(kg/ha)	(Cr\$/kg)	(Cr\$/kg)	
Algodão	TA	1.200	13,46	6,83	0,51	TM	1.900	13,46	7,84	0,58					
Arroz de sequeiro	TM	1.620	6,40	4,73	0,74	TM	1.560	6,68	3,25	0,49					
Arroz-irrigado											TA	4.000	7,00	3,21	0,46
											TMA	4.000	7,00	3,32	0,47
Feijão						TM	1.200	10,66	4,60	0,43					
Mandioca						TM	15.000	0,74	0,60	0,81					
Milho						TM	3.000	3,09	2,08	0,67					
Soja						TM	2.400	5,25	2,85	0,54					

Produto	Espírito Santo				Rio Grande do Sul				Minas Gerais						
	Técnica (¹)	Rendimento	PM(²)	CV(³)	CV/PM	Técnica (¹)	Rendimento	PM(²)	CV(³)	CV/PM	Técnica (¹)	Rendimento	PM(²)	CV(³)	CV/PM
		(kg/ha)	(Cr\$/kg)	(Cr\$/kg)			(kg/ha)	(Cr\$/kg)	(Cr\$/kg)			(kg/ha)	(Cr\$/kg)	(Cr\$/kg)	
Algodão											TM	900	13,46	10,71	0,80
Amendoim											TM	1.500	7,20	5,67	0,79
Arroz de sequeiro											TMA	1.500	6,86	4,48	0,66
											TA	1.000	6,86	4,39	0,64
Arroz-irrigado	TA	3.100	7,00	3,30	0,47	TM	3.750	6,54	5,87	0,90					
Feijão	TA	950	10,66	8,60	0,81						TA	900	10,66	10,82	1,02
Mandioca											TMA	15.000	0,74	0,62	0,84
Milho	TM	1.500	3,21	3,18	0,99	TM	4.800	3,16	2,91	0,92	TM	1.800	3,21	3,40	1,06
Soja						TM	1.350	5,25	4,65	0,89					

(¹) TMA, tração motomecanizada e animal; TM, tração motomecanizada; e TA, tração animal.

(²) PM, Preço Mínimo.

(³) CV, Custo Variável.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola; CEPAs do Paraná, Goiás, Espírito Santo e Rio Grande do Sul; EMATERs de Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo; EMBRAPA; EPAMIG; COPERFLU; FECOTRIGO; e IRGA.

QUADRO 113. - Preços Mínimos Fixados Para a Região Centro-Sul, Ano Agrícola de 1979/80

(em cruzeiro)

Produto	Unidade	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Goiás	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
Algodão	15kg	201,90	201,90	201,90	201,90	201,90	201,90	201,90	201,90	201,90	201,90
Amendoim	sc. 25kg	180,00	180,00	180,00	180,00	180,00	180,00	180,00	180,00	180,00	180,00
Arroz	sc. 50kg	320,00 ⁽¹⁾ 313,00 ⁽¹⁾	327,00	334,00 ⁽¹⁾ 327,00 ⁽¹⁾ 320,00 ⁽¹⁾	350,00 ⁽¹⁾ 343,00 ⁽¹⁾ 334,00 ⁽¹⁾	350,00	350,00	350,00 ⁽¹⁾ 343,00 ⁽¹⁾	343,00 ⁽¹⁾ 334,00 ⁽¹⁾	334,00	327,00 ⁽¹⁾ 320,00 ⁽¹⁾ 313,00 ⁽¹⁾
Feijão	sc. 60kg	612,00	612,00	639,60	639,60	639,60	639,60	639,60	612,00	612,00	612,00
Mandioca	t	733,00	733,00	733,00	733,00	733,00	733,00	733,00	733,00	733,00	733,00
Milho	sc. 60kg	172,20	181,80	185,40 ⁽¹⁾ 181,80 ⁽¹⁾ 178,20 ⁽¹⁾	192,60 ⁽¹⁾ 189,60 ⁽¹⁾ 185,40 ⁽¹⁾	192,60	192,60	192,60 ⁽¹⁾ 185,40 ⁽¹⁾ 178,20 ⁽¹⁾	189,60 ⁽¹⁾ 185,40 ⁽¹⁾	189,60	189,60
Soja	sc. 60kg	315,00	315,00	315,00	315,00	315,00	315,00	315,00	315,00	315,00	315,00
Sorgo	sc. 60kg	154,80	157,80	157,80 ⁽¹⁾ 154,80 ⁽¹⁾	164,40	164,40	164,40	164,40	157,80	157,80	157,80
Mamona	sc. 60kg	380,40	380,40	380,40	380,40	380,40	380,40	380,40	380,40	380,40	380,40

⁽¹⁾ Diferentes Zonas Geoeconômicas.

Fonte: Comissão de Financiamento da Produção - CFP.

QUADRO 114. - Produtividade Média no Período 1973/76 e Produtividades Adotadas⁽¹⁾, Principais Culturas da Região Centro-Sul
(kg/ha)

Produto	São Paulo	Santa Catarina	Paraná	Mato Grosso	Goiás	Rio Grande do Sul	Minas Gerais
Algodão	(1.440) 1.437		(1.650) 1.482	(1.200) -	(1.900) 1.419		(900) 632
Amendoim	(2.150) 1.354		(1.500) 1.174				(1.500) -
Arroz	(1.200) 1.147	(3.650) -	(1.800) 1.441	(1.620) 1.487	(1.560) 1.104	(3.750) 3.580	(1.000) (1.500) 1.047
Feijão	(600) 516	(1.260) 736	(960) 758		(1.200) -		(900) 534
Mamona	(1.200) 1.248		(1.200) 1.517				
Mandioca	(20.000) -	(30.000) 12.440			(15.000) -		(15.000) 15.560
Milho	(2.820) 2.060	(4.200) (4.800) 2.249	(2.700) 1.932		(3.000) 1.802	(4.800) 1.489	(1.800) 1.483
Soja	(2.100) 1.718	(1.860) (2.160) 1.151	(2.100) 1.891		(2.400) -	(1.350) 1.447	

(¹) Conforme estimativas de custos de produção para os Estados do Centro-Sul, Capítulo 2 deste trabalho. As produtividades entre parênteses serviram de base para os cálculos do quadro 112.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Fundação IBGE.

QUADRO 115. - Relação Custos Variáveis/Preços Mínimos, Ordenados de Forma Crescente, Estados da Região Centro-Sul do Brasil, 1979/80
(em percentagem)

Produto	Relação Custos Variáveis/Preços Mínimos							
Algodão	0,57(MT)	0,58(GO)	0,61(PR)	0,80(MG)	0,82(SP)			
Amendoim	0,67(PR)	0,79(MG)	1,16(SP)					
Arroz	0,47(ES/RJ)	0,49(GO)	0,50(PR)	0,64/0,66(MG)	0,68(SC)	0,72(SP)	0,74(MT)	0,90(RS)
Feijão	0,43(GO)	0,59(PR)	0,67(SP)	0,76(SC)	0,81(ES)	1,02(MG)		
Mamona	0,44(PR)	0,90(SP)						
Mandioca	0,56(SP)	0,61(SC)	0,81(GO)	0,84(MG)				
Milho	0,36/0,38(SC)	0,67(GO)	0,72(PR)	0,74(SP)	0,92(RS)	0,99(ES)	1,06(MG)	
Soja	0,54(GO)	0,57(SP)	0,60(PR)	0,70/0,86(SC)	0,89(RS)			
Sorgo	0,85(SP)							

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

PROGNÓSTICO REGIÃO CENTRO-SUL 79/80

Coordenação:

Nelson Batista Martin
Luiz Flávio B. Cancegliero
Sebastião Nogueira Junior

Editoração:

Devancyr Aparecido Romão
Celuta Moreira Cesar Machado
Eloisa Elena Raso Prata

Comissão Editorial:

Paulo David Criscuolo
Antônio Augusto B. Junqueira
Francisco Alberto Pino
Ismar Florêncio Pereira
Paulo Edgard N. de Toledo
Paul Frans Bemelmans
Sebastião Nogueira Junior

Datilografia:

Adnea Ali Fakh
Elaine Orso
Wilson Roberto de Paulo Cardoso

Capa:

Walter G. Figueiredo

Equipe Técnica

Estimativa de Custo Operacional:

Alfredo A. Bessa Jr.
Cesar R. Leite da Silva
Jovelino de S. Barbosa Filho
Minoru Matsunaga
Nilda T. Cardoso de Mello
Paul F. Bemelmans
Paulo E. N. de Toledo

Desempenho da Agricultura:

Rosa Maria Pescarin Pellegrini
Maria Carlota Meloni
Laura Olitta de S. Barros

Mercados de Fatores:

Fertilizantes: Celia Regina R. Penteado
Afonso Negri Neto
Defensivos: Nelma Lucia Heiffig Villela
Afonso Negri Neto
Sementes: Ana Maria Futino
Terra: Antonio José B. do Carmo
Trabalho: Ana Elisa Brito Garcia
Malimiria Norico Otani
Sergio Gomes Vassimon
Tratores: Antonio José B. do Carmo

Mercados de Produtos:

Algodão: Sebastião Nogueira Junior
Arroz: Alfredo Tsunechiro
Café: Arthur Antonio Ghilardi
Cana-de-açúcar: Luis Flávio B. Cancegliero
Feijão: Alfredo Tsunechiro
Mandioca: Paulo Augusto Wiesel
Milho: José Roberto da Silva
Oleaginosas: Domingos Desgualdo Neto
Tomate: Lidia Hatue Ueno
Antonio Roger Mazzei
Trigo: José Roberto da Silva
Avicultura: Nelson Giulietti
Pecuária de Corte: Eduardo P. Castanho Filho
Pecuária de Leite: Flávio Loureiro P. Junior
Roxana Moraru Topel
Suinocultura: SAMPOV
Frutas: Antonio Ambrosio Amaro

Política Agrícola:

Alceu de Arruda Veiga Filho
Elcio Umberto Gatti
Nelson K. Toyama
Maria Auxiliadora de Carvalho
Maria Tanajura Cruz Gimenes
Nelson Batista Martin